



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Mylena Serafim da Silva

**Territórios do trabalho informal: dinâmicas e desigualdades no
comércio ambulante de João Pessoa-PB**

Dezembro de 2025,
João Pessoa - PB

Mylena Serafim da Silva

**Territórios do trabalho informal: dinâmicas e desigualdades no
comércio ambulante de João Pessoa-PB**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Rombaldi / UFPB

Dezembro de 2025

João Pessoa - PB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva, Mylena Serafim da.

Territórios do trabalho informal: dinâmicas e desigualdades no comércio ambulante de João Pessoa-PB / Mylena Serafim da Silva. - João Pessoa, 2026.

191 f. : il.

Orientação: Maurício Rombaldi.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Trabalho informal - João Pessoa-PB. 2. Comércio ambulante - aspectos sociais. 3. Desigualdade social.

I. Rombaldi, Maurício. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.285(813.354) (043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

ATA Nº 36 / 2025 - PPGS (11.01.15.73)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

João Pessoa-PB, 25 de Novembro de 2025

ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA COMPOSTA PARA
AVALIAR A DISCENTE MYLENA SERAFIM DA SILVA

Aos 25 dias do mês de novembro de 2025, às 14:00 horas, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de defesa da Tese intitulada "Territórios do trabalho informal: dinâmicas e desigualdades no comércio ambulante de João Pessoa - PB", apresentada pela discente Mylena Serafim Da Silva. A Comissão Examinadora foi composta pelos(as) docentes: Maurício Rombaldi (orientador), Roberto Veras de Oliveira (PPGS/UFPB), Mariana Shinohara Roncato (PPGS/UFPB), Felipe Rangel Martins (UFSCAR) e Marcilio Rodrigues Lucas (UFGD). O professor Maurício Rombaldi, na qualidade de Presidente da Comissão, declarou abertos os trabalhos e convidou os demais membros da banca a compor a mesa. Em seguida, concedeu a palavra à discente para a apresentação de uma síntese de sua tese, posteriormente arguida pelos integrantes da Comissão Examinadora. Após a defesa do trabalho pela discente, foi encerrada a etapa de arguição, e os examinadores emitiram parecer final, atribuindo ao trabalho o conceito de APROVADO. Concluída a sessão, ficou estabelecido que a Universidade Federal da Paraíba, após o cumprimento de todas as etapas e exigências do PPGS, em conformidade com a legislação vigente, expedirá o respectivo diploma de DOUTORA em Sociologia.

(Assinado digitalmente em 25/11/2025 19:59)
MARIANA SHINOHARA RONCATO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1242669

(Assinado digitalmente em 25/11/2025 17:47)
ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 1476411

(Assinado digitalmente em 25/11/2025 16:58)
MAURICIO ROMBALDI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 2276902

Documento assinado digitalmente
 MARCILIO RODRIGUES LUCAS
Data: 26/11/2025 15:11:52-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 FELIPE RANGEL MARTINS
Data: 26/11/2025 15:22:32-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Processo Associado: 23074.039060/2025-19

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 36, ano: 2025, documento(espécie): ATA, data de emissão: 25/11/2025 e o código de verificação: d711e010a7

RESUMO

O trabalho informal não é somente um modo de sobrevivência para milhões de brasileiros na contemporaneidade, mas um fator determinante das configurações territoriais na sociedade. Essa imbricação entre trabalho e território é aqui compreendida a partir do comércio de rua, popularmente conhecido enquanto comércio ambulante. Com o foco na cidade de João Pessoa-PB, o objetivo desse estudo foi analisar as diferentes experiências de vulnerabilidade entre ambulantes, comparando-se diferentes zonas territoriais da cidade. Foram identificadas três zonas principais de atuação desses trabalhadores: o centro da cidade, a faixa litorânea e as regiões em torno dos principais festejos e eventos do município que ocorrem periodicamente. Os dois primeiros grupos sofrem as consequências de atuarem de forma irregular diante da legislação, enquanto os últimos são os únicos reconhecidos pelo Código de Posturas do Município (1995) como atividade regular. Todos eles estão sujeitos às consequências da falta de proteção social no trabalho, substituída por arranjos que visam a combater a experiência de vulnerabilidades sociais diversas. A presente pesquisa foi realizada entre os anos de 2021 a 2024, período pós-pandêmico. Para tanto, foram adotados procedimentos metodológicos que incluem a etnografia, entrevistas e a aplicação de questionários que visavam delinear os perfis desses trabalhadores e suas práticas de trabalho relacionadas às zonas em que estão situados.

Palavras-chave: Cidade; Etnografia; Informalidade; Trajetórias; Vulnerabilidades.

ABSTRACT

Informal work is not only a means of survival for millions of Brazilians today but also a determining factor in the territorial configurations of society. This intertwining between work and territory is understood here through street trade, popularly known as street vending. Focusing on the city of João Pessoa, in the state of Paraíba, this study aimed to analyze the different experiences of vulnerability among street vendors, comparing different territorial zones of the city. Three main zones of activity for these workers were identified: the city center, the coastal strip, and the areas surrounding major municipal events that occur periodically. The first two groups face the consequences of operating illegally according to local legislation, while the latter are the only ones recognized by the Municipal Code of Postures (1995) as a regular activity. All of them are exposed to the consequences of the lack of social protection at work, which is replaced by non-state arrangements aimed at mitigating various forms of social vulnerability. This research was carried out between 2021 and 2024, in the post-pandemic period. Methodological procedures included ethnography, interviews, and questionnaires designed to outline the profiles of these workers and their work practices in relation to the zones in which they operate.

Keywords: City; Ethnography; Informality; Trajectories; Vulnerabilities.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, manifesto minha eterna gratidão a Deus, que, em diversos momentos, revelou-se de diferentes formas, por meio de pessoas, de animais ou mesmo de maneira imperceptível, mas sempre presente, concedendo-me vida e coragem. Houve momentos em que pensei em desistir, mas, por aquilo que só posso chamar de milagre, chego ao fim de mais uma etapa, sustentada por Sua presença constante. Aprendi que fé é ter ou não ter, e, criada no cristianismo, reconheço que sou e vivo esse milagre, pois o Senhor tem me ajudado até aqui.

Gostaria também de expressar minha gratidão à ciência, que me encanta de todas as formas possíveis e renova em mim a esperança na humanidade. Em especial, agradeço à Sociologia, que me instiga a refletir sobre as situações cotidianas e, mais do que simplesmente causar estranhamento ou incentivar a problematização (como tantas vezes me dizem), ensina-me a ser mais humana e a agir de maneira mais consciente e coerente com o que sempre almejei ser.

Minha eterna gratidão aos que vieram antes de mim, especialmente a “meu pai” e “mainha”. Foram os dois que, sozinhos, lutaram tanto para me dar a vida e fizeram, dentro das possibilidades, o melhor que sabiam e podiam. Leila e Zeca me ensinaram que toda escolha traz consigo pelo menos duas renúncias. Entrar na universidade, um lugar que eles não tiveram a chance de conhecer, significou, ao mesmo tempo, um sonho realizado e um certo distanciamento entre nós, ainda que permanecêssemos fisicamente próximos. Foi um processo difícil, doloroso para nós três, mas cheio de amor e propósito. Hoje, olhando para trás, só posso dizer: cheguei até aqui por vocês dois.

À minha família, que escolhemos uns aos outros diariamente há pelo menos cinco anos, e que é a minha razão para continuar, mesmo quando o cansaço parece vencer. Teodoro e Leônidas, sei que vocês nunca lerão estas palavras, mas foi com vocês que aprendi o verdadeiro sentido de ter amor com quem amar. Sou grata, sobretudo, por todos os momentos em que, exausta diante do computador, bastava olhar para baixo e vê-los aos meus pés, com um carinho, um “cheiro” ou um simples gesto para que, num instante, todo o peso se tornasse leve.

Sou muito grata aos meus amigos. Aos que já se foram, aos que continuam por perto e aos que chegaram há pouco. Mesmo sem entender direito tudo o que estava acontecendo, ficaram do meu lado, ajudando a aliviar o peso com orações, risadas e

também com cachaças. Minha gratidão a todos pela amizade que acolhe, conforta e dá força para seguir.

Sou profundamente grata a todos os educadores que fizeram parte da minha trajetória, desde a educação infantil e o ensino básico, até os cursos técnicos e o ensino superior. Cada um deles contribuiu, de alguma forma, para que eu chegasse até aqui. Em nome das dezenas de professores com quem tive o privilégio de aprender, agradeço especialmente à Tia Adá, do Maternal II (eu sempre serei sua bonequinha, mesmo depois das brigas com os coleguinhas); à Tia Lindinalva, da alfabetização (minha mãe não permitiu que eu fosse adiantada de turma, e hoje sou grata por isso, pois aprendi a ler e escrever com ainda mais amor e dedicação ao seu lado); e ao professor Paiva, de Biologia, do 1º ano do ensino médio, no Liceu. Lembro-me bem de quando, lá em 2010, o senhor olhou para mim e disse: “Quero ver você daqui a dez anos. Você vai conseguir.” Naquela época, eu nem imaginava cursar o ensino superior, muito menos chegar à UFPB. A todos vocês, obrigada por acreditarem em mim.

Sou grata a todas as pessoas trabalhadoras deste mundo, em especial àquelas com quem tive a oportunidade de conviver e que me ajudaram a compreender, com mais profundidade, essa relação de amor e ódio que tenho com o trabalho. Lembro-me dos clientes da lanchonete do meu pai, quando eu ainda precisava me esticar para alcançar o balcão e atender: despachar pedidos, passar o troco e, ao mesmo tempo, escutar desde cedo que passamos a vida inteira vivendo em função do trabalho. Tenho uma gratidão especial por Dijalma, que, nos intervalos do trabalho no postinho, sempre encontrava um tempo para conversar comigo e me aconselhar a estudar. Estendo também minha gratidão a todos os comerciantes, sobretudo aos ambulantes, que são, mais do que objeto de estudo desta tese, motivo de orgulho e referência para mim quando penso no que significa trabalhar. Agradeço, de modo particular, a Seu João, com quem tive o prazer de ir pra rua, relembrar velhos tempos e aprender ainda mais sobre aquilo que, por tantos anos, foi a minha principal fonte de sustento: o comércio.

Não poderia deixar de mencionar a presidente da AMEG-PB, Márcia dos Ambulantes, que me ensinou a importância da representação coletiva e por quem nutro profunda admiração, tanto pela trajetória quanto pela incansável luta pelo direito ao trabalho. Minha gratidão pelos valiosos ensinamentos.

Agradeço à banca examinadora pela disponibilidade, pelas leituras atentas e pelas valiosas contribuições oferecidas, somando-se a esse conjunto o professor Mario Henrique, que também participou do processo de qualificação. As observações de cada

um ampliaram de forma significativa a qualidade deste trabalho e enriqueceram profundamente meu percurso acadêmico.

Por fim, e por ser o mais importante, registro minha profunda gratidão ao meu professor e orientador, Maurício Rombaldi. Jamais esquecerei suas palavras logo no início desta caminhada: “Mylena, o doutorado não vai te garantir um emprego, mas abrirá portas.” E foi exatamente isso que aconteceu. Como já lhe disse em outras ocasiões, sou imensamente grata e sinto um orgulho enorme por tê-lo como meu orientador. Sua orientação, paciência e confiança foram fundamentais para que esta tese ganhasse forma e sentido. Sem o senhor, este trabalho simplesmente não existiria. Gratidão eterna!

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Imagem do Ponto Cem Réis na década de 1950.....	47
FIGURA 2 – Imagem do Ponto de Cem Réis na década de 2020.....	48
FIGURA 3 – Espaço para banhistas na faixa de areia da orla de João Pessoa	50
FIGURA 4 – Ambulantes atuando na faixa de areia a orla de João Pessoa.....	51
FIGURA 5 – Praça Rio Branco no centro de João Pessoa.....	54
FIGURA 6 – Evento “Sabadinho Bom” na Praça Rio Branco.....	55
FIGURA 7 - Equipamento de ambulante móvel - isopor	124
FIGURA 8 – Equipamento de ambulante móvel – bicicleta	125
FIGURA 9 - Equipamentos de ambulante fixo - tenda.....	125
FIGURA 10 - Equipamento de ambulante fixo - trailer.....	126

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Porcentagem de informalidade no Brasil nos últimos 10 anos ..	63
GRÁFICO 2 – Faixa etária dos ambulantes participantes	70
GRÁFICO 3 – Divisão entre masculino e feminino	71
GRÁFICO 4 – Local de nascimento	72
GRÁFICO 5 – Estado civil dos ambulantes	74
GRÁFICO 6 – Classificação por raça	75
GRÁFICO 7 – Pertencimento religioso	76
GRÁFICO 8 – Grau de escolaridade dos ambulantes participantes	77
GRÁFICO 9 – Grau de escolaridade dos ambulantes da região central	78
GRÁFICO 10 – Grau de escolaridade dos ambulantes da região litorânea	78
GRÁFICO 11 – Grau de escolaridade dos ambulantes da área de festejos	79
GRÁFICO 12 – Proporção de ambulantes que estudam atualmente	79
GRÁFICO 13 – Proporção de ambulantes que são o provedor do lar	81
GRÁFICO 14 – Quantidade de dependentes	81
GRÁFICO 15 – Número de filhos declarados pelos ambulantes	82
GRÁFICO 16 – Experiência anterior em trabalho formal	83
GRÁFICO 17 – Tempo de experiência em trabalho formal	84
GRÁFICO 18 – Contribuição dos ambulantes a previdência social	85

GRÁFICO 19 – Fonte principal de renda dos ambulantes	86
GRÁFICO 20 – Frequência semanal de trabalho dos ambulantes	88
GRÁFICO 21 – Jornada diária de trabalho dos ambulantes	88
GRÁFICO 22 – Distribuição dos produtos comercializados pelos ambulantes na região central	89
GRÁFICO 23 – Distribuição dos produtos comercializados pelos ambulantes na região litorânea	90
GRÁFICO 24 – Distribuição dos produtos comercializados pelos ambulantes na área de festejos	90
GRÁFICO 25 – Ambulantes que possuem ponto fixo de trabalho	91
GRÁFICO 26 – Tempo de atuação dos ambulantes em ponto fixo	92
GRÁFICO 27 – Ambulantes que trabalham para outra pessoa	93
GRÁFICO 28 – Formas de organização do trabalho	93
GRÁFICO 29 – Ambulantes que possuem familiares na mesma atividade	94
GRÁFICO 30 – Parentesco dos familiares que também são ambulantes	94
GRÁFICO 31 – Preferência de local de trabalho entre trabalhadores ambulantes	96
GRÁFICO 32 – Opinião dos ambulantes sobre o ponto de trabalho	96
GRÁFICO 33 – Pagamento para exercer a atividade	99
GRÁFICO 34 – Tempo de atuação dos ambulantes	101
GRÁFICO 35 – Região de atuação dos trabalhadores ambulantes	102
GRÁFICO 36 – Vinculação da categoria a representações coletivas	103
GRÁFICO 37 – Situação cadastral dos ambulantes	104
GRÁFICO 38 – Incidência de apreensão das mercadorias	106
GRÁFICO 39 – Envolvimento de ambulantes em manifestações	107
GRÁFICO 40 – Prática de educação financeira entre os ambulantes	107
GRÁFICO 41 – Faixa de rendimento dos ambulantes	108
GRÁFICO 42 - Faixa de rendimento dos ambulantes da região central	109
GRÁFICO 43 - Faixa de rendimento dos ambulantes da região litorânea	110
GRÁFICO 44 - Faixa de rendimento dos ambulantes da área de festejos	110
GRÁFICO 45 – Faixa de lucro mensal entre os ambulantes	111
GRÁFICO 46 – Propriedade de imóvel entre os trabalhadores ambulantes	112
GRÁFICO 47 – Propriedade de veículo entre os trabalhadores ambulantes	112
GRÁFICO 48 – Antecedentes familiares na mesma atividade	113

GRÁFICO 49 – Ocupação dos pais dos trabalhadores ambulantes	114
GRÁFICO 50 – Nível de escolaridade dos pais dos trabalhadores ambulantes.	115
GRÁFICO 51 – Posse de bens pelos pais/responsáveis dos trabalhadores ambulantes	116
GRÁFICO 52 – Intenção de mudança de ponto de trabalho entre os ambulantes	117

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Modos de inserção para o trabalho no comércio ambulante	61
QUADRO 2 – Pagamento na modalidade pix e o comércio ambulante	66

LISTA DE ESQUEMAS

ESQUEMA 1 - Causalidades da globalização por baixo	38
ESQUEMA 2 – O comércio ambulante na cidade à luz de Magnani	52
ESQUEMA 3 - Síntese da conjuntura pós-pandemia para o comércio ambulante	67
ESQUEMA 4 - Motivos benéficos de trabalhar na rua	98

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – A capital João Pessoa e as cidades circunvizinhas	43
MAPA 2 – Principais ocupações das ruas do centro de João Pessoa para comercialização.....	46
MAPA 3 - Principais ocupações da faixa litorânea de João Pessoa para comercialização	49
MAPA 4 – Principais pontos do comércio ambulante eventual na cidade de João Pessoa	53
MAPA 5 – Principais bairros de João Pessoa habitados pelos ambulantes	72

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Situação dinâmica da região metropolitana.....	44
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMEG-PB:	Associação dos Ambulantes e Trabalhadores em Geral da Paraíba
ANPOCS:	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
CBO:	Cadastro Brasileiro de Ocupações
CLT:	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNPJ:	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DSU:	Direção de Serviços Urbanos
EJA:	Educação de Jovens e Adultos
FUNJOPE	– Fundação Cultural de João Pessoa
GCM:	Guarda Civil Municipal
GRD:	Grupo de Remoção e de Demolição
IA:	Inteligência Artificial
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGP:	Instituto Histórico e Geográfico Paraibano
INSS:	Instituto Nacional do Seguro Social
IPHAN:	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IBRE-FGV:	Instituto Brasileiro de Economia
MEI:	Microempreendedor Individual
MP-PB:	Ministério Público da Paraíba
OIT:	Organização Internacional do Trabalho
PEA:	População Economicamente Ativa
PNAD:	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PIB:	Produto Interno Bruto
PMS:	Pesquisa Mensal de Serviços
SEDURB-JP:	Secretaria de Desenvolvimento e Controle Urbano de João Pessoa
SUDENE:	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUS:	Sistema Único de Saúde
TAC:	Termo de Ajustamento de Conduta
UFPB:	Universidade Federal da Paraíba

UNICAB: União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – O trabalho na cidade: conceitualizações e particularidades	23
1.1 Trabalho informal, território e desigualdade: apontamentos iniciais	24
1.2 O comércio ambulante de João Pessoa: caracterização do território	42
CAPÍTULO 2 – Configuração do comércio ambulante de João Pessoa	56
2.1 Comércio ambulante no cenário brasileiro: aporte teórico-contextual	56
2.2 Perfil das e dos ambulantes de João Pessoa – PB: análise das disparidades socioeconômicas	68
CAPÍTULO 3 – Desigualdades no comércio ambulante	119
3.1 A interpretação das dinâmicas sociais no comércio ambulante de João Pessoa-PB a partir da articulação entre condições e trajetórias sociais	119
3.2 A reprodução das desigualdades no comércio ambulante de João Pessoa	127
3.2.1 Ambulantes da região litorânea	128
3.2.1.1 “ <i>A minha missão lá eu cumpri</i> ”: a contribuição das relações interpessoais para tornar-se ambulante	129
3.2.1.2 “ <i>E eu tentei</i> ”: o impasse diante das condições objetivas para qualificação a profissional	133
3.2.1.3 “ <i>Empreendedora da praia</i> ”: ambulante por opção	137
3.2.2 Ambulantes da região central	140
3.2.2.1 “ <i>É duro, mas é meu</i> ”: entre a autonomia e a precarização do trabalho	141
3.2.2.2 “ <i>A vida virou de cabeça para baixo</i> ”: a passagem do trabalho formal para o comércio de rua	145
3.2.2.3 “ <i>Conseguí depois de véia</i> ”: a condição de escolaridade tardia e a manutenção do trabalho precário	149
3.2.3 Ambulantes de festejos e eventos	154
3.2.3.1 “ <i>Já cheguei a ter quatro</i> ”: a sobrecarga de trabalho em busca de renda	154

3.2.3.2 “ <i>Deu tão certo que fiz disso meu trabalho</i> ”: a transição de trabalhador formal para ambulante.....	158
3.2.3.3 “ <i>Coloquei numa vasilhinha e saí nas ruas vendendo</i> ”: a entrada imprevista de uma evangélica no trabalho noturno	163
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
Apêndices e anexos	174

INTRODUÇÃO

O debate científico contemporâneo sobre as relações de trabalho tem se direcionado à temática da informalidade sob diversos ângulos. Entre eles, destaca-se a abordagem sobre o comércio de rua que se desenvolve a partir de diversas configurações territoriais, ocupando o espaço público a partir de relações conflituosas que resultam da sua condição de irregularidade e de dinâmicas econômicas, políticas e sociais próprias. Conforme previsto no decreto-lei nº 2.041 de 27 de fevereiro de 1940, tal atividade também é denominada como comércio ambulante e deve ser regulamentada pela legislação de cada cidade. Apesar disso, no entanto, essa legislação não tem surtido efeitos sobre a melhoria das condições de trabalho, que se desenvolve a partir de lógicas e dinâmicas próprias, reforçando padrões de vulnerabilidade social em meio aos diferentes usos do território.

Apesar de existirem legislações a nível nacional e local, o comércio ambulante se caracteriza por se desenvolver à margem delas. Isso significa dizer que o reconhecimento e a regulamentação dessa atividade não são contemplados na contemporaneidade, como veremos mais adiante. Na cidade de João Pessoa, na Paraíba, a atividade dos ambulantes é regulamentada a partir do Código de Posturas do Município, estabelecido no ano de 1995. Apesar disso, o desempenho de atividades de comércio de rua nos espaços públicos da cidade ocorre de forma regular, sem registro oficial e em espaços fixos, o que contraria esta regulamentação, que permite a atuação de trabalhadores¹ ambulantes de modo transitório e sob licença prévia.

A ocupação constante de ruas e calçadas continua a se desenvolver porque os trabalhadores precisam expor seus produtos à venda para sobreviver, já que o mercado de trabalho formal não absorve a mão-de-obra disponível no país. Tal ocupação ocorre de forma desigual e instável, uma vez que ela pode ser estabelecida a partir de negociações entre os próprios trabalhadores e entre eles e o poder público. Da mesma forma, quando esses acordos não ocorrem, observam-se apreensões de mercadorias e a interrupção das atividades pelo órgão gestor municipal responsável pela fiscalização na cidade.

¹ Reconhecemos a necessidade de avanço nas regras formais da língua portuguesa no sentido de incorporar, mesmo que de modo coloquial, todos os gêneros ao referir-se a determinado indivíduo ou coletividade. Para este estudo, por uma questão de fluidez textual, quando nos referirmos a trabalhadores, estaremos considerando, sempre, trabalhadores e trabalhadoras.

O comércio ambulante é apenas uma das diversas formas de trabalho contemporâneas consideradas na categoria dos trabalhadores informais e deve ser considerado em sua pluralidade e especificidades. No caso de João Pessoa, ele tem se concentrado historicamente no centro da cidade, mas vem se distribuindo em outros bairros da cidade, sejam eles periféricos ou de alto padrão econômico, em que se modificam a forma de ocupação das localidades em que as atividades são desempenhadas, assim como os tipos de produtos comercializados.

No que concerne à descrição das características do comércio ambulante, é possível compreendê-lo enquanto uma atividade mutável em termos de configuração territorial, apesar de permanente em termos de ocupação do espaço, a exemplo. Além de não possuírem vínculo empregatício, em sua maioria, como percebido durante a observação etnográfica, são autônomos (trabalham por conta própria), mas que não são regularizados – seja através do registro como Microempreendedor Individual (MEI) ² ou mesmo diante do órgão responsável, que neste caso é a Secretária de Desenvolvimento Urbano (SEDURB-JP) – e, por vezes, são contratados, sendo vistos apenas como ajudantes ou mesmo como funcionários, mas com contratos apenas verbais entre os próprios ambulantes. Prevalecem também as relações familiares, nas quais muitas vezes estão presentes pais, filhos e parentes próximos que “se ajudam” trabalhando no mesmo espaço e dividindo a renda adquirida.

Contudo, a despeito da histórica presença do trabalho ambulante na cidade, ele é marginalizado, entre outras coisas, em razão da sua irregularidade. Ainda que boa parte da população faça uso dos seus serviços, medidas institucionais para o seu impedimento são constantemente adotadas, seja com a criação de shoppings populares³ ou com a

² Essa regularização da pessoa ambulante através do programa MEI pode ser considerada uma polêmica. Tendo em vista que, se de um lado estamos tratando de um grupo heterogêneo e que, as condições objetivas para passar a ser uma pessoa jurídica - mesmo que pague um valor relativamente baixo para assim poder ter acesso a direitos previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria –, não contemple a todo o grupo, como por exemplo, aquelas pessoas que recebem benefício por meio da transferência de renda, já que não podem, em termos gerais, possuir um emprego. Por outro lado, há relatos de representantes de uma outra cidade que, a gestão municipal incentivou o cadastro prévio no MEI dos ambulantes e, posteriormente alegou que não iria conceder o auxílio emergencial (Lei nº 13.982 de 2020) para trabalhadores informais para esse grupo, tendo em vista que eram, em termos legais, agora pessoas jurídicas. Ou seja, é um debate que precisa ser levado adiante, na medida em que é necessário a criação de uma seguridade social específica para esse grupo e que atenda às suas reais demandas.

³ Shopping popular, conhecido em outras regiões enquanto camelódromo, costuma ser uma iniciativa do Poder Público que visa formalizar justamente o trabalho ambulante, construindo galpões com vários boxes para comportar os trabalhadores que ocupam as ruas e calçadas da cidade. Em João Pessoa existem alguns, dentre eles o Shopping Terceirão e o Centro de Passagem. Tais espaços não comportam a todos os ambulantes das regiões em que estão estabelecidos e, muitas vezes, não são atraentes a trabalhadores em termos de rendimentos para os mesmos, por serem construídos em locais pouco movimentados.

apreensão de mercadorias. Isso foi observado, inclusive, durante a pandemia de covid-19, momento em que ocorreu a retirada⁴ de barracas na feira livre conhecida como Mercado Central.

A relação entre a irregularidade do comércio ambulante e a atuação do poder público frente a essa problemática é analisada por Telles (2010, p. 192), quando observa a existência de “jogos políticos” os quais podem ser considerados, de modo sucinto, como uma atuação corrupta dos agentes sociais envolvidos na fiscalização de pontos de atuação, o que impede uma reparação eficaz da condição ilícita dos ambulantes. A partir disso, observar as estratégias de permanência dos trabalhadores do comércio de rua na cidade nos níveis individual e coletivo revela-se importante para que se compreendam as dinâmicas de uma atividade de caráter irregular que, em razão disso, se torna desprotegida no que diz respeito a direitos trabalhistas.

Diante desta realidade, a pesquisa de mestrado realizada no biênio 2019-2020, que teve como campo de estudo o centro de João Pessoa, observou que o comércio ambulante na região se desenvolveu a partir de uma espécie de *permanência mutável*. Nesse estudo, indicou-se uma continuidade da atividade ambulante na localidade a despeito da sua proibição, na medida em que ocorreu a reconfiguração da ocupação das ruas da região e se modificaram as pessoas que desenvolviam as suas atividades. Sobretudo, observou-se que tal processo se desenvolveu, principalmente, a partir das resistências e negociações desempenhadas em conjunto com a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Ambulantes em Geral da Paraíba (AMEG-PB) e do Sindicato dos Ambulantes da Paraíba (SINDAMBULANTES/PB), os quais contribuíram para viabilizar a permanência dessas pessoas na região.

A comercialização de produtos nas ruas da cidade é uma atividade que acompanha historicamente a estrutura do mercado de trabalho na América Latina, com destaque, aqui, para o Brasil. Essa característica corresponde a um padrão, na medida em que o desenvolvimento econômico do continente latino-americano se submeteu à colonização europeia, fato histórico que contribuiu para tornar as relações de trabalho na região precárias e desiguais (CAMPOS, 2017). No caso brasileiro, essa situação tem se perpetuado a despeito das novidades proporcionadas pela declaração de independência

⁴ Notícia transmitida pela emissora Portal Correio na data 14 de maio de 2020, intitulada “Prefeitura tira 90 barracas de feira do Mercado Central de JP”. Disponível em: <<https://portalcorreio.com.br/prefeitura-retira-barracas-mercado-central-jp/>> Acesso em 07 de out. de 2020.

ocorrida no século XIX, a inserção do trabalho livre e o desenvolvimento tecnológico que ganhou impulso com a industrialização experimentada no século XX (KOWARICK, 1994).

Apesar de não ser um fenômeno recente, o debate sobre o comércio ambulante é relativamente novo no campo científico, e tem sido considerado dentro das discussões sobre a categoria da informalidade. Somente na década de 1970 é que o trabalho informal foi analisado por Hart (1973) e reconhecido enquanto um setor da economia pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Na medida em que o debate sobre o tema foi se ampliando, novos entendimentos surgiram, uma vez que a informalidade se configura por processos plurais e dinâmicos (CACCIAMALI, 2000).

A informalidade no país é significativa e continua aumentando devido a fatores externos que acompanharam o desenvolvimento dessa região e que constituem em desiguais condições de acesso ao trabalho. No Brasil, os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD-Contínua), realizada trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que no primeiro trimestre de 2022, havia 38.202.000 trabalhadores informais. No segundo trimestre de 2022, esse número aumentou em uma média de 3%, reforçando a tendência de informalização do mercado de trabalho brasileiro (IBGE, 2022).

Os trabalhadores informais contribuem para o desenvolvimento da economia local, mesmo que na irregularidade. Assim, destaca-se como o fazer política vai além das decisões governamentais, neste caso a legislação e a atuação do poder local quanto ao uso e ocupação do solo público. Há uma macroestrutura societária que determina a permanência do comércio ambulante até a contemporaneidade, o que é passível de correlacionar com a desigualdade e exclusão social associada ao aumento do desemprego e mudanças na produção do capital, por exemplo (PAOLI, 1974).

Diante disso, considera-se a (re)configuração do ambiente urbano, ressaltando a importância do lugar na vida dos trabalhadores que atuam no comércio ambulante da cidade. Para essa análise, serão abordadas duas categorias fundamentais para compreender a organização e o desenvolvimento dessa atividade: território e espaço. Vale destacar que ambas podem ser interpretadas sob diferentes perspectivas; contudo, neste estudo, serão examinadas com o objetivo de entender as relações estabelecidas no comércio ambulante da cidade de João Pessoa, evidenciando a reprodução das desigualdades nesse contexto, sob a lógica da dinâmica capitalista.

As relações sociais derivadas desse tipo de comércio são extremamente instáveis, uma vez que, diariamente, novas pessoas ingressam na atividade enquanto outras a abandonam. Isso faz com que os grupos que compõem esses espaços tenham uma presença nos espaços públicos da cidade de forma indefinida e diversa. Embora as atividades ambulantes sejam tradicionais e acompanhem o desenvolvimento econômico da cidade, elas se reconfiguram constantemente, sobretudo devido aos conflitos gerados por sua irregularidade (SILVA; RAMIRO, 2020). Além dessa instabilidade, a configuração do comércio de rua é influenciada por outros fatores, como será evidenciado neste estudo, reforçando a heterogeneidade desse grupo.

A atividade ambulante persiste em meio à constante entrada e saída de pessoas do comércio de rua em meio a diferentes atividades, que se materializam em distintos tamanhos das barracas, sua posição, bem nos tipos de produtos comercializados. Além disso, tal pluralidade de características se constitui em um cenário complexo, marcado pela coexistência dos ambulantes junto à gestão municipal, aos pedestres e aos lojistas que compõem esse território e configuram a cidade, constituindo um amálgama social que oferece muitos sentidos ao trabalho e aos espaços sociais.

Desde essa perspectiva, o presente estudo também visou a compreensão de como esses processos se desenvolvem em João Pessoa, considerando-se a relação entre as características territoriais da cidade e esse tipo de comércio. Nesse sentido, para a proposta, ganha relevância a análise sobre os modos de ocupar os territórios, as estratégias de permanência, ou mesmo das resistências elaboradas dentro dos diferentes contextos. A observação *in loco* na cidade permitiu observar e fazer o recorte para três zonas de atuação dos trabalhadores ambulantes: a primeira é composta pelos ambulantes de **festejos e eventos**, os quais são regulamentados pela legislação municipal e atuam nas festas que ocorrem em João Pessoa, como por exemplo, Carnaval, São João e a tradicional Festa das Neves; a segunda é localizada majoritariamente no **centro** da cidade, onde atuam os ambulantes que, mesmo de forma irregular, ocupam as ruas e calçadas dessa região por décadas; e, por fim, a terceira zona, que fica na **faixa litorânea** da cidade.⁵

Assim, para perceber as mudanças que ocorrem no comércio ambulante da cidade de João Pessoa a categoria território se mostrou útil por auxiliar na compreensão de como

⁵ Como o aumento drástico da informalidade, logo do comércio ambulante também, há membros desse grupo por todo o território da cidade, estando concentrados inclusive em bairros mais distantes do centro, como Mangabeira, por exemplo. Contudo, na tentativa de contemplar as diferenças dentro da categoria em si propriamente dita, o recorte será dado para essas três zonas de atuação.

essa atividade é organizada e desenvolvida na cidade. Entende-se que território corresponde não apenas a uma dimensão de terra dividida em termos geográficos e administrativos, mas que, dentro desse espaço delimitado, observam-se determinantes políticos, econômicos e sociais que influenciam na sua configuração. Dito isso, um dos conceitos norteadores desta pesquisa foi o de “território usado”, desenvolvido por Santos (1999), em que se considera a identidade atribuída a uma configuração territorial a partir de seu uso pelos agentes sociais.

Adicionalmente, a permanência dos trabalhadores ambulantes foi duramente afetada por medidas de prevenção contra a Covid-19, as quais foram dadas por meio de decretos estaduais e municipais, o que fez com que o funcionamento do comércio de rua oscilasse entre sua liberação, sua restrição ou proibição. Essa situação perdurou até o ano de 2021, contudo, suas consequências ainda são sentidas pelos ambulantes e se mostraram como um aspecto relevante para a análise proposta por este estudo. Como efeito, tem-se uma crise não somente sanitária, mas política e econômica, o que contribui com o aumento da informalidade. Diante dessas adversidades, o comércio ambulante tem permanecido sob diversas configurações territoriais, estabelecidas em meio à relação com o poder público.

A partir disso, observa-se que as relações sociais que perpassam o trabalho informal, mesmo que aparentemente desorganizadas, constituem práticas particulares que, sob um panorama mais amplo, dizem respeito a formas estabelecidas em uma posição subordinada no capitalismo. Dessa forma, a presente pesquisa teve por objetivo analisar a dinâmica do trabalho informal do comércio ambulante na cidade de João Pessoa, tendo em vista identificar vulnerabilidades sociais em termos das possibilidades de desempenho do trabalho informal, relacionados às particularidades das suas configurações territoriais e da busca por proteção social.

Outra característica relevante do comércio ambulante analisada nesta pesquisa refere-se à estigmatização dessa atividade, tanto pela população quanto pelo poder público, o que resulta em práticas de repressão. Essa dinâmica manifesta-se, por exemplo, nas apreensões de mercadorias realizadas pelos órgãos gestores responsáveis. A violência policial encontra sustentação no estigma social atribuído aos trabalhadores ambulantes, perceptível em discursos recorrentes que os acusam de “querer ser os donos da rua” ou de “não querer trabalhar, preferindo fazer bico para manter a mamata”. A análise do comércio ambulante sob as perspectivas do estigma e da repressão permite estabelecer um diálogo com Elias e Scotson (2000), autores que discutem a divisão entre os grupos

estabelecidos e os outsiders. Para eles, os outsiders são indivíduos que não se conformam aos valores dominantes de determinado grupo, o que desencadeia processos de diferenciação e exclusão social. De modo análogo, pode-se considerar que os ambulantes ocupam a posição de outsiders, uma vez que atuam nas margens da legalidade e, por isso, frequentemente deixam de ser reconhecidos como trabalhadores que deveriam ser amparados pelo Estado.

Observa-se que os fatores que condicionam o trabalho ambulante, enquanto atividade exercida à margem da sociedade, são múltiplos. De modo geral, o ingresso nesse tipo de ocupação decorre do desemprego, da necessidade de complementar a renda ou, em alguns casos, da escolha por uma atividade que oferece determinadas formas de autonomia. Essa heterogeneidade impede que o grupo de trabalhadores seja compreendido de maneira homogênea, uma vez que reúne indivíduos com interesses e percepções distintos. Além disso, os ambulantes vivenciam de forma diversa os estigmas, a repressão e a precariedade associados ao trabalho informal. As próprias condições de atuação variam conforme o território e a dinâmica local, o que se reflete, por exemplo, nas jornadas de trabalho: enquanto alguns exercem suas atividades apenas nos fins de semana, outros atuam no período noturno ou durante o horário comercial. Nesse sentido, a análise das trajetórias individuais dos ambulantes, articulada aos aspectos macroestruturais relacionados ao desenvolvimento social e econômico, revela-se fundamental no delineamento metodológico desta pesquisa (RANGEL, 2021).

Para tal estudo, quanto a escolha do marco teórico, são utilizados conceitos provenientes da teoria desenvolvida pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu que propõem, por meio de uma sociologia reflexiva que considera a relação entre objetividade e subjetividade, compreender lógicas de dominação materiais e simbólicas, bem como a constituição das práticas coletivas e individuais. Com relação a estes últimos pontos, os conceitos de *habitus* e capital ganham importância para se compreender as estruturas sociais da subjetividade, observadas nesta tese, em especial, a partir de uma abordagem teórico-metodológica direcionada à análise de trajetórias sociais.

A perspectiva teórica que orienta esta pesquisa sustenta que o conhecimento científico deve ultrapassar o determinismo objetivista, considerando não apenas os condicionamentos sociais, mas também as inferências subjetivas que orientam a ação social. No caso dos trabalhadores ambulantes, observa-se que, embora atuem sob condições de vida semelhantes, desenvolvem predisposições específicas à ação. Se, por um lado, compartilham condicionamentos sociais comuns, por outro, manifestam práticas

distintas em função das singularidades de suas trajetórias. Essas diferenças resultam em variadas disposições para adaptar-se à precariedade das relações de trabalho e em diferentes aptidões para alcançar êxito em contextos marcados pela instabilidade do trabalho informal. Com base nesses pressupostos, a metodologia de pesquisa foi estruturada em três etapas articuladas. A primeira consistiu em observação participante junto ao comércio ambulante da cidade, realizada entre março de 2021 e março de 2024. A segunda envolveu a aplicação de questionários junto a 127 trabalhadores ambulantes atuantes nas zonas: central, litorânea; e de festejos e eventos. Com o objetivo de delinear o perfil sociodemográfico dos diferentes grupos. A terceira etapa consistiu na realização de entrevistas em profundidade com nove ambulantes, selecionados a partir das observações de campo e por indicação de uma instituição representativa, o que possibilitou a participação dos sujeitos na pesquisa.

No âmbito das atividades de observação participante, destaca-se o apoio da AMEG-PB, instituição na qual atuei como assistente social entre março e setembro de 2021, intervindo em demandas relacionadas ao papel da organização. Após esse período, mantive o acompanhamento das ações desenvolvidas pela associação. Nesse contexto, atuei também como voluntária no processo de inscrição para eventos junto à SEDURB-JP, colaborando na elaboração de documentos que formalizavam reivindicações relativas ao trabalho dos ambulantes em níveis local e nacional, além de participar de reuniões com gestores públicos voltadas às demandas do comércio ambulante. Ademais, exerci atividades como ajudante de ambulantes durante a Festa de São João de 2023 e o Carnaval de 2024, na cidade de João Pessoa-PB, o que incluiu tanto o trabalho direto no comércio de rua quanto tarefas complementares, como a compra de produtos em feiras, a produção de alimentos nas residências dos trabalhadores, a montagem e desmontagem de barracas e o transporte de mercadorias.

CAPÍTULO 1 – O trabalho na cidade: conceitualizações e particularidades

O estudo das relações de trabalho nas dinâmicas urbanas requer uma reflexão acerca das categorias sociológicas capazes de explicar o comércio ambulante como expressão significativa do trabalho informal nas cidades. Este capítulo tem como propósito situar teoricamente essa discussão, apresentando os conceitos que sustentam a análise do objeto empírico selecionado ao articular as dimensões do trabalho, do território e da desigualdade social. Busca-se, portanto, delinear o percurso conceitual que orienta a compreensão da informalidade como parte constitutiva do modo de produção capitalista e das transformações urbanas contemporâneas, ressaltando o papel do território na configuração das práticas laborais e nas formas de vulnerabilidade que emergem desse processo. Ao fazê-lo, se introduz à análise da informalidade e das suas expressões na cidade a discussão sobre as desigualdades que se manifestam na ocupação e no uso dos espaços urbanos.

Inicialmente, apresenta-se uma breve exposição acerca da forma como a temática da informalidade tem sido abordada no campo da sociologia, destacando os principais enfoques teóricos desenvolvidos nas últimas décadas e a perspectiva adotada nesta pesquisa. Em seguida, discute-se o conceito de território, indispensável para o debate sobre o uso do espaço urbano e a organização da cidade a partir do trabalho informal. Esses debates são fundamentais para a compreensão da vulnerabilidade social que se expressa, sobretudo, na desigualdade experimentada na ocupação de posições no mercado de trabalho e seus efeitos no acesso à proteção social, e da sua articulação com as dinâmicas territoriais. A análise considera as particularidades históricas e estruturais que moldaram o comércio ambulante em João Pessoa, à luz do modo de reprodução capitalista. Parte-se do entendimento de que as relações de mercado na América Latina foram constituídas sob uma lógica colonizadora, perspectiva analisada a partir do conceito de “globalização por baixo”, o que contribui para as elevadas taxas de informalidade observadas na região (PORTES, 1997; INANNI, 2001).

Na sequência, examina-se a organização do comércio ambulante na cidade de João Pessoa, com ênfase em sua distribuição espacial. Identificam-se três zonas principais de atuação: a região central, a região litorânea e a área de festejos e eventos. A partir dessa

divisão, são analisadas as especificidades que diferenciam essas áreas quanto à forma de organização e estruturação do comércio de rua.

1.1 Trabalho informal, território e desigualdade: aspectos conceituais

Para uma compreensão sobre os usos do conceito de informalidade, neste ponto, apresenta-se uma revisão da literatura sobre estudos voltados a essa temática, tratando dos argumentos em torno do conceito. O debate sobre informalidade, no campo científico, é relativamente novo. Apesar disso, o trabalho informal tem acompanhado o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo da história. Em um mercado de trabalho formal marcado por inovações tecnológicas e por transformações nas formas de organização produtiva, observa-se a não absorção de toda a força de trabalho disponível, o que também tem favorecido o surgimento de novas modalidades de informalidade, como o trabalho uberizado. Nesse contexto, o comércio de rua configura-se como uma expressão tradicional da atividade informal.

No início da década de 1970, Hart (1973) realizou uma pesquisa em Gana na qual investigou diferentes formas de obtenção de renda que escapavam à lógica do trabalho formal. Sua análise evidenciou que, especialmente entre os migrantes urbanos, havia uma ampla gama de atividades econômicas desenvolvidas à margem do emprego assalariado, as quais foram denominadas por ele de “oportunidades de renda informais”. A partir de suas observações, Hart constatou que, mesmo na ausência de vínculos empregatícios formais, os indivíduos conseguiam auferir rendimentos por meio de atividades remuneradas diversas, em que mobilizavam estratégias próprias, revelando a existência de um setor econômico dinâmico e autônomo, baseado na informalidade. (HART, 1973). Nas palavras do autor:

A distinção entre oportunidades de renda formais e informais baseia-se essencialmente na diferença entre trabalho assalariado e trabalho por conta própria. A variável-chave é o grau de racionalização do trabalho — isto é, se a mão de obra é ou não recrutada de forma permanente e regular em troca de remunerações fixas. A maioria das empresas que opera com algum grau de burocracia é passível de enumeração por meio de pesquisas e, como tal, constitui o “setor moderno” da economia urbana. O restante — isto é, aqueles que escapam à enumeração — é classificado de diversas maneiras, como “o setor urbano de baixa produtividade”, “o exército de reserva de subempregados e desempregados”, “o setor urbano tradicional”, e assim por diante. Esses

termos prejudicam a análise ao pressuporem aquilo que precisa ser demonstrado (HART, 1973, p. 68, tradução nossa).⁶

A ideia de informalidade surgiu no contexto do conceito de “setor informal” elaborada por Hart, ao perceber a economia subdesenvolvida e segmentada que se constituía a despeito da ideia de trabalho formalmente constituído. Nesse mesmo período, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizou uma Missão para o Emprego no Quênia, por meio da qual passou a reconhecer a existência do setor informal no âmbito das relações de trabalho (OIT, 2014). Esse evento representou, no contexto geopolítico, a inserção do debate sobre o trabalho informal não apenas no campo científico, mas também na esfera governamental, em escala global.

A partir disso, novas compreensões sobre a informalidade foram sendo desenvolvidas, ampliando o debate em torno das relações de trabalho nesse setor. Em especial, esses estudos analisaram a informalidade sob a perspectiva de sua marginalidade e desregulamentação, além de seu papel como alternativa para aqueles que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal. Destaca-se, nesse contexto, a abordagem marxista, que ganhou força no final da década de 1970 e interpreta a informalidade a partir da concepção de capitalismo dependente.

O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. Os agentes econômicos podem se iludir, no plano psicológico, ou incentivar a ilusão dos outros, no plano político. Contudo, nas condições em que é praticada nos países da América Latina, a sobreapropriação repartida do excedente econômico não deixa outra saída (FERNANDES, 1972, p. 56).

Depois disso, uma série de abordagens neomarxistas foram elaboradas, relacionando a informalidade ao capitalismo dependente e marginal, como por exemplo, Marini (1990). Isso significa dizer, em termos específicos, que essas formas de produção e de renda ocorrem à margem porque há uma espécie de submissão dessas regiões a outras, consideradas economias desenvolvidas, que seria o capitalismo internacional, não existente no continente da América Latina em nenhum país, tendo em vista o processo

⁶ The distinction between formal and informal income opportunities is based essentially on that between wage-earning and self-employment. The key variable is the degree of rationalisation of work - that is to say, whether or not labour is recruited on a permanent and regular basis for fixed rewards. Most enterprises run with some measure of bureaucracy are amenable to enumeration by surveys, and - as such - constitute the 'modern sector' of the urban economy. The remainder - that is, those who escape enumeration - are variously classified as 'the low-productivity urban sector', 'the reserve army of underemployed and unemployed', 'the urban traditional sector', and so on. These terms beggar analysis by assuming what has to be demonstrated (HART, 1973, p. 68, no original).

histórico de exploração e submissão que este território vivenciou ao longo do desenvolvimento do capitalismo.

A informalidade passa a ser compreendida pela OIT como um tipo de economia, e não apenas um setor, em 1972, em razão da sua característica transversal e simultânea à formalidade (OIT, 2006). A partir dos anos de 1980 emergem interpretações que debateram o papel do Estado no desenvolvimento de relações de trabalho que incluíam as atividades informais, reconhecendo sua influência por meio das regulamentações e legislações trabalhistas. De um lado, observam-se autores que criticam a ausência do Estado no âmbito das relações de trabalho informais e defendem a necessidade de regulação estatal (PORTES, 1989), de outro, autores, influenciados por uma perspectiva liberal, criticam a intervenção estatal, defendendo uma responsabilização individual pelo acesso ao trabalho (SOTO, 1987).

Para esta pesquisa, reconhece-se a importância de considerar o papel do Estado na promoção de uma série de garantias constitucionais por meio da proteção social experimentada nos direitos básicos vinculados às relações de trabalho. No que diz respeito a esse entendimento, Silva (2002) caracteriza o mercado informal como sendo toda a atividade laboral que não é regulada pelo Estado, o que acaba recaindo na ausência da proteção social aos trabalhadores.

Cabe observar que, no caso dos ambulantes, no entanto, não é possível afirmar que o poder público está totalmente ausente nas dinâmicas dessa atividade comercial, haja visto sua atuação constante na forma de policiamento e de repressão (CARDOSO, 2014). Dito isto, a perspectiva aqui adotada é a de que a regulação estatal é necessária para além de medidas repressivas, no sentido de promover o direito ao trabalho, se opondo aos postulados da ideologia neoliberal quanto a responsabilização individual do trabalho, que ganha forma por meio do discurso empreendedor (BROWN, 2018, p. 15).

Ainda sobre o conceito de informalidade, Cacciamali (2001) destaca os aspectos de subordinação e autonomia intrínsecos a esse tipo de atividade:

A expressão da redefinição das relações de produção, dos processos de trabalho e das formas de inserção dos indivíduos, decorrentes das mudanças estruturais em andamento na economia mundial e dos processos de ajustamento estrutural que estão sendo implementados nas diversas economias nacionais. O processo de informalidade reflete, por um lado, a destruição ou corrosão de determinadas relações de produção, formas de inserção, de regras institucionais e sociais, formas de contrato etc. vinculadas ao modelo econômico fordista que começa a entrar em decadência ao final dos anos 70, e, por outro, o processo de

construção de outras relações, instituições e contratos associados ao modelo econômico emergente no momento contemporâneo (p. 14-15, 2001).

Com isso, a autora propõe a ideia de “processo de informalidade” para enfatizar as dinâmicas que ocorrem em meio à informalidade, que estão para além do que está visível e instituído. As dinâmicas que se tornam invisíveis nesse processo, consolidam uma forma de laborar na sociedade, cada vez mais pertinente, e deste modo, pertencente ao modo de produção capitalista como um todo, e não apenas as regiões periféricas, como antes categorizado. A informalidade é reconhecida, então, como um movimento plural e diversificado que precisa ser observado sob um olhar contextualizado.

Assim, no momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais. Essas formas, sejam elas novas, recriadas ou ampliadas, devem ser tipificadas, de tal forma a constituírem em si mesmas categorias de análise, embora o exame sobre seu comportamento e evolução deva ser sempre referenciado ao processo de desenvolvimento econômico, social e político em andamento (CACCIAMALI, 2000, p. 164).

É a partir dessa compreensão da informalidade enquanto uma dinâmica, que se pretendeu analisar o comércio ambulante de João Pessoa: ele deve ser percebido enquanto parte constituinte da dinâmica do desenvolvimento capitalista e deve ter leitura contextualizada. Contudo, destaca-se as dificuldades encontradas no trabalho informal em termos de uma precariedade que é observada por meio de uma imprevisibilidade do trabalho que se alia à ausência de proteção social e à criminalização pelo Estado. Logo, é considerado também que, devido ao processo histórico e às condições objetivas que permeiam a informalidade, esta revela as desigualdades sociais:

Ou seja, são condições de trabalho marcadas cotidianamente pela incerteza, baixos rendimentos e privação de bens e direitos. É com este significado que se utiliza aqui o termo vulnerabilidade das condições de trabalho em referência aos empreendimentos da economia dos setores populares, buscando captar o sentido estrutural peculiar à dinâmica interna dessa economia, inclusive a sua permanência e reprodução (KRAYCHETE, 2021, p. 63).

Nos últimos anos, o conceito de “nova informalidade” vem sendo debatido para indicar formas de trabalho que têm como principais características a responsabilização

individual pelo trabalho e o discurso empreendedor de si mesmo. Autores como Alves (2018), ao analisarem a realidade brasileira, indicam uma dualidade entre uma velha e uma nova informalidade em que, ao passo que perduram a lógica de contratos verbais e o trabalho autônomo não regulamentado, a emergência da terceirização e da subcontratação de trabalhadores intensificam a implementação de práticas informais. Para o autor, as constantes transformações no campo do trabalho ocorridas desde a década de 1990, como por exemplo, a menor rigidez nas relações de trabalho provocada pela flexibilização dos serviços, proporcionaram não apenas o aumento do contingente de trabalhadores informais, mas uma mudança no seu perfil. Segundo ele, isso pode ser observado por meio do crescimento de pessoas das mais diversas classes sociais e com um maior nível de escolaridade no mercado de trabalho informal. Tal ingresso na informalidade, conforme ele observa, tem diversas motivações, que vão desde escolhas individuais até a imposição que reside na única alternativa de renda tornada acessível.

Sobre as transformações nas relações de trabalho que se exprimem no crescimento da flexibilidade e da terceirização, Oliveira (2003) faz uma análise quanto às suas consequências na distribuição de renda e as condições de vida de uma forma geral. Com essas mudanças, o que prevalece no âmbito do trabalho formal são contratos verbais e informais que desrespeitam a regulamentação e muitas vezes acabam priorizando o empregador em detrimento do empregado. Ainda sobre esse contexto, Oliveira (2003) conclui que o acesso ao trabalho assalariado se dá em condições desiguais. Logo, o campo de trabalho passa a ser também um campo de conflitos:

[...] a luta pelo acesso aos ganhos da produtividade por parte das classes menos privilegiadas transforma-se necessariamente em contestação ao regime, e a luta pela manutenção da perspectiva da acumulação transforma-se necessariamente em repressão. Essa dialética, penetra hoje os mais recônditos lugares da vida nacional, em todas as suas dimensões, em todos os seus níveis: qualquer lugar, qualquer atividade, é hoje um campo de batalha[...] (OLIVEIRA, 2003, p. 80)

Dito isto, é possível observar as diferentes formas que configuram as relações de trabalho na contemporaneidade. Há uma desarmonia no que diz respeito a ter acesso, sobretudo ao trabalho de forma livre e digna, como é garantido constitucionalmente a todos os cidadãos no país (BRASIL, 1988). E tendo em vista as dificuldades postas, a exemplo, o desemprego e a precarização, estar realizando uma atividade laboral remunerada no país pode ser comparado a um campo de batalha, considerando as desigualdades que acompanham o desenvolvimento econômico dessa região, bem como

as fragmentações resultadas desse processo, como é o caso da informalidade, e que somadas, assolam a sociedade (HAESBAERT, 2013).

Dados do IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), indicam o aumento histórico, tanto no nível de informalidade quanto no de desemprego no país, no ano de 2019. Sobre essa relação Barbosa (2019) observa:

A partir de então, essa tendência se interrompe e o desemprego emerge como principal vetor na produção dos resultados líquidos. Com defasagem de quase um ano, o desalento emerge com intensidade, de forma que, no início de 2017, a soma dos dois componentes já era responsável pelo aumento de mais de 20 pontos no Gini. O ano de 2016 é aquele em que há aumentos mais rápidos, pois a desigualdade entre trabalhadores passa a atuar também. Em 2017 e 2018, desemprego e desalento se estabilizam em níveis extremamente altos e então as tendências gerais passam a refletir basicamente as desigualdades entre trabalhadores (BARBOSA, 2019).

A partir dessa análise, observa-se que, no Brasil, a informalidade se expande juntamente com o aumento do desemprego. Isso tem se intensificado em razão das transformações relacionadas às inovações tecnológicas, à flexibilização e à terceirização dos serviços, por exemplo, já que essas mudanças repercutem na diminuição de postos de trabalho formal em todo o território nacional. Nesse sentido, é possível inferir que o trabalho informal é uma alternativa para aqueles que não conseguem acessar uma atividade laboral com vínculo empregatício e encontram nele um meio de subsistência na sociedade contemporânea (JAKOBSEN, 2000).

Contudo, o aumento da informalidade não pode ser atribuído exclusivamente ao crescimento do desemprego. Embora o trabalho informal muitas vezes se configure como a única alternativa para muitos brasileiros, é fundamental problematizar a crescente responsabilização individual diante das dificuldades de acesso a formas protegidas de obtenção de renda. O discurso da autorresponsabilidade no acesso ao trabalho estável e regulamentado contribui para a legitimação das condições precárias presentes nas atividades informais. Nesse contexto, a lógica empreendedora se torna uma narrativa recorrente no universo do trabalho informal. No grupo de comerciantes ambulantes analisado, essa perspectiva é perceptível nos discursos de alguns trabalhadores, que enxergam seu ponto na rua como uma empresa. Apesar da ausência de reconhecimento oficial, esses trabalhadores ocupam um espaço, investem financeiramente na compra de equipamentos e acabam se estabelecendo de forma permanente em áreas públicas (BROWN, 2018).

Nesse sentido, ainda sobre as perspectivas conceituais aqui adotadas para o estudo sobre o comércio ambulante dentro da cidade de João Pessoa, a análise da categoria território se faz relevante por direcionar a compreensão das distintas formas da experiência do trabalho precário. Essa categoria se mostra útil por viabilizar a compreensão das dinâmicas sociais em termos da organização socioespacial laboral, em razão de permitir mapear as particularidades das condições que conformam o comércio ambulante na cidade. Nesse sentido, um recorte de análise territorial significa ir além dos aspectos geográficos que delimitam a cidade e seus bairros, mas reconhecer o território enquanto espaço utilizado pelos trabalhadores ambulantes a partir de zonas de atuação, as quais serão descritas no terceiro tópico (SANTOS, 2002).

A compreensão da categoria analítica território foi operacionalizada nesta pesquisa por meio da observação das formas como a atividade dos ambulantes é desempenhada sob condições semelhantes, porém distintas em vários aspectos, em decorrência das desigualdades vivenciadas nas vias públicas. A análise da ocupação e do uso diferenciado das ruas evidencia a necessidade de refletir sobre a relação entre o espaço e as atividades de trabalho.

A atuação coletiva, na qual grupos de ambulantes se organizam em determinadas localidades, conforma redes de relações e condições de trabalho que resultam na constituição de múltiplos territórios. Para ampliar a compreensão de território a partir de seu uso e, especificamente, do ponto de vista dos trabalhadores ambulantes, recorre-se ao conceito de multiterritorialidade proposto por Haesbaert (2004). O autor contrapõe-se à ideia de desterritorialização, predominante no campo acadêmico no início dos anos 2000. Enquanto essa última concepção sustenta que os sujeitos modificam seus espaços de ocupação e abandonam determinados territórios, a multiterritorialidade permite observar a ocupação simultânea e articulada de diferentes espaços, configurando uma rede de apoio e pertencimento dentro do território.

Nesse sentido, Haesbaert observa que,

Entendendo território em sentido amplo, percebemos que essa “necessidade territorial” ou de controle e apropriação do espaço pode estender-se desde um nível mais físico ou biológico (enquanto seres com necessidades básicas como água, ar, alimentos, abrigo para repousar), até um nível mais imaterial ou simbólico (enquanto seres dotados do poder da representação e da imaginação e que a todo instante ressignificam e se apropriam simbolicamente do seu meio), incluindo todas as distinções de classe socioeconômica, gênero, grupo etário, etnia, religião, etc. (HAESBAERT, 2004, p. 340).

Considerando isto, o território é um lugar construído e desenvolvido pelos agentes sociais, incluindo então, neste caso, a participação de outros trabalhadores além dos ambulantes, que, em conjunto, atuam nele cotidianamente. A compreensão do território é intrínseca a dos fenômenos sociais. A esse respeito, Milton Santos trata do conceito de “território usado”, que compreende o território a partir de ações ocorridas em determinado espaço e de objetos que o compõem, como estabelecimentos comerciais e equipamentos de serviço, por exemplo. Para o autor o território deve ser analisado e interpretado não apenas geograficamente, mas a partir da forma como é utilizado pelas pessoas que o ocupam (SANTOS, 2002).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a Geografia. É o território usado que é uma categoria de análise (SANTOS, 1999, p. 8).

A região do centro da cidade de João Pessoa, quando observada apenas em suas dimensões geográficas, não é ocupada em sua totalidade. Nesse espaço, identificam-se áreas residenciais, comerciais e outras consideradas abandonadas, resultado do processo de expansão urbana em direção a novas regiões. Em conjunto, esses elementos conferem uma dinâmica própria ao espaço urbano. Nesse contexto, verifica-se que a ocupação territorial do comércio ambulante se concentra em pontos específicos da zona central, determinados pela maior circulação de pessoas e pelo potencial de consumo associado a diferentes capacidades de renda, como será demonstrado no terceiro tópico.

Nesse sentido, considera-se, ainda, que os territórios apresentam características políticas, sociais e econômicas que perpassam o desenvolvimento da cidade, e que têm reflexos na utilização do espaço público. Para tanto, o conceito de “territórios dissidentes” desenvolvido Souza (2014), permite observar:

Práticas espaciais que expressem e viabilizem descontentamento, resistência, protesto e desejos de emancipação em face de algum tipo de opressão têm existido sempre: espaços são territorializados (conquistados, apropriados, postos sob o controle de um grupo específico), materialmente refuncionalizados ou reestruturados, dotados de novos significados para se ajustarem a novas identidades e novos propósitos e projetos; paisagens e suas representações são

manipuladas; interações espaciais são desfeitas e refeitas; localizações se valorizam e desvalorizam, são abandonadas, são revalorizadas. Assim como os *territórios dissidentes* que, por um período maior ou menor de tempo, representam a ousadia da criação e da sociedade instituinte diante da sociedade instituída, as *práticas espaciais insurgentes* que geram e gerem esses territórios não são fenômenos recentes na história da humanidade (SOUZA, 2014).

A compreensão de território dissidente é útil para se pensar o comércio ambulante, na medida em que ele ocupa um espaço público de modo marginal e integrado, uma vez que se estabelece de forma dinâmica com o trabalho assalariado e a produção capitalista, como expressão das desigualdades e contradições capitalistas. Assim, é possível perceber o território a partir das suas diversas possibilidades de constituir-se, como uma espécie de (multi)território (HAESBAERT, 2004).

Ademais, é no cotidiano dos territórios dissidentes que se operam processos de socialização (uma nova *paideia*) em espaços públicos ou não, em meio a barricadas e enfrentamentos, festas, ocupações... Também nascem ou renascem formas de ativismo supralocal e até mesmo inter ou transnacional, com a formação de redes de cooperação que costuram muitos países e até vários continentes. Além disso tudo, atividades econômicas, tanto de produção quanto consumo (“empresas recuperadas” e autogeridas pelos trabalhadores após falência, hortas e restaurantes comunitários, “clubes de troca” e moedas sociais, tudo isso nos marcos de microcircuitos econômicos alternativos) crescem e florescem, por necessidade extrema em certos casos, é certo, mas algumas vezes com base em projetos e em uma disposição fortemente críticos, e não como simples “remendo” complementar ao sistema em crise, como sói acontecer com as formas típicas e bem-comportadas de “economia solidária” (SOUZA, 2014).

É a partir dessa perspectiva de território, percebendo-o não somente de forma geográfica no sentido limitado em si, mas compreendendo-o a partir da sua dissidência e do seu uso, dados pelos próprios trabalhadores ambulantes, que se propôs realizar a pesquisa do comércio ambulante na cidade de João Pessoa, reconhecendo aspectos que fundamentam a constituição social desses lugares. Para tamanha proporção, também se faz necessário reconhecer fatores internos que dizem respeito aos ambulantes, como por exemplo, as estratégias e resistências desses trabalhadores frente à situação de irregularidade às quais estão submetidos no uso do espaço público. Essa persistência no comércio de rua também contribui para a configuração territorial. Nesse sentido é:

Impossível fazer economia dos processos estruturadores do social. Também é impossível desconsiderar as sequências cronológicas dos trajetos ocupacionais. Tampouco poderíamos passar por cima da

polêmica questão das dimensões estruturadoras do trabalho na conformação de identidades, formas de vida e projetos sociais. No entanto, vista pelo ângulo dos espaços e seus territórios, essa conjugação entre estruturas, tempos e subjetividades arma um campo social que não cabe em linearidades simples (TELLES, 2010, p. 95).

A partir dessa contextualização, observam-se dinâmicas socioeconômicas às quais os ambulantes estão submetidos, para além de suas dimensões macroestruturais. No momento em que há um espaço público em disputa, em que a busca por direitos gera conflitos, observa-se que:

[...] lugar nem sempre é solo seguro para nossas existências, pois também é movimento e contradição. Nossos atos de vida fazem e percorrem os lugares. Tudo pode se tornar instável, perene e desigual, diante de processos impostos e dirigidos pelas forças hegemônicas do modo de produção dominante e, ao mesmo tempo, o extravasar da espontaneidade das ações de homens e mulheres. Daí podemos aprender que o lugar, tomado como construção da experiência social, é abrigo de lógicas distintas e conflituosas (BARBOSA, 2015, p. 159/160).

Nas relações de trabalho contemporâneas, as desigualdades podem se expressar de inúmeras formas, seja por meio de disparidades no valor da renda, no acesso aos direitos sociais ou nas distintas condições sociais para que indivíduos consigam buscar uma mobilidade social ascendente – o que diz respeito, por exemplo, às diferentes características sociais, tais como as vinculadas a gênero, raça ou geração. No comércio ambulante, estas desigualdades também se desenvolvem baseadas nas oportunidades de trabalhar na cidade, bem como na ocupação dos melhores pontos de comercialização de produtos.

A submissão do trabalhador ao modo de produção capitalista se dá devido à necessidade de uma renda, ou seja, da venda da força de trabalho para subsistência, sendo esta relação experimentada de distintas formas. No comércio ambulante, é possível encontrar trabalhadores que ainda não conseguiram oportunidades no mercado formal, aqueles que atuam na informalidade tendo em vista um complemento de renda e, ainda, aqueles que têm a rua como única alternativa, podendo esta última modalidade ser resultante das condições objetivas ou mesmo por escolha. Trabalhar na rua por escolha é uma afirmação um tanto assustadora, sobretudo para aqueles que reconhecem a precariedade que há nesse tipo de atuação. Contudo, se faz necessário aqui trazer tal apontamento, uma vez que faz parte do cotidiano de alguns ambulantes que deixaram trabalhos formais para ocuparem as ruas da cidade.

Contudo, é possível identificar uma contradição entre os posicionamentos observados em campo e os resultados das entrevistas, na medida em que, embora a atuação como ambulante seja, para muitos, uma escolha diante das alternativas de trabalho existentes, esse mesmo grupo manifesta resistência à possibilidade de que seus filhos e netos venham a se inserir nesse ramo de atividade. Tal posicionamento pode ser compreendido como expressão da generalização da precariedade das relações de trabalho no contexto do modo de produção capitalista contemporâneo.

Ao longo desta análise, ao se considerar o processo de informalidade no território utilizado, observam-se desigualdades que se manifestam tanto nas condições objetivas quanto nas subjetivas de trabalho. Essas desigualdades resultam em distintas modalidades de comércio de rua e em diferentes formas de acesso à renda. Sobre o tema da desigualdade social, Souza (2010) reflete sobre a questão de não ser possível desprender a realidade brasileira contemporânea da sua formação social e econômica histórica.

Assim, a desigualdade é compreendida, aqui, como um fenômeno de origem e implicações diversas, devendo ser visto para além de suas características econômicas e considerar também como que as pessoas possuem acesso, neste caso não somente a renda, mas a espaços, por exemplo. Isso significa dizer que a desigualdade social não diz respeito apenas ao aspecto econômico, mas é perpassada por questões também simbólicas, como será melhor descrito no terceiro capítulo com a análise de trajetórias dos ambulantes.

Como exemplo de uma visão mais ampla da desigualdade, para além do quesito econômico, a OIT (2021) divulgou relatório que enfatiza a ampliação das desigualdades no âmbito do trabalho após a pandemia de Covid-19. Entre elas, está a desigualdade de gênero, na qual as mulheres que passaram a exercer *home office* tiveram seus rendimentos prejudicados devido ao trabalho doméstico. Essa desigualdade de gênero pode ser percebida dentro da atividade do comércio ambulante em específico, na qual as mulheres trabalham, para além da montagem das barracas e da venda de produtos, nas atividades domésticas e também no cuidado dos filhos e/ou parentes adoecidos.

Dentre os tipos de desigualdades sociais existentes, destaca-se aqui a desigualdade territorial, que é entendida, em especial, a partir das diferentes condições que as pessoas possuem de acesso à moradia, à mobilidade para o trabalho, ao acesso a pontos estratégicos para desempenho de suas atividades laborais. No caso da análise do comércio ambulante na cidade de João Pessoa isso se evidencia, dado que, para o desempenho de atividades de comércio ambulante, há locais mais propícios que outros, em termos de melhor comercialização.

No âmbito da perspectiva da desigualdade social, articulada ao entendimento das categorias de informalidade e território previamente discutidas, torna-se fundamental reconhecer a interdependência entre as grandes relações de mercado: monopólios, oligopólios e corporações multinacionais, e as dinâmicas locais de mercado, que envolvem pequenos comerciantes, microempreendedores, feirantes e ambulantes. Como base para essa análise, destaca-se o conceito de “globalização por baixo”, proposto por autores como Portes (1997), em escala internacional, e Ianni (2001), no contexto brasileiro.

Para isso, se faz relevante pontuar os acontecimentos políticos, sociais e econômicos que influenciam o panorama atual e impactam o desenvolvimento social, econômico e político na América Latina e no Brasil, com especial atenção à região Nordeste. Essa análise é fundamental para compreender a formação do comércio ambulante em João Pessoa, considerando um panorama mais amplo que permita abordar suas configurações particulares. Além disso, essa perspectiva possibilita observar como, no momento da pesquisa – realizada no período pós-pandemia –, se deu o processo de 'retomada' da informalidade. Nesse sentido, Campos (2017) destaca uma precariedade acentuada nas relações de trabalho nessa região, resultado da inserção da lógica neoliberal em um contexto historicamente marcado por desigualdades sociais, o que agravou ainda mais a pobreza.

Assim, há uma tentativa de melhoria na economia desse continente em específico, a partir da conjuntura internacional. Contudo, pode-se afirmar que há diante desse processo, uma perpetuação das disparidades, na medida em que não é tratada a problemática pela sua causalidade o que se evidencia na desigualdade social. Os países da América Latina foram colonizados e explorados pelo continente Europeu, o que configura esse território enquanto subdesenvolvido pela ótica da economia, uma vez que se submete aos ditames externos, ainda que tenha alcançado a independência, pelo menos em nível de governo, há pelo menos, dois séculos atrás (MARTINEZ, 2012).

Essa realidade impacta as formas de trabalho que se desenvolveram ao longo da história dessas nações. Embora o continente latino-americano tenha passado por processos de modernização da produção capitalista por meio da implantação de multinacionais que trouxeram inovações tecnológicas e criaram oportunidades de

emprego⁷, essas transformações ocorreram sobre uma base histórica marcada pela desigualdade econômica com relação a países do hemisfério norte, ou mesmo dentro dos próprios países, que impacta na forma assimétrica do desenvolvimento do mercado de trabalho. Isso contribui para a compreensão da constituição da informalidade nessa região. Esse fenômeno pode ser entendido como parte de um processo histórico de mundialização da produção capitalista.

Na verdade, inerente ao próprio processo de reprodução capitalista, a globalização vem sendo construída desde as origens do sistema (ou, numa ótica mais estritamente econômica, do modo de produção), embora a maioria dos autores prefira distinguir entre uma fase mais antiga de “internacionalização” do capitalismo, quando o Estado-nação e a produção em série, fordista, têm um papel fundamental, e a fase mais efetiva de globalização, dominada pela concentração de poder em mãos de grandes corporações transnacionais, pelo capital financeiro e pela maior flexibilidade do processo produtivo e do trabalho – esta sim aproximadamente coincidente com o período pós-1960 (HAESBARET, 2013, p. 47).

As transformações nas relações de trabalho passam a se desenvolver, então, a partir de um processo de mundialização do capital que se vinculou, na América Latina à uma urbanização desordenada. Sobre o processo de urbanização especificamente no Brasil, Santos (1993) o relacionava a fatores vinculados ao século passado, como a inserção da lógica capitalista no território e, também, já sugeriu seus desdobramentos na contemporaneidade, como ocorre nos dias de hoje. No caso brasileiro, a transição que houve do rural para o urbano, na qual as pessoas passaram a migrar para as grandes cidades em busca de emprego, implicou a conformação da informalidade, da qual o comércio ambulante é uma expressão. A esse respeito Santos (1993, p.121) observa:

A urbanização crescente é uma fatalidade neste país, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de volantes nas cidades médias e nas cidades pequenas. Este último é um dado “normal” do novo mercado de trabalho unificado, em que em média cerca de 75% desses chamados volantes, bóias-frias etc. não são recrutados por intermediários. Esse mercado urbano unificado e segmentado leva a novo patamar a questão salarial, tanto no campo como na cidade. O fato de que os volantes vivendo na cidade sejam ativos na busca por melhores salários,

⁷ Salienta-se a precarização de como são dadas essas oportunidades de emprego. Tendo em vista que as condições de vivência nesse território, historicamente e por si só, já restringem o acesso a uma qualidade de vida no âmbito do trabalho, na medida em que não há oportunidades de qualificação profissional, por exemplo.

constitui também dado dinâmico na evolução do processo de urbanização, como no processo político do País.

Deste modo, não somente a urbanização é decorrente do processo de globalização, mas também a informalidade e o comércio ambulante, uma vez que “o trabalho informal articula fluxos de mercadorias diversas em redes de escala global e, antes de ser um sinal de atraso, é um dos aspectos marcantes da globalização nas grandes metrópoles” (SILVA, 2011, p. 58).

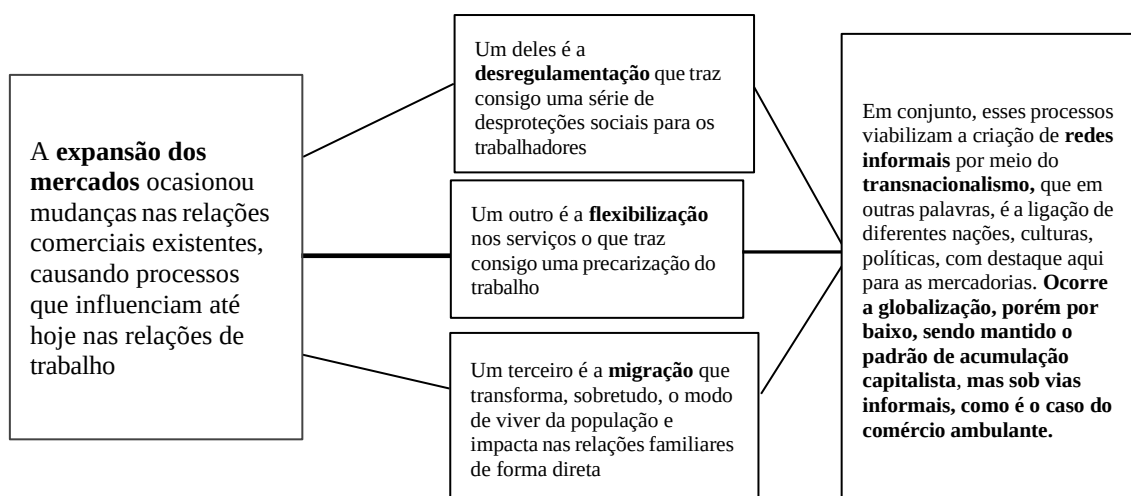
Tal panorama que recai no objeto de estudo aqui apresentado porque foi necessário que países subdesenvolvidos “acompanhassem” o sistema capitalista em situação de desvantagem. Nos locais periféricos e de tardio desenvolvimento social e econômico, como é o caso da cidade de João Pessoa-PB, a informalidade vem à tona articulado ao sistema capitalista, com trabalhadores precarizados por condições impostas pelo o grande capital, com trabalhos cada vez mais restritos, limitados e servis (PORTES, 1997).

The actual working-class response to the globalization of capitalist production has been more subtle than the creation of international trade unions or the attempt to get national states to impose labor standards on Third World exports. Both attempts have proven ineffective because the competitive realities of the world economy undermine any incipient class solidarity along national lines, leaving the field clear to footloose capitalist investment (PORTES, 1997, p. 3).

Dessa forma, compreende-se que esse grupo de trabalhadores não apenas evita o confronto com os ditames do modo de produção capitalista, mas também contribui para sua manutenção, ao operar de maneira semelhante e integrar o modelo econômico vigente. Embora ocupem uma posição marginal, continuam fazendo parte do sistema como um todo.

Nesse sentido, Cacciamali (2000) reforça essa perspectiva ao afirmar que as características do trabalho por conta própria devem ser analisadas sob a ótica da exclusão do grande capital, uma vez que é justamente nesses espaços que a informalidade se estabelece e se desenvolve de maneira interdependente. Dentro desse contexto, as atividades comerciais realizadas no espaço público não apenas integram a economia local, mas também fazem parte da dinâmica da globalização, conforme ilustrado no esquema a seguir:

ESQUEMA 1 - Causalidades da globalização por baixo



Autoria própria a partir da literatura que compreende a globalização por baixo (PORTES, 1997; IANNI, 2001).

Reconhecendo as especificidades relacionadas à regionalização do espaço, as quais se refletem nas relações de trabalho no comércio ambulante da cidade de João Pessoa, será realizado também um breve resgate histórico que leve em consideração as particularidades do Brasil e do Nordeste. Esse resgate terá em vista as características regionais que condicionam a configuração das relações de trabalho e, consequentemente, da informalidade.

Particularizando as primeiras formas de trabalho estabelecidas, é possível problematizar os séculos XVI ao XIX, período de escravidão no Brasil colonial, abolida formalmente em 1888. Vale ressaltar que isso não significa que as relações escravagistas deixaram de existir imediatamente nesse período (FAUSTO, 2001). Ao contextualizar esse recorte histórico, percebe-se que a escravidão⁸ deixou marcas profundas na contemporaneidade, especialmente em termos de exploração e precarização do trabalho.

Sobre essa realidade, Kowarick (1994) observa as formas de trabalho que se sucederam no Brasil. Afinal, como idealizar um modo de trabalho considerado desenvolvido, acessível e decente para aqueles que um dia foram escravos? O que restou

⁸ A escravização dos negros por meio do tráfico negreiro marcou as primeiras formas de uso da força de trabalho no país, embora os indígenas também tenham sido escravizados, porém em menor escala. As resistências por parte dos escravizados ocorreram de diversas maneiras. No entanto, em uma sociedade onde não se tem acesso aos meios de produção, à moradia ou a outros recursos essenciais para a sobrevivência, torna-se difícil não se submeter à exploração. Mesmo aqueles que conseguiam escapar dessa dura realidade enfrentavam a marginalização social (FAUSTO, 2001). Assim, a mão de obra que inseriu o país nas relações mercantis e perdurou foi fundamentalmente constituída por esse grupo, que sofreu exploração e viveu em condições precárias.

para os antigos escravos e seus ascendentes foram as dificuldades para o acesso ao trabalho, bem como para o desenvolvimento econômico de um modo geral, tendo em vista os atrasos que foram deixados pela época colonial através de uma exploração exacerbada da terra e da população. O trabalho exercido de forma livre e digna, como o autor destaca, e que inclusive é garantia constitucional, continua até os nossos dias sendo uma meta difícil de ser alcançada por boa parte da população brasileira, uma vez que as relações que prevalecem são caracterizadas pela exploração e precarização.

No que diz respeito ao século XX, ele foi marcado pelo desenvolvimento econômico tardio do Brasil, se comparado a outros países. Características advindas do subdesenvolvimento, como a especialidade na exportação de matéria-prima, fizeram os governos desse período buscarem industrializar-se, na tentativa de acompanhar o comércio a nível internacional, ou pelo menos participar ativamente. Percebe-se algumas mudanças nas relações de trabalho, como a intensificação da industrialização no início da década de 1900, a criação de uma legislação trabalhista nos anos de 1930, e o crescente desenvolvimento urbano, o que modificou prontamente as formas de trabalho antes estabelecidas. (FURTADO, 1989).

Assim como as outras regiões do Brasil, o Nordeste sofreu as graves consequências de uma colonização que escravizou e explorou todos os recursos do território de forma não rentável, o que repercute de forma negativa atualmente. Além disso, a sua localização geográfica, já que é uma região litorânea, o seu modo de economia inicial, e tipo de solo e de produtos que são locais, ocasionam também particularidades no seu desenvolvimento econômico. Soma-se a essa configuração ainda, as diferenças que há dentro do próprio território, como por exemplo, na região agreste prevalecia a pecuária, e as contratações de trabalho eram temporárias, podendo ser a remuneração tanto em dinheiro quanto com o produto desenvolvido ou criado a partir da terra que exerceu tal atividade (ANDRADE, 1986).

Dito isto, no que concerne à economia nordestina em específico, é possível destacar a importância da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1960 com o objetivo de romper com essas frustrações que vinham ocorrendo nas tentativas de desenvolvimento e industrialização da economia nordestina (FURTADO, 2005; LIMA, 1996). Araújo, Souza e Lima (1997) observam que, neste período, por meio de iniciativas nacionais, e com destaque para a criação da SUDENE, a economia nordestina avançou significativamente em termos de produção e consumo, indicando um aumento nos índices relacionados ao desenvolvimento econômico na

comparação com o contexto nacional. O acúmulo de capital financeiro fez com que a região Nordeste passasse a exportar produtos para as outras regiões e consequentemente melhorar sua posição no panorama econômico nacional. Todavia, a despeito das inovações, essas interferem negativamente nas relações de trabalho, ao trazer simultaneamente novas tecnologias e uma diminuição do uso de mão de obra na indústria, e então:

O que se seguiu é parte da história recente: uma década de tentativas frustradas de planos de estabilização; e a década atual, marcada pelo sucesso (ainda não consolidado) da estabilização monetária, mas também pela manutenção de considerável nível de desemprego e por elevado crescimento da informalização no mercado de trabalho, cujas causas não devem estar apenas na política macroeconômica, mas também nas mudanças tecnológicas, no processo de reestruturação produtiva e na incapacidade do Estado de gerar mecanismos incentivadores da formalização das relações de trabalho e do registro formal de pequenos negócios (ARAÚJO; SOUZA; LIMA, 1997, p. 57).

Véras de Oliveira (2016), observa que, na década de 1990, com a onda neoliberal que assolou todo o país, o Nordeste foi novamente o mais prejudicado, por conter restrições estruturais que ainda prevaleciam e, como consequência, pontua-se uma crise na SUDENE vindo essa a extinção no início dos anos 2000. Nesse período, a informalidade cresce devido também ao aumento do desemprego, além dos níveis elevados de precarização nas relações de trabalho e modos de vida (ANTUNES, 2001). Contudo, é válido destacar também a importância das mudanças que ocorreram na economia advindas dos governos de Lula (2002-2010) e que também afetaram positivamente a região Nordeste, porém em menores proporções, já que:

[...] o Nordeste continuou socialmente diferenciado, ao manter elevados índices de desigualdade e de pobreza. Araújo e Lima (2010) calcularam que, entre 2001 e 2008, a taxa de informalidade no Nordeste passou de 72,3% para 66,1%, enquanto no Sudeste, caiu de 43,3% para 37,1%. Quanto ao rendimento médio mensal do trabalho, entre 2004 e 2008, a preços de setembro de 2008, passou de R\$ 439 para R\$ 568, no Nordeste, e de R\$ 975 para R\$ 1.123, no Sudeste. Falvo (2013) observa que, apesar dos programas sociais e dos incentivos governamentais, a pobreza continuou marcando a paisagem nordestina (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2016, p. 60).

Considerando as especificidades do estado da Paraíba, as condições desiguais de desenvolvimento econômico são semelhantes às da região Nordeste. A Paraíba possui 223 municípios, distribuídos nas quatro mesorregiões definidas pelo IBGE: Zona da Mata

(onde se localiza a capital, João Pessoa), Agreste, Borborema e Sertão. As condições de trabalho informal tendem a ser mais intensas nas regiões mais afastadas da capital, dado que predomina uma realidade rural, marcada pela escassez de recursos e pela falta de investimentos governamentais no setor agrícola, como será demonstrado na análise a seguir:

Os pequenos municípios paraibanos perpetuam uma relação de dependência na circulação de bens e serviços com os municípios do polo localizados em suas mesorregiões. Ademais como não conseguem manter a força de trabalho empregada, terminam por servir de ofertadores de mão de obra para as cidades mais desenvolvidas e para a capital do estado, ficando no município uma força de trabalho com baixa qualificação, em ocupações precárias e informais com baixa remuneração (CARVALHO; FARIAS, 2022, p. 702).

Contudo, a região da Zona da Mata, onde foi realizada a pesquisa, não se diferencia significativamente no que diz respeito à alta taxa de informalidade. Segundo dados do IBGE, divulgados trimestralmente através da PNAD Contínua, a taxa de informalidade variou de 2021 a 2024, mantendo-se em torno de metade da População Economicamente Ativa (PEA). Esses números são significativos, especialmente considerando que, por ser a capital, se esperaria uma maior formalidade nas relações de trabalho. Um aspecto relevante é o aumento do trabalho sob o estatuto do MEI. No entanto, como já foi problematizado na introdução, esse tipo de regulamentação não elimina as condições de precariedade que continuam a afetar as relações de trabalho informal, em particular no comércio de rua.⁹

Diante desse breve panorama da economia, conclui-se que a região enfrenta dificuldades históricas decorrentes não apenas da herança colonial, mas também do atraso em relação ao desenvolvimento econômico e da regulação do trabalho. Esses fatores repercutem diretamente nos modelos de desenvolvimento e nas relações de trabalho contemporâneas, exacerbando a desigualdade social

⁹ De acordo com dados disponibilizados pela Receita Federal, em 31 de janeiro de 2021, havia 51.336 MEIs na cidade de João Pessoa, número que aumentou para 71.497 em 31 de janeiro de 2024, representando um crescimento de 39,27% em três anos. É importante ressaltar que esse tipo de formalização abrange diferentes modalidades de trabalho por conta própria, incluindo apenas alguns ambulantes. Ainda há uma série de críticas em relação a esse tipo de regulamentação, pois, embora busque simplificar a burocracia e a cobrança de impostos, isso acaba por não apenas formalizar formas de trabalho precário, mas observa-se significativa inadimplência que gera déficits na arrecadação tributária

1.2 O comércio ambulante de João Pessoa: caracterização do território

João Pessoa foi fundada no final do século XVI e, atualmente, possui 833.932 (oitocentos e trinta e três mil novecentos e trinta e dois) habitantes, que corresponde a um terço da população da Paraíba. Considerando-se as cidades circunvizinhas que formam a região metropolitana, contando com onze municípios incluindo Cabedelo e Santa Rita, por exemplo, a população total chega a 1.304.266 (um milhão, trezentos e quatro mil e duzentos e sessenta e seis) de acordo com o Censo 2022.

João Pessoa, teve seu desenvolvimento inicial nas regiões conhecidas atualmente por cidade baixa e centro histórico. Nesse local encontra-se o Rio Paraíba, considerado um dos primeiros meios de chegada da população à cidade, que na época tinha o pescado como produto principal de comercialização. Também é nesse espaço que está localizada a Rodoviária intermunicipal e interestadual e a Estação de Trem que liga a cidade de João Pessoa às cidades de Santa Rita e Cabedelo. Até o final do século passado o comércio era intenso nessa região que hoje comporta o centro da cidade, mas nos anos 2000 ele foi se expandindo para os outros bairros, em razão do aumento populacional e a subsequente necessidade de expansão dos territórios ocupados (MARTINS, 2022).

Na atualidade, o setor terciário teve um crescente aumento no Estado da Paraíba de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), ao passo que a informalidade atinge 50% da população do estado¹⁰, de acordo com a PNAD no primeiro trimestre deste mesmo ano, ambas pesquisas realizadas pelo mesmo instituto, o IBGE (GOVERNO DA PARAÍBA, 2023). Diante desses dados, ressalta-se que até quase meados do século passado, a cidade de João Pessoa ainda não era urbanizada, além de prevalecer em todo o estado a agropecuária, adquirindo assim aspectos e ganhando forma capitalista somente há pouco tempo (OLIVEIRA, 2016).

Isso repercute diretamente na configuração atual de João Pessoa, uma vez que as transformações sociais ocorreram de forma não somente tardia, mas também cumulativas entre si, acontecendo inclusive de forma sucessiva desde o século passado. Diante desse contexto, problematiza-se a relação dos trabalhadores com essas transformações, já que muitos deles migraram das cidades interioranas para a capital a fim de conseguir meios

¹⁰ Uma reportagem produzida neste mesmo ano demonstrou que a Paraíba estava entre os sete estados do país com maior taxa de subutilização da força de trabalho Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/18/paraiba-esta-entre-os-sete-estados-do-pais-com-maior-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho.ghtml>> Acesso em 05 jun 2024.

de sobrevivência. Nesse fluxo, a economia dos setores de comércio e de serviços se intensificaram, sobrepondo-se à economia extrativista predominante e modificando, por consequência, a configuração territorial. (TARGINO; CARVALHO; FARIAS, 2019).

Ainda sobre a formação econômica e social da cidade, é válido destacar que a capital possui uma forte influência, sendo responsável pela maior parte do Produto Interno Bruto (PIB), bem como sendo a sede de postos de emprego, inclusive para a região metropolitana. Ou seja, a população das cidades circunvizinhas se desloca diariamente para trabalhar nessa região. Isso contribui para a intensificação das relações de trabalho, ocorrendo uma maior concentração de pessoas nessa cidade, o que recai diretamente nas relações comerciais, logo, o comércio ambulante (MENDES, et. Al., 2012).

Por mais que o comércio ambulante esteja presente em toda a cidade de João Pessoa, é possível percebê-lo em maior concentração em algumas regiões. A pesquisa identificou três grandes contingentes de trabalhadores informais na cidade distribuídos em diferentes “zonas”, a dizer: trabalhadores da *região central*, da *região litorânea* e aqueles que desempenham suas atividades em torno de *festejos e eventos*.

MAPA 1 – A capital João Pessoa e as cidades circunvizinhas



Fonte: mapa emitido através do Sistema de Informação Geográfica SigaWeb da Plataforma Filipeia disponibilizado pela Prefeitura Municipal da cidade por meio do link: <<https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>>

Essas zonas são ocupadas por trabalhadores, muitos dos quais provenientes das cidades de Bayeux, Conde, Cabedelo e Santa Rita, destacadas no mapa acima, que fazem fronteira com João Pessoa. Essas cidades podem ser consideradas tanto como “cidades-dormitório” para ambulantes que residem e trabalham na capital, quanto como espaços importantes de trabalho, ainda que de forma periódica, especialmente durante festejos tradicionais. Isso revela uma configuração espacial dinâmica, que pode ser analisada à luz da teoria de Santos (1985), que propõe a compreensão do espaço a partir de sua forma, função, estrutura e processo.

TABELA 1 – Situação dinâmica da região metropolitana

CATEGORIA	CONCEITO	SITUAÇÃO 1: DE SANTA RITA PARA JOÃO PESSOA	SITUAÇÃO 2: DE JOÃO PESSOA PARA SANTA RITA
FORMA	Resultante do acúmulo espacial do trabalho social ao longo do tempo, podendo ser abstratas ou concretas e modificadas ao longo do tempo.	A nível mais amplo, o que está apresentado ao trabalhador enquanto uma possibilidade de trabalho remunerado dentro de uma lógica capitalista e informal.	Diferente da situação 1 que é uma rotina diária, para esse ambulante só ocorre uma vez ao ano, que é o evento “São João do Povo”.
FUNÇÃO	Como o nome já corresponde, diz respeito a serventia transmitida pelo contexto, o qual foi produzido pelo próprio trabalho social.	O motivo pelo qual o ambulante ocupa o centro de João Pessoa e não o de Santa Rita para expor os produtos à venda, tendo em vista que, historicamente é na capital que as pessoas transitam com mais intensidade.	O “São João do Povo” é um evento tradicional e possibilita ao trabalhador melhores condições de comercialização, se comparado ao “São João Multicultural” de João Pessoa.
ESTRUTURA	Demarca a própria organização social, a qual é composta pelas características econômicas, políticas, sociais e culturais de uma época.	A necessidade de trabalhar na rua, sob tais condições que perpassam a rotina do ambulante, como por exemplo, ter que pagar alternativo para se locomover e ter que pagar um depósito para guardar seu material de trabalho.	A configuração que origina os ambulantes que vivem especificamente de festejos e eventos, uma vez que só na cidade que residem não tem espaços suficientes para que se possa obter a renda necessária, tendo assim que atuarem de forma itinerante dentro do estado.

PROCESSO	É o movimento que configura determinada estrutura de forma histórica.	O movimento de um ambulante ter que se deslocar diariamente por um percurso de, pelo menos, 25km entre João Pessoa e Santa Rita, ocupando ambos espaços, mas sob diferentes funcionalidades	O movimento que permeia esse período na cidade, que se inicia com cadastro dos ambulantes <i>in loco</i> , continua com sua atuação durante o evento, na qual ocorre a locomoção de volta a capital, para descanso e mesmo reposição de mercadorias, até o fim do evento com a desmontagem das barracas na conhecida “Praça do Povo”
-----------------	---	---	--

Fonte: autoria própria a partir da leitura de Santos (1985)

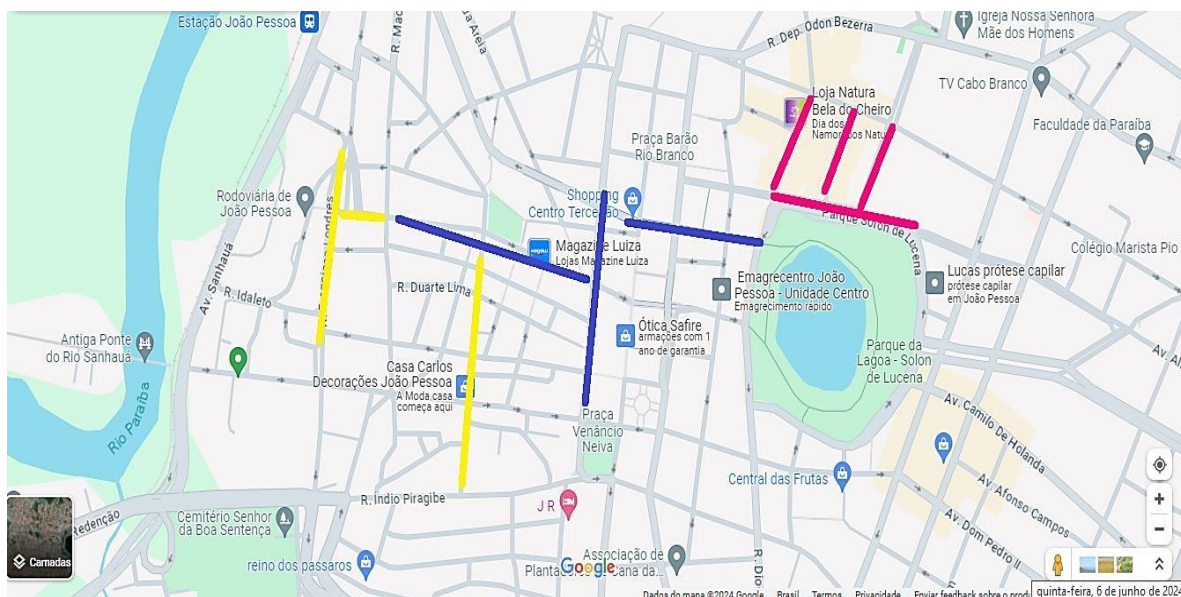
A primeira zona aqui escolhida para ser descrita foi a *região central* local em que a cidade de João Pessoa começou a se expandir. Próxima ao Rio Sanhauá, local de trânsito fluvial e de pesca, se estende até o Parque da Lagoa. Inicialmente foi necessário um saneamento básico não somente nessa bacia, mas também nas imediações, para que ocorresse o processo de urbanização, o que veio a acontecer somente no início do século passado (MELLO, 2010). Atualmente ficam próximos ao rio Sanhauá, bairros como Ilha do Bispo, Varadouro, bem como a comunidade Porto do Capim, tendo a zona central se expandido nas proximidades do Parque da Lagoa. Ressalta-se que, por mais que o comércio tenha se expandido para outros bairros, ainda prevalecem as trocas comerciais no centro da cidade, seja pela tradição ou por decisões econômicas que resultam em uma zona de grande concentração de comércio ambulante.

Observa-se o despovoamento do centro, entendido em alguns debates, em âmbito nacional inclusive, em torno do tema “abandono do centro”¹¹. Devido a expansão da cidade, o que faz com que a comercialização de produtos também se descentralize. Essa desterritorialização acontece – ou melhor, uma multiterritorialização, como explicado no tópico anterior –, uma vez que outros espaços vêm sendo ocupados. O comércio ambulante reflete tal descaso, já que permanece nessa região. As concentrações dos ambulantes se dão em outras ruas, mais movimentadas, com o objetivo não somente de

¹¹ Um desses exemplos pode ser lido em uma reportagem realizada no ano de 2022 por uma das emissoras de rádio local, uma vez que esses espaços estão não somente sendo desocupados, mas também abandonados pelo Poder Público, ocasionando um problema de segurança pública. Disponível em < <https://www.portalt5.com.br/noticias/single/nid/comerciantes-denunciam-abandono-e-falta-de-seguranca-no-centro-historico-de-jp/>> Acesso em 21 ago. 2023. A nível nacional recomenda-se o documentário Retratos Fantasmas produzido na cidade de Recife-PE e dirigido por Kleber Mendonça Filho. Disponível desde 2023 nas principais plataformas digitais

adquirir renda, uma vez que a probabilidade de venda cresce de acordo com uma maior visibilidade dos produtos pelos pedestres, mas também de se protegerem contra o perigo e a violência que é gerada pelo “abandono do centro”. Dito isto, é possível observar a ocupação das ruas do centro pelos ambulantes a partir do seguinte mapa:

MAPA 2 – Principais ocupações das ruas do centro de João Pessoa para comercialização



Fonte: Google Maps

- Ruas em amarelo: áreas de ocupação de ambulantes próximas às paradas de ônibus. Nos arredores da Rodoviária de João Pessoa, além do grande fluxo de pessoas que utilizam o terminal para viagens intermunicipais e interestaduais, destaca-se a “Integração do Varadouro”, onde a maioria dos ônibus urbanos que circulam pela cidade faz paradas, assim como aqueles que operam rotas para as cidades de Bayeux, Santa Rita e Conde. A outra rua em destaque, também marcada em amarelo, que segue em direção à Rua Índio Piragibe, é uma parada de ônibus coletivo que conecta João Pessoa a Bayeux e Santa Rita. Nesses espaços, há também opções de transportes alternativos, o que intensifica ainda mais o fluxo de pessoas.
- Ruas em azul: As ruas destacadas incluem a Duque de Caxias, a parte inferior do viaduto Padre Meira e a parte superior do viaduto Miguel Couto. Esses locais abrigam três conglomerados de ambulantes, que representam um grupo remanescente de uma ocupação anteriormente muito mais ampla na região central, antes da multiterritorialização do comércio ambulante na cidade.

- Ruas em rosa: são os espaços com maior circulação de clientes e, por esta razão, os mais disputados pelos ambulantes. Constituem o principal alvo de inspeções do poder público, quando há proibições e apreensões de mercadorias. Essas ruas ligam o “Parque da Lagoa”, ponto central da cidade, ao “Shopping Tambiá”.

A partir deste mapeamento, é possível pensar a ocupação de múltiplos espaços por trabalhadores ambulantes, em suas atividades laborais, ao longo de suas trajetórias. Em especial destacam-se duas situações na observação de campo: a ocupação da região central por aqueles trabalhadores que residem na região metropolitana de João Pessoa; e a condição dos trabalhadores que atuam na região do centro durante a semana e, nos finais de semana, passam a trabalhar na faixa litorânea da capital.

FIGURA 1 – Imagem do Ponto Cem Réis na década de 1950



Disponível em: <http://classicalbuses.blogspot.com/2018/10/joao-pessoa-predio-do-ipase-1956.html>

FIGURA 2 – Imagem do Ponto Cem Réis na década de 2020



Disponível em: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/revitalizacao-do-centro-historico-vai-chegar-ao-ponto-de-cem-reis

À luz dos conceitos discutidos e com base na análise das imagens apresentadas acima, percebe-se como as configurações territoriais foram se transformando com as novas ocupações do comércio ambulante. Essas mudanças se manifestam tanto pelo abandono de antigas regiões que antes eram utilizadas, quanto pela ocupação de novos espaços, de forma diferente e por novos agentes. Além disso, há casos de múltiplos territórios ocupados por um mesmo agente social ou por determinados grupos.

A segunda zona analisada é a região litorânea, que só começou a ser povoada após meados da década de 1950, como resultado da expansão da cidade. O litoral de João Pessoa é caracterizado por uma ocupação predominantemente realizada pelas elites ou, temporariamente, por turistas.

MAPA 3 - Principais ocupações da faixa litorânea de João Pessoa para comercialização



Fonte: mapa emitido através do Sistema de Informação Geográfica SigaWeb da Plataforma Filipeia disponibilizado pela Prefeitura Municipal da cidade por meio do link: <https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>

O trajeto do centro da cidade até a praia é realizado por vias construídas ao longo do século passado, como a Avenida Epitácio Pessoa e a Avenida Ruy Carneiro. Embora os ambulantes ocupem toda a faixa litorânea, eles se concentram majoritariamente em dois espaços destacados em amarelo no mapa 3: ao norte, na região da praia do Bessa, conhecida por seus bares e áreas balneáveis; e, mais ao sul, na área que vai da praia de Tambaú até o início da praia de Cabo Branco, onde há um grande fluxo de turistas e atividades esportivas. O bairro de Manaíra, localizado entre esses dois conglomerados, apesar de ter uma população significativa, possui águas frequentemente impróprias para o banho, o que resulta em uma menor ocupação por parte dos ambulantes.

A faixa litorânea que abrange os bairros de Tambaú e Cabo Branco é a segunda zona, depois da região central, que mais recebe notificações de proibição do comércio ambulante, conforme observado durante a pesquisa. Isso ocorre devido à maior concentração de trabalhadores, o que intensifica o desafio de organizar o espaço público nesses conglomerados de comércio informal. Observa-se a ocupação de rampas de acessibilidade, o acúmulo de lixo nas ruas, e a permanência de equipamentos de trabalho, inclusive em áreas vegetais destinadas à preservação ambiental, mesmo fora do horário de trabalho. Esses problemas geram constantes impasses entre a SEDURB-JP, órgão da

prefeitura responsável pela fiscalização e ordenamento urbano, e o Ministério Público da Paraíba (MP-PB), que emite notificações por meio de determinações judiciais.

Durante a realização da pesquisa, a SEDURB-JP foi notificada pelo menos duas vezes para promover o reordenamento urbano relacionado à ocupação do comércio ambulante em João Pessoa. Em 2021, foi elaborado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) pelo MP-PB, que determinava a desobstrução das principais ruas do centro da cidade, devido à grande ocupação de ruas e calçadas ao redor do Parque da Lagoa por ambulantes. Em 2023, houve uma segunda notificação, também por meio de um TAC, com o objetivo de ordenar a faixa litorânea da cidade, em razão do grande número de ambulantes ocupando a orla e a faixa de areia. Essas notificações, ocorridas durante a pesquisa, são frequentes, uma vez que não há uma regulamentação específica para essa atividade na cidade, colocando-a em uma situação de irregularidade.

FIGURA 3 – Espaço para banhistas na faixa de areia da orla de João Pessoa



Espaço destinado aos banhistas sendo devidamente respeitado pelos ambulantes na Orla de Cabo Branco, encontrando-se, no momento do registro, ocupado por duas banhistas. Fotografia realizada pela pesquisadora em 20 de janeiro de 2024.

FIGURA 4 – Ambulantes atuando na faixa de areia da orla de João Pessoa



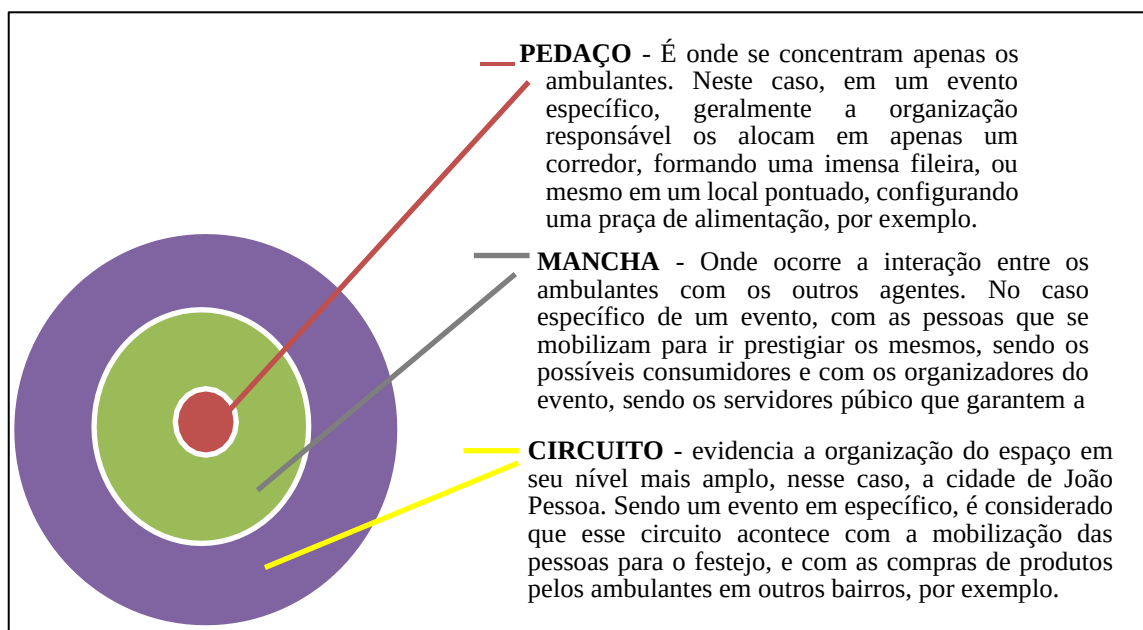
Na imagem temos, pelo menos, quatro ambulantes: um que aluga cadeiras e guarda-sóis, um que comercializa drinques, outro que comercializa espetinhos e um quarto que vende cangas e vestidos de praia. Imagem captada realizada pela pesquisadora em 20 de janeiro de 2024.

O terceiro e último grupo destacado aqui é o dos trabalhadores que desenvolvem suas atividades em torno de festejos e eventos. Embora sejam os únicos que atuam de forma regulamentada, conforme o Código de Posturas que rege essa atividade, realizando previamente o cadastro junto ao município, pagando taxa de uso do solo e trabalhando por um período determinado, eles também enfrentam constrangimentos relacionados à sua atividade. Entre os desafios, destaca-se a quantidade limitada de vagas para inscrição nos eventos, que são decididas posteriormente por meio de sorteio – processo que é frequentemente alvo de suspeitas de condições desiguais entre os candidatos.

Embora esse grupo não ocupe o território de forma fixa, como acontece nas regiões central e litorânea, ele desempenha um papel ativo na configuração urbana. Nesse contexto, Magnani (1996), a partir de um estudo etnográfico, identifica três categorias relacionadas à mobilidade no espaço: circuito, pedaço e mancha. Com base nesse entendimento, é possível analisar as práticas dos ambulantes em torno dos festejos e eventos¹²

¹² A compreensão da mudança, ou mesmo formação do espaço por ambulantes a partir de um evento, foi visível na produção de um vídeo junto ao doutor em Sociologia Eduardo Donato com o apoio da AMEG-PB sobre a vivência dos ambulantes no Forró Verão 2024, evento realizado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no Busto de Tamandaré em promoção ao turismo. O vídeo está disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=bLXH0Is9hyw>

ESQUEMA 2 – O comércio ambulante na cidade à luz de Magnani (1996)

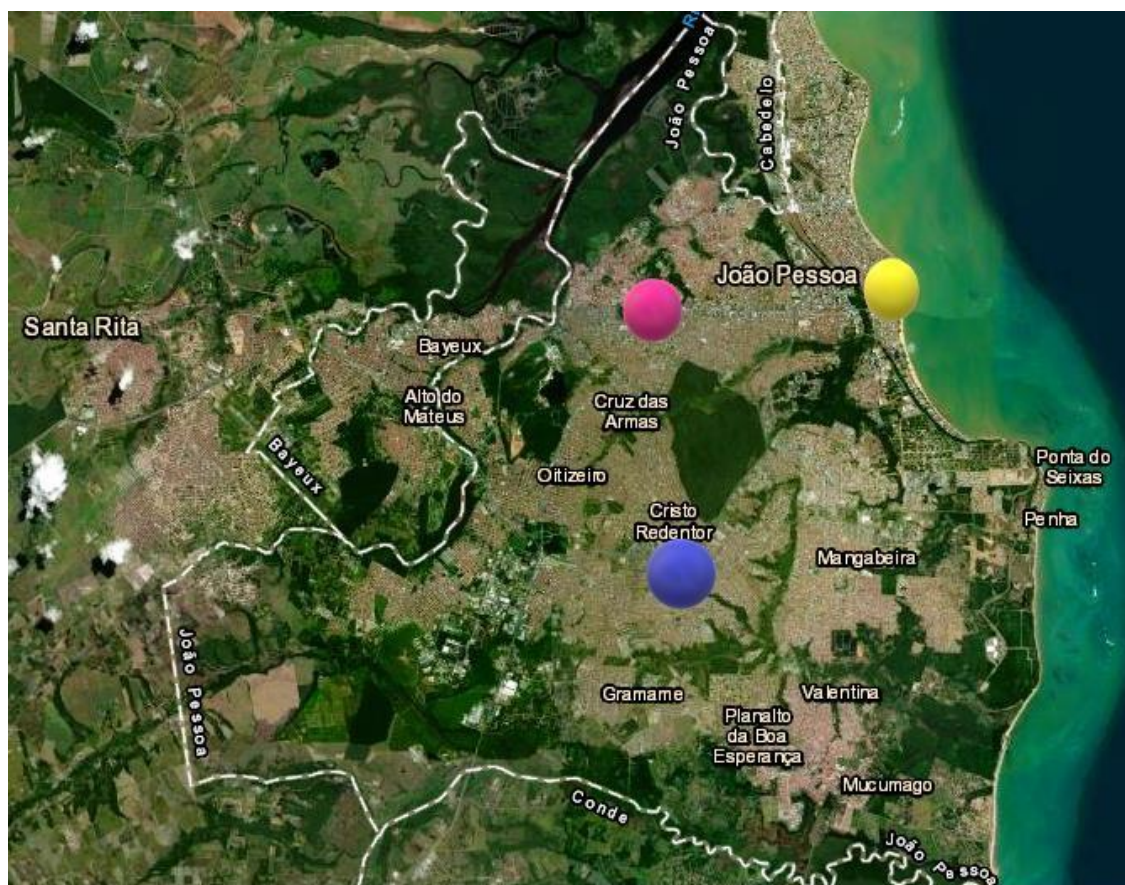


Fonte: autoria própria a partir da leitura de Magnani (1996)

O mapa abaixo indica os principais pontos que recebem eventos na cidade de João Pessoa. No entanto, isso não significa que essas atividades não ocorram em outros locais, como no caso do aniversário do bairro de Mangabeira, organizado e realizado pela Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) no mês de junho, que promove uma festa com bandas renomadas, mobilizando também o comércio ambulante.

Dentre os locais de maior destaque para festejos e eventos na cidade, é possível destacar três pontos principais: o ponto rosa refere-se à região do Centro, onde ocorre a tradicional “Festa das Neves” em agosto, dedicada ao aniversário e à padroeira da cidade, assim como o “Sabadinho Bom”, uma atividade semanal promovida pela FUNJOPE; o ponto amarelo, localizado na faixa litorânea, está na região do “Busto de Tamandaré”, onde ocorrem comemorações promovidas pela gestão municipal no período carnavalesco e natalino, além de ser um tradicional ponto de encontro para manifestações políticas; e o ponto azul, situado no bairro do Cristo, marca o “Estádio Almeidão”, onde ocorrem jogos de futebol regionais, quadrilhas juninas e festas privadas, como shows de bandas nacionais.

MAPA 4 – Principais pontos do comércio ambulante eventual na cidade de João Pessoa



Fonte: mapa emitido através do Sistema de Informação Geográfica SigaWeb da Plataforma Filipeia disponibilizado pela Prefeitura Municipal da cidade por meio do link: <<https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>>

Esse grupo de ambulantes apresenta particularidades em sua organização, evidenciadas durante o estudo. Para esta análise, foi desenvolvida uma abordagem de “participação observante”.¹³ Nesse contexto, destaca-se o trabalho da pesquisadora como coordenadora de fiscalização na Festa Nossa Senhora das Dores de 2023, como organizadora geral dos ambulantes na Expofeira Paraíba Agronegócios 2023, e também como responsável pela cobertura do comércio ambulante no terceiro dia do Forró Verão 2024. Além dessas atividades, realizadas em parceria com o Poder Público na fiscalização do comércio ambulante, a pesquisadora também atuou como ajudante de um ambulante

¹³ Sobre o termo participação observante pode ser considerado enquanto um neologismo do que seria a pesquisa-ação. Contudo, aqui é entendida apenas enquanto diferente da observação participante uma vez que vai além, na qual a pesquisadora acaba agindo dentro do campo. Sobre esse tema, ler Cardoso (1986).

durante o período junino de 2023 e no carnaval de 2024, conforme mencionado anteriormente.

Essas experiências contribuem significativamente para a análise, pois ampliam o conhecimento sobre o grupo e facilitam o desenvolvimento da pesquisa. Contudo, o local escolhido para realizar a etapa de aplicação do questionário foi a Praça Rio Branco, onde ocorre o tradicional “Sabadinho Bom”, conforme mencionado anteriormente. A escolha se deu porque este evento, que começou de forma temporária e agora é permanente, alterou a configuração urbana, influenciando diretamente o comércio ambulante, como ilustram as imagens abaixo. Os aprendizados obtidos a partir dessas experiências serão apresentados no próximo capítulo, juntamente com outros resultados da etnografia realizada.

FIGURA 5 – Praça Rio Branco no centro de João Pessoa



Praça Rio Branco durante os dias da semana. Foto autoral retirada em 15 de agosto de 2023.

FIGURA 6 – Evento “Sabadinho Bom” na Praça Rio Branco



Praça Rio Branco aos sábados. Foto autoral retirada em 22 de julho de 2023.

Com base em observações realizadas durante o trabalho de campo preliminar, pode-se afirmar que a heterogeneidade caracteriza o perfil do comércio ambulante em João Pessoa. Essa diversidade se revela por meio de uma pluralidade de práticas e condutas nas diferentes regiões da cidade, seja na organização dos pontos de venda ou nos tipos de produtos oferecidos. Isso foi perceptível, por exemplo, nas estratégias dos ambulantes vinculados aos festejos e eventos, que, ao necessitarem de energia elétrica, negociam com o poder público ou com moradores da área onde ocorre o evento. Já na faixa litorânea, a ocupação das areias é acompanhada pelo aluguel de espaços próximos para armazenar materiais, enquanto no centro da cidade, os ambulantes utilizam barracas de cores vibrantes para atrair a atenção dos pedestres, configurando de forma específica o uso das ruas e calçadas. Essa heterogeneidade será abordada com mais destaque no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2 – A configuração do comércio ambulante de João Pessoa

Este capítulo tem como objetivo apresentar a segunda fase da pesquisa, correspondente à aplicação dos questionários, com o intuito de fornecer informações acerca das dinâmicas do comércio ambulante a partir de suas configurações territoriais e de compreender as especificidades dos padrões de reprodução da desigualdade social presentes nas relações de trabalho. Para tanto, o capítulo está estruturado em duas partes. O primeiro subcapítulo, intitulado “Comércio ambulante no cenário brasileiro: aporte teórico-contextual” introduz a discussão sobre o comércio ambulante, oferecendo um breve estado da arte sobre o tema. A abordagem adotada é abrangente, incorporando diferentes perspectivas, que vão desde o planejamento urbano até questões relacionadas à irregularidade. Embora não existam dados estatísticos específicos sobre esse grupo, são utilizados dados secundários de caráter mais geral, especialmente aqueles referentes à informalidade, obtidos no último censo demográfico e em outras fontes relevantes. Após a introdução sobre a temática, o segundo subcapítulo, intitulado "Perfil das e dos ambulantes de João Pessoa – PB: análise das disparidades socioeconômicas", busca apresentar um panorama da situação atual do comércio ambulante na cidade, com ênfase na regulamentação (uma vez que a organização já foi abordada no item 1.2). Além disso, serão expostos os resultados da aplicação dos questionários, por meio de gráficos e quadros sintéticos que ilustram o perfil social e econômico dos entrevistados. Esses dados serão analisados de forma mais aprofundada, permitindo sua interpretação à luz das teorias que discutem as desigualdades presentes dentro do grupo.

2.1 Comércio ambulante no cenário brasileiro: aporte teórico-contextual

A temática da informalidade, que abrange uma ampla diversidade de atividades, tem se consolidado como um tema relevante no campo da sociologia do trabalho, sustentando uma agenda de pesquisa voltada à análise de suas particularidades regionais nos diferentes setores econômicos. A opção por tomar o comércio ambulante como recorte analítico da informalidade possibilita compreender as especificidades dessa atividade e ressaltar sua importância no processo de desenvolvimento econômico regional. Ao mesmo tempo, permite reconhecer que, apesar dos inúmeros impasses, como

a recorrente apreensão de mercadorias, o comércio ambulante representa a realidade laboral de um contingente expressivo de trabalhadores na contemporaneidade.

Entre as pesquisas existentes sobre a temática dos ambulantes, observam-se estudos tanto na área da sociologia como em outros campos do conhecimento, tal o caso da arquitetura e do urbanismo, e da administração. A esse respeito, Martins (2018) trata de como esses trabalhadores desenvolvem suas atividades na região de João Pessoa mesmo que sob instabilidades dadas pela proibição do mesmo. Já Mendes e Cavedon (2014) tratam de como essa atividade faz parte da organização e da economia da cidade de Três Lagoas em Mato Grosso do Sul em termos de ocupação territorial da cidade. A partir desses exemplos, percebe-se a importância do estudo do fenômeno do comércio ambulante sob diversas perspectivas científicas e recortes de análise para a compreensão de sua complexidade.

No âmbito da sociologia do trabalho, diversos estudos têm apontado para a atuação desses trabalhadores com um enfoque das particularidades regionais no que diz respeito à manutenção desse tipo de atividade dentro da cidade. Uma análise bastante atual e próxima da realidade aqui estudada é a de Ribeiro e Fontes (2023) na cidade de Recife, capital do estado vizinho da Paraíba, Pernambuco. Os autores, a partir da categoria território, e tendo como campo demarcado uma estação de metrô, observaram espaços de disputas dentro do comércio ambulante, o qual se dá a partir da identificação, dentro do grupo, daqueles mais antigos e os tidos enquanto “novatos”. Ainda há a classificação a partir dos fixos (os que trabalham parados em pontos estratégicos e de maior movimentação dentro da estação, e os semifixos, que se deslocam entre as paradas. Esse sistema de transporte metropolitano advém de uma parceria público-privada, o que acentua ainda mais a repressão tendo em vista a não regularização da atividade.

Do ponto de vista econômico, Serpa, Leite e Machado (2021) analisaram o comércio de rua na cidade de Salvador, Bahia, focando em dois bairros específicos. Eles categorizaram os ambulantes em dois tipos: comerciantes, que vendem produtos, como alimentos, por exemplo, e prestadores de serviços, que oferecem mão-de-obra, como conserto de sapatos. Para os autores, o comércio ambulante, apesar de estar inserido no circuito inferior da economia, é eficaz, pois oferece uma variedade de produtos e serviços

acessíveis ao público. Além disso, está diretamente conectado ao circuito superior, contribuindo para a economia regional.¹⁴

Pamplona (2013) também analisa o comércio ambulante do ponto de vista econômico, mas sob uma perspectiva diferente. O autor observa que, na primeira década dos anos 2000, o número de Total de Ocupados (TO), fornecido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), aumentou de maneira semelhante ao número de Comerciantes de Rua (CR). Sua análise oferece uma abordagem detalhada dos dados sobre a atividade do comércio ambulante na cidade de São Paulo nesse período. Pamplona também explora a heterogeneidade desses trabalhadores que se reflete em padrões de desigualdade, subdividindo-os em três grupos: aqueles em situação precária, que não possuem os recursos necessários para trabalhar; aqueles em situação sustentável, que possuem os recursos mínimos; e aqueles envolvidos em atividades socialmente condenáveis, como o contrabando, que são de fato ilegais.

Estas observações permitem inferir que o comércio ambulante se auto-organiza com base nas condições particulares de cada território. Com essa concepção, Dantas (1997) analisa o surgimento do comércio ambulante em Fortaleza - CE que, de maneira semelhante a João Pessoa-PB, teve origem no centro da cidade, um espaço inicialmente planejado para a elite e negado às camadas mais pobres da população. É interessante destacar que o regulamento do comércio ambulante na cidade de Fortaleza chegou ainda antes que o nacional, em 1933. Assim, o autor percebe como esse tipo de atividade está intrínseca às condições de desigualdade social, advindas ainda do período escravocrata e que se reproduzem dentro do modo de produção atual.

Em análise sobre o caso de São Paulo, Oliveira e Zitrowicz (2007), observam que o comércio ambulante se auto-organiza com base em três fatores mutáveis: a evolução urbana, as transformações socioeconômicas e os hábitos de compra. Focando mais neste último ponto, os autores afirmam que o comércio ambulante foi a primeira forma de contato direto entre o consumidor e a mercadoria, antecedendo os supermercados e, muito mais tarde, os shoppings centers. Sob essa perspectiva, percebe-se quão antiga é essa atividade, que se reproduz e permanece necessária dentro da economia local.

¹⁴ Circuito inferior e circuito superior é uma teoria da economia produzida por Milton Santos (1926-2021), que basicamente compreende enquanto circuito inferior as atividades realizadas de modo local e periféricas, enquanto que o circuito superior é composto pelas grandes empresas, as quais possuem privilégios dentro da economia corroborando assim com o conceito de globalização por baixo. Para saber mais, ler Santos (2004).

Aparentemente desorganizado, esse grupo não apenas se auto-organiza para se manter atuante em termos econômicos e de reprodução, mas também para garantir sua permanência, como defendi em minha dissertação de mestrado. Essa permanência é mutável, adaptando-se às transformações sociais, mas também resistindo à repressão e à proibição (SILVA, 2021). Outro texto que analisa o comércio ambulante sob a perspectiva da representação coletiva é o de Puebla (2007), que realizou uma pesquisa empírica no México, mais especificamente na Alameda Central, com a organização social intitulada Cuauhtémoc. Nessa análise, o autor vai além ao examinar criticamente como o viés político influencia diretamente as decisões da representação coletiva, mostrando que ela adota tanto estratégias internas, para a mobilização e identificação do grupo, quanto externas, para manter o poder.

O aspecto normativo-jurídico também representa um dilema na realidade do comércio ambulante, como apontado por autores como Gonçalves (2014), que analisou a história desse grupo em Fortaleza - CE. O autor destaca como o comércio ambulante é dependente da esfera jurídico-política, já que o reconhecimento formal dessa atividade está condicionado às normas estabelecidas pelo código de posturas do município. Nessa mesma linha, Reis (2022), ao estudar o comércio ambulante na rodoviária de Brasília-DF, observa que esse grupo faz parte da reprodução da classe trabalhadora, porém de maneira ainda mais desfavorecida, uma vez que os direitos trabalhistas são excludentes para aqueles que atuam na informalidade.

Por fim, destacam-se duas pesquisas que abordaram a perspectiva empreendedora, que permeia o campo da informalidade na contemporaneidade. Hirata e Rabossi (2017) analisam a transição da visão jurídico-política, antes marcada pela repressão, para uma abordagem microempreendedora, embora ainda concessionária, gerida pelo poder público. A pesquisa, realizada no Rio de Janeiro-RJ, observa que o governo passou a regulamentar os ambulantes por meio da inscrição no MEI. Essa lógica também chegou a João Pessoa, como mencionado no capítulo anterior, mas se torna uma problemática ainda maior, pois traz consigo uma falsa ideia de formalização, mantendo a mesma instabilidade da atividade.

Silva (2021), em sua pesquisa de mestrado realizada no Rio de Janeiro entre 2019 e 2021, identificou que o discurso empreendedor estava presente entre os ambulantes que almejaram tornar-se seus “próprios patrões”. Sua análise destaca o papel desse discurso, que ultrapassa a lógica da informalidade e da precariedade que permeia as relações de trabalho na contemporaneidade, conforme também analisado por Lima e Oliveira (2021).

Essa transição na percepção sobre o ambulante, antes frequentemente associado à marginalidade (KOWARICK, 1994), reflete um movimento mais amplo impulsionado pela economia ultraneoliberal. Esse processo se insere no modo de produção capitalista da sociedade contemporânea, conforme discutido na introdução desta tese.

No âmbito normativo, desde 1940, a profissão de ambulante é reconhecida em território nacional por meio do Decreto-Lei nº 2.041. No entanto, esse reconhecimento ocorre com ressalvas, uma vez que o exercício da atividade “depende de licença da autoridade competente” (parágrafo único).

Na cidade de João Pessoa, o comércio ambulante é regulamentado pelo *Código de Postura do Município de João Pessoa* (Lei Complementar nº 7, de agosto de 1995), que define a atividade como “o exercício de venda de porta em porta ou de maneira móvel, nos logradouros públicos ou em locais de acesso ao público, sem direito à permanência definitiva” (art. 229). Além disso, estabelece que a atuação dos ambulantes “depende de licença prévia do órgão competente da prefeitura municipal” (art. 231).

No entanto, essa regulamentação abrange apenas dois grupos específicos de ambulantes: aqueles que transportam seus produtos manualmente e trabalham de forma itinerante e os que comercializam produtos nos arredores dos festejos e eventos específicos. Em festividades da cidade, como as comemorações juninas, a SEDURB-JP realiza um cadastro prévio dos ambulantes, organizando os espaços de trabalho de acordo com o número de vagas disponíveis e o cumprimento das normas estabelecidas.

Entretanto, essa legislação não contempla a realidade da maior parte dos ambulantes que historicamente ocupam de forma fixa o espaço público da cidade, seja no centro ou em outros bairros. Esses trabalhadores permanecem em uma situação de incerteza jurídica, uma vez que sua atividade não se enquadra nos critérios estabelecidos pela legislação municipal.

Há uma variedade de termos utilizados para definir esses trabalhadores, sendo *camelô* um dos mais comuns. No entanto, na cidade de João Pessoa, a partir da observação em campo, constatou-se que esses trabalhadores se identificam e são amplamente reconhecidos como *ambulantes*. Por esse motivo, esse termo será adotado ao longo deste estudo, alternando-se com a noção mais abrangente de *trabalhador informal*. Dentro do grupo de ambulantes, destaca-se a existência de diferentes formas de atuação nas ruas. Essa diversidade será apresentada no quadro a seguir.

QUADRO 1 – Modos de inserção para o trabalho no comércio ambulante

CATEGORIZAÇÃO DOS AMBULANTES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB	
CONTA-PRÓPRIA	Essa categoria compõe a maioria dos trabalhadores analisados. Eles se auto-organizam e possuem seus próprios meios de trabalho, como os recursos materiais, gerindo tanto a entrada quanto a saída dos produtos de forma independente
FAMILIAR	Essa categoria é composta por familiares do trabalhador. Embora não sejam necessariamente os gestores do comércio, eles atuam no mesmo nível hierárquico e compartilham as mesmas responsabilidades. Como parte do núcleo familiar, também dependem dos lucros do comércio de rua, assim como o ambulante que trabalha por conta própria
AJUDANTE	Essa categoria se diferencia dos familiares por estar em uma posição hierárquica inferior no que diz respeito à gestão do comércio, apesar de, geralmente, ter um vínculo afetivo próximo com o ambulante por conta própria, mesmo sem laços de consanguinidade. Além disso, uma característica distinta é a não-regularidade do trabalho. Por exemplo, alguns ambulantes contratam ajudantes apenas durante períodos específicos, quando o aumento do movimento exige maior atenção
FUNCIONÁRIO	Essa categoria se diferencia do ajudante pela regularidade do trabalho e pela ausência de qualquer laço afetivo com o ambulante por conta própria. Embora não haja contrato formal nem possuam seus próprios recursos para trabalhar de forma independente, esses trabalhadores recebem uma espécie de salário, negociado diretamente entre o ambulante por conta própria e o funcionário, por meio de um contrato informal e verbal

Fonte: elaboração própria

A categorização do grupo evidencia sua composição heterogênea. Ser ambulante na cidade de João Pessoa não implica estar sob uma mesma condição social e econômica, como observado em campo. Nesse sentido, a informalidade, enquanto um processo dinâmico, reforça a diversidade dessa atividade, refletindo diretamente no perfil dos trabalhadores que a compõem e na forma como se organizam dentro do território. O território, por sua vez, incorpora fatores externos que influenciam diretamente essa dinâmica, como, por exemplo, a (não) regulação da atividade.

Para tanto, o papel do Estado é essencial. A intensificação da mundialização da produção capitalista por meio do Estado ocorre de diversas formas, dentre elas o estímulo “a intensas privatizações, aos programas de demissão voluntária e à expansão do crédito no auxílio ao desenvolvimento dos pequenos negócios” (SILVA, 2015, p. 126). Estas são algumas das tomadas de decisão da gestão governamental que viabilizam e corroboram com esse processo, na medida em que age em prol da manutenção do capital.

Não há dúvida de que as mudanças no poder focalizado na figura do Estado, a partir principalmente da alegada crise pela qual ele estaria passando desde pelo menos os anos 1980, com a instauração de um padrão de acumulação capitalista dito mais flexível e descentralizado (o pós-fordismo), a chamada revolução informacional e a desregulamentação do capital financeiro (iniciada com a crise do acordo de Bretton Woods no final dos anos 1960 e hoje colocada seriamente em xeque), sem falar na paralela queda dos regimes burocráticos altamente centralizados do chamado bloco socialista e, de maneira geral, na intensificação dos fluxos transnacionais de toda ordem, levaram a um relativo debilitamento da sua capacidade de controle sobre diversos fluxos através de suas fronteiras. Além disso, restringiu-se também seu poder direto de intervir, internamente, na configuração de regiões e territórios, sobretudo por intermédio do macroplanejamento territorial (HAESBAERT, 2013, p. 23).

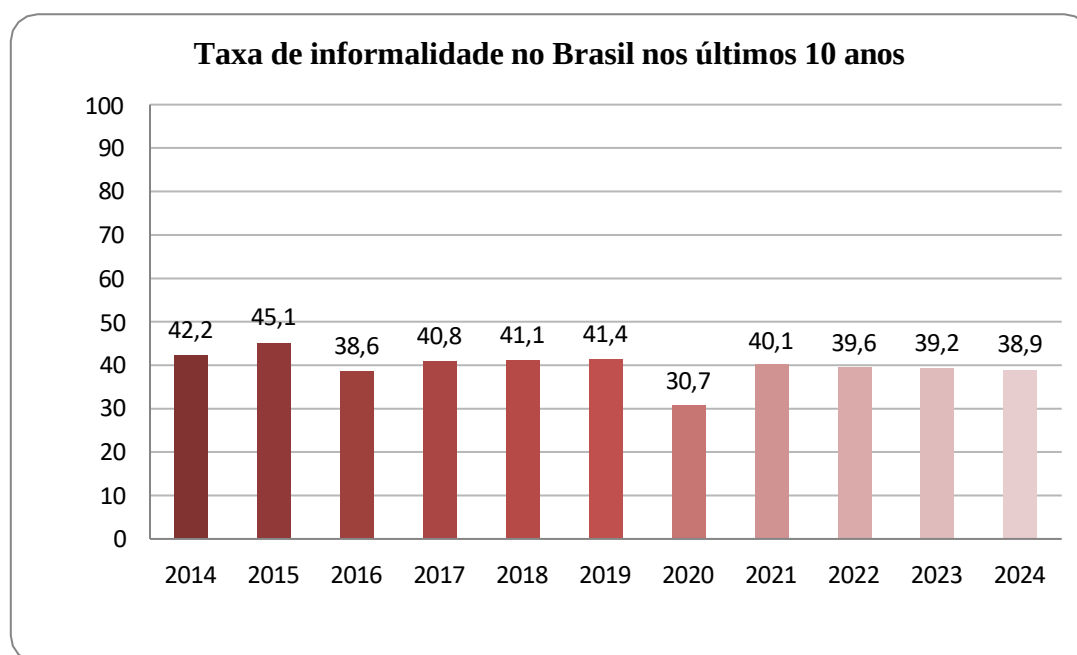
No cenário brasileiro em específico, conforme observado, o aumento da informalidade se relaciona tanto com a crise econômica intensificada pela pandemia de Covid-19, como à crise política, tendo seu início no ano de 2014, e que assolou o país, tendo como consequência o impeachment da presidente Dilma Rousseff e a introdução da lógica ultraneoliberal no governo federal. De forma sucinta, observou-se uma atuação do governo, pelo menos nos primeiros dois anos dessa pesquisa, em prol do mercado, de forma conservadora e com a premissa da austeridade na gestão dos gastos públicos (ANGELI-SILVA et al., 2021). Tal prática atinge diretamente as relações de trabalho, na medida em que ocorrem alterações na legislação, como por exemplo a lei nº 13.467 de 2017, conhecida como Reforma Trabalhista, que alterou significativamente a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Tais mudanças não resultaram na ampliação dos empregos, conforme propagado no momento de sua implementação (FILGUEIRAS, 2019), mas em uma aguda precarização que intensificou a carga horária, diminuiu os salários e flexibilizou as jornadas de trabalho (KREIN; VÉRAS DE OLIVEIRA, 2019).

A atuação do governo sob o viés ultraneoliberal que se estabeleceu no país entre os mandatos presidenciais de Michel Temer (agosto de 2016 a dezembro de 2018) e de Jair Messias Bolsonaro (de janeiro de 2019 até dezembro de 2022), dificultou o acesso à proteção social, em especial a oriunda dos direitos trabalhistas. Como marco dessa prática tem-se inclusive a subnotificação ou até mesmo a inexistência de dados quantitativos relativos aos trabalhadores ambulantes, o que afeta diretamente a formulação e execução de políticas públicas específicas para atender às suas demandas. O último levantamento sobre o comércio ambulante foi realizado pelo IBGE, através da PNAD-Contínua, em 2017, em que se contabilizou 1,3 milhão de ambulantes no país (IBGE, 2018). Nesse

sentido, a falta de dados sobre esse grupo nos últimos 5 anos tem ocultado o seu aumento no país.

Durante esse período de realização desta pesquisa, diversas mudanças ocorreram nas relações de trabalho no país. Com base nos dados da PNAD-Contínua, observa-se que o trabalho informal aumentou ao longo desse intervalo. No entanto, ao comparar a porcentagem de informalidade dos últimos 10 anos no país, com exceção do período pandêmico, especialmente em 2020, quando houve uma redução da informalidade em relação aos outros anos, percebe-se uma certa estabilidade nos dados, conforme demonstrado abaixo.

GRÁFICO 1 – Porcentagem de informalidade no Brasil nos últimos 10 anos



Fonte: autoria própria a partir dos dados da PNAD-Contínua dos últimos 10 anos disponibilizada pelo IBGE.

É importante destacar que, em 2020, grande parte dessa categoria, incluindo os ambulantes, não pôde prestar seus serviços ou expor seus produtos à venda em espaços públicos. O isolamento social afetou diretamente esses trabalhadores, uma vez que

medidas restritivas de contato social foram aplicadas em níveis federal, estadual e municipal.¹⁵

Embora esta pesquisa tenha começado em 2021, no período pós-pandemia, é importante relembrar a conjuntura dessa época, pois seus efeitos ainda persistem. Diversas análises sociológicas surgiram durante esse período, destacando-se a de Alysson Máscaro em seu livro *Crise e Pandemia* (2020), no qual o autor argumenta que esse momento apenas expôs de forma mais evidente a tragédia da manutenção da produção capitalista na sociedade. De fato, a desigualdade social ficou mais visível em alguns contextos e se agravou em outros.

Não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. Trata-se de uma crise eminentemente social e histórica. A reiterada fragilidade da relação humana com a natureza corresponde a uma parcela pequena dos problemas presentes. No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise (MASCARO, 2020, p. 6)

Com base nessa lógica, será feita uma análise da conjuntura pós-pandemia para este grupo. Para as pessoas que trabalham no setor informal, especialmente no comércio de rua, o suporte financeiro durante o isolamento social foi o auxílio emergencial, no valor de R\$600, enquanto o salário mínimo na época era R\$1.039. Esse auxílio foi instituído pela Lei 13.982, promulgada em abril de 2020, quando o isolamento social já estava em vigor há pelo menos um mês. No entanto, nem todos os trabalhadores ambulantes foram contemplados, já que a solicitação do auxílio deveria ser feita por meio de uma plataforma digital, o que limitou o acesso, uma vez que muitos não possuíam acesso à internet ou não sabiam como utilizar a tecnologia. Além disso, o auxílio passou por um processo de avaliação, resultando em muitas solicitações indeferidas, afetando não apenas os ambulantes, mas diversos trabalhadores informais.

¹⁵ O ano de 2020 foi um momento histórico para o comércio ambulante de João Pessoa-PB. Neste ano estava sendo realizada a pesquisa de campo a nível de mestrado com o grupo e puderam ser percebidas as dificuldades enfrentadas pelos mesmos. Dentre estas, destaca-se a falta de recursos financeiros e mesmo materiais para poder se proteger da covid-19 e cumprir as medidas de isolamento social. Ressalta-se que o *modus operandi* do grupo foi totalmente prejudicado, uma vez que a movimentação de pessoas nas ruas e o contato social é fundamental para que ocorra as vendas. Para saber mais sobre esse período ler Silva (2020).

Nesse contexto, na região central, um grupo de trabalhadores ambulantes foi impedido de atuar devido às medidas restritivas e, mesmo que pudessem trabalhar, a ausência de pessoas nas ruas, de quem dependem para vender, tornaria a atividade inviável. Situação semelhante ocorreu na região litorânea, que também foi interditada para o público. Esses locais eram monitorados por policiais autorizados a apreender as mercadorias dos trabalhadores que fossem encontrados descumprindo as normas. Já os ambulantes que dependiam de festejos e eventos ficaram sem locais para atuar, pois até mesmo comemorações em grupos, incluindo as realizadas em casa, estavam proibidas.

Assim, a desigualdade social dentro desse grupo se agravou, especialmente porque muitos ambulantes não tiveram acesso ao auxílio emergencial, quando, conforme apontam relatos de entrevistados, tiveram que sobreviver apenas com a ajuda de pessoas próximas e de entidades sociais. Outros trabalhadores não apenas conseguiram acessar o auxílio emergencial durante o período, como também recorreram a outras formas de obter renda, como vendas por delivery, por exemplo. Essa realidade apenas evidencia as disparidades sociais que existem dentro do próprio grupo.

Essa conjuntura antecedeu o período e objeto de realização desta pesquisa, mas compreender este panorama serve ao entendimento das transformações significativas na estrutura do comércio ambulante. Nesse contexto, vale destacar, também, o surgimento do pagamento via PIX, lançado em 2020. Essa nova forma de pagamento trouxe mudanças substanciais para o modo de compra e venda na sociedade capitalista, afetando diretamente o comércio de rua.

É comum ouvir relatos de consumidores que 'não andam mais com dinheiro'. Hoje, o pagamento via internet, através de aplicativos bancários instalados em celulares, tornou-se algo natural, algo que, há cerca de quatro anos, não era comum. Essa transição ocorreu de forma avassaladora, e, em 2023, o PIX tornou-se o meio de pagamento mais popular no Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2023). Apesar da praticidade, o uso do PIX trouxe também consequências negativas para o grupo em estudo. A partir da observação e vivência no campo, foram analisadas algumas situações que prejudicaram os ambulantes, as quais serão relatadas de forma dinâmica a seguir:

QUADRO 2 – Pagamento na modalidade pix e o comércio ambulante

CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DA MODALIDADE DE PAGAMENTO VIA PIX PARA OS AMBULANTES			
A compreensão do funcionamento das transações via Pix é essencial, especialmente no caso de ambulantes, muitos dos quais possuem pouca ou nenhuma escolaridade. Essa limitação dificulta o gerenciamento dessa ferramenta, tornando inviável a realização de vendas por esse método de pagamento, apesar de sua popularidade e conveniência.	A necessidade de possuir internet, a qual muitos ambulantes, por mais que possuam acesso, é pelo aparelho móvel, de forma precária com um pacote de dados restrito, o que dificulta a confirmação do pagamento.	Necessidade de o cliente também possuir internet para realizar a transação, e diferente de alguns estabelecimentos comerciais que possuem uma rede via wi-fi e aberta para os clientes, o ambulante perde vendas por não ter uma rede compartilhada	Embora alguns ambulantes possuam certo nível de conhecimento, muitos carecem de experiência prática e acabam delegando essa responsabilidade a terceiros. Em alguns casos, os ajudantes fornecem sua própria chave Pix, em vez de usar a do ambulante. Ainda há clientes que apresentam comprovantes que não correspondem a venda. Situações que levam o ambulante a não receber os pagamentos devidos.

Fonte: autoria própria.

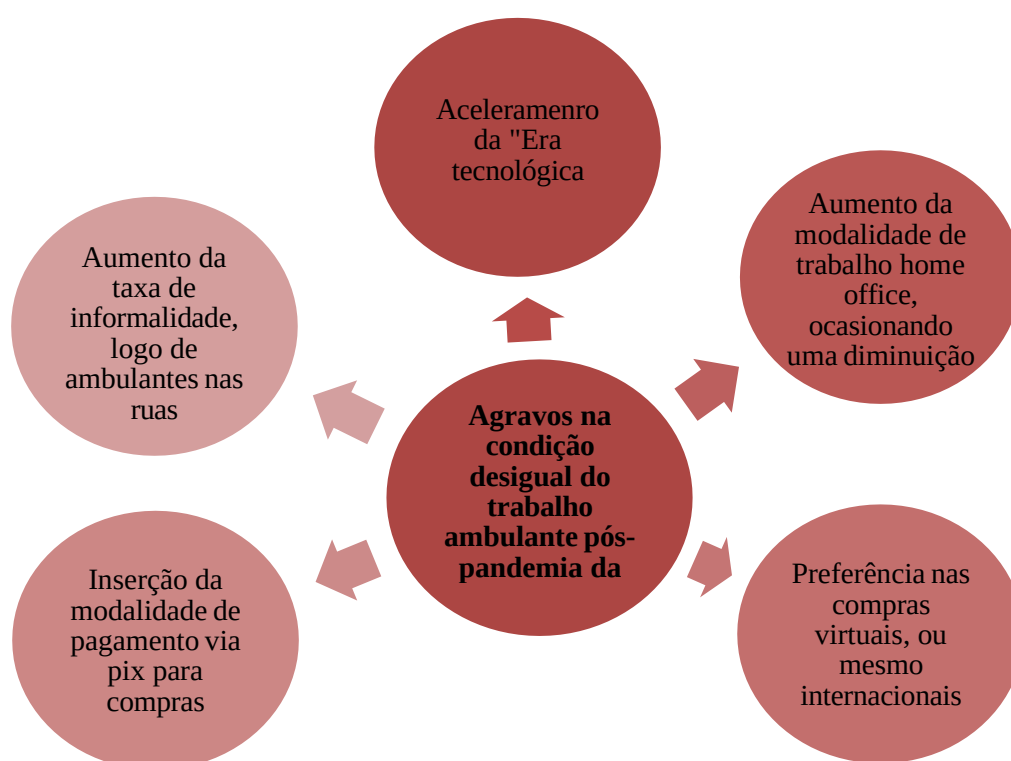
A pandemia também impulsionou o home office e as vendas pela internet. No ano de 2020 houve um aumento de inserção de lojistas, inclusive locais, em plataformas digitais para que se mantivessem as vendas, uma vez que estava determinado o isolamento social naquele momento. Contudo, para o grupo em questão, essa transição das vendas presenciais para o comércio virtual pode se configurar como um processo difícil ou até inviável, por motivos semelhantes aos desafios da adoção do pagamento via PIX, como a falta de recursos para acessar o mercado virtual e a ausência de domínio sobre as ferramentas da 'era tecnológica'. Um estudo realizado sobre o comércio eletrônico brasileiro, divulgado na 49ª edição do 'Relatório Webshoppers Premium', revelou que as vendas de e-commerce continuam em evolução, mesmo após a pandemia, mantendo uma tendência de crescimento (NIQ Ebit, 2024).

O segundo ponto é a modalidade de trabalho home office, que afeta os trabalhadores do comércio de rua de forma indireta, ao reduzir a circulação de pessoas nas vias públicas. Uma pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE FGV) observou, a partir de dados do período pós-pandemia, que, apesar do retorno

gradual ao trabalho presencial desde 2021, algumas empresas mantiveram o regime de home office ou adotaram um modelo híbrido.

Como esses aspectos foram identificados por meio da observação de campo e são resultados da pesquisa, segue um esquema que facilita a compreensão da situação do comércio ambulante no período pós-pandemia.

ESQUEMA 3 – Síntese da conjuntura pós-pandemia para o comércio ambulante



Fonte: autoria própria a partir da observação e vivência no campo

Esses foram os resultados encontrados durante a realização do estudo, compondo a conjuntura situacional da pesquisa. Vale destacar que a segunda etapa da pesquisa, que consistiu na aplicação dos questionários, foi realizada nesse contexto. A descrição metodológica e os resultados dessa etapa serão apresentados no próximo tópico.

2.2 Perfil das e dos ambulantes de João Pessoa – PB: análise das disparidades socioeconômicas

Considerando esse contexto, foi aplicado um questionário junto aos ambulantes da cidade de João Pessoa. É importante destacar que os resultados desse instrumento, que serão apresentados a seguir de forma detalhada, têm caráter aleatório, dada a diversidade do grupo, configurando-se, portanto, como uma pesquisa de natureza descritiva e de abordagem não probabilística, sem a pretensão de generalização estatística dos achados para o conjunto total da população estudada. A criação e o aprimoramento do questionário ocorreram ao longo dos três primeiros trimestres de 2023, com sua aplicação realizada em novembro do mesmo ano.

As questões foram elaboradas na plataforma Google Forms e organizadas em três seções: identificação econômica, identificação familiar e processo de trabalho, totalizando 47 questões. A aplicação de um projeto piloto foi fundamental para ajustar alguns termos, adequando as perguntas à realidade vivida pelos ambulantes da cidade. A aplicação do questionário contou com o apoio da pesquisadora Larissa Brasil Cardoso, bolsista do projeto “Desigualdade e relações de trabalho no Brasil: trajetórias sociais e precariedade na região Nordeste do país”, coordenado pelo professor Maurício Rombaldi, orientador desta pesquisa. A colaboração da pesquisadora decorreu das atividades que desenvolvia no âmbito do referido projeto naquele período.

É importante ressaltar o papel da AMEG-PB nessa etapa da pesquisa, pois os ambulantes costumam ser resistentes à participação em atividades desse tipo. Nesse sentido, foi comunicado à presidente da associação sobre a necessidade da aplicação do questionário para a pesquisa, solicitando sua ampla divulgação durante o período de execução. A aplicação foi dividida em três zonas, com a estimativa de pelo menos vinte (20) questionários por região, delimitadas da seguinte forma:

Região Central: a aplicação ocorreu entre os dias 6 e 7 de novembro, totalizando 23 questionários. As áreas de concentração foram o entorno do Parque da Lagoa e a Rua Santo Elias.

Região Litorânea: a aplicação foi realizada entre os dias 8 e 9 de novembro, com um total de 25 questionários. A área de concentração foi a praia de Tambaú, mais especificamente entre a Feirinha e o Largo do bairro.

Regiões de Festejos e Eventos: a aplicação ocorreu no dia 11 de novembro, totalizando 20 questionários. A área de concentração foi a Praça Rio Branco, localizada no centro da cidade, onde ocorre semanalmente, aos sábados, o evento “Sabadinho Bom”

Algumas observações de diário de campo sobre o processo de implementação das entrevistas são indicadas a seguir:

- **Região Central:** havia muito ruído, devido à proximidade de vários estabelecimentos comerciais com propagandas sonoras, o que impactou o ambiente durante a aplicação dos questionários.
- **Região Litorânea:** observou-se certa 'hostilidade' por parte dos ambulantes em participar da pesquisa, com alguns até desdenhando do processo.
- **Região de Festejos e Eventos:** o movimento intenso de clientes não dificultou a receptividade desse grupo específico, que, apesar da agitação, foi bastante aberto a participar.

Posteriormente, o questionário foi disponibilizado por meio de um link nos grupos de WhatsApp da AMEG-PB, para que outras pessoas pudessem respondê-lo. O questionário ficou aberto até o final de novembro de 2023. A escolha por essa divisão na aplicação (inicialmente presencial e posteriormente de modo remoto, ambos pela plataforma Google Forms) se deu não apenas pela resistência¹⁶ de alguns, mas também pela dificuldade que muitos membros do grupo têm em manusear ferramentas eletrônicas. Foram coletadas um total de 127 respostas em uma pesquisa, que foram submetidas a uma análise aprofundada. Para essa análise, foram utilizadas diversas bibliotecas da linguagem de programação Python, conhecidas por suas funcionalidades robustas em manipulação e visualização de dados. As principais ferramentas empregadas foram:

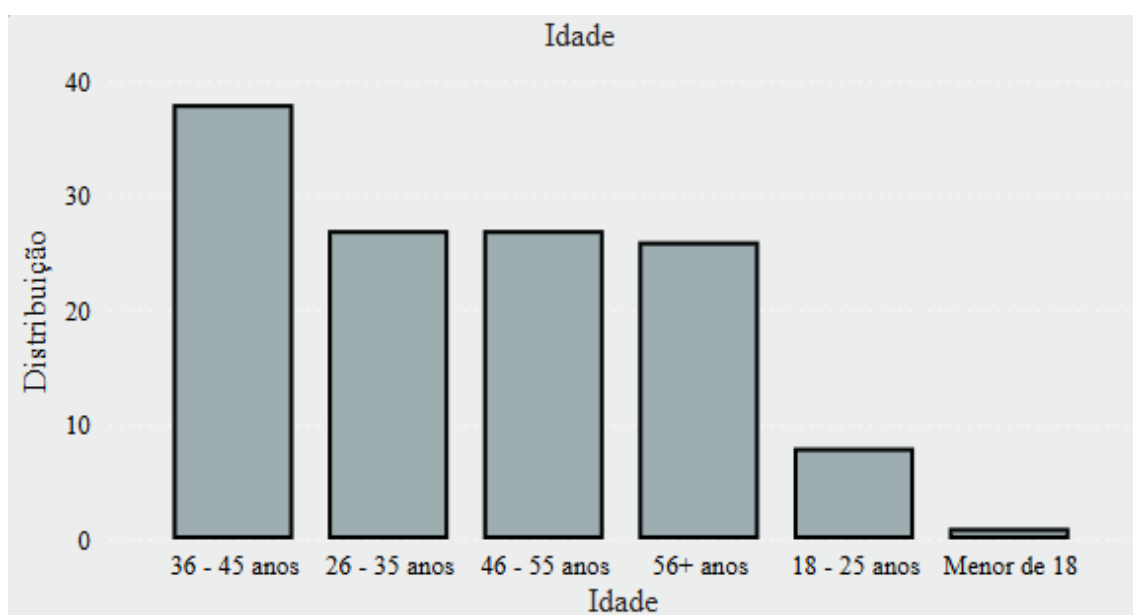
- **Pandas:** Para organizar e manipular os dados de forma eficiente, permitindo o trabalho com tabelas estruturadas (DataFrames).
- **Numpy:** Para realizar cálculos numéricos e operações em arrays, facilitando a análise matemática e estatística.
- **Plotly e Express:** Para criar gráficos interativos, que proporcionam uma visualização dinâmica e intuitiva dos dados.

¹⁶ Tal resistência foi detectada ainda durante a observação no campo, uma vez que, além de ser cultural do grupo não ter vivência com esse processo de pesquisa, alguns inclusive desconfiam que possam ser agentes públicos, vinculados a SEDURB-JP neste caso, para extraírem seus dados e posteriormente retirá-los das ruas e calçadas da cidade.

- Matplotlib e Seaborn: Para gerar gráficos estáticos e visualizações mais elaboradas, com foco em análises estatísticas e apresentação de resultados.

Todo esse processo foi realizado na plataforma Google Colab, um ambiente gratuito que permite a execução de código Python na nuvem. Isso torna a análise mais acessível e possibilita o compartilhamento ágil dos resultados com outros colaboradores. O tratamento desses dados foi realizado pelo pesquisador Werbm Luiz, graduando em Sistemas para Internet e assessor em programação. A disponibilização dos resultados foi feita pela plataforma Power BI. A seguir, serão apresentados os resultados obtidos por meio de gráficos.

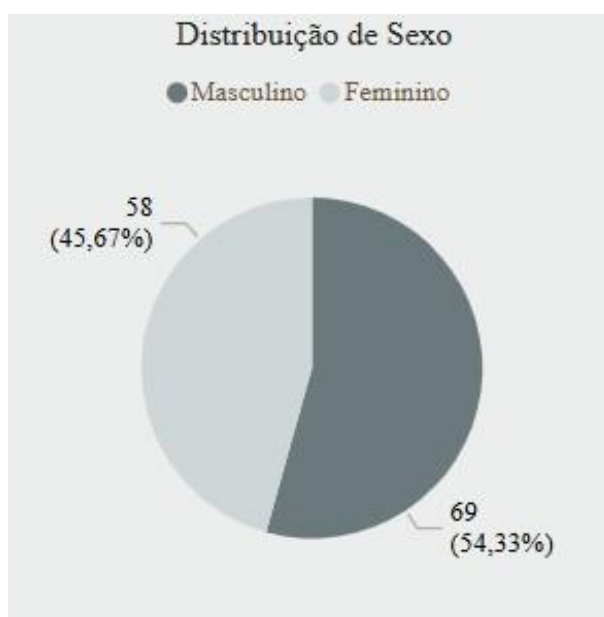
GRÁFICO 2 – Faixa etária dos ambulantes participantes



Elaboração própria

A primeira pergunta buscou identificar a faixa etária dos respondentes. Como demonstrado anteriormente, a maioria encontra-se na meia-idade, enquanto menos de 10% possuem menos de 25 anos. Esse dado, aliado às observações de campo, revela que o grupo é composto tanto por indivíduos que iniciaram suas trajetórias no comércio ambulante e nele permaneceram, quanto por aqueles que migraram do trabalho formal para a informalidade das ruas. A geração de meia-idade, além de representar a maior parcela dos ambulantes, é também aquela que assume as principais responsabilidades familiares, sendo comum que a atividade ambulante funcione como fonte principal ou complementar de renda para sustentar o lar.

GRÁFICO 3 – Divisão entre masculino e feminino



Elaboração própria

Em relação ao sexo dos entrevistados, o gráfico acima revela que a maioria é composta por homens, embora a diferença entre os gêneros não seja significativamente discrepante. Esse resultado reflete a tendência observada em nível nacional. De acordo com a PNAD Contínua, no último trimestre de 2024, a taxa de informalidade foi de 39,8% entre os homens e de 36,9% entre as mulheres (IBGE, 2024). Dessa forma, observa-se que, embora majoritariamente masculina, a atividade ambulante também representa uma importante fonte de renda para mulheres.

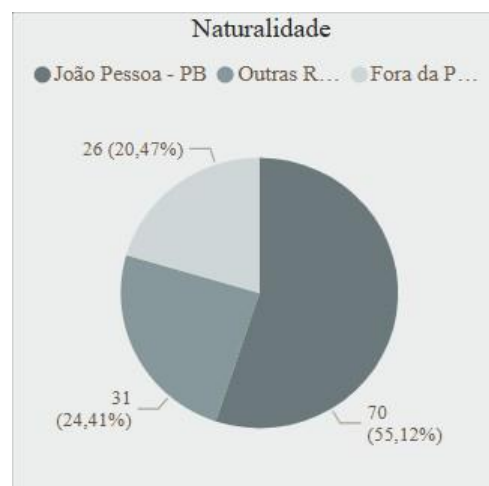
O terceiro questionamento das entrevistas tratou do local de residência dos ambulantes. Por se tratar de uma pergunta aberta, as respostas apresentaram ampla variação e não puderam ser categorizadas de maneira consistente, em razão da ocorrência de respostas únicas. Ainda assim, a seguir são apresentados os bairros mais mencionados pelos ambulantes em relação ao seu local de moradia.

MAPA 5 – Principais bairros de João Pessoa habitados pelos ambulantes



Fonte: mapa emitido através do Sistema de Informação Geográfica SigaWeb da Plataforma Filipeia disponibilizado pela Prefeitura Municipal da cidade por meio do link: <<https://filipeia.joaopessoa.pb.gov.br/>>

GRÁFICO 4 – Local de nascimento



Elaboração própria

A maioria dos entrevistados declarou ser natural de João Pessoa. Contudo, 31 respondentes indicaram outras cidades da Paraíba como local de origem, destacando-se Santa Rita e Bayeux como as mais mencionadas, além de municípios do interior, como

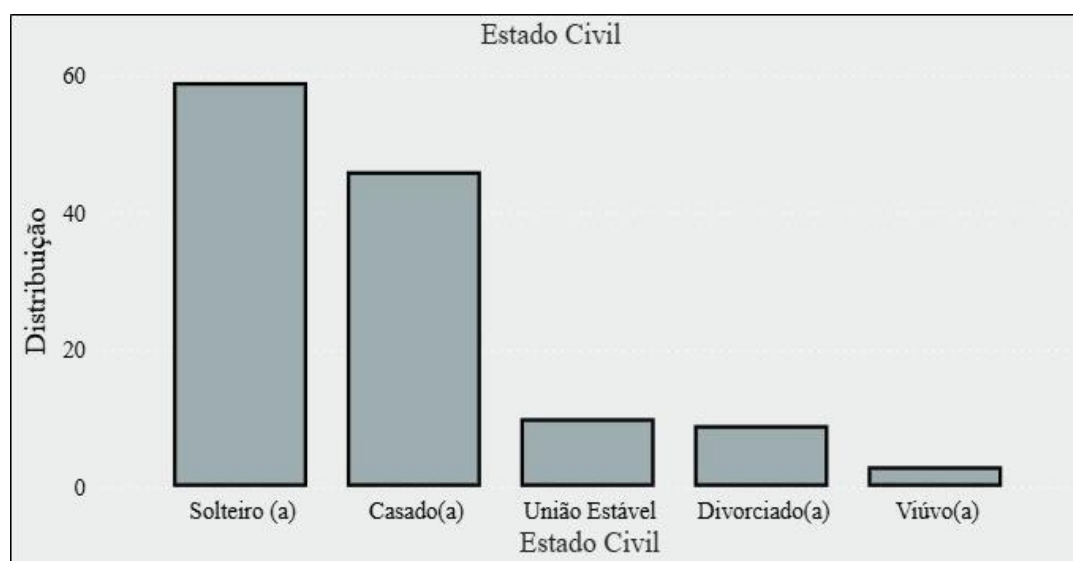
Patos e Pilões. Entre os 26 participantes que declararam origem fora do estado, foram citadas diversas cidades, com destaque para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, cada um com cinco menções.

A predominância de indivíduos naturais da capital revela uma familiaridade estrutural com o espaço urbano e suas dinâmicas socioeconômicas, o que tende a favorecer a inserção no comércio ambulante. Tal familiaridade manifesta-se tanto no conhecimento prévio das rotas de circulação e dos fluxos de consumo, quanto nas redes sociais e relações de vizinhança já consolidadas no território. Essa constatação pode ser interpretada à luz da teoria do território desenvolvida por Milton Santos (1999), segundo a qual o espaço não se limita a uma dimensão física, mas constitui-se como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, resultado histórico da interação entre sociedade e natureza. Assim, o pertencimento territorial, expresso pela condição de ser conterrâneo, confere vantagens simbólicas e práticas no uso e na apropriação do espaço urbano, contribuindo para a reprodução de formas locais de trabalho e para o desenvolvimento regional.

Porque o saber local, que é nutrido pelo cotidiano, é a ponte para a produção de uma política – é resultado de sábios locais. O sábio local não é aquele que somente sabe sobre o local propriamente dito; tem de saber, mais e mais, sobre o mundo, mas tem de respirar o lugar em si para poder produzir o discurso do cotidiano, que é o discurso da política (SANTOS, 1999, p. 21).

Essa condição pode representar uma vantagem comparativa em relação aos migrantes, que geralmente necessitam de tempo para adaptar-se ao território e construir clientela. Por outro lado, a presença expressiva de vendedores oriundos de outros municípios da Paraíba evidencia o papel de João Pessoa como polo de atração regional, uma vez que, “É assim que as cidades constituem, cada vez mais, uma ponte entre o global e o local, em vista das crescentes necessidades de intermediações e da demanda também crescente de relações” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 281) sobretudo para trabalhadores em busca de oportunidades de sobrevivência na economia informal.

GRÁFICO 5 – Estado civil dos ambulantes



Elaboração própria

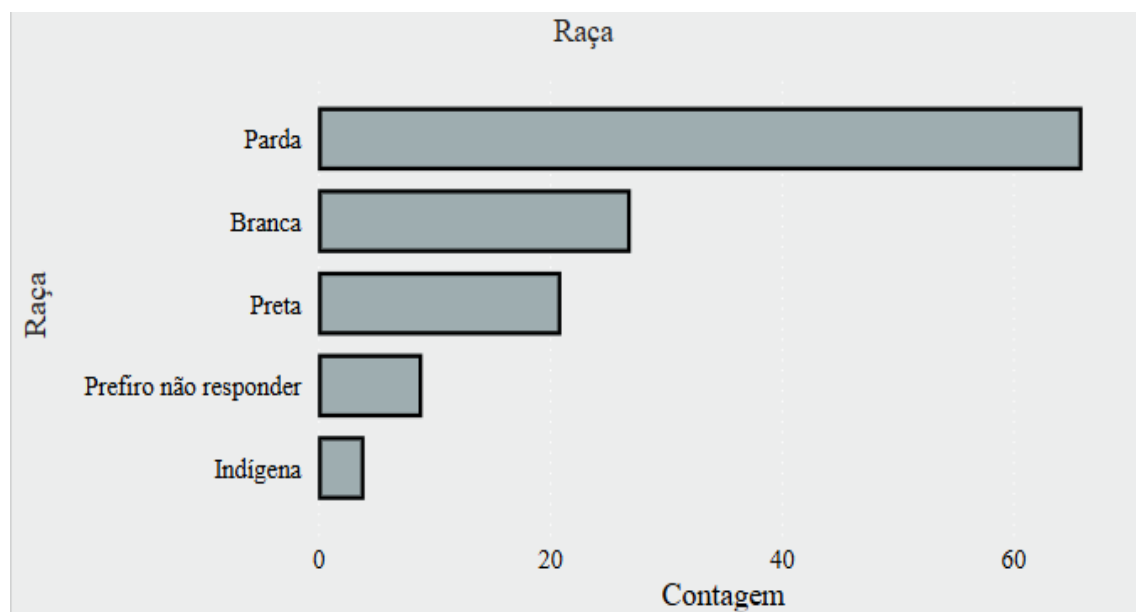
O quinto questionamento abordou o estado civil dos respondentes. A maioria, correspondente a pouco mais de 40%, declarou estar solteira no momento da pesquisa, seguida por um percentual ligeiramente inferior que afirmou estar casada. Essa variável foi incluída com o intuito de considerar que a convivência com outra(s) pessoa(s) pode influenciar diretamente a situação econômica do ambulante, sobretudo quando há compartilhamento de responsabilidades financeiras ou participação conjunta no trabalho de rua, aspecto constatado durante as observações de campo.

Contudo, o dado mostrou-se relativamente impreciso, pois o grupo inclui casos de uniões estáveis não formalizadas civil ou religiosamente, cujos integrantes, ainda assim, se autodeclararam solteiros. Essa incongruência reflete características culturais locais, nas quais a formalização da união, jurídica ou religiosa, é frequentemente percebida como o marco que legitima socialmente o casamento. Durante o trabalho de campo, verificou-se que, mesmo entre casais com convivência duradoura e filhos ou dependentes, prevalece a autodeclaração de solteiro, revelando uma dissociação entre as práticas afetivas e as categorias formais de estado civil.

Tal fenômeno pode ser interpretado à luz da discussão de Sarti (2011), para quem as relações familiares nas classes populares tendem a articular-se em torno de laços práticos e afetivos, mais do que em normas jurídicas, evidenciando um modelo de família funcional e adaptativa às condições econômicas e simbólicas do grupo. De modo convergente, Telles (2010) ressalta que a informalidade não se restringe à esfera econômica, mas constitui um modo de vida que atravessa diferentes dimensões da

existência cotidiana, inclusive as formas de parentesco e conjugalidade. Nessa perspectiva, as uniões não formalizadas entre ambulantes podem ser compreendidas como expressões da informalidade social, em que os vínculos afetivos e econômicos se estabelecem à margem das instituições formais, mas sustentam práticas de solidariedade e sobrevivência.

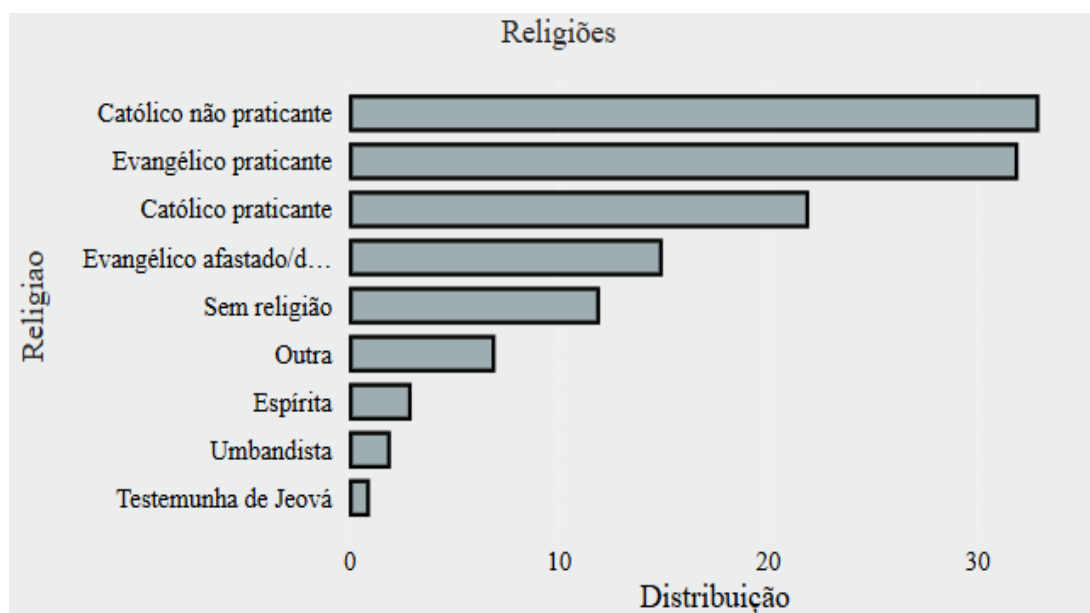
GRÁFICO 6 – Classificação por raça



Elaboração própria

Em termos percentuais, é interessante notar que mais da metade dos respondentes se autodeclarou *parda*, enquanto um percentual considerável (quase 10%) optou por não responder à pergunta. Essa questão é fundamental, pois a raça é um marcador social da diferença, refletindo desigualdades históricas. Os negros, que historicamente são os mais impactados pela reprodução da desigualdade social, também estão entre aqueles que mais ocupam as ruas e calçadas da cidade, exercendo uma atividade que, apesar de digna, é irregular e marcada pela precarização. No entanto, embora a observação em campo tenha identificado uma predominância de indivíduos pertencentes à população negra (entendida, neste estudo, como a soma das categorias preta e parda) entre os ambulantes, os dados do questionário apontaram que apenas cerca de um quarto dos respondentes se autodeclarou preto. Essa diferença evidencia um descompasso entre a observação empírica e as respostas obtidas, indicando a presença de reservas ou ambiguidades no processo de autodeclaração racial por parte dos trabalhadores entrevistados.

GRÁFICO 7 – Pertencimento religioso



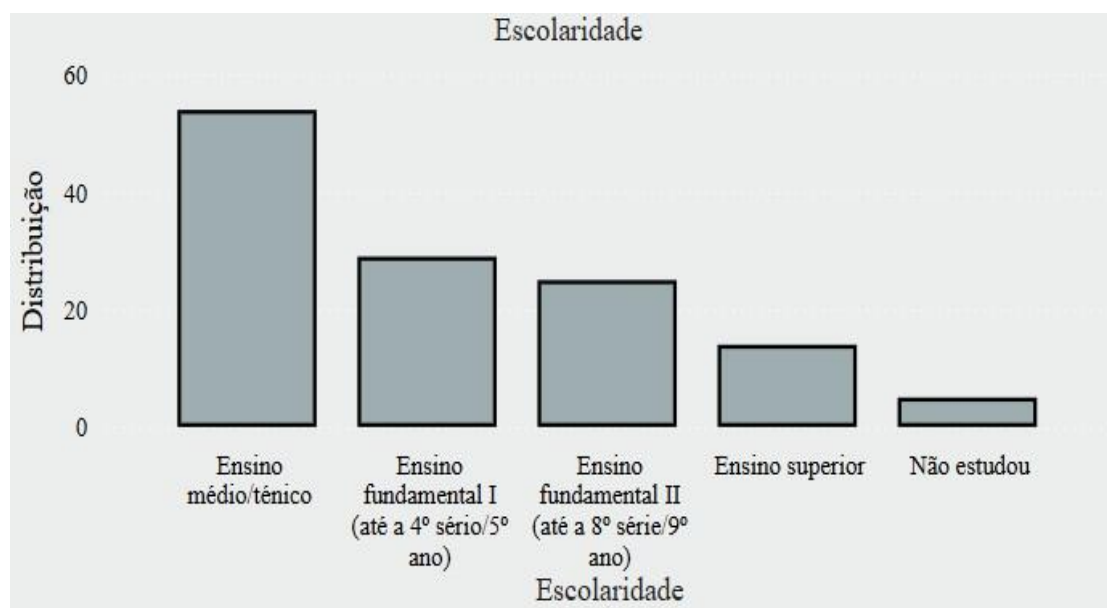
Elaboração própria

No que se refere ao questionamento sobre religião, a inclusão do termo “praticante” decorreu da observação participante realizada junto ao grupo, na qual se percebeu que os ambulantes não apenas se identificam com determinada religião, mas também se autodefinem como praticantes ou não, sobretudo no âmbito do catolicismo e do protestantismo. A maioria dos respondentes declarou-se católica, praticante ou não, e evangélica, classificando-se também como praticante ou afastada/desviada. Ao longo da pesquisa e, especialmente, nas entrevistas (que serão discutidas no capítulo seguinte), constatou-se a forte influência da religião na conduta cotidiana desses trabalhadores. Essa influência manifesta-se em seus discursos por meio de expressões como “*tudo é no tempo de Deus*”, “*assim será se Jesus permitir*” e “*Deus vê tudo*”, evidenciando a presença da fé como elemento estruturante de suas percepções sobre a vida e o trabalho.

A seguir, as questões 8 a 10 trataram da formação educacional dos entrevistados. A escolaridade é um aspecto fundamental para compreender a relação entre trabalho e educação, dois pilares essenciais para a vida em sociedade e que, frequentemente, “*avançam juntas*”, uma vez que a qualificação profissional está diretamente ligada ao acesso à educação formal. No caso do comércio ambulante, a atividade não exige uma especialização em determinada área. No entanto, a análise das respostas sobre o nível de

escolaridade e a continuidade dos estudos pode fornecer indícios relevantes sobre o perfil desse grupo e suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

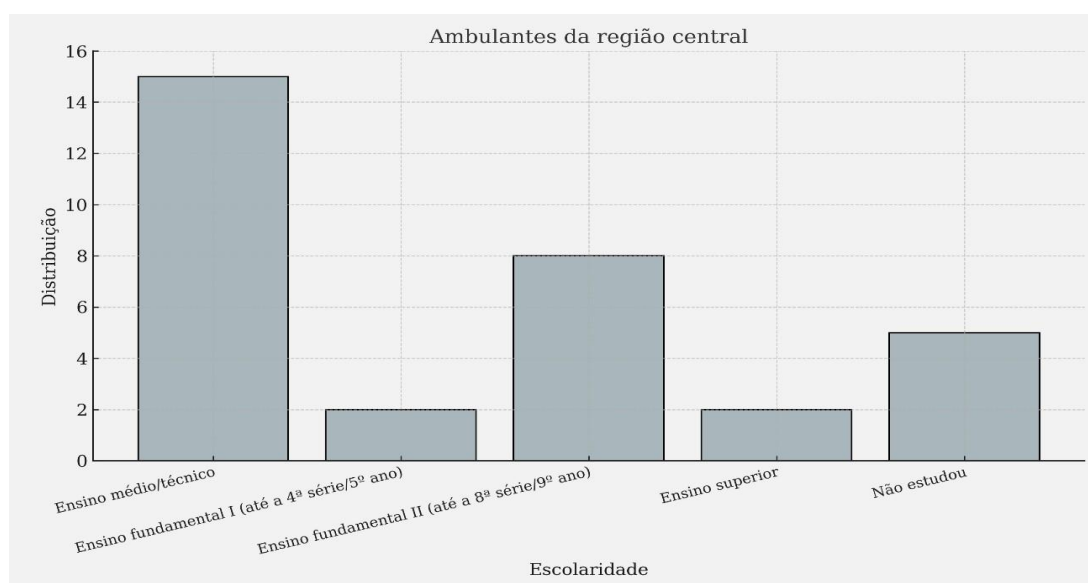
GRÁFICO 8 – Grau de escolaridade dos ambulantes participantes



Elaboração própria.

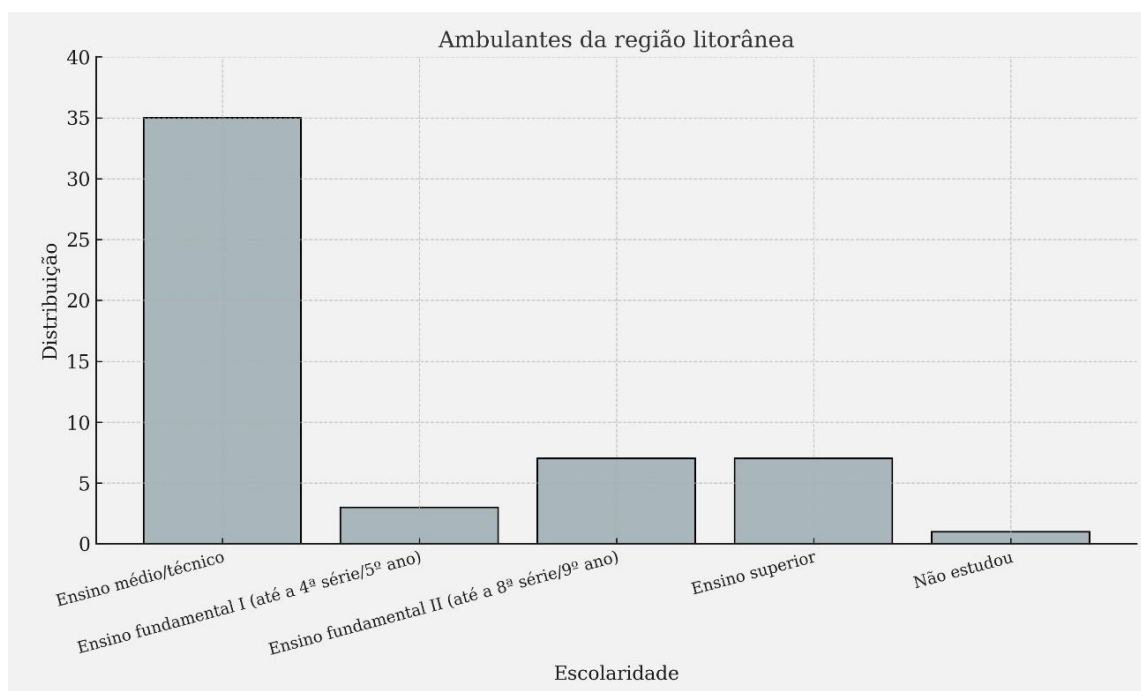
A partir das respostas obtidas, observa-se que a maioria dos entrevistados (pouco mais de 40%) declarou ter concluído o ensino médio. Em contrapartida, ao somar os respondentes que possuem apenas o ensino fundamental, obtém-se um total aproximado de 40%. Contudo, quando essas respostas são distribuídas segundo as zonas de atuação, verificam-se variações significativas entre os três territórios analisados, conforme demonstrado a seguir.

GRÁFICO 9 – Grau de escolaridade dos ambulantes da região central



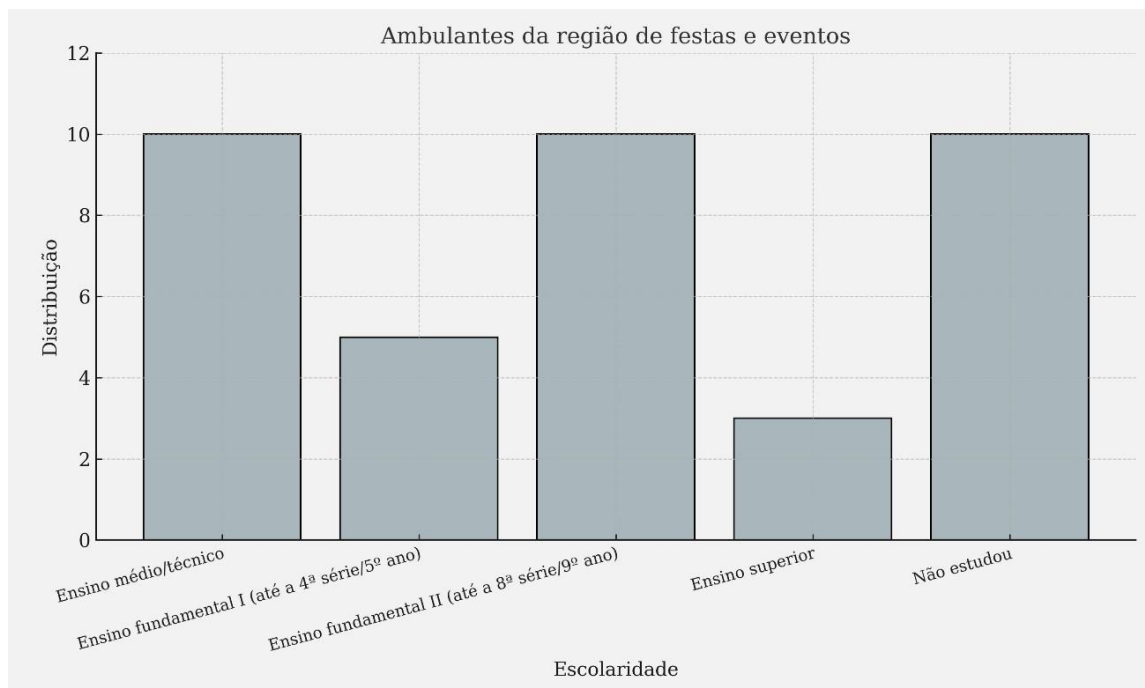
Elaboração própria.

GRÁFICO 10 – Grau de escolaridade dos ambulantes da região litorânea



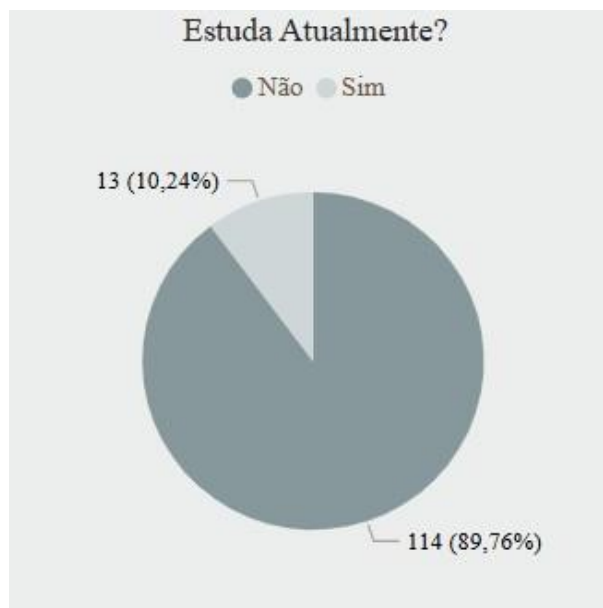
Elaboração própria.

GRÁFICO 11 – Grau de escolaridade dos ambulantes da área de festejos



Elaboração própria.

GRÁFICO 12 – Proporção de ambulantes que estudam atualmente



Elaboração própria

Apenas 13 dos 127 entrevistados afirmaram estar estudando no momento da pesquisa. Dentre eles, quatro declararam cursar o ensino médio, dois estavam

matriculados em cursos técnicos e sete frequentavam o ensino superior. Esses dados evidenciam as desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho, decorrentes não apenas da baixa qualidade do ensino, mas também das elevadas taxas de evasão escolar. Embora a precariedade do sistema educacional seja um problema generalizado no Brasil, neste estudo destaca-se a evasão escolar, aspecto que se tornou evidente nos resultados da oitava questão.

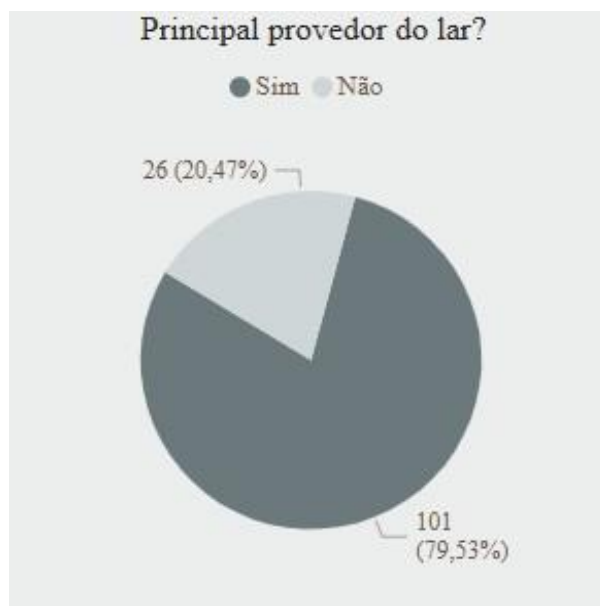
A conciliação entre trabalho e estudo configura-se como uma realidade recorrente entre jovens e adultos pertencentes às camadas socioeconômicas mais vulneráveis. Muitos veem na educação uma possibilidade de ascensão social, ao mesmo tempo em que necessitam trabalhar para garantir a própria subsistência. Essa dinâmica, contudo, compromete o aprendizado e, em diversos casos, leva ao abandono escolar, contribuindo para a reprodução intergeracional da evasão e das desigualdades educacionais.

Ao mesmo tempo, os baixos salários recebidos pelos pais levam os jovens a trabalhar mais cedo, afastando-os da escola, ou dificultando sobremaneira o processo de aprendizagem dos que conseguem frequentá-la. Disso resulta o comprometimento das qualificações de amplos segmentos da classe trabalhadora. Esses jovens, quando se inserem no mercado de trabalho, são capazes apenas de realizar trabalho simples. Além disso, as famílias situadas nas faixas de pobreza têm enormes dificuldades de formar e até de proteger seus filhos, embora seja exatamente sobre elas que recai a maior responsabilidade pela sua formação, já que as políticas sociais do Estado são precárias e os sistemas de ensino têm se mostrado inoperantes para esses segmentos mais pobres da população (BRUNO, 2011, p. 550).

A partir desses dados, pode-se inferir que os ambulantes que trabalham e estudam enfrentam precariedade tanto no acesso à educação quanto no trabalho, o que acentua a desigualdade desse grupo no convívio social. No universo analisado, quase metade dos entrevistados possuía apenas o ensino fundamental, enquanto apenas 10% ainda estavam estudando. Além disso, apenas sete, dentre os 127 respondentes, ingressaram em um curso superior, evidenciando a disparidade no nível de escolaridade entre os ambulantes.

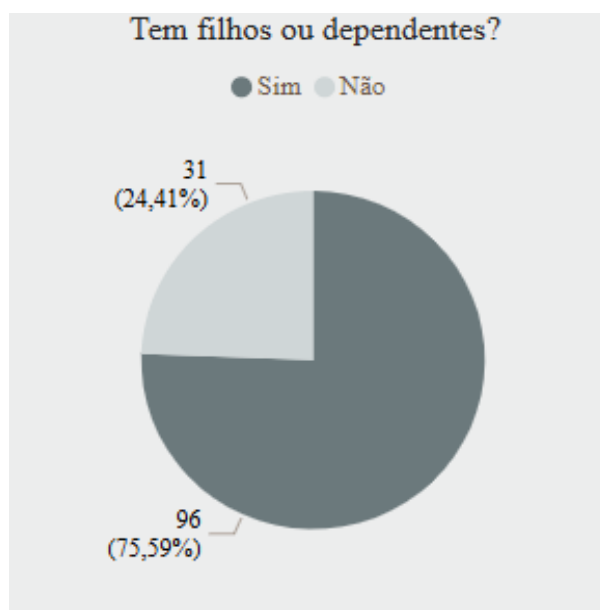
As questões 11, 12 e 13 abordaram a relação entre o rendimento dos trabalhadores ambulantes e suas responsabilidades familiares, conforme detalhado a seguir:

GRÁFICO 13 – Proporção de ambulantes que são o provedor do lar



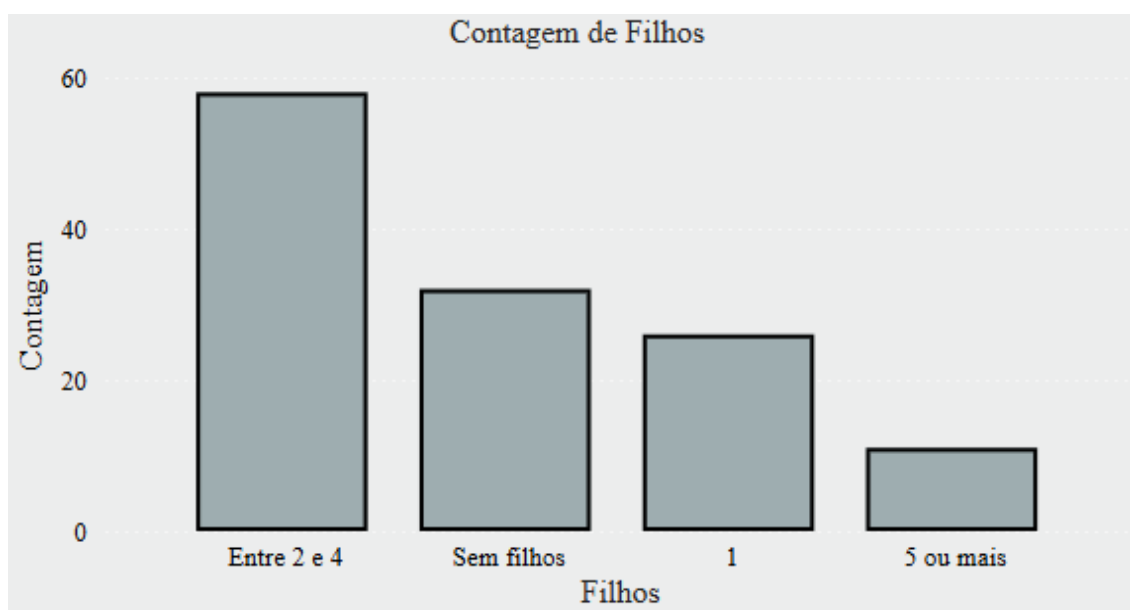
Elaboração própria.

GRÁFICO 14 – Quantidade de dependentes



Elaboração própria

GRÁFICO 15 – Número de filhos declarados pelos ambulantes



Elaboração própria

Como observado, quase 80% dos entrevistados (79,53%) afirmaram ser os principais responsáveis pelo sustento da família. Paralelamente, o número de ambulantes com filhos ou dependentes também atingiu um percentual significativo (75,59%). Além disso, a questão número 13 investigou a quantidade de filhos/dependentes, revelando que a maioria (60%) possuía entre dois e quatro filhos.

Esses dados permitem inferir a situação econômica dos ambulantes entrevistados, que, em sua maioria, destinam sua renda ao sustento do lar e à criação de filhos e dependentes. Diante desse cenário de forte responsabilidade econômica familiar e de rendimentos incertos, a ausência de políticas públicas eficazes e de mecanismos formais de proteção social torna os ambulantes ainda mais vulneráveis. Nesse contexto, a atuação da representação coletiva surge como elemento fundamental de resistência e amparo. Foi o que se percebeu durante a observação em campo, quando ocorreram doações de alimentos e outros itens, além de transferências bancárias realizadas por meio de campanhas promovidas pela AMEG-PB. Mais do que espaços de reivindicação política, essas organizações cumprem um papel de suporte material e simbólico, oferecendo redes de solidariedade, apoio jurídico e mediação com o poder público. Assim, a dimensão coletiva se apresenta como um dos poucos instrumentos capazes de mitigar os efeitos das instabilidades econômicas e das desigualdades estruturais que atravessam a vida dos trabalhadores ambulantes.

Posteriormente, a pesquisa abordou a questão da remuneração, posicionando esse questionamento no final do questionário devido ao conhecimento prévio sobre o constrangimento que muitos sentem ao responder sobre seus ganhos. Ainda assim, as respostas obtidas foram, em grande parte, vagas. No que se refere à relação entre trabalho, provisão e dependência financeira, os dados, aliados à observação em campo, sugerem a presença do *trabalho familiar*, já que alguns ambulantes exercem suas atividades em conjunto com seus familiares (como será detalhado nas questões 25 e 26). A partir disso, é possível refletir que:

O trabalho é o instrumento que viabiliza a vida familiar. *Trabalhar para si* aparece, tanto para o homem como para a mulher, como uma atividade sem razão de ser. O trabalho, para ambos, é concebido como parte complementar das atribuições familiares, segundo a lógica de obrigações que caracteriza as relações na família. Ao lado da realização de sua *disposição de homem forte para trabalhar*, o sentido do trabalho para o homem está na possibilidade de, através dele, cumprir o papel familiar de provedor. Esse papel atribui um significado singular ao trabalho, associado ao destino de seus rendimentos: prover a família (SARTI, 2011, p. 95-96).

As próximas questões (14, 15, 16 e 17, conforme a ordem do formulário) deram início à identificação do processo de trabalho dos ambulantes, com o objetivo de analisar sua inserção no mercado de trabalho. Especificamente, buscou-se compreender se os entrevistados tiveram acesso ao trabalho formal e à proteção social. A seguir, são apresentados os resultados:

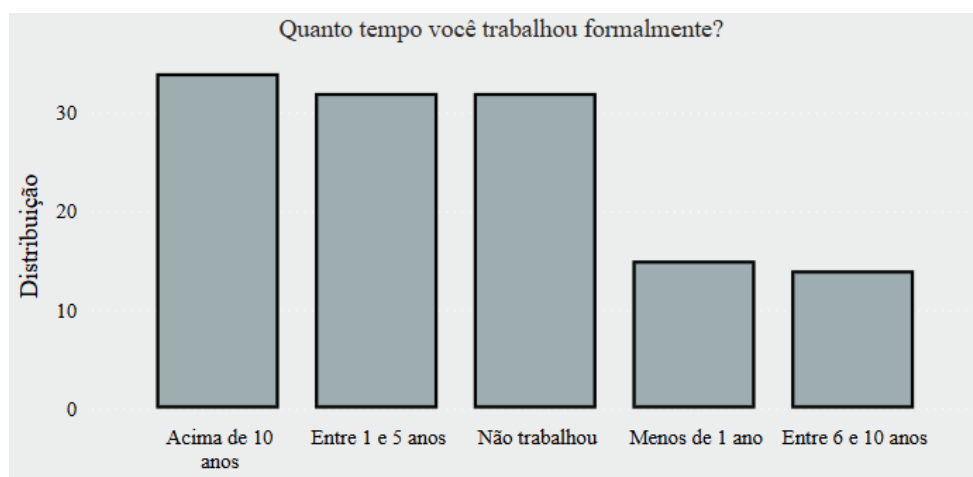
GRÁFICO 16 – Experiência anterior em trabalho formal



Elaboração própria

As razões que levam esses trabalhadores a ocuparem ruas e calçadas são diversas, mas a falta de oportunidades no emprego formal continua sendo um fator determinante. Nesse contexto, é possível rememorar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, já discutida anteriormente (KOWARICK, 1994), e correlacioná-la com a parcela do grupo que nunca teve acesso ao mercado de trabalho formal, representando pouco mais de 25% dos entrevistados. No entanto, é importante destacar que a maioria dos respondentes (74,02%) já trabalhou formalmente em algum momento. A seguir, são apresentados os resultados referentes ao período de tempo que esses trabalhadores permaneceram na formalidade:

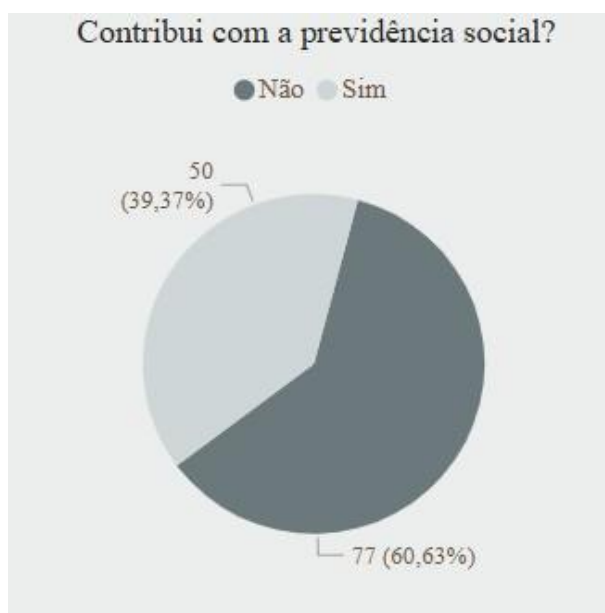
GRÁFICO 17 – Tempo de experiência em trabalho formal



Elaboração própria

Nesta questão específica, as respostas mostraram-se bastante heterogêneas. Ainda assim, é possível identificar tendências relevantes relacionadas à transição do trabalho formal para o informal, fenômeno que se intensificou nos últimos anos, especialmente a partir de 2021, período em que esta pesquisa teve início, em um contexto marcado pela pandemia de Covid-19 e pela transição no governo federal. Verifica-se, igualmente, a ocorrência de trajetórias laborais simultâneas, nas quais os indivíduos atuam de forma concomitante nos mercados formal e informal. Essa dualidade manifesta-se entre ambulantes que utilizam o espaço público para comercializar produtos como forma de complementação de renda, mantendo, paralelamente, vínculos empregatícios formais. Essa dinâmica foi observada *in loco*, como no caso de uma ambulante que, há mais de 17 anos, exerce atividades informais, mesmo estando empregada formalmente há mais de oito anos em uma empresa terceirizada, na função de serviços gerais.

GRÁFICO 18 – Contribuição dos ambulantes a previdência social



Elaboração própria

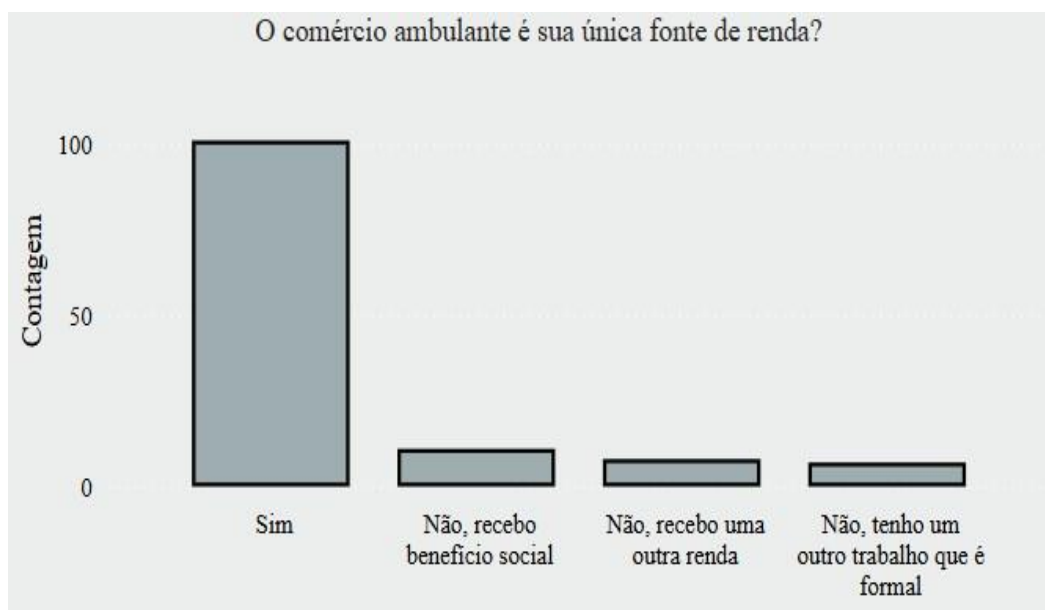
A contribuição para a previdência social está diretamente relacionada ao acesso à proteção social no Brasil. De forma resumida, a construção da política social no país rompeu, de maneira mais efetiva, com o caráter estritamente assistencialista apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu uma Política de Assistência Social voltada àqueles que não possuem condições de contribuir para o sistema previdenciário. No entanto, mesmo com esse avanço, o acesso a essa proteção ainda é marcado por burocracias e não contempla plenamente os indivíduos em situação de maior vulnerabilidade. Os trabalhadores informais, por não estarem vinculados ao regime previdenciário por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), precisam contribuir de forma individual para terem acesso aos benefícios da seguridade social.

Contribuir para a previdência social significa não apenas planejar uma aposentadoria futura, mas também garantir amparo em situações de infortúnio, como doenças ou acidentes, possibilitando o recebimento de auxílios temporários durante o período de incapacidade para o trabalho. No contexto da informalidade, como é o caso do grupo estudado, esse acesso só é possível mediante contribuição individual, seja como contribuinte autônomo (equivalente a 20% do salário mínimo vigente), ou como MEI (com contribuição de 5% do salário mínimo vigente).

Dessa forma, muitos optam por se registrar como MEI, devido ao valor reduzido da contribuição. Embora isso, formalmente, os retire da categoria de trabalhadores

informais, na prática, continuam exercendo atividades precárias, como já discutido anteriormente. Em contrapartida, há uma parcela de ambulantes que recebe algum tipo de benefício assistencial e, por esse motivo, não pode registrar um CNPJ, o que os impede de contribuir para a previdência social. Essa realidade será melhor ilustrada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 19 – Fonte principal de renda dos ambulantes



Elaboração própria

Observa-se que a maioria dos entrevistados (quase 80%) declarou que o comércio ambulante é sua única fonte de renda. As demais parcelas informaram possuir alguma outra fonte complementar, como benefícios sociais (8,66%) ou outro tipo de trabalho (5,51%).

Em relação à proteção previdenciária por meio da contribuição, é possível inferir um quadro de desproteção social que atravessa a realidade desses trabalhadores. A partir da análise dos dados, verifica-se que não é possível enquadrar o grupo em uma única condição previdenciária, uma vez que há heterogeneidade nas situações. Enquanto alguns mantêm vínculo formal de trabalho, outros contribuem como microempreendedores individuais (MEIs), e há ainda aqueles que estão inseridos em programas de transferência de renda do governo, como o Bolsa Família, por exemplo.

Contudo, o que se destaca neste contexto é a situação de trabalhadores que se encontram em condição de desproteção social. Um exemplo emblemático é o caso de um ambulante que atua na região litorânea e que me procurou, durante a realização desta

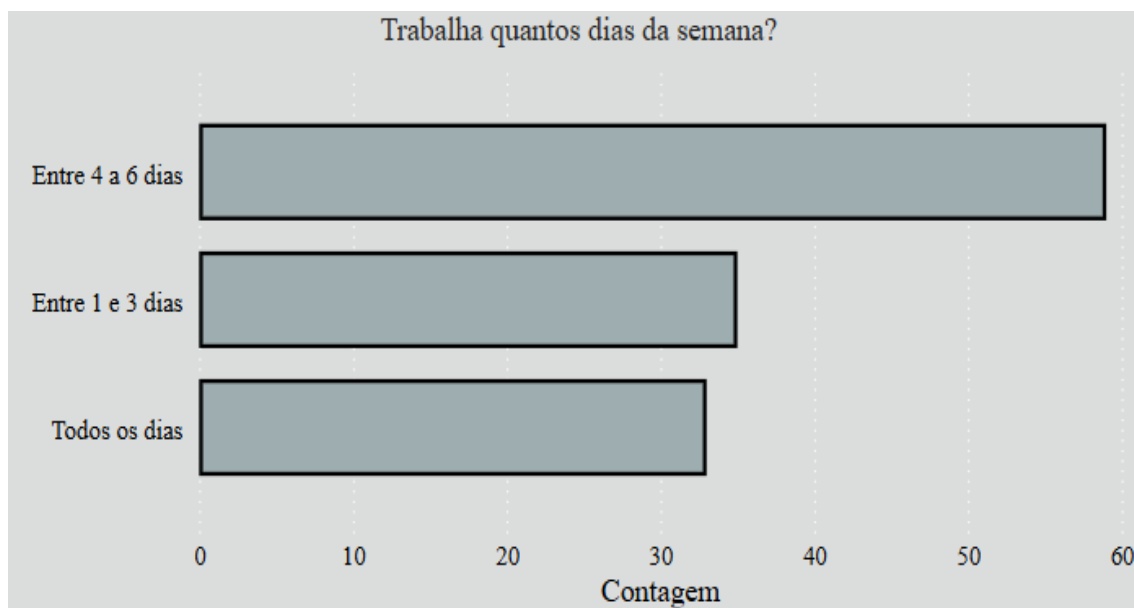
pesquisa, buscando orientações para solicitar a aposentadoria, pois havia sido diagnosticado com insuficiência cardíaca e estava impossibilitado de continuar exercendo suas atividades. Esse trabalhador possuía 42 anos de atuação como ambulante, tinha 61 anos de idade e nunca havia contribuído para a previdência social. Essa ausência de contribuições dificultou significativamente o acesso ao benefício, exigindo a judicialização do caso, além de gerar incertezas quanto à efetiva concessão da aposentadoria.

Para muitos, resta apenas o sonho da aposentadoria. Esperam se aposentar quando não mais tiverem forças para continuar trabalhando. Porém, o que certamente eles desconhecem é que a concessão de aposentadoria por velhice aos 65 anos para os homens e 60 para as mulheres somente é garantida aos trabalhadores cujo tempo de contribuição mínima seja equivalente a 180 meses, ou seja, quinze anos. Isto é, diferentemente do senso comum, a aposentadoria por idade não é um direito adquirido, pelo contrário; para solicitar o benefício, os trabalhadores urbanos inscritos a partir de 25 de julho de 1991 precisam comprovar 180 contribuições mensais. Caso contrário, quando completarem a idade exigida, restará exclusivamente para os trabalhadores com a condição de rendimento inferior a um quarto de salário mínimo domiciliar per capita a possibilidade de aderir ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) (COCKELL, PERTICARRI, 2008, p. 1714).

O exemplo mencionado acima representa uma parcela dos ambulantes que permanecem socialmente desprotegidos, muitas vezes por desconhecimento acerca das formas de contribuição previdenciária. Quando necessitam de algum tipo de benefício, como auxílio-doença ou aposentadoria, enfrentam diversas dificuldades para acessá-los.

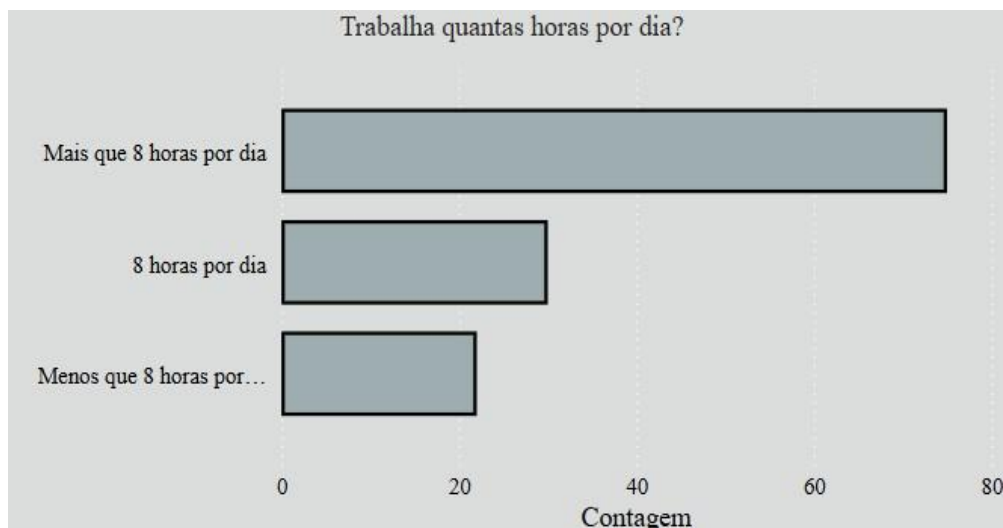
As questões de número 18 e 19 abordaram, respectivamente, a quantidade de dias trabalhados por semana e a carga horária diária dos ambulantes. É importante destacar que uma parcela significativa, pouco mais de um terço do grupo, afirmou trabalhar todos os dias da semana no comércio ambulante. Além disso, mais da metade dos entrevistados (cerca de 60%) declarou cumprir jornadas superiores a oito horas diárias.

GRÁFICO 20 – Frequência semanal de trabalho dos ambulantes



Elaboração própria

GRÁFICO 21 – Jornada diária de trabalho dos ambulantes



Elaboração própria.

Ao cruzar essas duas informações, torna-se evidente que grande parte desse grupo dedica a maior parte do seu tempo de vida ao trabalho, o que reforça a intensidade e a centralidade da atividade laboral em suas rotinas.

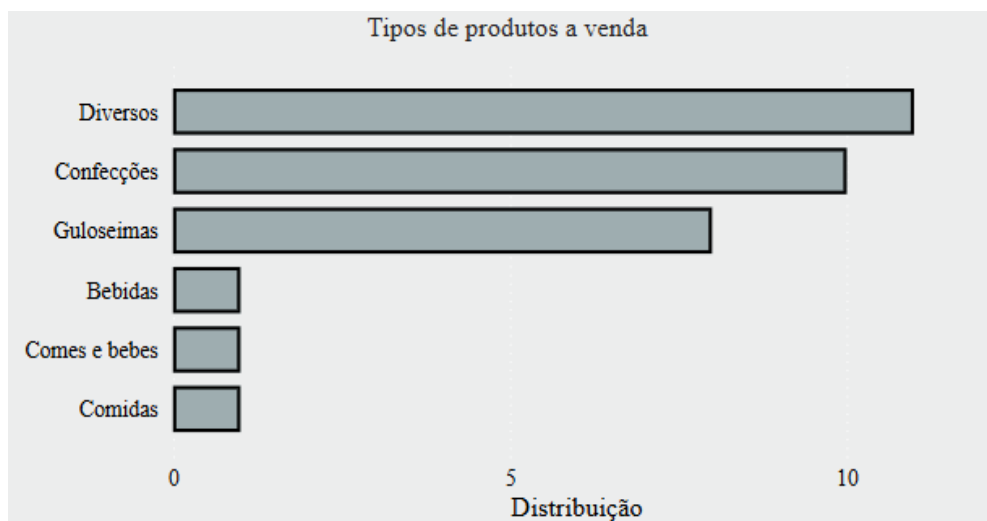
5. No que se refere aos trabalhadores por conta própria, aqueles que são regularmente empregados – isto é, que não enfrentam problemas em razão da falta de demanda – tendem a trabalhar por jornadas tão longas quanto a dos assalariados. Os trabalhadores por conta própria

irregulares, em contrapartida, têm toda a sua vida centrada no trabalho potencial; dia e noite eles estão disponíveis para trabalhar por praticamente qualquer remuneração; se o tempo gasto no processo de procura por trabalho for incluído, então esse tipo de trabalhador pode ser considerado o mais sobrecarregado dentre os estratos sociais mais baixos (MOTTA, 2018, p. 64).

Considerando que os ambulantes se enquadram na categoria definida pela autora como “trabalhadores irregulares por conta própria”, tem-se uma explicação plausível para os resultados apresentados anteriormente. O tempo de trabalho desses trabalhadores se confunde com seu tempo de vida, aspecto que pôde ser constatado ainda durante a etapa de observação da pesquisa. Um exemplo emblemático é o de um ambulante que permanece dias seguidos dormindo no próprio local de trabalho, sem retornar para casa, especialmente durante períodos de festas em cidades vizinhas.

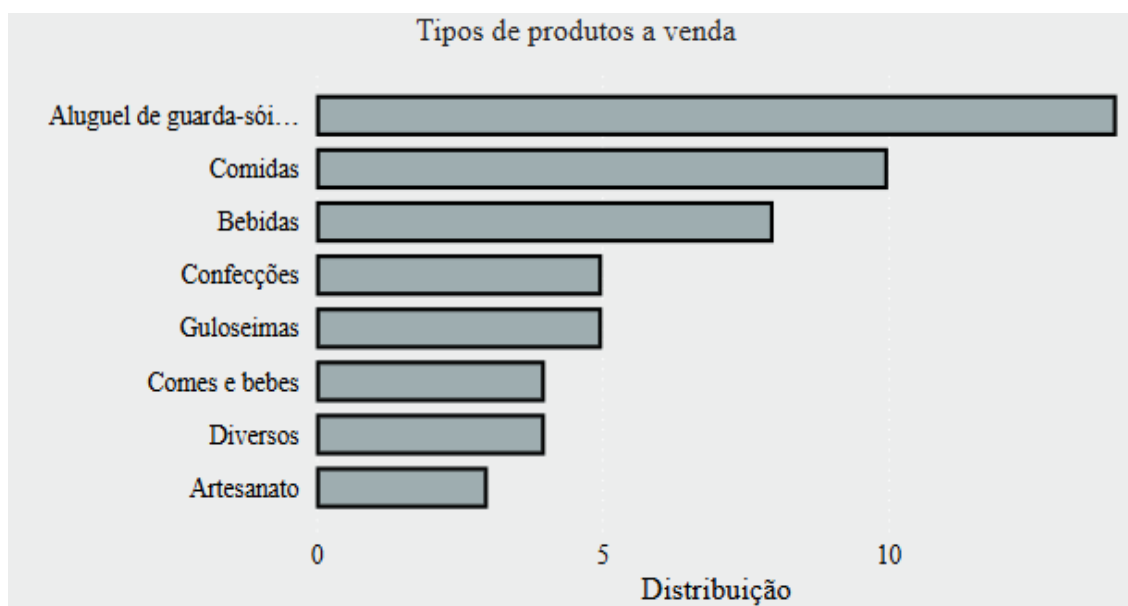
A vigésima questão da pesquisa abordou o tipo de produto comercializado. Tendo em vista que os itens vendidos variam de acordo com a região de atuação, os resultados serão apresentados por zona a seguir:

GRÁFICO 22 – Distribuição dos produtos comercializados pelos ambulantes na região central



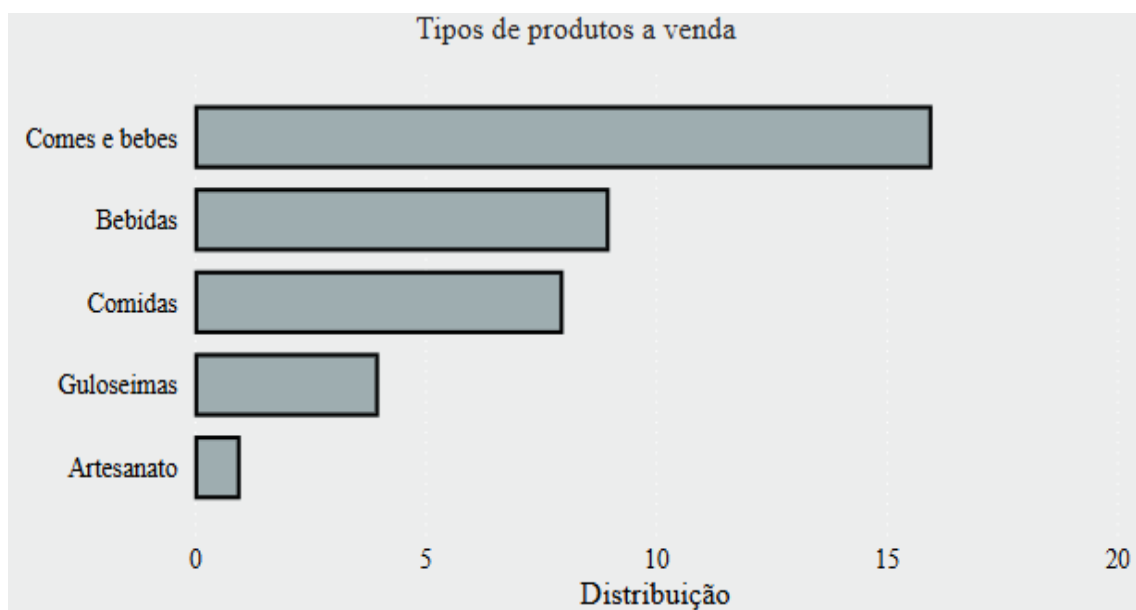
Elaboração própria

GRÁFICO 23 – Distribuição dos produtos comercializados pelos ambulantes na região litorânea



Elaboração própria

GRÁFICO 24 – Distribuição dos produtos comercializados pelos ambulantes na área de festejos



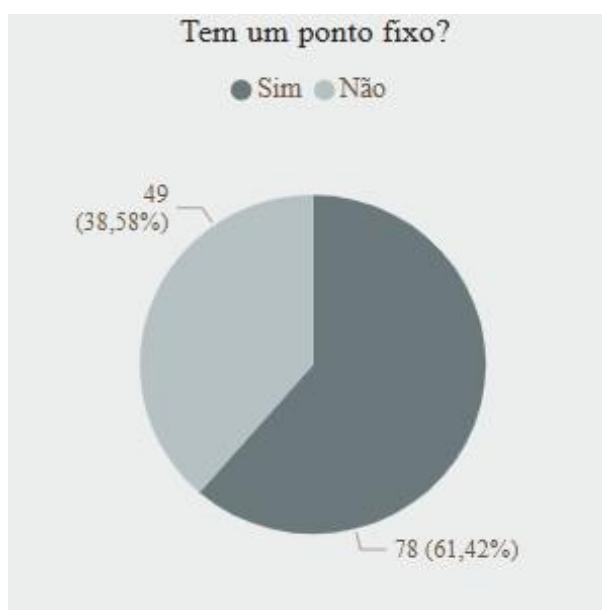
Elaboração própria

A diferença entre os tipos de produtos comercializados, apresentada nos gráficos anteriores, constituiu o principal critério para a categorização dos grupos por zona. Desde a etapa de observação *in loco*, constatou-se a predominância da venda de produtos

variados – como brinquedos, eletrônicos e adereços – na região central, em razão do intenso fluxo de pessoas nesse espaço. Na região litorânea, destacou-se o aluguel de guarda-sóis e cadeiras, associado à ampla faixa de areia e à diversidade de praias existentes na localidade. Já nos festejos e eventos realizados no interior da cidade, observou-se maior incidência da comercialização de alimentos e bebidas por parte dos ambulantes. Essa diferenciação por tipo de produto evidencia distinções que extrapolam o espaço de trabalho, influenciando o formato e a dinâmica da atividade como um todo – aspectos que serão aprofundados no próximo capítulo.

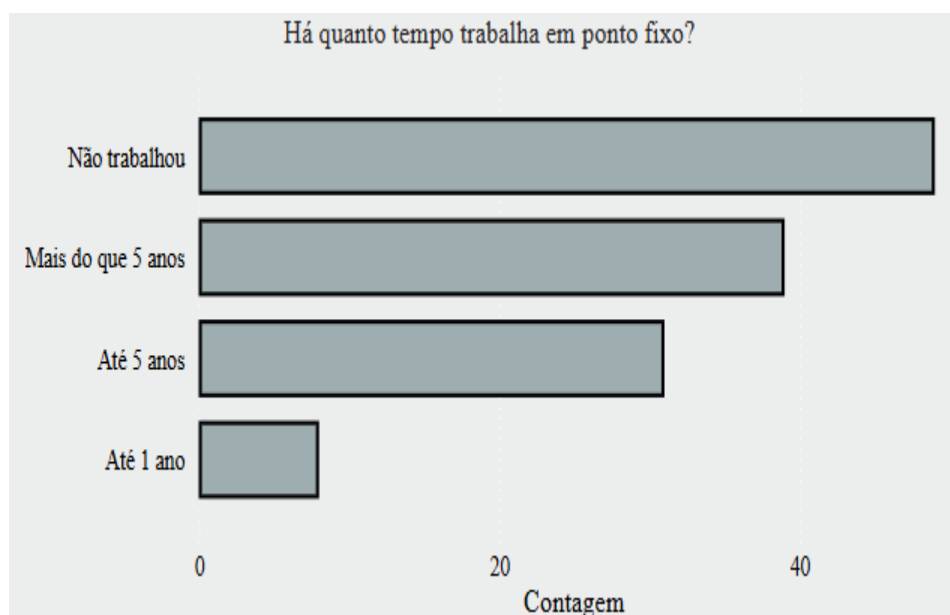
Na sequência, as questões 21 e 22 buscaram investigar o espaço de trabalho ocupado pelos respondentes e o tempo de permanência nesses locais, conforme apresentado a seguir:

GRÁFICO 25 – Ambulantes que possuem ponto fixo de trabalho



Elaboração própria

GRÁFICO 26 – Tempo de atuação dos ambulantes em ponto fixo

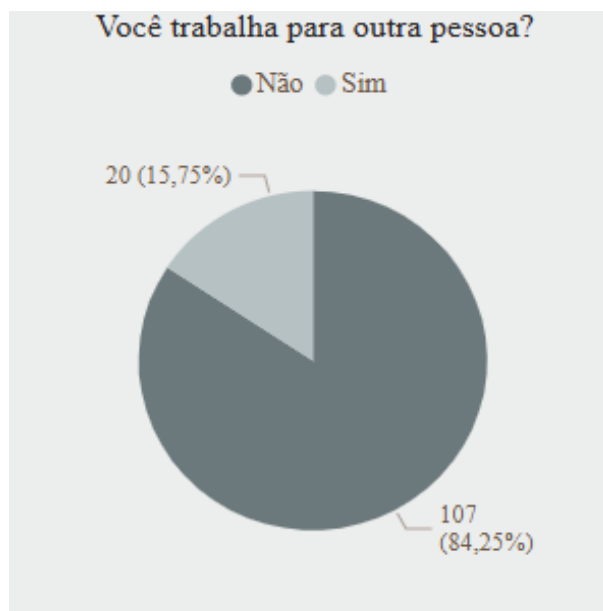


Elaboração própria.

Como já mencionado anteriormente, de acordo com a regulamentação local, a ocupação de um ponto fixo descaracteriza o trabalho do ambulante. No entanto, na prática cotidiana, muitos já ocupam o espaço público de forma fixa por períodos prolongados. É relevante observar que mais de 30% dos entrevistados afirmaram trabalhar no mesmo local há mais de cinco anos – ainda que de forma irregular – o que evidencia não apenas a informalidade da atividade, mas também a persistência e a resistência desses trabalhadores em permanecerem nesse tipo de ocupação.

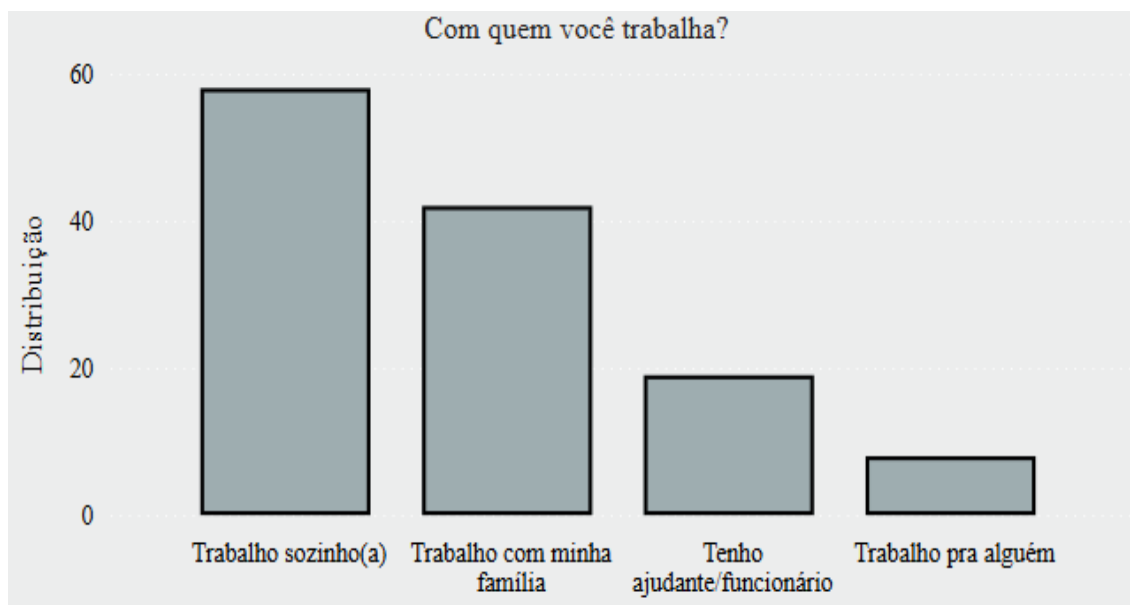
Na sequência, as questões de número 23 a 26 buscaram investigar as relações interpessoais no ambiente de trabalho. Como mencionado na introdução desta pesquisa, foram considerados tanto os trabalhadores ambulantes autônomos quanto aqueles que atuam como ajudantes ou funcionários de outros ambulantes. Dentro da amostra de respondentes, pouco mais de 15% indicaram exercer funções como ajudantes ou empregados de outro ambulante, enquanto o restante declarou atuar de forma autônoma. Veja a seguir:

GRÁFICO 27 – Ambulantes que trabalham para outra pessoa



Elaboração própria.

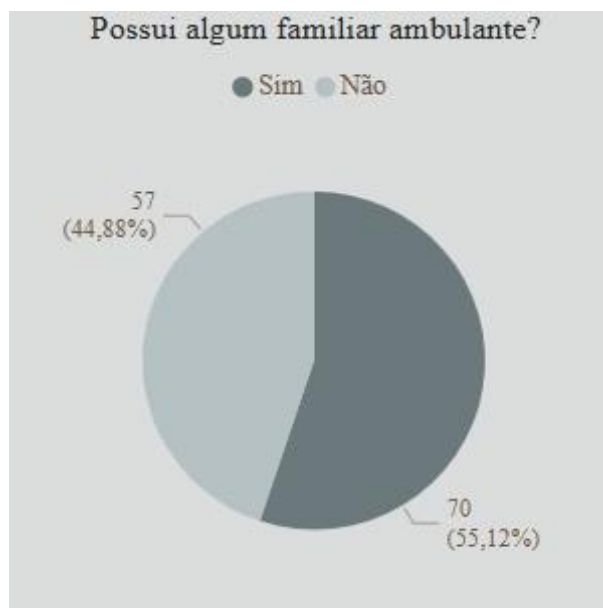
GRÁFICO 28 – Formas de organização do trabalho



Elaboração própria.

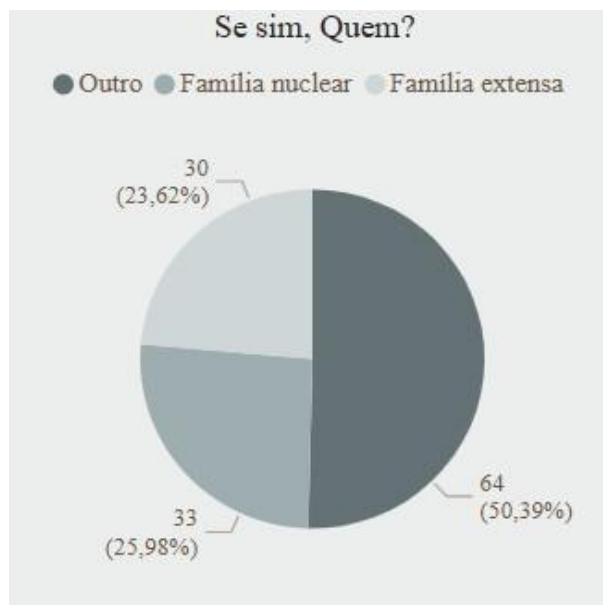
Logo após os 45% que afirmaram trabalhar sozinhos, destaca-se uma parcela significativa (35%) que declarou atuar junto com familiares. Esse dado tem implicações diretas nos dois resultados seguintes. Veja a seguir:

GRÁFICO 29 – Ambulantes que possuem familiares na mesma atividade



Elaboração própria.

GRÁFICO 30 – Parentesco dos familiares que também são ambulantes



Elaboração própria.

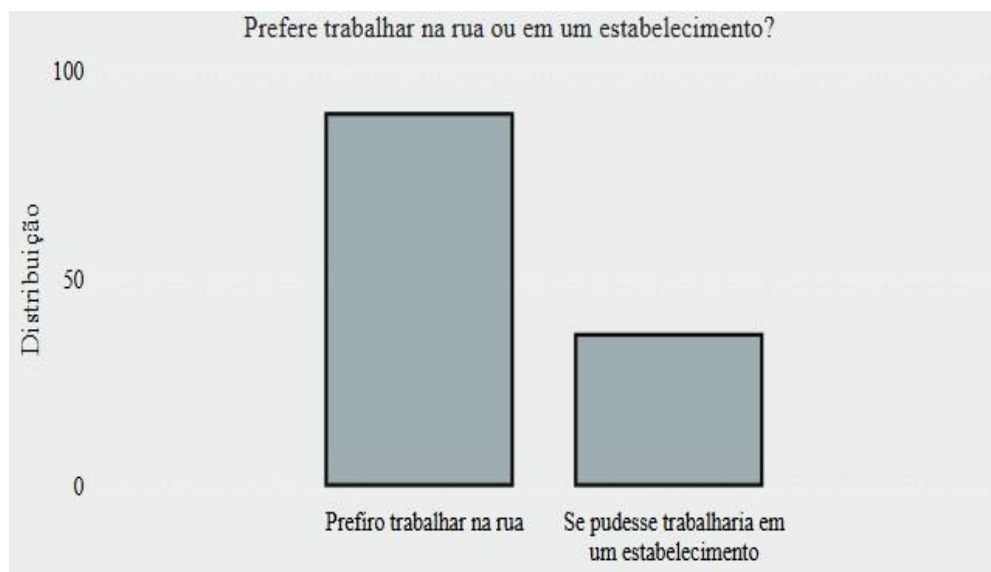
Após a categorização, foram considerados como “família nuclear” os pais e/ou filhos; como “família extensa”, os irmãos e/ou avós; e como “outros”, os tios e/ou primos. Mais de 50% dos entrevistados afirmaram possuir familiares que também atuam como

ambulantes e, entre esses, pouco mais da metade (50,39%) pertence à família nuclear. Esses dados evidenciam a influência das relações familiares na dinâmica do comércio ambulante, ainda que essa atividade seja formalmente classificada como trabalho por conta própria. Tais relações apresentam-se tanto históricas quanto processuais, como indicam os depoimentos que mencionam expressões como “meus pais foram ambulantes” ou “eu trabalho com meus pais e/ou com meus filhos”, sinalizando a reprodução simbólica e intergeracional dessa forma de ocupação.

Uma tal teoria leva em conta não só a estrutura específica dessa troca, mas também o trabalho social que ela exige dos que a realizam e, sobretudo, o que é necessário para dele produzir e reproduzir não só os agentes (ativos, os homens, ou passivos, as mulheres) como também a própria lógica – isso contra a ilusão de que o capital simbólico se reproduz de certo modo por sua própria força e fora da ação de agentes situados e datados. (Re) produzir os agentes é (re) produzir as categorias (no duplo sentido, de esquemas de percepção e de avaliação e de grupos sociais) que organizam o mundo social, categorias não só de parentesco, evidentemente, mas também categorias mítico-rituais (BOURDIEU, p. 131, 2002).

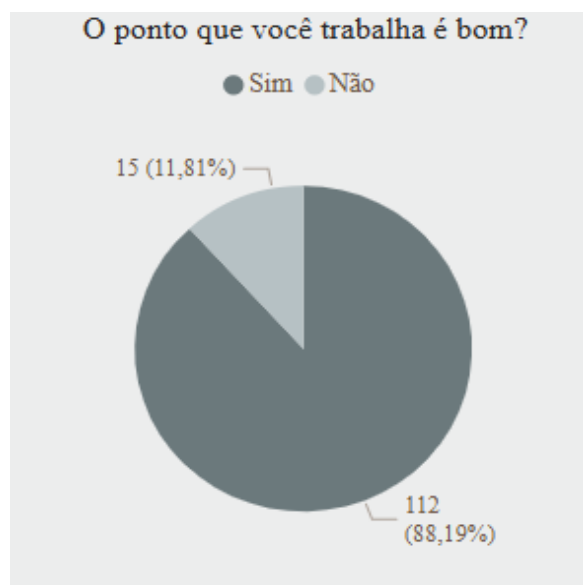
A predominância das relações familiares entre os participantes, conforme evidenciado nos resultados do questionário, remete à teoria bourdieusiana, segundo a qual a reprodução social se desenvolve por meio dos processos de socialização, especialmente os familiares, nos quais se constituem e legitimam disposições sociais voltadas ao trabalho. Sob essa perspectiva, as disposições laborais são transmitidas intergeracionalmente, contribuindo para a continuidade e consolidação do comércio ambulante no espaço público. As próximas questões (27 a 29) trataram das motivações, preferências e critérios de escolha dos ambulantes em relação ao trabalho nas ruas, conforme apresentado a seguir:

GRÁFICO 31 – Preferência de local de trabalho entre trabalhadores ambulantes



Elaboração própria.

GRÁFICO 32 – Opinião dos ambulantes sobre o ponto de trabalho



Elaboração própria.

Enquanto 70% dos entrevistados afirmaram preferir trabalhar na rua (o que contraria a ideia de que essa seria apenas uma última alternativa para o grupo), quase 90% consideraram seu local de trabalho atual como um ponto favorável para a comercialização.

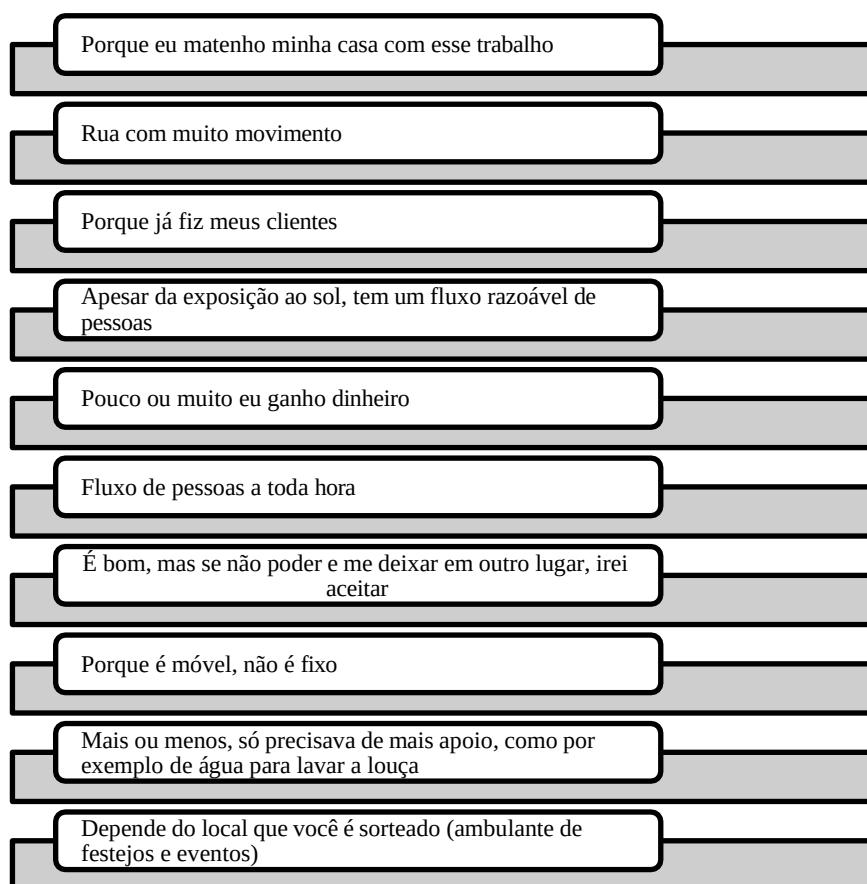
Não seria necessário demonstrar que a cultura é adquirida ou que essa forma particular de competência a que chamamos gosto é um produto da educação ou que nada é mais banal do que a procura da originalidade se todo um conjunto de mecanismos sociais não viessem dissimular essas verdades primeiras que a ciência deve restabelecer, estabelecendo em acréscimo as condições e as funções de sua dissimulação. É assim que a ideologia do gosto natural, que repousa na negação de todas essas evidências, tira sua aparência e sua eficácia daquilo que, como todas as estratégias ideológicas que se engendram na luta de classes cotidiana, ela naturaliza das diferenças reais, convertendo em diferenças de natureza diferenças no modo de aquisição da cultura (BOURDIEU, SAINT-MARTIN, 1976, p. 32).

Ao analisar as respostas referentes à preferência por trabalhar na rua, observa-se que essa escolha está profundamente vinculada às trajetórias sociais dos trabalhadores, que condicionam suas formas de inserção econômica e estratégias de sobrevivência. Para grande parte dos ambulantes, o trabalho de rua não representa apenas uma alternativa diante da exclusão do mercado formal, mas também uma forma de autonomia relativa, construída no interior de condições sociais marcadas pela precariedade e pela necessidade.

Essa escolha é, portanto, menos fruto de um desejo individual do que de um horizonte de possibilidades delimitado pela trajetória de vida, conforme argumenta Bourdieu (2007a) ao discutir a noção de *habitus*, as disposições adquiridas ao longo da experiência social orientam as práticas e percepções dos indivíduos, tornando algumas opções mais “naturais” ou possíveis do que outras. Nesse sentido, trabalhar na rua é uma decisão socialmente moldada, que expressa tanto a busca por autonomia e dignidade quanto a reprodução de condições estruturais de informalidade.

Complementando essa análise, a questão 29, de caráter aberto, investigou os motivos pelos quais os ambulantes consideram seu local de trabalho um bom ponto de comercialização. As respostas mais recorrentes são apresentadas na arte a seguir.

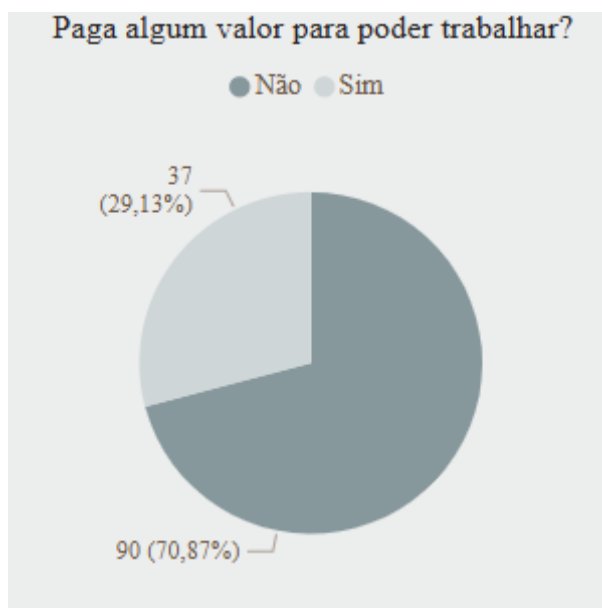
ESQUEMA 4 – Motivos benéficos de trabalhar na rua



Autoria própria a partir das respostas livres no quesito 29 do questionário.

Em seguida, a trigésima questão buscou investigar se o ambulante paga algum tipo de taxa ou mesmo aluguel para poder exercer sua atividade. O resultado obtido está apresentado a seguir:

GRÁFICO 33 – Pagamento para exercer a atividade



Elaboração própria

Excluindo os ambulantes que pagam uma taxa de uso e ocupação do solo à SEDURB-JP para atuar em festejos e eventos por tempo determinado (ou seja, aqueles reconhecidos pela legislação vigente), observou-se, durante a pesquisa de campo, que alguns trabalhadores pagam, mesmo em espaços públicos, um determinado valor a terceiros para poderem exercer sua atividade. Essa prática ocorre, por exemplo, quando o ambulante se instala em frente a uma loja e ocupa parte da calçada pertencente ao estabelecimento.

O dinheiro aparece em decorrência de uma vida econômica tornada complexa, quando o simples escambo já não basta, e ao longo do tempo acaba se impondo como um equivalente geral de todas as coisas que existem e são, ou serão, ou poderão ser, objeto de comércio. Desse modo, o dinheiro pretende ser a medida do valor que é, desse modo, atribuído ao trabalho e aos seus resultados (SANTOS, 1999, p. 8).

Há ainda uma prática que não foi abordada diretamente na questão anterior: a venda de pontos em espaços públicos. Durante a realização da pesquisa, foram identificadas transações desse tipo, especialmente na praia do Bessa, onde alguns pontos chegaram a ser avaliados em até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Vale destacar também que, durante a atual gestão municipal, e particularmente no período de aplicação do questionário, que antecedeu as eleições de 2024, diversos festejos e eventos foram isentos de taxas para os ambulantes. Tal medida reflete a lógica da gestão política associada à manutenção do comércio de rua como estratégia de legitimação.

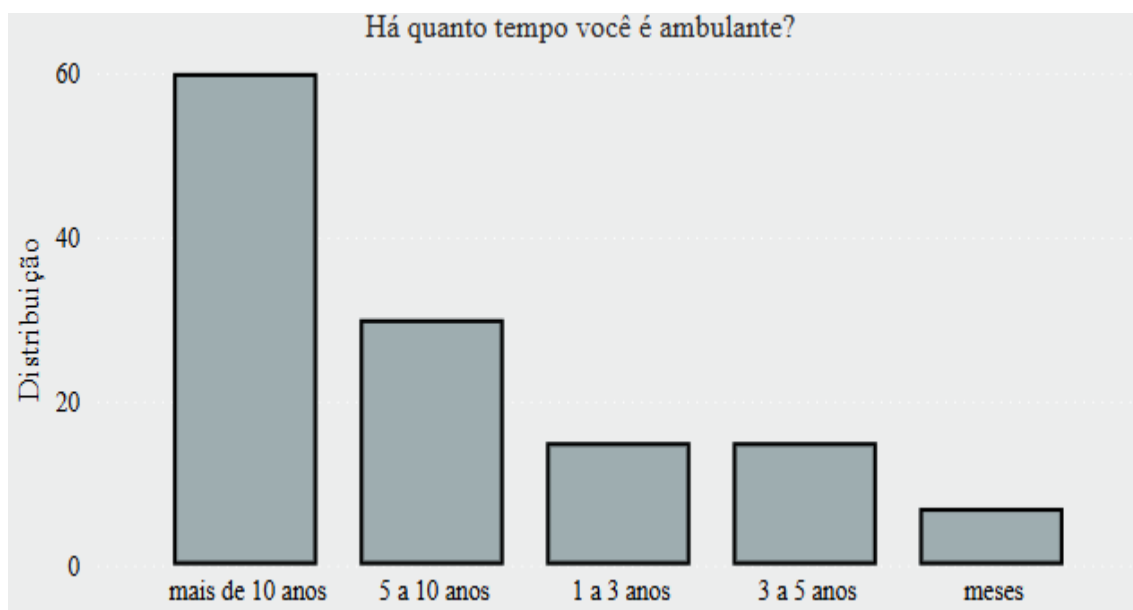
No que se refere às diferentes formas de pagamento para exercer atividades nos espaços públicos da cidade, é possível inferir que as condições e modalidades de cobrança variam de acordo com a região de atuação. Na região central observa-se que, quando há pagamento, este geralmente ocorre por meio de acordos informais entre ambulantes e lojistas, que compartilham o mesmo espaço em regime de consignação ou compensação simbólica pelo uso da calçada ou fachada comercial. Já na região litorânea, os espaços são frequentemente comercializados como “pontos” fixos, adquiridos por valores expressivos, configurando uma forma de apropriação econômica do espaço público. Por sua vez, nas áreas destinadas a festejos e eventos, a ocupação ocorre mediante o pagamento de taxas temporárias à gestão pública, correspondentes a autorizações de uso do espaço por períodos específicos, vinculados à duração das atividades realizadas. Todo esse cenário evidencia a instabilidade que permeia o cotidiano desses trabalhadores, como aponta o autor citado a seguir:

Antes o território continha o dinheiro, que era em parte regulado pelo dinheiro, pelo território usado. Hoje, sob a influência do dinheiro, o conteúdo do território escapa a toda regulação interna, trazendo aos agentes um sentimento de instabilidade, essa produção sistemática de medo, que é um dos produtos da globalização perversa dentro da qual vivemos, esse medo que paralisa, esse medo que convoca a apoiar aquilo em que não cremos apenas pelo receio de perder ainda mais (SANTOS, 1999, p. 12).

A questão seguinte buscou identificar o valor pago por esses trabalhadores para exercerem sua atividade, e as respostas variaram entre R\$ 18,00 (dezoito reais) e R\$ 700,00 (setecentos reais). Esses dados, somados à questão anterior, evidenciam as disparidades econômicas existentes dentro do grupo, no que diz respeito ao “pagar para trabalhar”, realidade que vai desde aqueles que não arcam com esse custo mensal (29,13%) até aqueles que chegam a pagar o equivalente a meio salário mínimo para poder atuar (caso de dois respondentes).

Na sequência, as questões 32 e 33 buscaram compreender a ocupação do território urbano pelos ambulantes na cidade. Veja a seguir:

GRÁFICO 34 – Tempo de atuação dos ambulantes

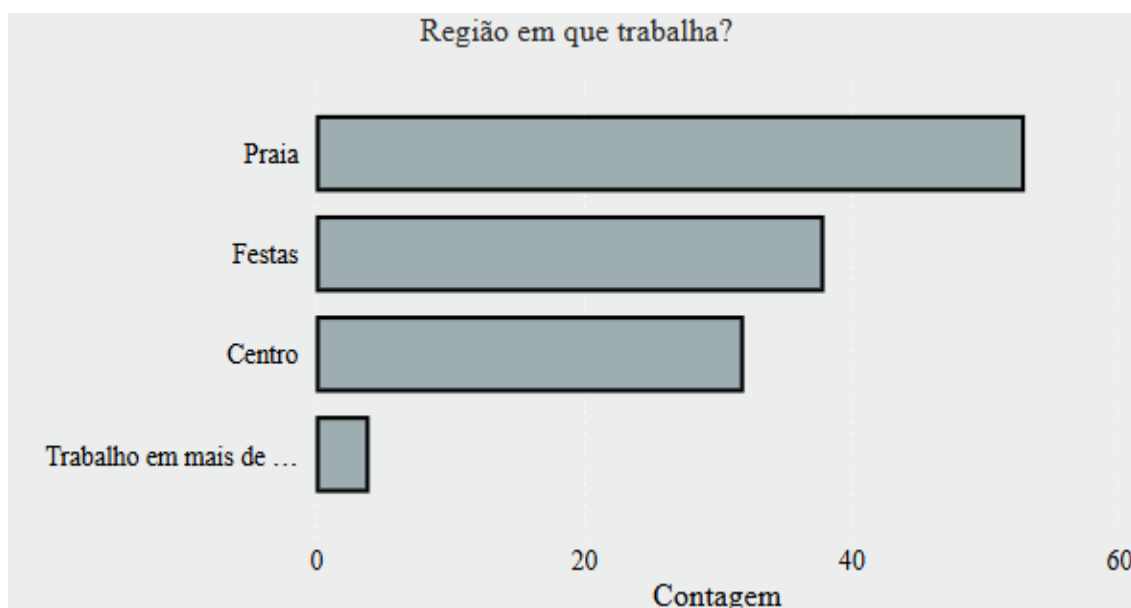


Elaboração própria.

É importante destacar que, tanto na observação *in loco* quanto na convivência com o grupo de forma geral, os ambulantes costumam relatar um tempo de atuação significativamente maior do que o declarado formalmente, aspecto que também foi evidenciado nos resultados dos questionários. Tal percepção pode estar relacionada à necessidade de afirmar um sentimento de pertencimento ao espaço e de legitimar seu direito de ocupação, tendo em vista a permanência histórica nesses locais. Como aponta o autor:

O espaço físico só pode ser pensado como tal por meio de uma abstração (geografia física); ou seja, ignorando-se decididamente tudo o que ele deve ao fato de ser um espaço habitado e apropriado, isto é, uma construção social e uma projeção do espaço social, uma estrutura social em estado objetivado (por exemplo, a casa *kabyle* ou a planta de uma cidade), a objetivação e a naturalização de relações sociais passadas e presentes (BOURDIEU, 2013, p. 136).

GRÁFICO 35 – Região de atuação dos trabalhadores ambulantes



Elaboração própria.

Em relação aos resultados sobre a região de atuação dos ambulantes, observou-se uma maior concentração de respostas provenientes de ambulantes que atuam na zona litorânea. Além disso, identificou-se um grupo minoritário – correspondente a menos de 10% dos respondentes – que exerce atividades em mais de uma região. Um exemplo é o ambulante que, durante a semana, comercializa produtos no centro da cidade, mas se desloca para a praia aos finais de semana. Essa mobilidade territorial pode ser explicada pelo aumento do fluxo de pessoas em determinadas áreas, a depender do período da semana

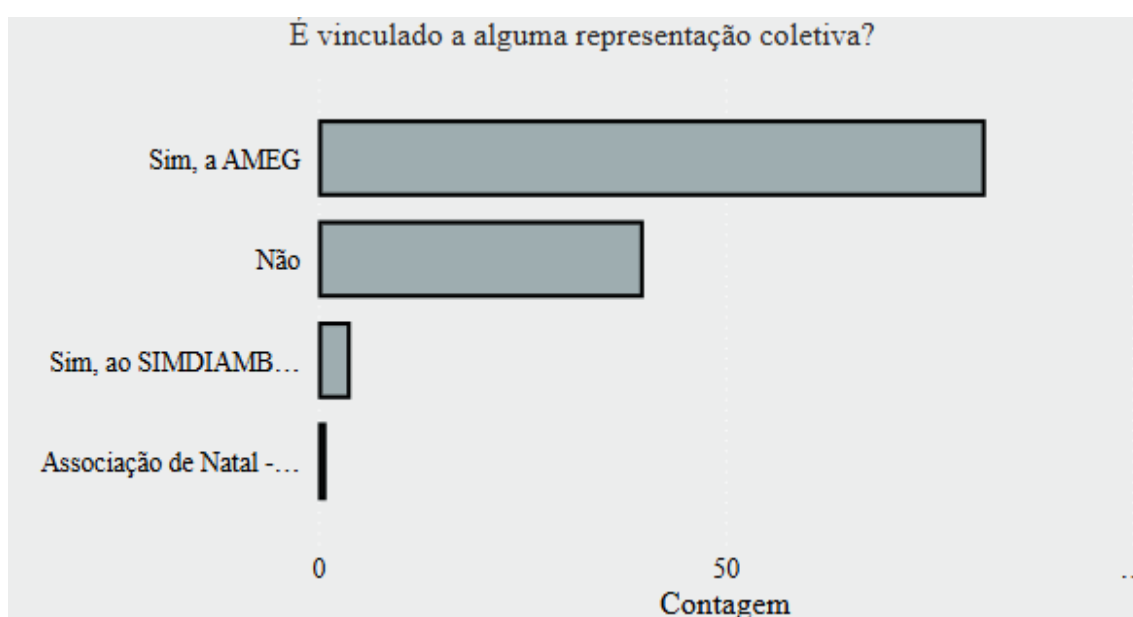
As disputas para a apropriação do espaço podem tomar uma forma *individual: a mobilidade espacial*, intra ou intergeracional - os deslocamentos nos dois sentidos entre a capital e a província por exemplo, ou os endereços sucessivos no interior do espaço hierarquizado da capital- é um bom indicador dos sucessos ou dos revezes alcançados nessas lutas e, mais amplamente, de toda a trajetória social (sob a condição de ver que, assim como os agentes que diferem pela idade e a trajetória social, executivos jovens e de meia idade, por exemplo, podem coexistir provisoriamente nos mesmos postos, do mesmo modo eles podem se reencontrar, também muito provisoriamente, em locais de residência vizinhos) (BOURDIEU, 2008, p. 164).

A relação com o trecho anterior permite refletir sobre as condições desiguais entre os ambulantes, uma vez que menos de 10% da amostra ocupa mais de um espaço na cidade. Para transitar entre diferentes regiões, é necessário dispor de automóvel próprio e

adequado ao transporte de mercadorias (isto é, recursos materiais), além de possuir conhecimento territorial e relacional que possibilite essa mobilidade (capital social), bem como contar com apoio que viabilize a ocupação de múltiplos espaços públicos.

As questões 34 a 37 buscaram investigar a situação do ambulante no âmbito coletivo, abordando desde sua representação enquanto categoria profissional até a percepção de perseguição vivenciada por um grupo frequentemente considerado irregular na cidade. Veja a seguir:

GRÁFICO 36 – Vinculação da categoria a representações coletivas



Elaboração própria.

A maioria dos entrevistados declarou ser vinculada à AMEG-PB, entidade que, inclusive, exerceu papel fundamental como mediadora na viabilização desta etapa da pesquisa. Esse dado evidencia a importância da representação coletiva para a manutenção e o fortalecimento da categoria, conforme já destacado na introdução deste trabalho e aprofundado em minha pesquisa de mestrado (2019–2021). O resultado obtido no questionário reafirma o papel central da AMEG-PB, ressaltando sua função como espaço de resistência e de luta por reconhecimento e direitos.

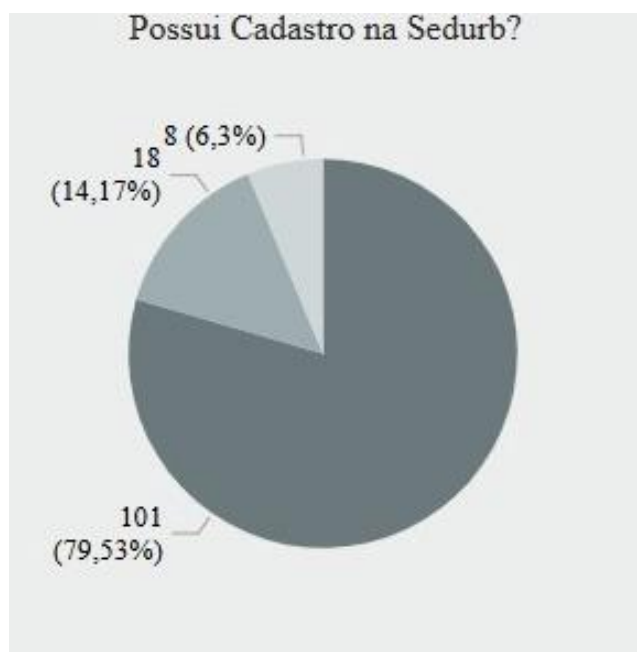
As sucessivas tentativas e os fracassos da regulamentação pública dos pontos ocupados nas ruas e o jogo complicado de tolerância e repressão despertam uma série de conflitos e acordos que envolvem os **próprios**

ambulantes, lojistas, políticos, fiscais da prefeitura, **associações**, sindicatos e até grupos criminosos (SILVA, 2011, p. 59, grifo nosso).

Diante das condições de trabalho precárias e instáveis que caracterizam o comércio ambulante, a atuação das entidades representativas torna-se essencial para garantir a continuidade das atividades do grupo. Assim, o fato de grande parte dos ambulantes estar associada à AMEG-PB revela também uma forma de resistência coletiva frente às adversidades cotidianas que atravessam suas trajetórias.

Em menor proporção, houve ambulantes que declararam não possuir vínculo com nenhuma organização representativa. Um dado curioso foi o relato de um ambulante que afirmou fazer parte de uma entidade localizada fora de seu local de trabalho, especificamente no estado do Rio Grande do Norte, o que se pode inferir que o mesmo possui elos com esse estado.

GRÁFICO 37 – Situação cadastral dos ambulantes



Elaboração própria.

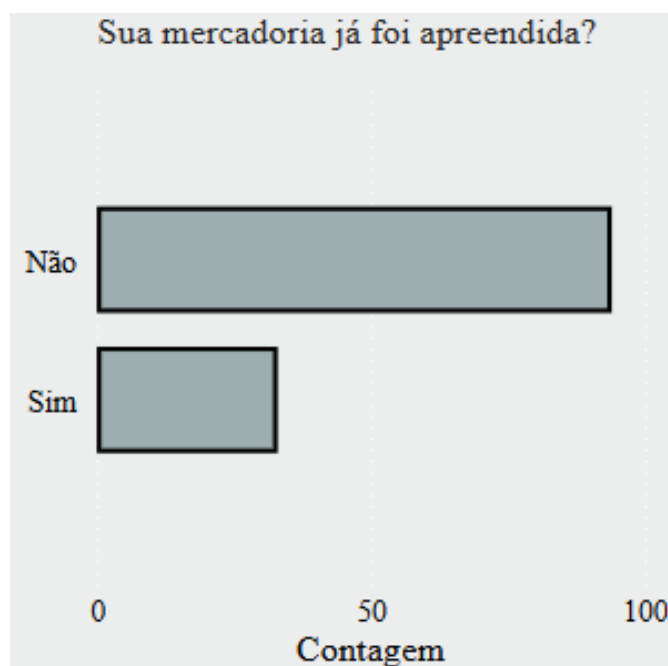
Conforme já mencionado, a SEDURB-JP é o órgão público responsável pela regulamentação do trabalho ambulante na cidade de João Pessoa, atuando também na organização dessas atividades durante festejos e eventos. Essa atuação permite problematizar o papel do Estado diante das condições de trabalho dessa categoria. Enquanto representante estatal, a SEDURB-JP exerce predominantemente uma função

reguladora, limitando-se ao controle e à normatização do espaço público, que atuam sem que exista ação estatal no sentido de que se assegurem direitos trabalhistas ou oferecer mecanismos de proteção social aos ambulantes. Conforme analisa Bourdieu (2014), o Estado foi historicamente moldado de modo a exercer um papel coercitivo voltado à manutenção da ordem e à reprodução do sistema capitalista, o que contribui para a naturalização das desigualdades e para a fragilização das formas de amparo social.

Para esquematizar, podemos, pois, distinguir três vias maiores no processo que levou ao Estado: a trajetória coercitiva, que confere primazia à concentração estatal das forças armadas (a Rússia); a trajetória capitalista, que confere primazia à concentração do capital (Veneza); a trajetória mista (a Inglaterra), em que o Estado, de formação muito precoce, teve logo de saída de coexistir e compor com uma vasta metrópole comercial e que, por isso, representa a síntese de duas formas de acumulação (BOURDIEU, 2014, p. 255).

Corroborando com essa lógica, o órgão é incumbido de responder a notificações, quando existem, oriundas do MP-PB, especialmente em casos de denúncias relacionadas à ocupação irregular de calçadas no centro da cidade, que prejudicam a circulação de pedestres, ou à cobrança abusiva pelo aluguel de guarda-sóis e cadeiras nas praias, por exemplo. Diante dessas situações, durante a realização da pesquisa, a SEDURB-JP promoveu encontros com os ambulantes, em parceria com a AMEG-PB, com o objetivo de organizar o trabalho nas ruas e atender aos respectivos TACs. Apesar dessas iniciativas, uma parcela significativa dos respondentes afirmou não possuir cadastro junto ao referido órgão.

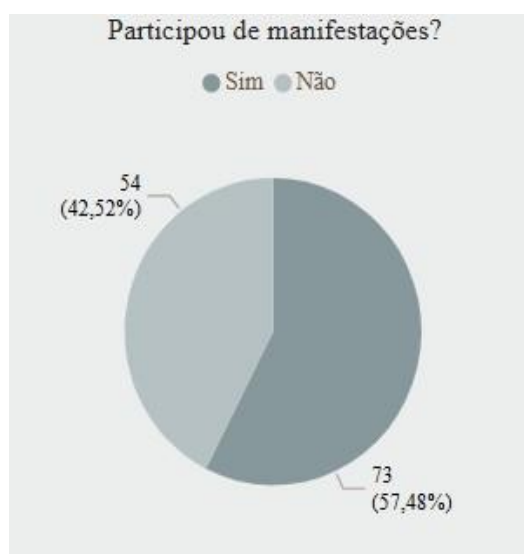
GRÁFICO 38 – Incidência de apreensão das mercadorias



Elaboração própria

A maioria dos respondentes (74,02%) afirmou nunca ter sofrido retaliações desse tipo. Conforme mencionado na introdução deste trabalho – e analisado em profundidade na pesquisa de mestrado realizada entre 2019 e 2020 –, o comércio ambulante, por não ser plenamente reconhecido do ponto de vista legal, permanece suscetível a proibições e apreensões de mercadorias em ações conduzidas pelo poder público, especialmente sob a responsabilidade da SEDURB-JP. Entretanto, durante o período em que esta pesquisa foi desenvolvida, a atuação desse órgão junto ao grupo ocorreu majoritariamente de forma educativa, priorizando a orientação e o diálogo, em detrimento de práticas repressivas.

GRAFICO 39 – Envolvimento de ambulantes em manifestações

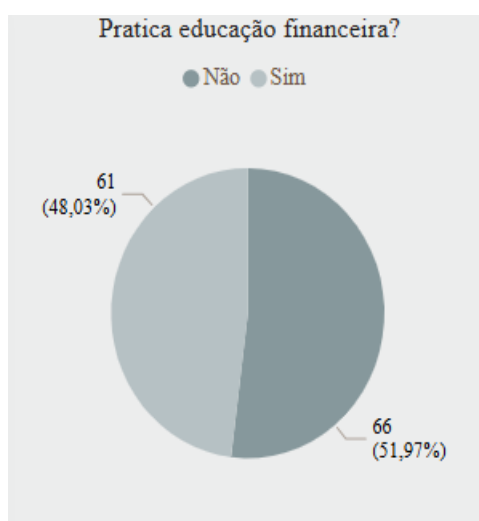


Elaboração própria

A questão 37 também esteve relacionada ao processo de proibição do comércio ambulante e à apreensão de mercadorias, situações que geram períodos de tensão e podem levar a confrontos, como ocorreu em setembro de 2019 no centro de João Pessoa, quando manifestações organizadas por ambulantes chegaram a paralisar parte da cidade. O resultado das respostas revela que a maioria dos participantes (57,48%) já esteve envolvida em algum tipo de manifestação desse tipo.

Na sequência, as questões 38, 39 e 40 foram elaboradas com o objetivo de investigar a situação financeira dos ambulantes respondentes. Os resultados seguem abaixo:

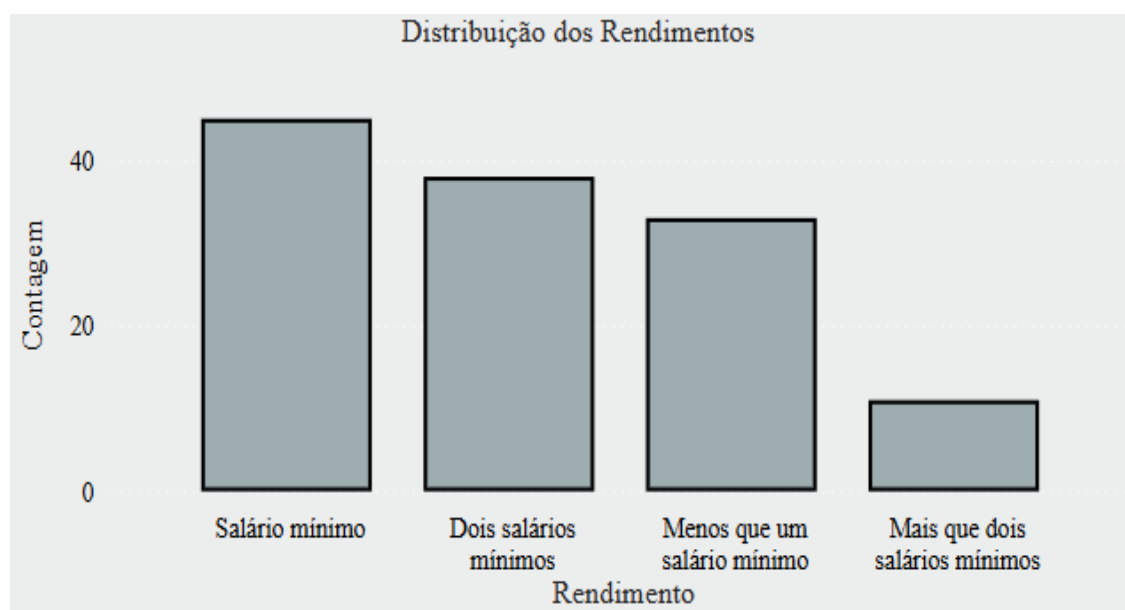
GRÁFICO 40 – Prática de educação financeira entre os ambulantes



Elaboração própria.

O quesito 38 buscou compreender as práticas de controle financeiro entre os participantes, a partir da pergunta: “*Você costuma organizar ou registrar seus gastos e rendimentos?*”. Essa indagação surgiu, inicialmente, a partir da observação *in loco*, que evidenciou a ausência de práticas sistemáticas de organização financeira entre os ambulantes. Ainda assim, mostrou-se relevante para a interpretação das disposições sociais incorporadas ao planejamento individual e ao desenvolvimento econômico pessoal. As respostas ao questionário revelaram um resultado praticamente equilibrado. Com base na convivência com o grupo, observa-se que, embora muitos ambulantes não realizem registros formais ou anotações periódicas sobre gastos e rendimentos, costumam memorizar os valores relacionados às transações de compra e venda. Dessa forma, conseguem, por meio da experiência prática no comércio, manter uma noção aproximada dos investimentos e dos lucros obtidos em sua atividade.

GRÁFICO 41 – Faixa de rendimento dos ambulantes

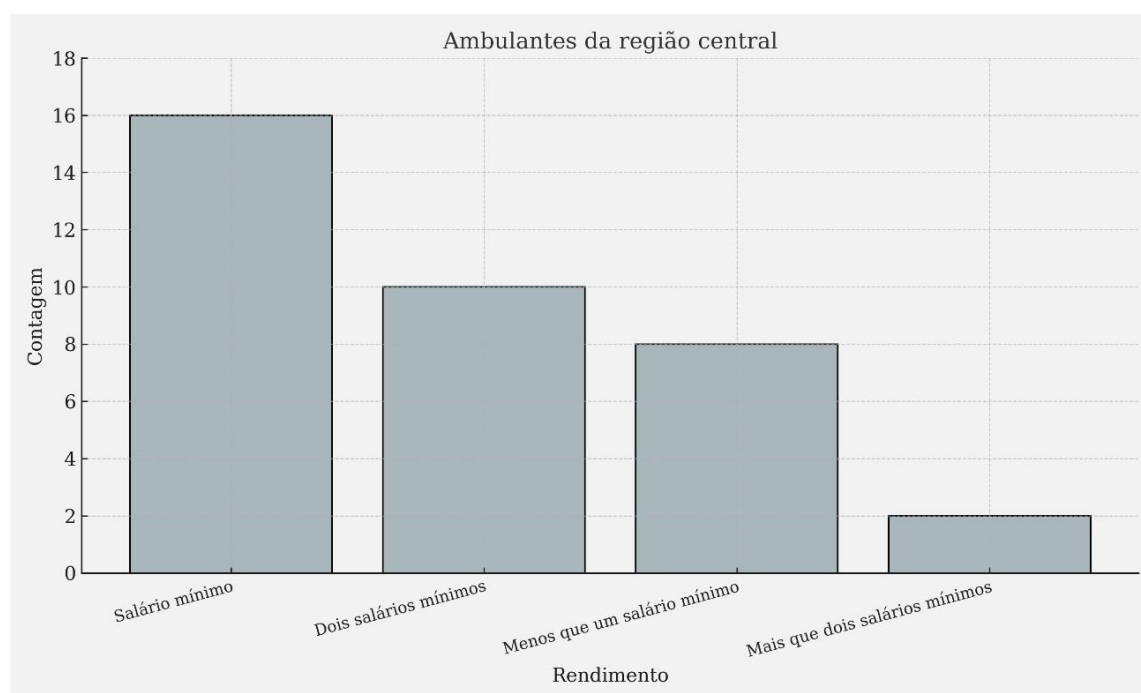


Elaboração própria.

A trigésima nona questão constituiu uma extensão da anterior, ao tratar da remuneração total dos ambulantes respondentes. Durante a observação *in loco*, identificou-se que essa poderia ser uma questão respondida de forma superficial, uma vez que, embora muitos saibam quanto ganham, tendem a omitir ou subestimar o valor real quando questionados. Ainda assim, reconhecendo a relevância do tema, optou-se por incluí-la entre as questões finais do questionário, com o devido cuidado metodológico.

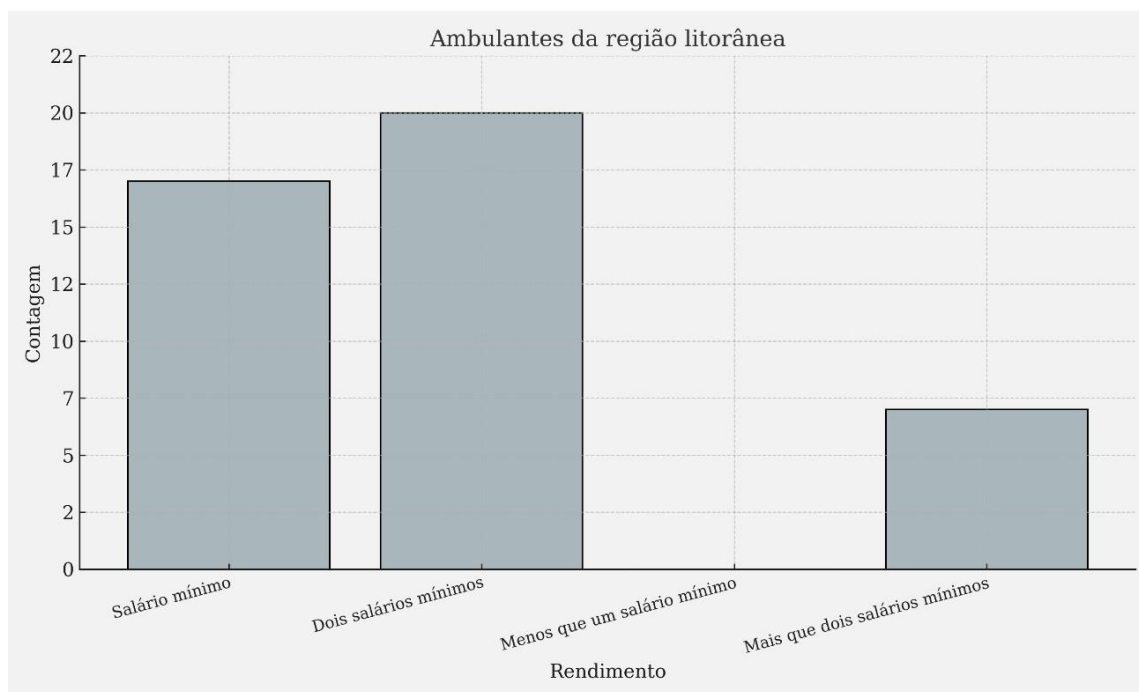
O resultado, conforme apresentado no gráfico, revelou uma distribuição equilibrada entre os respondentes que declararam receber menos de um salário mínimo e aqueles que afirmaram receber até dois salários mínimos. A opção “mais de dois salários mínimos” apresentou o menor índice de respostas, situando-se abaixo de 10%. Entretanto, ao analisar os dados por zona de atuação, observa-se uma disparidade nos rendimentos. Embora em todas as regiões prevaleça o padrão de respostas em torno de um salário mínimo (reflexo do perfil geral do grupo no que se refere à percepção de lucros e rendimentos), a alternativa “mais de dois salários mínimos” foi mais recorrente entre os ambulantes da região litorânea, enquanto a resposta “menos de um salário mínimo” predominou entre os trabalhadores atuantes em festejos e eventos.

GRÁFICO 42 - Faixa de rendimento dos ambulantes da região central



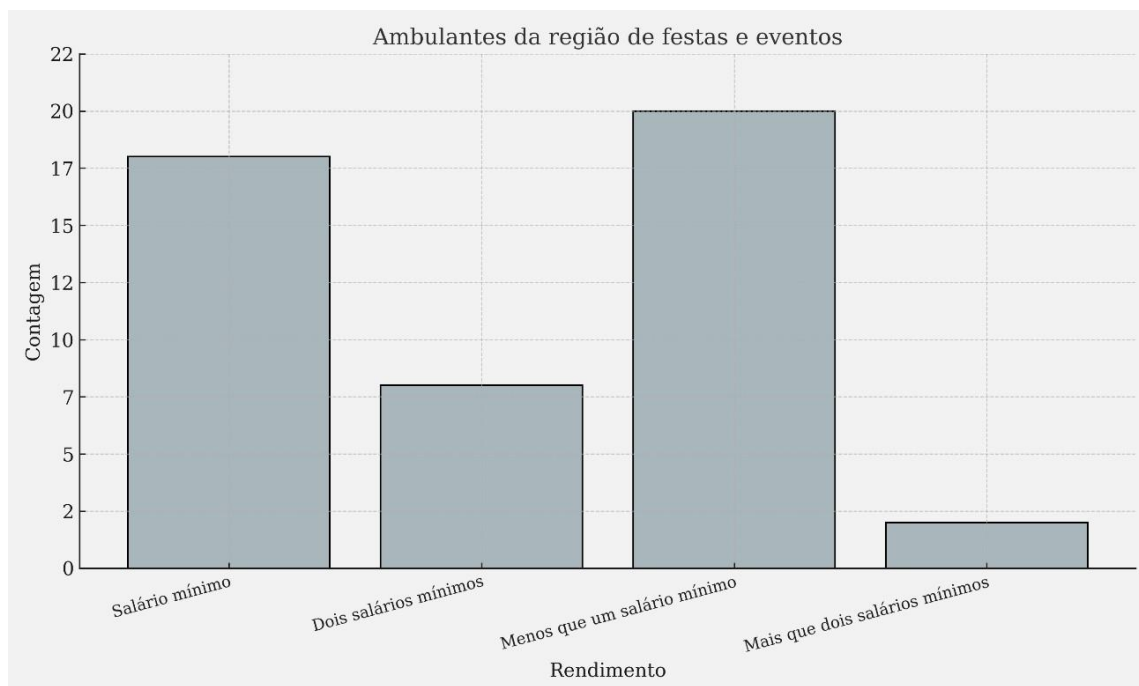
Elaboração própria

GRÁFICO 43 - Faixa de rendimento dos ambulantes da região litorânea



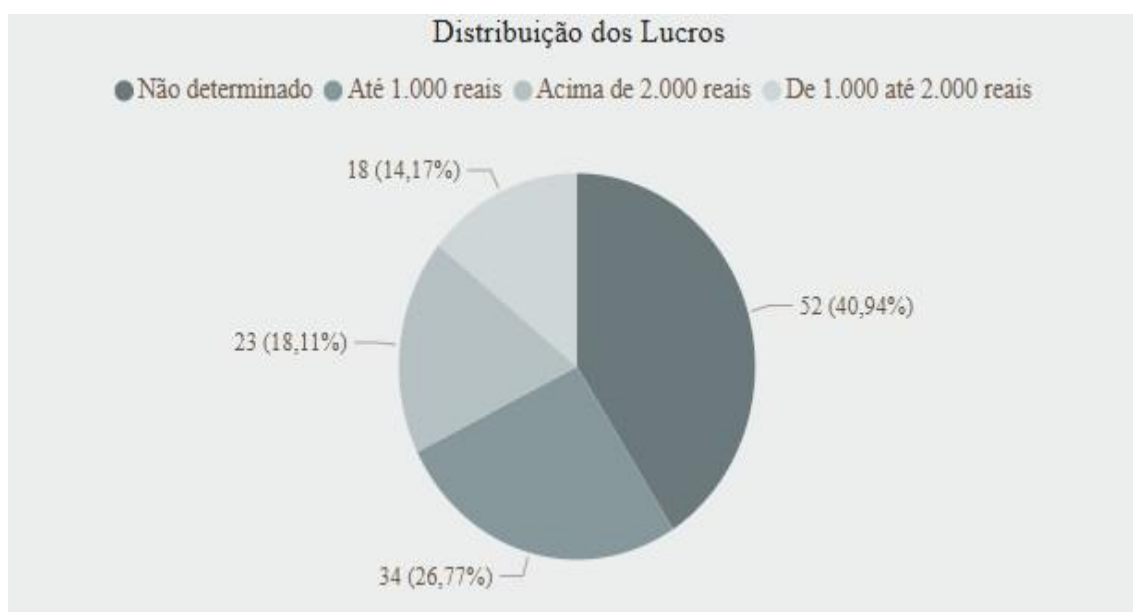
Elaboração própria.

GRÁFICO 44 - Faixa de rendimento dos ambulantes da área de festejos



Elaboração própria

GRÁFICO 45 – Faixa de lucro mensal entre os ambulantes



Elaboração própria.

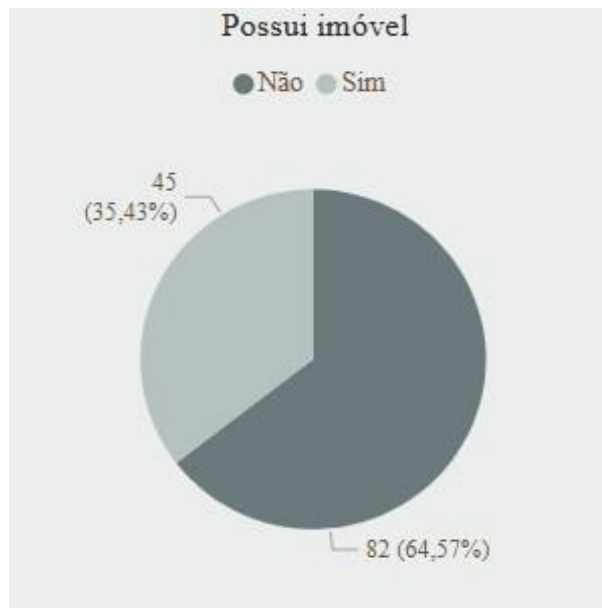
Essa questão foi realizada de forma aberta. A categorização das respostas resultou no gráfico acima e, como previsto, a maioria (40,94%) informou não saber quanto seria seu lucro no trabalho enquanto ambulante. Isso infere que:

As disposições econômicas mais fundamentais, como necessidades, preferências e propensões – ao trabalho, à poupança, ao investimento, etc. – não são exógenas, isto é, dependentes de uma natureza humana universal, mas endógenas e dependentes de uma história, que é aquela mesma do cosmo econômico onde elas são exigidas e recompensadas. Quer dizer, contra a distinção canônica dos fins e dos meios, o campo econômico impõe a todos (em graus diferentes, conforme suas capacidades econômicas) os fins (o enriquecimento individual) e os meios “razoáveis” de atingi-los (BOURDIEU, 2005, p. 23).

Para além dos dados obtidos sobre a situação financeira do grupo, torna-se evidente que os ambulantes exercem a atividade de compra e venda em espaços públicos como forma de garantir sua subsistência. Ainda que não haja uma formação específica para essa ocupação, há uma disposição econômica enraizada nesse tipo de trabalho, que exige habilidades técnicas de venda para que o lucro seja alcançado como resultado final.

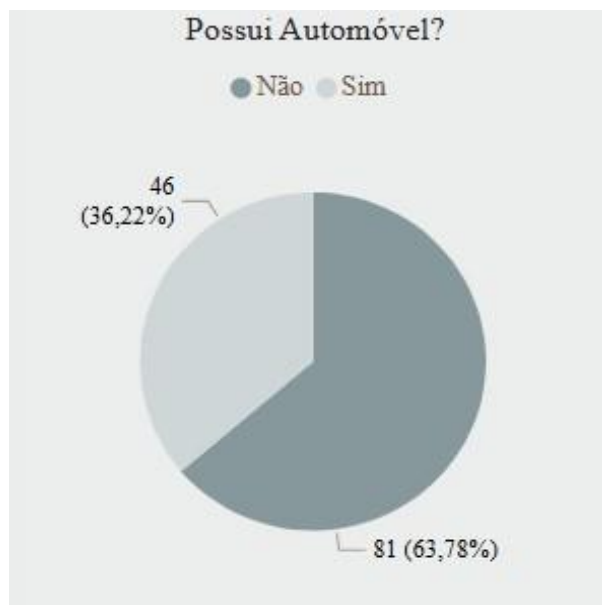
As próximas duas questões (41 e 42) mantêm o foco na lógica da desigualdade financeira, mas avançam ao investigar a posse de bens, como imóveis e automóveis. Veja a seguir:

GRÁFICO 46 – Propriedade de imóvel entre os trabalhadores ambulantes



Elaboração própria.

GRÁFICO 47 – Propriedade de veículo entre os trabalhadores ambulantes



Elaboração própria.

A maioria dos respondentes (64,57%) declarou não possuir imóvel. A posse de um imóvel e/ou de um automóvel foi considerada, nesta pesquisa, como um indicativo de disposição econômica. Em contraposição ao dado sobre a moradia, a maioria dos

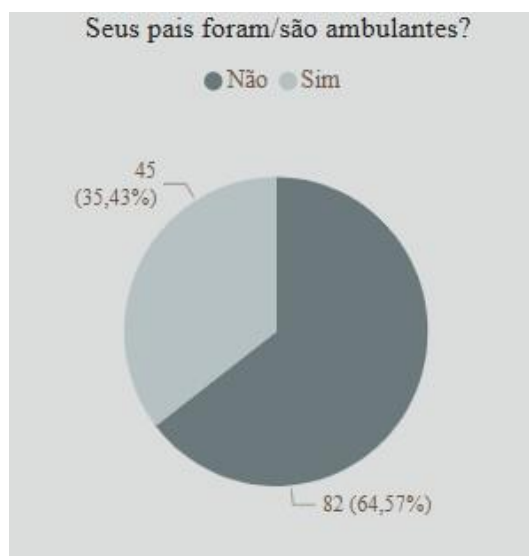
respondentes (63,78%) declarou possuir automóvel. Esse dado, embora possa parecer secundário, é fundamental para a compreensão da realidade do trabalhador ambulante, especialmente no que diz respeito não apenas à sua locomoção, mas também ao transporte de materiais e mercadorias.

No caso específico dos ambulantes que atuam em festejos e eventos, o automóvel desempenha papel fundamental, uma vez que, a cada atividade, é necessário montar e desmontar toda a estrutura de trabalho, transportando não apenas a matéria-prima, mas também a infraestrutura necessária à comercialização dos produtos. Entre os ambulantes desse segmento, há aqueles que precisam arcar com custos adicionais, com a contratação de frete, para levar seus equipamentos aos locais de evento, o que implica gastos mais elevados para quem possui e utiliza veículo próprio.

Entretanto, essa desigualdade de custos logísticos não se restringe à área de festejos e eventos, estendendo-se também aos ambulantes que atuam nas regiões central e litorânea. Nesses casos, o veículo próprio oferece vantagens práticas, permitindo transportar e guardar o material de trabalho diariamente, com maior autonomia e segurança. Por outro lado, aqueles que não dispõem de automóvel enfrentam custos adicionais, pois necessitam alugar espaços em depósitos próximos para armazenar suas mercadorias, o que onera ainda mais suas despesas diárias e evidencia as diferentes condições materiais que atravessam o exercício do comércio ambulante na cidade.

Na sequência, as questões 43 a 46 buscaram investigar aspectos da relação intergeracional entre os respondentes. Veja a seguir:

GRÁFICO 48 – Antecedentes familiares na mesma atividade



Elaboração própria.

GRÁFICO 49 – Ocupação dos pais dos trabalhadores ambulantes



Elaboração própria.

Conforme apresentado, 64,57% dos ambulantes respondentes são filhos de pais ou responsáveis que também foram (ou ainda são) ambulantes. Ainda dentro dessa temática, foi realizada uma pergunta aberta sobre a profissão dos pais/responsáveis de forma mais específica. Após a categorização das respostas, observou-se que, após os ambulantes, a ocupação mais recorrente foi a de agricultor (22,65%), seguida por funcionários públicos, com o menor percentual (8,33%).

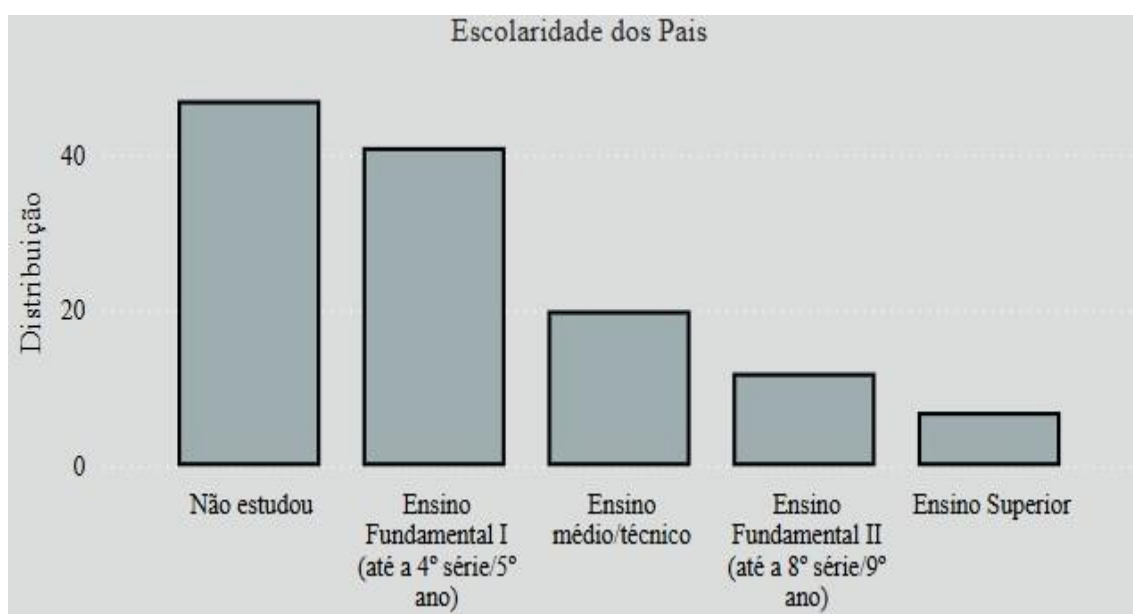
Considerando o dado acima e relacionando com a resposta dos gráficos 14 e 15, uma parcela expressiva também declarou ter filhos e/ou dependentes (75,59%). Assim, é possível inferir que as disposições sociais para a atividade de ambulante se perpetuam nas relações intergeracionais. Muitos desses filhos já se encontram inseridos, direta ou indiretamente, nas dinâmicas do trabalho de rua, o que evidencia a reprodução de disposições e práticas associadas à informalidade. Desse modo, o ciclo familiar de reprodução social do trabalho informal se reforça, combinando heranças culturais, limitações estruturais e estratégias cotidianas de sobrevivência.

Esses dados, em conjunto, revelam aspectos importantes da socialização primária dos ambulantes, influenciando diretamente a constituição de seu *habitus*, nos termos de Pierre Bourdieu. Embora esse *habitus* não determine de forma definitiva toda a trajetória do agente, ele exerce influência significativa sobre suas disposições e escolhas ao longo da vida.

A determinado volume de capital herdado corresponde um feixe de trajetórias praticamente equiprováveis que levam a posições

praticamente equivalentes – trata-se do campo dos possíveis oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos – por exemplo, o senso das “relações” por meio do qual os detentores de um elevado capital sociais têm a possibilidade de conservar ou aumentar esse capital –, a não ser que sejam organizados expressamente pelas intervenções institucionalizadas (clubes, reuniões de família, associações de ex-membros de empresa ou instituição, etc.) ou “espontâneas” dos indivíduos ou grupos (BOURDIEU, 2007^a, p. 104).

GRÁFICO 50 – Nível de escolaridade dos pais dos trabalhadores ambulantes



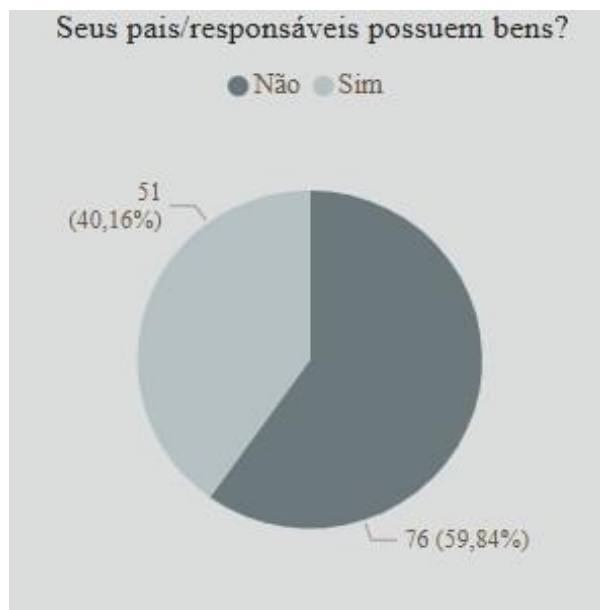
Elaboração própria

A escolaridade dos pais pode ser analisada em relação à dos respondentes, considerando que 43,28% declararam ter pais analfabetos, enquanto menos de 10% da amostra possui ou está cursando o ensino superior. Esse contraste evidencia a relevância do capital cultural na trajetória dos agentes e na possibilidade de mobilidade social ascendente, fortemente condicionada pelo acesso à escolarização. Tal fator atua como elemento determinante na reprodução ou ruptura das desigualdades sociais ao longo do curso de vida.

Pelo fato de que o sucesso escolar depende, principalmente, do capital cultural herdado e da propensão a investir no sistema escolar - e de que, para determinado indivíduo ou grupo, esta será tanto maior quanto mais dependentes estiverem dela para manter ou melhorar sua posição

social -, compreende-se que a parcela dos alunos oriundos das frações mais ricas em capital cultural será tanto maior em uma instituição escolar quanto mais elevada ela estiver na hierarquia propriamente escolar das instituições de ensino – avaliada (BOURDIEU, 2007a, p. 122-113) [...]

GRÁFICO 51 – Posse de bens pelos pais/responsáveis dos trabalhadores ambulantes



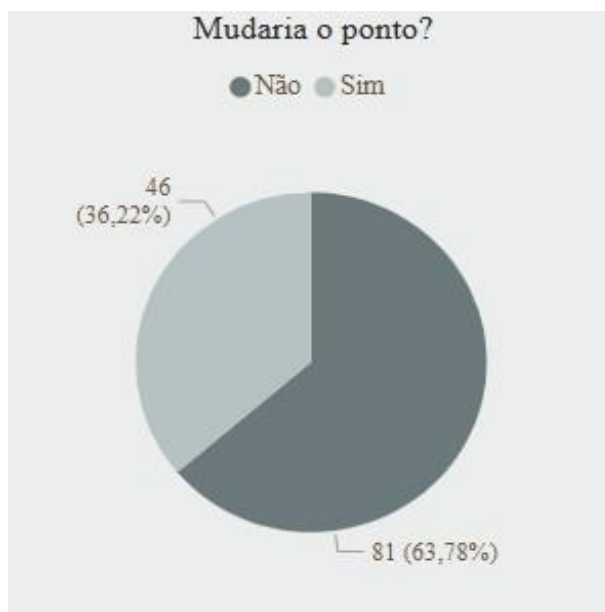
Elaboração própria.

Para encerrar a temática das relações intergeracionais, foi questionado se os pais ou responsáveis dos respondentes possuíam bens, como imóveis, por exemplo. A maioria (59,84%) respondeu negativamente. Assim como a trajetória escolar influencia diretamente na constituição do capital cultural, esse dado reflete sobre o capital econômico dos respondentes, que não encontraram, em suas famílias, no âmbito da socialização primária, a provisão de recursos ou patrimônio que favorecesse maior poder aquisitivo.

Para uma justificativa mais completa das diferenças de estilos de vida entre as diferentes frações – particularmente, em matéria de cultura –, conviria levar em consideração sua distribuição em um *espaço geográfico socialmente hierarquizado*. De fato, as possibilidades de que um grupo venha a apropriar-se de uma classe qualquer de bens raros – e que avaliam as expectativas matemáticas de acesso – dependem, por um lado, de suas capacidades de apropriação específica, definidas pelo capital econômico, cultural e social que ele pode implementar para apoiar-se, do ponto de vista material e/ou simbólico, dos bens considerados, ou seja, de sua posição no espaço social e, por outro, da relação entre sua distribuição no espaço geográfico e a distribuição dos bens raros neste espaço (relação que pode ser avaliada em distâncias

médias a bens ou equipamentos, ou em tempos de deslocamento – o que faz intervir o acesso a meios de transporte, individuais ou coletivos) (BOURDIEU, 2007a, p. 114).

GRÁFICO 52 – Intenção de mudança de ponto de trabalho entre os ambulantes



Elaboração própria.

A última questão teve como objetivo investigar se os ambulantes desejavam mudar de local de trabalho. Conforme já observado anteriormente em campo, a maioria dos respondentes (63,78%) afirmou que não trocava de local. Do ponto de vista sociológico, esse dado evidencia as contradições inerentes à reprodução das desigualdades no sistema capitalista.

Tal disposição, que mal podemos chamar de subjetiva, posto que ela é objetividade interiorizada e só pode constituir-se em condições de existência relativamente liberadas da urgência, depende, por sua vez, de toda a trajetória social [...] Ajustadas a uma condição de classe, enquanto conjunto de possibilidades e de impossibilidades, as disposições são também ajustadas a uma posição, a um nível na estrutura de classes, portanto sempre referidas, ao menos objetivamente, às disposições associadas a outras posições (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1976, p. 20-21).

Mesmo diante das adversidades constantes e da precariedade estrutural que caracterizam o trabalho informal, os ambulantes, quando questionados, manifestam preferência por permanecer nessa forma de ocupação, o que revela tanto estratégias de

adaptação às condições objetivas de vida quanto formas de ressignificação simbólica do trabalho.

CAPÍTULO 3 – Desigualdades no comércio ambulante

O presente capítulo analisa as desigualdades quanto às possibilidades de exercício do comércio ambulante, buscando compreender como são interpretadas. Para tanto, são analisadas diferentes trajetórias de trabalhadores e a conformação de disposições a partir de distintas formas de inserção, permanência e no trabalho informal. Pretende-se demonstrar que tais desigualdades não decorrem apenas de fatores econômicos ou estruturais, mas também das disposições incorporadas ao longo das histórias de vida e da própria experiência cotidiana no trabalho informal, o que orienta distintas maneiras de se perceber.

A análise organiza-se em duas partes complementares. A primeira discute o referencial teórico-metodológico que orienta a leitura das trajetórias sociais como instrumento de interpretação sociológica. A segunda parte apresenta a análise empírica das entrevistas em profundidade, examinando a constituição de disposições às condições objetivas do trabalho informal. Ao integrar essas dimensões, demonstra-se como as desigualdades se (re)produzem no interior do comércio ambulante, evidenciando simultaneamente a coexistência entre condições estruturais e as estratégias de adaptação e resistência dos trabalhadores.

3.1 A interpretação das dinâmicas sociais no comércio ambulante de João Pessoa-PB a partir da articulação entre condições e trajetórias sociais

A estudo das trajetórias sociais tem adquirido ampla ressonância no campo da sociologia, particularmente a partir das últimas décadas do século XX, quando se intensificou a incorporação de estudos biográficos e de histórias de vida ao repertório das práticas de pesquisa (ROBERTI, 2017).

Desde la sociología, la especificidad del estudio con biografías se vinculó con el análisis de las experiencias que una persona construye a lo largo de su vida, en la cual la narración del propio sujeto, entre otros documentos biográficos, adquiere un lugar central. Esta perspectiva busca aprehender los acontecimientos ocurridos en el transcurso de las vidas individuales, como el resultado de una historia que entrelaza experiencias pasadas y expectativas futuras. Por esta razón, no toma en cuenta un momento particular de la vida de la persona, sino que intenta reconstruir su trayectoria a lo largo del tiempo o en un período

determinado. El investigador que reconstruye historias de vida indagará sobre los sentidos subjetivos, significados y representaciones que un individuo elabora acerca de su historia personal (ROBERTI, 2017, p. 304).

Há, contudo, uma crítica recorrente ao uso das trajetórias sociais na sociologia, segundo a qual esse recurso poderia conduzir a disciplina a uma postura excessivamente subjetivista, por envolver a consideração dos aspectos sociais e históricos próprios a cada indivíduo. Ainda assim, mesmo diante dessas objeções, essa abordagem foi incorporada e consolidada no campo sociológico, adquirindo relevância teórica e metodológica na produção contemporânea. Nesse debate, Bourdieu avança ao propor, na análise das trajetórias, uma articulação entre o estudo biográfico e as condições objetivas impostas por determinado contexto social (GUÉRIOS, 2011). A ênfase recai, portanto, sobre o modo como uma abordagem sustentada por um conjunto de ferramentas conceituais que operam como instrumentos metodológicos para a compreensão das práticas e das posições sociais dos agentes.

Assim, a análise da trajetória de um agente em uma investigação sociológica não se reduz a uma mera descrição cronológica de fatos, mas envolve a consideração de eventualidades, imprevistos, digressões e demais contingências a que toda biografia ou história de vida está sujeita. Nas palavras do autor:

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar (BOURDIEU, 1996, p. 185).

Nesse sentido, o autor adota uma posição crítica diante de qualquer perspectiva científica que sustente a linearidade dos fatos, inclusive no que se refere ao percurso de vida dos indivíduos, ainda que reconheça a relevância de sua análise no campo sociológico. Para Bourdieu, não se deve conceber uma cronologia rígida ou uma sequência linear de acontecimentos na interpretação das trajetórias, como frequentemente ocorre em análises de caráter histórico não sociológico. Ao contrário, o autor enfatiza a possibilidade de transformações decorrentes de múltiplos fatores, resultantes da imbricação entre disposições subjetivas e condições objetivas que orientam a ação social. Tal fenômeno pode ser apreendido por meio da dissonância entre essas dimensões, designada por Bourdieu como histerese, conceito que explica as modificações nas

trajetórias e a ruptura com o caráter linear e coordenado de seu desenvolvimento (HARDY, 2018).

Partindo dessa perspectiva, este estudo buscou compreender como as trajetórias sociais convergem na categoria trabalho, reconhecendo que as trajetórias ocupacionais se configuram também como momentos de socialização e de inculcação de disposições. Tal abordagem é fundamental para a análise das dinâmicas desiguais das relações laborais na contemporaneidade. Entretanto, reconhece-se que a análise deve transcender o ato de trabalhar em si, uma vez que não apenas as condições objetivas, mas também as subjetividades dos trabalhadores ambulantes se relacionam diretamente às configurações territoriais. Nesse processo, destaca-se o conceito de *habitus*, possivelmente o mais central e recorrente na teoria bourdieusiana.

Ao integrar a subjetividade ao campo da sociologia e articulá-la com a objetividade, Bourdieu promove uma inovação teórica ao conceber o *habitus* como uma espécie de “via de mão dupla”: ele é simultaneamente produto das práticas sociais e princípio que as produz, possibilitando uma compreensão ampliada da ação individual na estrutura social. Desse modo, o *habitus* configura-se como um princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, como um sistema de classificação dessas próprias práticas (BOURDIEU, 2007a, p. 162). Assim, enquanto seres socializados, possuímos um *habitus* que pode ser entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis. Isso significa que, ao longo de nossas trajetórias sociais, ele é constantemente moldado pelas experiências individuais, mas preserva as marcas de sua origem. A partir desse entendimento, é possível compreender a realidade do trabalhador ambulante, cuja trajetória social específica constitui um *habitus* particular, capaz de influenciar diretamente a forma como se relaciona com o meio em que está inserido. Como afirma o próprio autor:

Os “sujeitos” são, de fato, agentes que atuam e que sabem, dotados de um senso prático (título que dei ao livro no qual desenvolvo essa análise), de um sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que comumente chamamos de gosto), de estruturas cognitivas duradouras (que são essencialmente produto da incorporação de estruturas objetivas) e de esquemas de ação que orientam a percepção da situação e a resposta adequada. O *habitus* é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação - o que chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo (BOURDIEU, 2011, p. 42).

A partir da categoria de *habitus*, torna-se possível compreender não apenas o cotidiano do comércio ambulante em si, mas também o modo como se desenvolvem diferentes práticas por agentes submetidos a condições objetivas particulares. O exercício dessa atividade – ocupar o espaço público para comercializar produtos e, assim, obter renda – constitui uma ação específica, que precisa ser analisada sob uma perspectiva múltipla. Ser trabalhador ambulante exige não apenas estratégias práticas, mas também disposições sociais que possibilitem lidar com as artimanhas, adversidades e desafios presentes no cotidiano dessa ocupação.

Outro conceito que deve ser considerado em articulação com o de *habitus* é o de capital, uma vez que, na teoria bourdieusiana, os conceitos estão profundamente interligados, sendo necessário mobilizá-los de forma conjunta para a adequada compreensão do objeto de estudo. Para além do capital econômico, Bourdieu identifica outros tipos de capitais, entre os quais o cultural e o social recebem maior destaque em suas análises. É por meio da distribuição e da apropriação dos capitais que se definem as classes e suas frações, pois a posse de determinado tipo de capital orienta a posição social do agente no espaço social.

Nesse sentido, deter capital significa dispor de poder em um campo específico (BOURDIEU, 1989). Tal poder não se reduz ao capital econômico, aos meios de produção ou ao dinheiro, mas pode também se manifestar pelo capital cultural, relacionado, por exemplo, ao domínio de línguas, ao acesso às artes e ao acúmulo de conhecimento; ou ainda pelo capital social, que remete à rede de relações de um agente, ao seu grau de influência nas decisões coletivas e à relevância que ocupa em determinado grupo. Já o capital simbólico, por sua vez, é definido por Bourdieu como:

[...] o capital simbólico é esse capital denegado, reconhecido como legítimo, isto é, ignorado como capital (o reconhecimento no sentido de gratidão suscitado pelos benefícios podem ser um dos fundamentos desse reconhecimento) que constitui sem dúvida, com o capital religioso, a única forma possível de acumulação quando o capital econômico não é reconhecido (BOURDIEU, 2011, p. 196).

Nesse sentido, torna-se possível pensar, em termos práticos, as diferentes trajetórias sociais dos trabalhadores ambulantes a partir dos distintos capitais de que dispõem. Pode-se comparar, por exemplo, a experiência de um ambulante que concluiu o ensino superior com a de outro que sequer foi alfabetizado. As condições objetivas para enfrentar as demandas do comércio ambulante serão, nesse caso, profundamente distintas. Isso se reflete tanto na facilidade para realizar vendas, no uso de meios de pagamento

digitais, como o *pix*, quanto na capacidade de inovar na apresentação dos produtos, recorrendo, por exemplo, às redes sociais para fins de divulgação.

Essas diferenças de capitais, que interferem diretamente nas trajetórias sociais dos trabalhadores na contemporaneidade, são também analisadas pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza. Partindo da teoria bourdieusiana e utilizando a etnografia como método, o autor desenvolveu a categoria dos “batalhadores” para se referir a esses sujeitos. Considerando as transformações recentes nas relações de trabalho em geral, Souza busca compreender a emergência de novas classes sociais que ultrapassam a clássica oposição entre burguesia e proletariado (SOUZA, 2010).

Um dos acontecimentos mais importantes no Brasil das últimas décadas é o surgimento, ao lado da classe média tradicional, de uma segunda classe média. Morena, vinda de baixo, refratária a sentir-se um pedaço do Atlântico norte desgarrado no Atlântico sul, essa nova classe média compõe-se de milhões de pessoas que lutam para abrir ou para manter pequenos empreendimentos ou para avançar dentro de empresas constituídas, que estudam à noite, que se filiam a novas igrejas e a novas associações, e que empunham uma cultura de autoajuda e de iniciativa. Quase desconhecida das elites do poder, do dinheiro e da cultura, já estão no comando do imaginário popular. Representam o horizonte que a maioria do nosso povo quer seguir (SOUZA, 2010, p. 10).

Nas palavras de Bourdieu:

A estrutura das relações de classe é o que se obtém ao fixar, por um corte sincrônico, um estado, mais ou menos estável, do terreno das lutas entre as classes: a força relativa investida pelos indivíduos nesta luta - ou, em outras palavras, a distribuição no momento considerado das diferentes espécies de capital - define a estrutura desse campo [...] (BOURDIEU, 2007a, p. 230).

Para a análise sociológica das configurações do comércio ambulante na cidade de João Pessoa, o conceito de classes sociais em Bourdieu mostrou-se fundamental para compreender que, nesse campo – assim como em outros –, existem frações de classe que precisam ser consideradas. Inicialmente, antes da observação *in loco* e da realização das entrevistas, eu, enquanto pesquisadora, partia da noção de que todos os ambulantes pertenciam a uma classe social relativamente homogênea. No entanto, a pesquisa evidenciou o contrário: trata-se de um grupo heterogêneo, marcado pela ausência de uniformidade, já que as experiências dos agentes são singulares. Cada um deles internaliza as condições objetivas sociais de maneira particular e as exterioriza a partir de suas próprias subjetividades.

Desde a introdução, evidenciou-se que o propósito central desta pesquisa consiste em problematizar os mecanismos de reprodução da desigualdade social no âmbito do

comércio ambulante e suas as relações desses trabalhadores com as distintas particularidades territoriais que contribuem para condicionar as dinâmicas do trabalho. Tal abordagem busca apreender as singularidades dessa prática laboral, ao mesmo tempo em que as relaciona com processos mais amplos e complexos da organização social.

Há o conhecido e já tão comentado risco de se conceber autonomamente a cultura, ou seja, deixando de considerar que, para se entender o significado mais amplo dos fenômenos que expressam os valores, normas e ideias que estruturam e dão sentido às experiências vividas pelos homens, nas sociedades chamadas complexas, é necessário vê-los em sua relação com as estruturas mais amplas de dominação que constituem esta sociedade, buscando as nuances, os matizes e as especificidades que dão significado a esta relação, sem reduzi-la à mera reprodução de dominação (SARTI, 2011, p. 44).

No exercício empírico desta investigação, observaram-se disparidades significativas entre os ambulantes. A indagação que norteou o percurso analítico foi: de que maneira trabalhadores situados em condições econômicas semelhantes, mas com experiências sociais diversas experimentam a vulnerabilidade social? Antes de avançar para a análise das trajetórias dos trabalhadores ambulantes, apreendidas por meio de entrevistas, este tópico apresenta uma breve caracterização do campo de pesquisa, com base nas imagens a seguir. As imagens retratam as condições de trabalho a partir dos equipamentos utilizados por quatro ambulantes com perfis distintos, permitindo antecipar as particularidades das condições de trabalho diárias e as estratégias de atuação.

FIGURA 7 - Equipamento de ambulante móvel – isopor



Fonte: autoria própria

FIGURA 8 – Equipamento de ambulante móvel - bicicleta



Fonte: autoria própria

FIGURAS 9 - Equipamento de ambulante fixo - tenda



Fonte: autoria própria

FIGURA 10 - Equipamento de ambulante fixo - trailer



Fonte: autoria própria

As imagens acima ilustram distintos equipamentos de trabalho utilizados por ambulantes participantes da Expofeira Agronegócio JP 2023, evento realizado anualmente na cidade. A análise desses registros visuais evidencia as particularidades das condições concretas de exercício do trabalho. A primeira fotografia retrata um vendedor de dindin – conhecido em outras regiões do país como geladinho, sacolé ou chup-chup – cuja mercadoria é transportada exclusivamente em uma caixa de isopor carregada ao ombro. A segunda mostra um ambulante que comercializa picolés e garrafas de água, utilizando duas caixas térmicas acopladas a uma bicicleta, que servem simultaneamente como suporte e meio de locomoção. A terceira imagem apresenta uma tenda estruturada pelo próprio trabalhador, composta por bancadas destinadas à exposição dos produtos. A quarta, por fim, retrata um ambulante responsável pela venda de lanches em um trailer (reboque planejado e equipado para a comercialização de alimentos) transportado por automóvel e instalado no espaço do evento.

A comparação entre os equipamentos de trabalho observados revela desigualdades que transcendem a dimensão estritamente financeira, manifestando-se

também nas condições objetivas de exercício laboral. Evidenciam-se, nesse sentido, diferenças no processo de deslocamento e de instalação: enquanto o primeiro ambulante percorre a pé tanto o trajeto até o evento quanto a jornada diária em busca de clientes, o segundo realiza o mesmo percurso em bicicleta. O terceiro necessita transportar e montar todo o material, recorrendo, em diversas ocasiões, a serviços de frete, sobretudo quando não dispõe de veículo próprio. Já o quarto chega de automóvel, posiciona o trailer e permanece em um espaço fixo durante o evento, condição que, embora compartilhe a característica de fixidez com a tenda do terceiro, distingue-se por oferecer maior infraestrutura e estabilidade.

As condições de acesso ao trabalho entre os três ambulantes analisados revelam-se marcadamente desiguais, expressando as diferentes posições que cada um ocupa dentro do comércio informal na cidade. Embora todos pertençam à mesma categoria ocupacional de trabalhadores ambulantes, no contexto específico do evento estudado, foram submetidos à exigência de credenciamento junto ao poder público e ao pagamento de uma taxa cujo valor variava conforme o tipo de mercadoria comercializada. Essa diferenciação, inicialmente imposta pela gestão municipal, tornou-se posteriormente objeto de reivindicação da representação coletiva da categoria, que pleiteou a equiparação das cobranças com base no reconhecimento das heterogeneidades internas ao grupo. Dessa forma, observam-se distinções não apenas nas formas de inserção e exercício da atividade laboral, mas também nas experiências, estratégias e percepções desses trabalhadores diante das condições estruturais que configuram o trabalho ambulante, aspectos examinados com maior profundidade na análise das trajetórias apresentada no tópico seguinte.

3.2 A reprodução da desigualdade no comércio ambulante de João Pessoa-PB

As entrevistas realizadas para esta pesquisa apresentaram desafios, sobretudo pelo fato de eu já conhecer os entrevistados na experiência junto à associação, que impactava a forma como eles viam a pesquisadora e, também, pela necessidade de exercer vigilância epistemológica: manter o distanciamento analítico diante da fala nativa, desnaturalizar o que é escutado e conferir sentido científico às experiências relatadas por meio de uma análise sociológica (BOURDIEU; WACQUANT, 1992; BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 2002; BOURDIEU, 2011).

No início, todos os ambulantes demonstraram certa resistência em conceder entrevistas, o que já era esperado. Tal objeção, no entanto, não estava relacionada à minha inserção no grupo, mas sim ao fato possuírem dificuldade em falar sobre suas experiências, sobretudo no que se refere à infância e juventude. Além da questão recorrente do trabalho precoce, ainda em idade infantil, surgiram relatos de violências e abusos, que optei por não detalhar nesta escrita. Como se verá, as trajetórias apresentam diferenças significativas, ainda que atuem em uma mesma zona. Embora predominasse um discurso alinhado à lógica empreendedora, também emergiu o reconhecimento das condições precárias de trabalho que vivenciam em todos os entrevistados.

Ainda do ponto de vista metodológico, as entrevistas foram realizadas nos próprios locais de trabalho, com exceção dos ambulantes de festejos e eventos. Nestes casos, em razão do ambiente ruidoso e movimentado, fui convidada a realizar as entrevistas em suas residências. Já os ambulantes das regiões central e litorânea ajustaram horários de menor fluxo de pessoas para responder às perguntas. Apesar de concederem utilizar seus respectivos nomes, todos aqui utilizados são fictícios. Apesar da timidez inicial, sobretudo pela presença do gravador, com o avançar da conversa os entrevistados passaram a dialogar com maior espontaneidade, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento desta pesquisa.

3.2.1 Ambulantes da região litorânea

Este tópico apresenta a análise de três entrevistas realizadas com ambulantes que atuam na faixa litorânea da cidade, conhecida como praia de Cabo Branco. Todos trabalham com o aluguel de cadeiras e guarda-sóis e aproveitam o ponto fixo para oferecer produtos alimentícios de preparo rápido, como bebidas e espetinhos. Do ponto de vista da aplicação das entrevistas, foram recorrentes as dificuldades tanto na obtenção da autorização quanto na condução das conversas. Após o aceite, as entrevistas ocorreram nos próprios locais de trabalho dos participantes e se desenvolveram de forma gradual, com duração média de três horas cada.

As narrativas foram construídas uma ambulante migrante oriunda da região Sudeste, um ambulante proveniente do sertão e uma ex-trabalhadora formal que atualmente exerce a atividade de forma autônoma nas ruas. Apesar das diferenças nas trajetórias sociais, essas experiências convergem quanto às condições precárias de realização do trabalho, especialmente na região litorânea, caracterizada pela ausência de

banheiros públicos, pela necessidade de deslocamento constante sobre a areia e pela exposição prolongada ao sol. Tais condições explicitam a vulnerabilidade estrutural a que estão submetidos os ambulantes, evidenciando a dimensão territorial da desigualdade social e do trabalho informal. Cada trajetória expressa disposições específicas frente às restrições objetivas impostas pelo contexto e revela distintas formas de inserção e permanência no território, como será analisado adiante. Em conjunto, essas histórias permitem compreender as múltiplas condições de ser ambulante na praia, conformando um campo de práticas atravessado por desigualdades de gênero, origem e capital social, que se atualizam nas formas concretas de uso e apropriação do território.

3.2.1.1 “*A minha missão lá eu cumpri*”: a contribuição das relações interpessoais para tornar-se ambulante

A entrevista que se segue foi realizada com Luciana, uma trabalhadora ambulante atuante na faixa litorânea de João Pessoa, cuja trajetória evidencia o entrelaçamento entre migração, gênero e inserção precária no trabalho informal. Sua narrativa permite compreender como as disposições socialmente incorporadas ao longo da vida orientam estratégias de sobrevivência e de permanência no comércio de rua, mesmo diante das adversidades materiais e simbólicas que marcam esse território. A análise revela, portanto, a conformação de disposições ajustadas à instabilidade do trabalho ambulante, bem como às formas de resistência e de ressignificação do labor precário no espaço da praia.

A entrevistada tem 45 anos e atua como ambulante há cerca de 20 anos na região litorânea de João Pessoa. Sendo a primeira de sua família a trabalhar no comércio ambulante, ela ingressou nessa atividade diante da necessidade de sustentar os filhos como mãe solo e a partir do convite de um colega de trabalho. Posteriormente, outros membros de sua família também passaram a atuar no mesmo ramo. Migrante de Piracicaba, interior de São Paulo, trabalha alugando cadeiras e guarda-sóis, além de vender bebidas e petiscos. Atualmente, seu filho mais velho adquiriu um ponto ao lado, onde trabalha com a companheira. Luciana divide as atividades com o companheiro e mais dois ajudantes. Sua folga ocorre às quintas-feiras, mas, ainda assim, mantém-se em atividade, revezando a administração com o cônjuge.

Fui morar com minha madrinha, que é ex-garota de programa, aos seis anos de idade. Minha mãe tinha mais três filhos homens, casou novamente e não quis mais me criar nessa época. Graças a Deus sou quem sou hoje por conta da minha madrinha. Ainda voltei para casa da minha mãe aos onze anos, mas comecei a namorar aos doze e tive que

sair novamente. É o meu companheiro atual. A gente já se separou algumas vezes, inclusive vim para João Pessoa por causa de uma traição dele. Hoje estamos juntos, mas pelos filhos. Meus filhos e meu neto são tudo para mim.

A trajetória dela, no âmbito familiar, é marcada por conflitos conjugais que se repetem ao longo das gerações, desde a experiência de sua mãe e de sua madrinha até se manifestarem, atualmente, em sua própria vida amorosa e profissional, especialmente pelo fato de trabalhar junto ao cônjuge. Ao final da entrevista, mencionou ter passado, ainda na infância, por experiências de violência traumáticas envolvendo o padrasto. Chegou a contar para a mãe, que não acreditou, levando-a a morar com a madrinha. Por ter saído de casa cedo, mesmo tendo o primeiro filho apenas aos 18 anos, precisou trabalhar ainda adolescente:

Com uns onze anos eu ajudava a cuidar de duas crianças da vizinha. Com quinze anos trabalhei numa fábrica de bijuteria, sem carteira assinada. Só fui registrar carteira aos 18, em uma fábrica de refrigerante, quando engravidei. Como a gravidez era de risco, precisei sair. Depois voltei a ser babá, trabalhei como doméstica e depois em salão como manicure. Com 22 anos vim para cá, quando meu irmão, que já morava aqui, chamou meu esposo para ajudá-lo numa empresa de formaturas.

Essa experiência reforça um ponto recorrente da pesquisa: enquanto alguns trabalhadores iniciaram a vida já como ambulantes desde a infância ou adolescência, outros, como Luciana, só ingressaram no comércio ambulante após outras experiências profissionais. Contudo, apesar da relação não ter sido diretamente com o comércio de rua, Luciana se dispôs precocemente a lidar com as relações de trabalho. Quando questionada sobre como se tornou ambulante, ela afirmou:

Eu fui traída mais uma vez. Só que agora estava distante dos meus parentes, em outra cidade, mais difícil de me virar. Vi na praia uma oportunidade e comecei a vender picolé. Carregava o Miguel (meu filho mais velho, com quatro anos na época), pegava consignado de manhã com Seu Zé e à tarde prestava contas. Foi assim que fui me virando, fazia um dinheiro para sustentar nós dois e aprendi a trabalhar na praia.

No que concerne ao trabalho na região litorânea, Luciana iniciou como ambulante móvel, vendendo picolé (também conhecido como sacolé ou geladinho em outras regiões), circulando entre os banhistas. Um trabalho árduo, que exige locomoção constante sob o sol e sobre a areia, expondo o trabalhador a riscos diversos, como o desenvolvimento de doenças de pele, a exemplo do câncer, ou mesmo ferimentos nos pés, já que muitos optam por trabalhar descalços para facilitar a mobilidade no terreno

arenoso. Com o tempo, passou a ser ambulante fixa, dispondo de cadeiras e guarda-sóis para aluguel, além de um trailer equipado com freezer, chapa e utensílios para comercializar petiscos e bebidas. Sobre essa transição, narrou:

Se eu contar, ninguém acredita. Mas foi um anjo de Deus na minha vida. O ponto era de Seu Luiz. Ele me via passando com Miguel vendendo picolé e dizia: ‘esse ponto vai ser seu’. Eu ria, achava que estava ficando doido. Um dia ele disse que iria embora e deixaria o ponto, com cadeiras e guarda-sóis. E assim foi. Nunca deu em cima de mim, nunca me elogiou. Não consigo ver nem como pai, porque não tive isso. Foi realmente como um anjo de Deus na minha vida. E ele tá vivo, acredita? Catando latinha. Sempre digo para ele voltar, mas ele responde: ‘a minha missão lá eu cumpri’.

Assim, o ingresso de Luciana no comércio ambulante esteve diretamente ligado às oportunidades surgidas em sua trajetória. Tornou-se ambulante por necessidade, quando era mãe solo e migrante. Com o tempo, consolidou-se como trabalhadora fixa na mesma área, onde permanece há mais de 20 anos, ampliando o negócio e integrando a família, seu filho Miguel, a companheira e outro ajudante também atuam no ponto, sustentando inclusive o neto. Dois de seus irmãos também migraram para João Pessoa e se tornaram ambulantes, embora atuem em locais diferentes e com menos tempo de experiência.

Meus irmãos conseguiram um ponto mais distante. Um não fala comigo de jeito nenhum; o outro fala pouco. Sei que pagaram caro: quase cem mil reais num ponto. Eu prefiro me afastar, até porque nunca ajudaram minha mãe. Hoje ela mora comigo, acredita? Me expulsou quando criança e agora, sem saúde, quem cuida sou eu. Os filhos homens sumiram. Mas não reclamo, só agradeço. Tenho vontade de trazer minha madrinha, mas falta tempo. Meu esposo ajuda, mas não deixo ele tomar frente de nada — quem conquistou tudo fui eu. Ele é só ajudante aqui. Até a casa é minha. Se algo acontecer, desamparado fica ele, não eu e meus filhos.

Esse relato evidencia uma realidade recorrente entre mulheres inseridas no comércio ambulante, para as quais essa atividade se apresenta como uma alternativa diante de trajetórias marcadas por relações abusivas, vulnerabilidades socioeconômicas e desigualdades estruturais de gênero. A inserção no comércio ambulante ocorre, frequentemente, em contextos nos quais as mulheres enfrentam restrições ao acesso ao mercado formal de trabalho, seja em razão da divisão sexual do trabalho, da responsabilização quase exclusiva pelo cuidado doméstico e familiar ou da discriminação de gênero. Nesse sentido, o trabalho informal possibilita certa autonomia financeira e margem de decisão sobre os próprios horários e estratégias de sobrevivência, ao mesmo tempo em que reproduz condições de precariedade, ausência de direitos trabalhistas e

sobrecarga física e emocional. A trajetória de Luciana ilustra como o comércio ambulante pode funcionar simultaneamente como espaço de resistência, reconstrução da autonomia e reprodução das desigualdades que historicamente atravessam o trabalho feminino. Quando questionada sobre experiências de desemprego, respondeu:

Um bocado. Quando casei, tive que parar de trabalhar. Depois fiz contratos temporários de promotora em supermercados, uns quatro. Ficava dependente do marido, o que era horrível. Se toda mulher soubesse como é bom ser independente financeiramente... Hoje em dia quem depende é ele. Tudo aqui é meu e dos meus filhos.

Apesar do orgulho que expressa, Luciana não deseja que os filhos sigam sua trajetória. Ao ver não somente sua mãe, mas também seu pai e agora os tios no comércio ambulante, Miguel, o mais velho, iniciou uma faculdade, mas desistiu abrindo um ponto ao lado. A filha mais nova ainda cursa o ensino médio, ajuda apenas nos fins de semana e é constantemente incentivada pela mãe a estudar:

Já sofri muito assédio aqui. Hoje tenho experiência, consigo perceber clientes mal-intencionados. Mas cuido muito da minha filha. O que passei não quero que ela passe. Ela quer ser médica veterinária, então incentivo os estudos. É difícil, porque vê eu, o pai e o irmão ganhando dinheiro aqui, mas digo que é arriscado. É hoje e amanhã não é. Quero algo melhor pra ela.

Essa fala sintetiza um aspecto recorrente entre os ambulantes entrevistados: embora o trabalho ambulante seja fundamental para a garantia do sustento cotidiano, ele não é percebido como um horizonte de futuro desejável para os filhos. Tal percepção está diretamente associada à instabilidade da renda, à ausência de proteção social e à inexistência de direitos trabalhistas, elementos que produzem insegurança permanente e dificultam qualquer planejamento de longo prazo. Nesse sentido, o desejo de afastar os filhos dessa atividade expressa não uma negação do próprio trabalho, mas o reconhecimento de seus limites estruturais e de suas condições adversas.

No caso específico dos ambulantes que atuam na faixa de areia de João Pessoa, essa realidade é agravada pela precariedade da infraestrutura urbana, marcada pela ausência de equipamentos básicos, como banheiros públicos, o que obriga os trabalhadores a permanecerem longos períodos sem acesso a condições mínimas de higiene. Tal situação impacta diretamente a saúde desses sujeitos, contribuindo para o surgimento de enfermidades recorrentes, como infecções urinárias, e reforça a percepção de que se trata de um trabalho fisicamente desgastante e socialmente desprotegido. Assim, a recusa em projetar essa ocupação como herança laboral para as próximas gerações

revela uma aspiração por trajetórias menos precarizadas e por formas de inserção no mundo do trabalho que garantam maior estabilidade, dignidade e proteção social.

Outro elemento marcante são os conflitos entre ambulantes pela disputa de espaço público. Luciana relatou:

Agradeço a Deus, depois a Seu Luiz, que foi um anjo, e à Márcia, nossa presidente. Hoje está mais calmo por conta dela, mas já levei três pauladas de ambulante aqui. A briga é por ponto, por cliente. Eu não aceito sair apanhada. Márcia sempre vem, conversa, intervém, porque senão a polícia chega. E para a prefeitura tirar a gente daqui é muito fácil. Precisávamos nos unir, mas é difícil: cada um por si, brigando por qualquer coisa. Complicado demais.

Esses conflitos são frequentes, pois a ocupação de espaço público implica em processos de territorialização. Tais conflitos, quando ocorrem, são frequentemente intermediados pela representante da associação, conforme relatado acima. A lógica que prevalece é a de que é preferível resolver as divergências internamente, entre os próprios trabalhadores, a acionar a segurança pública, considerando o agravante de que muitos exercem suas atividades em condição de irregularidade. Na região litorânea, os atritos aumentam devido à prática irregular da venda de pontos, que chegam a custar até cem mil reais. Isso favorece alguns em detrimento de outros, como no caso de uma dona de pousada que comprou o ponto em frente ao seu estabelecimento para atender hóspedes. Já Luciana e outros ambulantes permanecem no local há décadas, muito antes de a região se consolidar como destino turístico nacional.

3.2.1.2 “E eu tentei”: o impasse diante das condições objetivas para qualificação a profissional

A entrevista apresentada a seguir, realizada com Renato, um ambulante oriundo do sertão paraibano, aproxima-se da anterior ao evidenciar trajetórias marcadas pela precariedade e pela necessidade de inserção no trabalho informal como meio de subsistência. Contudo, diferencia-se por revelar uma relação distinta com o território e com as possibilidades de qualificação profissional: enquanto a entrevistada anterior constrói sua permanência na atividade a partir de disposições adquiridas no contexto migratório e de gênero, este trabalhador expressa o impasse entre o desejo de formação e as barreiras materiais que limitam o acesso à escolarização e à mobilidade social. A análise dessa narrativa contribui, assim, para compreender como diferentes capitais

simbólicos incidem na constituição das estratégias de reprodução no comércio ambulante e na consolidação de trajetórias desiguais dentro do mesmo espaço de trabalho.

Este tópico aborda a trajetória de Renato, homem de 48 anos, filho de agricultores, que migrou para a capital ainda na adolescência. A análise concentrou-se, principalmente, em compreender como as relações familiares, especialmente com um parente mais próximo, influenciaram sua atuação como ambulante. Após experiências em diferentes empregos, atualmente trabalha como ambulante na praia do Cabo Branco, alugando cadeiras e guarda-sóis e comercializando bebidas, como água de coco, cerveja e refrigerante.

A inspiração para o trabalho ambulante veio de um tio, que vendia bebidas na praia e o levava consigo durante as férias. A princípio, a experiência era vivida como diversão, mas acabou funcionando como aprendizado para sua futura inserção no comércio de rua:

Quem me inspirou nesse caminho foi um tio. Ele vendia bebidas em um carrinho na praia e me levava com ele nas férias. Foi ali que aprendi a me virar, a entender os melhores horários, os jeitos de chamar o cliente. Quando não tinha mais o que fazer, depois que perdi minha mãe e não consegui arrumar emprego com carteira, comprei um isopor com o pouco que tinha e voltei pra orla. Primeiro com bebidas, depois consegui umas cadeiras usadas pra alugar.

A influência familiar, embora não diretamente dos pais agricultores, foi decisiva. Seus avós, tanto paternos quanto maternos, enfrentaram dificuldades no campo, com trabalhos sazonais e rendas instáveis. Seus pais migraram para João Pessoa nos anos 1980 em busca de melhores condições, mas se inseriram em atividades igualmente precárias: sua mãe como lavadeira, faxineira e vendedora informal; o pai como servente de pedreiro, mas marcado pela ausência e pelo alcoolismo.

Nesse contexto, a figura materna assumiu papel central na criação e sobrevivência da família, o que moldou a percepção de Renato sobre trabalho e responsabilidade. Ele relata que, desde cedo, esteve exposto à lógica da sobrevivência diária:

Cresci nesse ambiente de sobrevivência diária, sem emprego fixo, sem garantia de nada. Meu primeiro dinheiro ganhei ajudando meu tio carregando cadeira na praia, quando tinha 15 anos. É acordar cedo, enfrentar sol de rachar, carregar peso, correr de fiscalização. Mas também é liberdade. Se eu me esforço, vendo. Se fico doente, não tem renda. É cruel, mas é direito.

A trajetória de Renato reflete a reprodução intergeracional da precariedade, marcada mais pela continuidade do que pela ruptura nas condições de inserção no trabalho. Ainda que houvesse, por parte de sua mãe, incentivo à permanência nos estudos,

as condições objetivas de vida impuseram limites concretos à continuidade de sua trajetória escolar. Aos 12 anos, ele abandonou a escola para ingressar precocemente no mercado de trabalho, assumindo a responsabilidade de contribuir para o sustento familiar após o adoecimento materno. Esse ingresso antecipado no mundo do trabalho não representou uma ruptura com a precariedade vivenciada pela geração anterior, mas antes sua reconfiguração sob novas formas, mantendo a centralidade do trabalho como estratégia de sobrevivência diante da ausência de políticas de proteção social. Assim, embora as ocupações desempenhadas por Renato ao longo de sua vida possam diferir daquelas exercidas por sua mãe, as condições estruturais que moldam sua trajetória, como a instabilidade, informalidade e responsabilização individual pela reprodução da vida, por exemplo, permanecem, evidenciando a persistência de padrões precarizados que atravessam gerações.

Meus pais não passaram da quarta ou quinta série. Nunca tiveram estudo, só sabiam trabalhar e lutar. Quando pequeno, minha mãe insistia pra que eu estudasse, dizia que não queria que eu terminasse como ela. E eu tentei. Eu gostava da escola, achava bonito quem sabia ler bem, escrever com letra bonita. Mas com o tempo, foi ficando difícil demais. Faltava caderno, uniforme, merenda. E quando minha mãe adoeceu, não teve jeito. Saí da escola com 12 anos pra começar a vender bala nos ônibus. Depois fui pra praia, vender pastel e água mineral com meu tio.

A expressão “E eu tentei”, recorrente e significativa na fala do entrevistado, sintetiza a tensão entre suas aspirações individuais e as limitações estruturais impostas por sua trajetória social. Em seu relato, observa-se que, embora o incentivo familiar à escolarização exista como tentativa de romper o ciclo do trabalho precário, as condições objetivas de vida restringem a concretização desse projeto. O exemplo cotidiano dos pais e de outros parentes inseridos em atividades informais, aliado à necessidade de contribuir para a renda doméstica, conduziu o entrevistado à inserção precoce no comércio ambulante, reproduzindo, ainda que de forma ressignificada, o padrão familiar de sobrevivência. Dessa maneira, sua experiência expressa a ambivalência entre a valorização simbólica do estudo e a força das determinações materiais, revelando como o capital cultural pretendido se choca com a urgência da subsistência - e como, apesar disso, o ideal da escolarização permanece sendo transmitido entre gerações como horizonte de mobilidade social.

Não desejo essa vida pra meus filhos. Quero que estudem, que tenham um diploma, que entrem num prédio com crachá. Que escolham.

Porque eu não escolhi nada, só sobrevivi. Hoje, olhando pra trás, vejo que minha vida piorou. Tudo ficou mais caro, e a renda não acompanha. Trabalho o dobro, ganhou a metade. Mas sigo. Porque parar não é uma opção.

Atualmente, Renato busca evitar que os filhos sigam sua trajetória. Ambos cursam o ensino superior, embora auxiliem no ponto em períodos de maior movimento. O ambulante conta com dois ajudantes fixos e o apoio da companheira. Sua única folga semanal, geralmente às terças-feiras, é destinada a tarefas domésticas e reposição de mercadorias. Nos momentos de lazer, que são escassos, dedica-se à família e à prática religiosa. Evangélico, atribui à fé a força para enfrentar as adversidades:

E oro, vou pra igreja sempre que dá. Sou evangélico, minha fé é o que me segura. Sobrevivi porque Deus quis e fez um milagre. Sem Jesus eu não iria conseguir. A gente aprende a falar com Deus como quem fala com um amigo, um patrão, um socorro. Já consegui muita coisa com oração, e Ele nunca me deixou cair de vez.

A pandemia de Covid-19 foi apontada como um dos períodos mais difíceis, marcada por fome, venda de bens pessoais e dependência de doações, em razão da ausência de políticas estatais efetivas de proteção. Nesse período, foi fundamental a atuação da representação coletiva, que, por meio de uma parceria com o ministério público federal, na pessoa do procurador José Godoy, conseguiu a doação de centenas de cestas básicas e outros materiais. Após realizar o devido levantamento e filtro dos beneficiários, a entidade organizou a distribuição periódica das doações, ajudando também o entrevistado. Tal vivência reforçou seu sentimento de invisibilidade social e descrença na política institucional:

Sobre política? Olha, todo ano tem promessa. Mas na prática, quem trabalha na rua é invisível. Somos tratados como empecilho, como sujeira que querem esconder. Só lembram da gente quando precisam da foto com o povo. O resto do tempo, é cada um por si. A gente se vira.

Apesar disso, Renato manifesta orgulho por seu trabalho e desejo de reconhecimento:

Se eu pudesse mudar alguma coisa, queria um ponto regularizado, com banheiro público, com guarda-sol decente e com apoio pra quem vive do turismo. Queria ter acesso a crédito pra melhorar minha estrutura. Queria que nos vissem como parte da cidade, não como problema.

A trajetória de Renato revela o entrelaçamento entre migração rural-urbana, trabalho precoce e perpetuação da informalidade. O impasse entre incentivo ao estudo e

necessidade de sobrevivência é central em sua narrativa, evidenciando os limites estruturais que impedem a mobilidade social. Seu caso ilustra o antagonismo entre a aparente liberdade do trabalho ambulante e a insegurança permanente que o acompanha, marcada pela ausência de direitos, instabilidade e sobrecarga física.

3.2.1.3 “*Empreendedora da praia*”: ambulante por opção

A entrevista que compõe este item foi realizada com Viviane, uma ex-trabalhadora formal que, após sucessivas rupturas em vínculos empregatícios, encontrou no comércio ambulante uma alternativa de reinserção no mundo do trabalho. Sua trajetória dialoga com as anteriores ao evidenciar a precariedade estrutural que perpassa o trabalho informal e a centralidade do território litorâneo como espaço de sobrevivência. Diferencia-se, contudo, pela presença de um capital cultural mais elevado e pela experiência prévia em ocupações formais, o que confere à entrevistada uma percepção reflexiva sobre a transição entre a estabilidade perdida e a autonomia relativa conquistada nas ruas. A análise desta narrativa permite compreender como a informalidade pode se constituir tanto como estratégia de resistência quanto como expressão das limitações impostas pela desproteção social e pela desvalorização do trabalho feminino no contexto urbano.

Viviane é uma ambulante que atua na região litorânea de João Pessoa com o aluguel de cadeiras e guarda-sóis, além da venda de bebidas e petiscos. Diferentemente de outros trabalhadores da mesma categoria, Viviane se define como “*empreendedora da praia*”, possui registro formal como MEI, estrutura ampliada (maior do que a atualmente permitida pela SEDURB-JP) e adota práticas de gestão como uso de CNPJ, máquina de cartão e recebimento via Pix. A trajetória dela evidencia o discurso empreendedor que atravessa a categoria, na qual os trabalhadores, ainda que submetidos a condições precárias de trabalho, passam a se identificar não apenas como autônomos, mas como empreendedores de si mesmos, concebendo-se como proprietários do próprio negócio e responsáveis exclusivos por seu sucesso ou fracasso.

Hoje trabalho na orla do Cabo Branco com aluguel de cadeiras e guarda-sóis, bebidas e alguns petiscos rápidos. Diferente de muito ambulante, consegui regularizar meu ponto com a prefeitura, tenho CNPJ como MEI, maquininha de cartão e até recebo Pix. Minha estrutura é maior: cerca de 40 cadeiras, 15 guarda-sóis e 2 freezers. Dá pra ganhar bem, principalmente na alta temporada. Em feriados, já faturei mais do que muita gente de carteira assinada. Mas também tem

dias fracos, porque a praia é imprevisível. Vim parar aqui por escolha e estratégia, não por falta de opção. Trabalhei em hotel, conheci o turismo, entendi como funcionava a orla, juntei dinheiro e investi. Hoje me considero empreendedora da praia.

Sua trajetória evidencia um rompimento com a lógica do emprego formal, marcado pelo episódio de sua separação conjugal. Natural de Campina Grande-PB, havia trabalhado em clínica e hotelaria antes de se estabelecer na capital, mas não encontrou nas funções formais a flexibilidade necessária para conciliar maternidade e sustento da família. A opção pelo trabalho ambulante foi, portanto, resultado de planejamento e estratégia, e não de improviso:

Decidi virar ambulante na praia de um jeito planejado, não no improviso. Fiz conta, juntei dinheiro, comprei guarda-sóis e cadeiras e me regularizei como MEI. Diferente dos meus pais, que nunca tiveram essa chance, transformei o trabalho informal em algo mais estruturado. Busquei autonomia pra mudar minha vida.

Ela reconhece que sua experiência com trabalho desde a adolescência, assim como o exemplo dos pais, influenciou sua trajetória. Apesar das dificuldades financeiras, conseguiu concluir o ensino médio, o que atribui à insistência materna. Segundo ela, a educação foi fundamental para que conseguisse empregos formais antes de se tornar ambulante, e poderia ter transformado ainda mais sua trajetória se tivesse cursado ensino superior.

Acredito que a educação abre portas e dá ferramentas. Se tivesse feito faculdade, poderia estar em um cargo melhor, com salário fixo, talvez até gerenciando um negócio próprio. Hoje, se eu conseguir fazer um curso, vai me ajudar a profissionalizar o que já faço: controle financeiro, negociação, marketing digital. O problema é que, pra muita gente como eu, o caminho é interrompido porque a vida cobra pressa: pagar aluguel, criar filho, sobreviver.

Esse reconhecimento da importância da escolarização aparece também em relação à filha de doze anos, para quem Viviane deseja uma trajetória diferente:

“Não quero que ela siga a mesma carreira. Me orgulho do meu trabalho, mas sei como é cansativo e instável. Quero que ela estude, vá pra faculdade, siga uma profissão com estabilidade e direitos. Se quiser empreender, que seja por opção, não por falta dela. Meu maior sonho é vê-la com mais oportunidades do que eu tive.

Embora, em seu discurso, Viviane se reconheça como empreendedora da praia e atribua à atividade significados associados à autonomia, à iniciativa individual e à capacidade de geração de renda, essa valorização não se converte no desejo de que a filha venha a reproduzir o mesmo percurso profissional. Ao contrário, a defesa da permanência

da filha na escola e a expectativa de acesso a outras formas de inserção no mundo do trabalho revelam o reconhecimento dos limites e das adversidades que marcam o comércio ambulante. Essa tensão evidencia que, ainda que o discurso do empreendedorismo funcione como estratégia simbólica de legitimação da própria atividade, ele não elimina a percepção das condições de instabilidade, desgaste físico e ausência de proteção social que atravessam o trabalho ambulante, reforçando a aspiração por um futuro menos precarizado para a próxima geração.

Além disso, o recorte de gênero é central em sua trajetória. Mãe e divorciada, Viviane não conseguiu permanecer em empregos formais com jornadas rígidas, o que a levou a criar alternativas próprias. É importante destacar a “escolha” mencionada pela entrevistada ao optar por trabalhar na região litorânea. Diferentemente do trabalho anterior, atuar na faixa de areia enquanto ambulante exige grande esforço físico e um alto nível de comprometimento, que vai muito além das tarefas diárias de montagem e desmontagem do local de trabalho, implicando uma dedicação intensa, ainda que ela própria a negue. Ela associa diretamente a transição para a informalidade ao fato de não encontrar condições de conciliar trabalho e maternidade.

Quando saí do hotel, foi porque não conseguia conciliar os horários com minha filha. Entreguei currículo em vários lugares, mas nada. Quando chamavam, era salário baixo ou jornada impossível pra quem tem filho pequeno. Foi nesse aperto que pensei: ‘Se ninguém vai me dar emprego, eu vou criar o meu.

Viviane destaca os principais desafios do comércio ambulante: instabilidade financeira, desgaste físico, altos custos de manutenção, insegurança e preconceito social. Este último, é enfrentado pelos ambulantes e reforça processos de desvalorização simbólica desse tipo de trabalho, contribuindo para sua marginalização no interior das dinâmicas econômicas e urbanas contemporâneas.

A instabilidade é a pior parte. Tudo depende do clima e do movimento. Se chove, acabou o dia. Também tem o desgaste físico: carregar cadeira, montar guarda-sol, lidar com sol e vento todo dia. Além disso, o custo de manter a estrutura é alto: uma cadeira quebrada ou um guarda-sol rasgado já são gastos extras. Mesmo regularizada, às vezes tem abordagem da fiscalização que gera tensão. E ainda tem o preconceito: tem gente que acha que ambulante é bagunça, quando na verdade somos nós que mantemos nosso espaço limpo e organizado.

Essa instabilidade é agravada pelas intervenções municipais e ações do MP-PB, que buscam restringir a ocupação da faixa de areia. Entre 2021 e 2024, foram firmados três TACs, dois deles limitando o aluguel de cadeiras e guarda-sóis, diretamente

impactando sua renda. Na avaliação da própria trajetória, Viviane aponta ganhos em autonomia e renda, mas perdas em estabilidade e segurança:

Melhorou porque hoje tenho mais autonomia, não dependo de patrão e consigo organizar meu tempo com minha filha. Mas piorou na estabilidade: antes tinha salário fixo e direitos, agora tudo depende do movimento. Vivo com dignidade, mas sempre com aquele pensamento: ‘E se amanhã não tiver cliente?’ O que eu queria mesmo era transformar esse trabalho em algo mais firme — tipo um quiosque fixo, com alvará definitivo, estrutura decente e até alguém pra me ajudar.

O caso de Viviane revela o modo como a narrativa do empreendedorismo se entrelaça com a realidade precária do trabalho ambulante. Apesar de adotar práticas de gestão e se autodefinir como empreendedora, enfrenta os mesmos limites estruturais que marcam a categoria: instabilidade, ausência de proteção social e insegurança. Sua fala evidencia o paradoxo entre autonomia e vulnerabilidade, ilustrando como o discurso do empreendedorismo mascara a precariedade das condições concretas de trabalho.

3.2.2 Ambulantes da região central

As entrevistas que compõem este item referem-se a trabalhadores e trabalhadoras atuantes da região central de João Pessoa, espaço historicamente consolidado como núcleo do comércio popular e marcado por disputas intensas em torno da ocupação do território urbano. Diferentemente da dinâmica observada na região litorânea, onde o trabalho ambulante se realiza sob condições de mobilidade constante e forte dependência da sazonalidade turística, no centro predominam pontos de venda fixos e relações mais estáveis com a clientela. Esse contexto, contudo, não elimina a precariedade: ele a reconfigura, expressando-a por meio da competição cotidiana por espaço, do controle municipal e da necessidade de negociação permanente com lojistas e agentes públicos. As narrativas que seguem permitem compreender como o território central, ainda que mais consolidado, reproduz desigualdades estruturais e impõe aos ambulantes estratégias próprias de resistência e legitimação do trabalho.

A análise das entrevistas revela trajetórias diversas, mas convergentes quanto à valorização simbólica do trabalho “por conta própria” como forma de autonomia e pertencimento. Em comum, os entrevistados expressam o reconhecimento de sua atividade como resultado de escolhas condicionadas por restrições materiais e pela ausência de alternativas no mercado formal. Ao mesmo tempo, suas experiências destacam a centralidade do espaço urbano como meio de reprodução social - seja pela

construção de laços com a clientela, seja pela reivindicação cotidiana do direito à cidade. Assim, as narrativas que serão examinadas a seguir evidenciam que, na região central, o trabalho ambulante assume características particulares: menos itinerante que o da praia, porém igualmente vulnerável, reafirmando a tensão permanente entre a informalidade e o desejo de reconhecimento social e econômico.

Nesse contexto, participaram das entrevistas José, que comercializa acessórios eletrônicos; Graça, que vende roupas e acessórios infantis; e Socorro, que atua na venda de água e pipoca. As trajetórias sociais desses ambulantes diferenciam-se em termos de origem, escolaridade e experiências anteriores de trabalho, mas convergem nas condições de precariedade que marcam o exercício da atividade no centro da cidade. Entre os principais desafios relatados estão as ameaças recorrentes de retirada dos ambulantes da área central, as apreensões de mercadorias em ações do Grupo de Remoção e Demolição (GRD), a longa jornada diária e a exposição constante às variações climáticas. Apesar dessas adversidades, seus discursos evidenciam um sentimento compartilhado de pertencimento e dignidade no trabalho que desempenham, revelando uma valorização simbólica da atividade e a permanência na rua como forma de resistência e de afirmação identitária.

3.2.2.1 “É duro, mas é meu”: entre a autonomia e a precarização do trabalho

A entrevista apresentada a seguir foi realizada com José, ambulante que atua na venda de acessórios eletrônicos na região central de João Pessoa. Sua trajetória evidencia a busca por estabilidade dentro de um contexto marcado pela informalidade e pela constante ameaça de remoção dos trabalhadores de rua. A análise dessa narrativa revela a construção de estratégias de permanência e adaptação diante da fiscalização municipal, bem como a valorização do trabalho autônomo como expressão de independência e competência profissional, mesmo em meio às condições precárias que caracterizam o comércio popular urbano.

Com 57 anos, ele é ambulante há mais de quatro décadas no centro de João Pessoa. Popularmente conhecido como “Nêguim” (apelido que recebeu ainda criança, apesar de ter pele clara, devido a possuir traços fenotípicos associados à população negra), nasceu e cresceu na capital paraibana, sempre residindo em bairros da zona sul, como Valentina e Mangabeira. A análise se deu a partir do seu trabalho enquanto ambulante desde criança

no mesmo espaço e com o mesmo público. Casou-se duas vezes, tem três filhos, atualmente está solteiro e mora com a mãe, que depende de auxílio governamental.

Sobre sua família, relata:

Meu pai faleceu tem uns cinco anos já. Foi por causa de um problema no coração... dessas coisas que o SUS demora pra cuidar direito, sabe? A gente ainda tentou correr atrás de exame, mas quando conseguiu, já era tarde. Já minha mãe ainda tá viva, graças a Deus. Moramos no Valentina, perto do batalhão. Tá mais fraquinha agora, por causa da idade, mas é danada, ainda quer varrer quintal e fazer café pra todo mundo e gosta muito de ir na igreja que é pertinho lá.

Ao longo de sua trajetória, José vivenciou proibições e apreensões de mercadorias, especialmente em períodos em que o centro da cidade era alvo de TACs. Com o tempo, a fiscalização deslocou-se mais fortemente para a região litorânea, em razão da visibilidade turística. Apesar disso, o centro permanece como espaço simbólico de concentração do comércio ambulante, sustentado pela cultura e pela tradição. Nesse contexto, ele compara gestões municipais e descreve experiências de violência:

Ah, hoje pode-se dizer que estamos no céu. Claro que tem seus problemas, as ameaças ainda aparecem vez ou outra, mas desde que essa gestão entrou que não fomos humilhados. [...] Na gestão passada a gente levou foi cacete com força. Eu mesmo perdi mais de 5 mil reais em produtos. [...] Um dia não esqueço mais nunca: a mulher que trabalha ali na frente implorando pra não levarem as coisas dela, deram um empurrão que a coitada se machucou. Horrível, não gosto nem de lembrar.

As experiências de proibição do comércio ambulante revelam-se traumáticas, chegando, em alguns casos, a resultar em mortes, conforme relatado pelas entidades representativas da categoria, as quais têm um papel fundamentação para apaziguação desses conflitos. Para além da instabilidade e da precariedade inerentes à atividade, a proibição constitui um fator agravante das condições de trabalho desse grupo, produzindo não apenas incertezas, mas também impactos na saúde física e mental dos trabalhadores. Trata-se de um trabalho profundamente desgastante, como o próprio entrevistado reconhece. Ao ser questionado como iniciou o trabalho ambulante, José relatou que começou ainda criança, ajudando um tio:

Rapaz, vou te dizer... não foi bem inspiração não, viu? Foi mais necessidade mesmo. A vida foi empurrando a gente. Como te falei, comecei ainda moleque, ajudando um tio que vendia pipoca ali perto da Lagoa. Ele deixava eu cuidar do carrinho enquanto ia almoçar, me dava uns trocados no fim do dia. Depois disso, vi que podia tirar um dinheirinho com meu próprio esforço. [...] Já na rua, o dinheiro não é certo, mas sou eu que mando em mim. Se quiser correr atrás, vende. Se quiser parar um pouco, para. Tem essa liberdade. É duro, mas é meu.

Essa noção de autonomia aparece com frequência nos discursos dos ambulantes, contrapondo a ausência de direitos formais à liberdade de “fazer o próprio horário”. O trabalho na região central caracteriza-se por uma jornada extensa, uma vez que é necessário acompanhar o fluxo de pessoas desde o início da manhã até o horário de pico no fim do dia, de modo a alcançar um público mais amplo e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de venda. E indo de contra ao período de pandemia de Covid-19, momento em que o entrevistado sofre diante de uma crise que também assolou a economia:

Quando começou a pandemia, as ruas ficaram vazias. Todo mundo com medo, comércio fechado, ninguém saía de casa. E pra quem vive do movimento da rua, isso foi o fim. Eu fiquei sem renda nenhuma. Não podia vender, não podia sair — e mesmo quando saía, não tinha quem comprasse. Passei meses parado. Tentei me adaptar, mas não tinha estrutura pra vender online, nem celular bom pra isso. Tive que vender alguns pertences, pedir ajuda pra vizinho, e viver de doações de igreja e cesta básica. Teve dia que eu comi só arroz com sal e agradeci a Deus mesmo assim. Além disso, veio o medo de pegar a doença. Eu tenho minha mãe idosa, então o medo de levar o vírus pra casa me deixava sem dormir. Mas também tinha o medo de não ter o que comer. Foi uma escolha cruel entre se arriscar ou passar fome. A pandemia mostrou que quem trabalha na rua é o mais esquecido. Não teve auxílio suficiente, não teve apoio da prefeitura, não teve plano nenhum pra gente. Quem é informal foi deixado pra trás. A gente sobreviveu — mas foi no modo guerreiro mesmo. E até hoje tô tentando recuperar o prejuízo.

Esse contexto foi decisivo para o comércio ambulante e deixou marcas que ainda ressoam. Enquanto alguns trabalhadores conseguiram se reinventar, outros perderam completamente seus meios de sobrevivência. Nesse sentido, observa-se também a presença de solidariedade entre os trabalhadores: aqueles que conseguiram manter-se economicamente ativos, ou que dispunham de outros meios de subsistência, acabaram prestando auxílio aos que se encontravam no momento mais crítico de suas vidas financeiras. Outro ponto de sua trajetória refere-se à escola:

Comecei a ajudar meu tio com uns 10 anos, mais ou menos. Era só de tarde, depois da escola. Ele confiava em mim, deixava eu cuidar do carrinho de pipoca enquanto ele almoçava ou ia resolver alguma coisa. Eu me sentia importante, sabe? Já tava metendo a cara na vida. Na época eu estudava sim, num colégio público ali perto de casa. Ia de manhã, voltava, almoçava correndo e já ia pra rua. Só que com o tempo foi ficando difícil manter os dois. A escola começou a pesar porque eu já tava querendo ganhar meu dinheirinho, comprar minhas coisas, ajudar em casa... Aí, com uns 14 anos, acabei largando. Parei no final do fundamental. Teve uma professora que acreditou em mim, que me incentivava. Lembro de uma chamada dona Cecília, que dizia: “Neguim,

você tem jeito pra aprender, só precisa de mais tempo”. Ela até me dava livro emprestado pra eu levar pra casa. Mas tempo era luxo. Entre estudar e vender pra botar arroz na mesa, eu ia pra rua. Então, a escola foi um espaço de aprendizado, sim, mas também de dor. Me fazia sonhar, mas me lembrava todo dia do quanto eu era diferente por causa da pobreza. E isso vai marcando a gente, viu?

Assim, a interrupção dos estudos esteve diretamente vinculada à necessidade de inserção precoce no mundo do trabalho, uma condição que atravessa sua trajetória até o presente e se expressa na opção pelo trabalho informal, em particular pelo comércio ambulante. Longe de configurar uma escolha meramente individual ou ocasional, essa inserção deve ser compreendida como uma estratégia de sobrevivência diante de um contexto marcado por desigualdades estruturais, restrições de acesso ao mercado formal de trabalho e ausência de políticas públicas capazes de garantir proteção social e continuidade educacional. Por fim, José reconhece os desafios diários de sua atividade:

Rapaz, as dificuldades são muitas. Trabalhar na rua é lutar contra tudo — e quase sempre sozinho. Primeiro, tem o sol e a chuva. A gente passa o dia exposto, sem cobertura, sem banheiro, sem lugar pra se proteger. Quando faz sol forte, é um castigo. Quando chove, é prejuízo, porque o movimento cai e o produto estraga. E não tem onde se esconder, não. Depois, tem a fiscalização. Tem dia que a prefeitura aparece e quer tirar a gente do ponto, mesmo sem dar alternativa. Já levei multa, já tive mercadoria apreendida. Eles tratam a gente como se fosse bandido, quando na verdade só queremos trabalhar honestamente. Outra coisa é a insegurança. A rua é perigosa. Já tentaram me assaltar, já vi colega sendo roubado em plena luz do dia. E a polícia? Só aparece quando é pra tirar a gente, não pra proteger. Também tem o preconceito. Tem gente que passa e nem olha na nossa cara, ou olha com desdém. Como se a gente fosse inferior por estar vendendo na rua. Isso machuca. Porque a gente trabalha duro, com dignidade, mas ainda assim é visto como “invisível”. E pra completar, tem a falta de apoio. Não tem crédito, não tem incentivo, não tem estrutura. Tudo que eu tenho conquistei com muito esforço, sem ajuda nenhuma do poder público. Então, apesar da liberdade, trabalhar na rua é um desafio diário. É acordar e saber que tudo depende só de você — e que qualquer coisa pode dar errado.

É perceptível que, embora manifeste grande orgulho por ter “escolhido”, ainda na infância, tornar-se ambulante, o entrevistado reconhece as inúmeras dificuldades que atravessam o cotidiano nas ruas. O sentimento de liberdade e autonomia, frequentemente reiterado como uma das principais vantagens do trabalho informal, aparece em tensão constante com a instabilidade e as privações que caracterizam essa forma de ocupação. Ao mesmo tempo em que afirma “trabalhar com liberdade”, ele menciona a exaustão física, a insegurança diante da fiscalização, as intempéries climáticas e a ausência de direitos trabalhistas básicos. Tal ambiguidade revela uma dimensão complexa do discurso

da liberdade: trata-se, muitas vezes, de uma liberdade forjada na necessidade, marcada pela falta de alternativas formais de inserção no mercado de trabalho. Assim, o orgulho de “não ter patrão” convive com a consciência de que a sobrevivência depende do esforço diário, da resistência e da solidariedade entre os que partilham o mesmo espaço nas ruas do centro da cidade.

3.2.2.2 “*A vida virou de cabeça para baixo*”: a passagem do trabalho formal para o comércio de rua

A entrevista apresentada neste item foi realizada com Graça, uma trabalhadora que vivenciou a transição do trabalho formal para o comércio ambulante, processo que revela tensões entre a perda de estabilidade e a busca por autonomia. Em comparação com a narrativa anterior, observa-se a permanência da precariedade como marca central das trajetórias analisadas, mas também a emergência de sentidos distintos atribuídos ao trabalho: se, no caso anterior, prevalecia o reconhecimento do ofício como conquista pessoal dentro dos limites da informalidade, aqui se evidencia o impacto subjetivo da ruptura com o emprego formal e as estratégias mobilizadas para reconstruir a identidade laboral em um contexto de desproteção. A análise dessa entrevista permite compreender como a experiência da instabilidade reconfigura expectativas e redefine o valor simbólico do trabalho, revelando as fronteiras permeáveis entre a formalidade perdida e a informalidade assumida como alternativa possível de sobrevivência.

Com 54 anos, ambulante há cerca de 14 anos, com formação técnica em administração e mais de uma década de experiência no serviço público, difere da trajetória de José, ainda que ambos atuem no mesmo espaço. Apesar de a ambulante ter tido acesso à educação, inclusive entre os próprios responsáveis, sua trajetória culminou igualmente no trabalho informal, indicando que a escolarização, nesse caso, não se traduziu em oportunidades de inserção no mercado formal. Essa diferença manifesta-se desde a infância: diferentemente da trajetória de trabalhadores oriundos de famílias com baixa escolaridade - cujos pais possuíam, em geral, apenas o ensino fundamental e exerciam ocupações como pedreiro ou empregada doméstica -, Graça cresceu em um contexto familiar com maior capital cultural. Seus pais possuíam níveis de instrução mais elevados e sua mãe atuava como professora dos anos iniciais do ensino fundamental, o que contribuiu para a constituição de disposições distintas em relação à educação e ao

trabalho, posteriormente refletidas em suas estratégias de inserção no comércio ambulante.

Meu pai era um homem sério, mais na dele, mas muito trabalhador e honesto. Trabalhava como fiscal de transporte na antiga ENFESA, e depois passou a trabalhar em órgãos do governo estadual, sempre na área de apoio. Não era muito de conversar, mas ensinava com o exemplo. Era o tipo de homem que falava pouco, mas quando falava, a gente ouvia. Minha mãe, essa sim era o coração da casa. Foi professora primária por muitos anos, e também dava aula de reforço na própria sala de casa. Era ela quem cuidava de tudo: da casa, dos filhos, da educação, da comida, da nossa cabeça. Era firme, mas muito amorosa. Me ensinou desde cedo a ler, a escrever e, principalmente, a me manter de pé mesmo nos momentos difíceis. Fui criada por eles dois, dentro de uma casa onde educação era quase religião. A gente não tinha luxo, mas tinha rotina, cuidado e cobrança. “Você pode não ter muito, Lourdes, mas tem que ser decente, tem que se virar”, ela dizia.

Ao falar sobre sua família nuclear, ela menciona as irmãs, ambas professoras, sendo uma da educação básica e outra de uma faculdade particular, e o irmão, que trabalhou por muitos anos como motorista de ônibus e atualmente atua como motorista por aplicativo, além de realizar fretes. Sua própria trajetória também esteve inicialmente vinculada ao trabalho formal: exerceu por um longo período a função de auxiliar administrativa na Secretaria de Meio Ambiente do Estado, mas foi exonerada com a mudança de gestão. Em seguida, dedicou-se por cerca de cinco anos exclusivamente ao cuidado da filha. Nesse mesmo período, enfrentou a ruptura conjugal, marcada pela traição do marido, que deixou o lar e a responsabilidade integral da criança sob seus cuidados.

Por mais de 10 anos tive uma vida considerada “organizada”: casa, salário fixo, plano de saúde, filha na escola particular. Nesse sentido, a minha trajetória seguiu o modelo que meus pais defenderam — o da formalidade, da estabilidade, do respeito pelo trabalho. Mas depois, a vida virou de cabeça pra baixo. Passei por um divórcio muito difícil, perdi o emprego quando acabou o contrato temporário e, com mais de 40 anos, me vi sozinha, com uma filha pra sustentar e sem conseguir me recolocar no mercado formal. Fiz de tudo: vendi cosmético, tentei dar aula de reforço como minha mãe fazia, mas não dava pra manter a casa.

A formação profissional de Graça e suas experiências anteriores configuram um percurso distinto até a chegada ao comércio ambulante. Nesse trabalho, encontrou de fato uma saída para enfrentar o desemprego enquanto precisava cuidar da filha pequena. Ao narrar sua trajetória, relembra com orgulho a história dos pais, especialmente da mãe, e expressa a sensação de que, mesmo sem ter seguido o caminho do magistério, continua a honrar o legado de trabalho e dignidade transmitido pela família:

Ela sempre dizia: “Se a vida apertar, você se reinventa. Mas nunca perde a honestidade.” Ela mesma, além de professora, costurava e vendia marmita quando a aposentadoria atrasava. E nunca via isso como rebaixamento. Dizia que era “trabalho digno, e ponto final”. Então, quando eu me vi sem emprego e sem alternativa, me lembrei do que ela fazia — e decidi montar minha banquinha. Na minha família, mesmo sendo gente simples, sempre teve essa ideia de que trabalho é honra, mesmo que o caminho mude. Então quando virei ambulante, foi esse valor que me sustentou: trabalhar com dignidade é mais importante do que manter aparência. E até hoje, quando monto minha banquinha cedo no centro, sinto que não estou traindo a história da minha família — estou, de certa forma, dando continuidade, mas adaptada à minha realidade.

Por sua forte relação com a escola desde a infância, ao ser questionada sobre a própria escolaridade, a entrevistada aprofundou o tema e trouxe diversas reflexões sobre sua formação. Reconhece a importância dessa base, que hoje lhe permite organizar a banca, administrar as finanças e atender bem os clientes. No entanto, também problematiza o fato de que, quando mais precisou de um emprego, precisou recorrer às ruas, momento em que, como afirma, “o peso do diploma não resolveu”. Nesse sentido, a condição de ambulante aparece para Graça como uma saída possível diante das circunstâncias objetivas que lhe foram impostas.

Minha trajetória de vida é de reinvenção e resistência. Eu venho de uma família que acreditava no estudo, que valorizava o trabalho com carteira, o diploma, o caminho “certinho”. E eu segui esse rumo por um bom tempo. Mas a vida, como ela é, não respeita só a nossa vontade. Fui empurrada pra rua por um sistema que descarta mulheres maduras, que não acolhe mães solas, que não garante estabilidade nem pra quem se esforça. E lá na rua, redescobri meu valor. Montei minha banquinha, conquistei meu espaço, fiz do que sobrou um recomeço. Trabalhar como ambulante me ensinou que trabalho digno não tem uniforme, nem crachá — tem suor, coragem e olhar firme. Que vender na rua é, sim, trabalho. Que atender com respeito, acordar cedo, enfrentar sol, insegurança e preconceito é mais do que vender meias — é manter a dignidade viva. Eu não romantizo a rua, não. Ela é dura, desigual, perigosa. Mas ali eu me reencontrei como mulher, como mãe, como gente. E tudo que eu peço é que a sociedade reconheça nosso esforço, e que a política um dia enxergue que a cidade só funciona porque tem gente como a gente segurando-a por baixo.

De fato, o comércio ambulante integra a economia local, como ficou evidenciado ao longo da pesquisa. Entretanto, as condições de precariedade que afetam o grupo persistem. Assim como o entrevistado anterior, Graça destacou dificuldades semelhantes, acrescentando, porém, um agravante: o assédio. Em seu relato, mencionou a abordagem de um homem visivelmente embriagado, que primeiro questionou os valores de seus

produtos e, em seguida, insinuou quanto custaria para sair com ela. Nesse momento, outro ambulante interveio e, antes que a situação evoluísse para violência, colegas que trabalhavam nas proximidades se uniram para conter o conflito. Essas experiências, percebidas por ela em seu cotidiano de trabalho, influenciam diretamente sua reflexão sobre o futuro de sua filha:

Sendo bem sincera? Não. Não gostaria que minha filha seguisse o mesmo caminho que eu segui. Não porque me envergonho do que faço — pelo contrário. Sou muito orgulhosa de ser uma trabalhadora honesta, que acorda cedo, monta sua banca, encara sol e chuva, e sustenta a casa com dignidade. Mas eu sei, na pele, o quanto é cansativo, instável e invisível ser ambulante. A cada dia, a gente começa do zero. Não tem férias, nem descanso garantido, nem segurança nenhuma. Minha filha hoje tem 19 anos, está terminando o ensino médio e sonha em fazer Psicologia. Eu apoio com todas as forças. Se ela quiser trabalhar, que seja com um diploma na mão, com salário fixo, com direitos, com possibilidade de crescer sem depender só da força do corpo. Quero que ela tenha escolha — coisa que, pra mim, faltou quando a vida me apertou. Se um dia ela quiser empreender, tudo bem. Mas que seja por vontade, não por falta de opção. Que ela possa olhar pra rua com respeito, não com necessidade. Eu trabalho na informalidade porque foi o que restou — não quero que ela tenha que aceitar o que sobra. Quero que ela vá atrás do que merece. Então, com todo o carinho: quero um futuro diferente pra ela. Menos peso e mais possibilidade. Isso é o que mais me move hoje em dia.

No entanto, ao analisar sua fala, percebe-se uma constante contradição entre a valorização do diploma e a realidade de trabalhar na informalidade. A entrevistada reconhece a importância da educação como símbolo de prestígio e possibilidade de ascensão social, mas sua experiência concreta revela os limites dessa promessa. A transição do emprego formal para o comércio ambulante deixou marcas profundas em sua trajetória, evidenciando um sentimento de frustração e deslocamento diante da perda do status associado ao trabalho com registro. O retorno à rua é descrito não apenas como uma estratégia de sobrevivência, mas também como uma experiência de desvalorização social, em que o esforço escolar parece não ter se convertido em capital simbólico ou econômico. Assim, embora reafirme a crença na educação como caminho de mudança, ela expressa, simultaneamente, o desencanto com um sistema que não garante mobilidade real, levando-a a admitir que, se tivesse oportunidade, deixaria a ocupação atual em busca de um trabalho mais reconhecido e estável.

Sim, pretendo. Se surgisse uma oportunidade com carteira assinada, salário justo, respeito e flexibilidade mínima pra conciliar com minha vida de mãe, eu toparia. Mas hoje, pra eu sair da rua, teria que ser por algo realmente melhor — e não só mais uma ilusão de estabilidade.

Enquanto isso, continuo firme, e sigo tentando profissionalizar meu trabalho na rua. Penso até em abrir um MEI e, quem sabe, montar uma lojinha pequena, coberta, com mais estrutura. Porque mudar, eu quero. Mas não pra voltar a depender do mesmo sistema que me descartou quando eu mais precisava.

Esse discurso aparece em algumas falas de ambulantes, mas não representa a maioria observada. A regularização, por meio da abertura de um MEI, exige não apenas o registro formal, mas também uma série de responsabilidades financeiras adicionais, como o aluguel de um ponto comercial e a contratação de funcionários regularizados. Isso eleva os custos da atividade, enquanto o aumento do lucro permanece apenas uma possibilidade incerta. Soma-se a isso o fato de que parte dos ambulantes recebe algum tipo de benefício social, o que inviabiliza a formalização via CNPJ. Em um contexto de crise econômica agravada pela pandemia, abrir uma empresa representa ainda mais riscos. O que se tem observado, conforme evidenciado na pesquisa, é justamente o movimento inverso: muitos empresários encerrando seus estabelecimentos formais e recorrendo às ruas para comercializar seus produtos, o que contribui para o crescimento do comércio ambulante e para a ampliação do grupo, sobretudo se tratando da região central onde os imóveis permanecem com os aluguéis caríssimos, mas o descaso e abandono dessa zona por parte da gestão faz com que o movimento comercial diminua cada vez mais.

3.2.2.3 “*Conseguí depois de véa*”: a condição de escolaridade tardia e a manutenção do trabalho precário

A entrevista analisada neste item apresenta a trajetória de Socorro, uma trabalhadora que, ao longo da vida, acumulou experiências marcadas pela descontinuidade educacional e pela inserção precoce no mercado de trabalho. Sua narrativa guarda semelhanças com as anteriores ao revelar a permanência da precariedade e da informalidade como condições estruturantes da vida laboral, mas distingue-se por evidenciar os efeitos de uma escolarização interrompida e pela ausência de oportunidades que pudessem favorecer outras formas de inserção. Aqui, a informalidade aparece como destino naturalizado, resultado de desigualdades sociais e educacionais acumuladas desde a infância. No entanto, diferentemente de alguns trabalhadores da região litorânea, cuja atuação se relaciona a fluxos turísticos e rendas sazonais, a experiência dessa ambulante, situada no centro da cidade, está vinculada à constância de um comércio cotidiano de baixa rentabilidade, que exige presença diária e longas jornadas. Essa diferença territorial

reforça como as condições de trabalho se configuram de modo diverso entre as regiões, revelando distintas estratégias de enfrentamento e permanência na informalidade. A análise dessa entrevista permite, portanto, compreender como o território molda as experiências laborais e como, mesmo em contextos desiguais, persistem formas de resistência e sobrevivência sustentadas pela continuidade do trabalho nas ruas.

Socorro tem 49 anos e é uma trabalhadora ambulante que, ao longo de sua trajetória, buscou construir uma carreira no mercado formal. Mesmo iniciando os estudos em idade adulta, concluiu o ensino médio por meio do programa de educação de jovens e adultos (EJA) e trabalhou durante anos em uma fábrica nacional. No entanto, o desenvolvimento de uma doença por esforço repetitivo interrompeu essa trajetória, levando-a, sem alternativas, a retornar ao comércio de rua como forma de garantir sua subsistência. Filha de feirantes já falecidos, começou a ajudá-los desde cedo. Em seu relato, evita afirmar que trabalhou quando criança e, por vezes, chega a dizer que não se lembra bem das vivências desse período, tanto na infância quanto na adolescência. No entanto, em determinado momento da entrevista, ao ser questionada sobre o grau de escolaridade, revelou:

Terminei o ensino médio, consegui depois de véa, agora pouco. Na adolescência tinha estudado só até a quarta série. Meu pai queria que a gente trabalhasse porque ele era bem rígido. Ai, quando a gente ia pro colégio, ele não deixava. Quando a gente chegava em casa, ele não deixava a gente fazer as tarefas e ir estudar. Era pra ir trabalhar. Aí eu estudava e parava. Acabei reprovando algumas vezes e depois desisti de vez. Fiz o EJA lá perto de casa, terminei tem uns 3 anos. Minha vontade sempre foi estudar pra polícia, mas agora depois de velha tenho cabeça não. Chego em casa cansada do trabalho, a mente já não funciona mais direito.

Nesse relato, torna-se perceptível tanto as dificuldades de acesso à escola enfrentadas pela entrevistada desde a infância quanto a necessidade de trabalhar precocemente. Filha de feirantes atuantes na cidade metropolitana de Santa Rita (onde a mãe vendia panos de prato e o pai sacolas de feira), Socorro buscou, ao longo da vida, inserir-se em empregos formais, uma vez que o vínculo de carteira assinada era, à época, socialmente mais valorizado em comparação ao trabalho nas ruas. Atualmente, trabalha no Parque da Lagoa com a venda de pipoca e água mineral, mas antes disso exerceu funções em duas fábricas, sendo que na última adquiriu um problema de saúde:

Essa última que trabalhei, a Indaiá, eu peguei uma dor na coluna. Era muita dor. Eu ia pro médico pegar um atestado porque eu não conseguia nem me levantar da cama. Aí com um tempo depois de colocar muito atestado me colocaram pra fora. Saí sem direito a nada. Procurei um

advogado, coloquei na justiça, no INSS de lá de Santa Rita mesmo, a moça disse que eu não tinha direito a nada. O advogado depois deixou a causa porque achava que era pra eu me aposentar. Agora coloquei de novo no INSS daqui, estou esperando ser chamada pra perícia. Faz tempo, mas eu vou atrás, vou desistir não, porque saúde eu não tenho mais na coluna pro resto da vida.

Com as alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), implementadas em 2017, a busca dos trabalhadores por seus direitos tornou-se mais difícil, inclusive no âmbito judicial. Essa mudança impactou diretamente a trajetória de Socorro, que, enquanto trabalhava em uma empresa, desenvolveu problemas de saúde decorrentes de esforço repetitivo. Devido às fortes dores, precisou se ausentar e acabou sendo dispensada, permanecendo até hoje sem acesso aos direitos trabalhistas e com a saúde comprometida. Nesse contexto, retornou às ruas, passando a atuar novamente como ambulante.

Vim para cá acho que faz uns sete anos. Foi assim que saí da Indaiá, uma amiga me chamou: porque tu não vem pra Lagoa vender água e pipoca? Ai eu vim, na época foi até um bombado que disse pra eu ficar ali no canto, eu ficava perto de Carioca, mas uma vez deu confusão até de parasita ele me chamou porque disse que eu ficava na minha parada. E desde que cheguei aqui fico na minha mesmo pra não arrumar confusão. Depois disso fui pra aquela outra parada que estou até hoje. Ai fui ficando e estou aqui, hoje esse é meu trabalho.

O espaço onde Socorro trabalha, especificamente no Parque da Lagoa onde a venda de pipoca e água mineral é comum, é marcado por constantes conflitos. Isso porque, após a reforma realizada há alguns anos, muitos ambulantes e até mesmo comerciantes foram expulsos de seus locais de trabalho. Com a redução da área disponível, o espaço atual comporta poucos trabalhadores, o que intensifica as disputas entre eles. A própria entrevistada relatou já ter sofrido até ameaças de morte, motivo pelo qual prefere evitar vínculos mais próximos ou amizades no local.

Aqui é muito difícil e humilhante. Você mesmo viu hoje quando chegou a briga entre a irmã e a menina do açai, até sangue tirou da outra num foi? Aquilo ali é direto. Tem dia que só para quando a polícia chega. Ai depois começa de novo. Complicado demais viu. Os novatos querem humilhar a gente, serem donos daqui e expulsar todo mundo. Eu prefiro evitar, ficar até longe porque não sei nem quem são, pode ser perigoso, de comando essas coisas, porque até ameaça de morte já levei aqui. É porque eu preciso mesmo, mas ser humilhante é demais viu.

No que se refere aos conflitos observados na região central, especificamente, foi possível registrar, durante o trabalho de campo, relatos sobre a imbricação entre o

comércio ambulante e a presença de pontos de tráfico de drogas, situados nas proximidades conhecidas como “cracolândia”. Identifica-se, nesse contexto, uma relação indireta entre o tráfico e a organização do comércio ambulante, uma vez que ambas as atividades compartilham o uso do espaço público de forma considerada, sendo uma ilegal e outra à margem da regulamentação estatal. Essa sobreposição de práticas gera tensões cotidianas que impactam tanto a dinâmica do território quanto a imagem social dos trabalhadores informais.

Em muitos desses casos, tais conflitos são mediados pela representação coletiva da categoria, que atua no sentido de preservar a convivência pacífica no território e de evitar a associação direta dos ambulantes com atividades ilícitas. Essa mediação, no entanto, ocorre em um contexto no qual a presença do Estado se manifesta de forma predominantemente repressiva e seletiva, incidindo com maior intensidade sobre o comércio ambulante do que sobre outras práticas ilegais que coexistem no mesmo espaço. As ações estatais, frequentemente materializadas por meio de fiscalizações, apreensões de mercadorias e abordagens coercitivas, tendem a recair sobre os trabalhadores informais, reforçando processos de criminalização da pobreza e de estigmatização do trabalho ambulante. Dessa forma, embora o Estado esteja presente nesses territórios, sua atuação não se orienta pela garantia de direitos, pela oferta de infraestrutura ou pela construção de alternativas de regulação inclusiva, mas pela lógica do controle e da repressão, contribuindo para a intensificação das tensões cotidianas e para a reprodução das desigualdades que marcam o uso do espaço público.

Voltando para análise da entrevista, a relação de Socorro com sua família de origem favoreceu seu retorno ao comércio de rua, somadas às condições precárias que enfrentou no trabalho formal e à falta de escolaridade. Aos 24 anos, deixou a casa dos pais para morar com o atual companheiro, após apenas quatro meses de namoro. Embora não tenha afirmado diretamente durante a entrevista, a análise de sua trajetória indica que sua saída de casa coincidiu com a entrada na fábrica. Nesse sentido, a rigidez do pai, mencionada por ela, parece ter se estendido até a vida adulta, quando decidiu constituir relação amorosa com o companheiro.

Durante o trabalho de campo, também foi possível acompanhar períodos em que Socorro se afastou da atividade ambulante para acompanhar o companheiro em internações decorrentes da dependência química, embora ele a apoie quando se encontra em fase de estabilidade. Socorro não teve filhos, mas criou um sobrinho, hoje com onze anos, a quem considera como afilhado.

Ele me chama de tia mesmo. Mas é como se fosse meu filho. A mãe dele mora lá perto, mas ele vive comigo. Hoje não que já tá um rapaz, quando tá de férias ele até vem me ajudar aqui não sei se você já viu ele. Mas eu não quero isso pra ele não, jamais. Ele quer ser policial também, mas eu incentivo. Digo direto a ele que estude, não presta pra ficar direto em TV e celular não. Que eu sempre vou tá do lado apoiando, tenho uma sobrinha também que ajudei a criar, eu só presto pra cuidar de sobrinho. Hoje ela é policial e está fazendo faculdade pra odontologia. Aqui é de onde eu tiro nosso sustento, ele me vê com dinheiro assim, às vezes quer também trabalhar, mas eu não deixo. Isso aqui é muito humilhante e ele pode ser policial sim, basta estudar que oportunidade tem pra isso.

Socorro não tem filhos, mas deseja deixar aos sobrinhos o legado que ela própria não teve: a oportunidade de estudar e concluir uma formação, de preferência na carreira policial, que também era seu sonho. Apesar das dificuldades vividas no emprego formal, reconhece que o trabalho nas ruas é marcado pela precariedade e, em seu caso, também pela ameaça constante. No momento da entrevista, seu companheiro encontrava-se internado em outro estado, já que, na Paraíba, o tratamento é oferecido apenas na rede particular e possui um custo muito elevado.

Ele agora está internado e está cada vez mais difícil de nos vermos. Naquela época que você me ajudou ele melhorou, mas depois teve outra recaída e agora sem dinheiro teve que ir para lá. O cartão do benefício dele está empenhado, o cara lá disse que ia devolver agora em novembro quando fui pegar disse que o acordo foi com ele e que faltava mais três meses. Ele tá lá internado não pode nem resolver, disse que eu esperasse esses três meses mesmo. Eu não entendo a pessoa com casa com tudo e não sai dessa. Não sei até quando irei aguentar porque gosto, mas é muito difícil todo mundo sofre junto né. E eu não tenho nem como ver ele direto. O rapaz tá cobrando \$300 reais para me levar e eu trabalhando sozinha aqui. Ele ainda me ajudava quando tava bom, a gente tava com dois pontos, ele sai pra vender andando, mas agora eu sozinha é cada vez mais difícil.

A história de Socorro remete à prática do trabalho familiar nas ruas, algo bastante comum entre os ambulantes. No momento da entrevista, embora estivesse sozinha em sua banca, contou que o marido também a acompanha em alguns períodos, de modo que a renda familiar é construída a partir da venda de produtos no espaço público. Em seu discurso, ganham destaque sobretudo os conflitos territoriais entre os próprios ambulantes, mais do que os enfrentamentos com o poder público responsável pelo ordenamento do espaço. Isso se explica porque a atuação estatal varia conforme a gestão, e, no período da pesquisa, a administração vinha mantendo mandatos consecutivos e estabelecendo uma relação mais parceira com a representação da categoria. Já os conflitos entre trabalhadores são recorrentes, não apenas no Parque da Lagoa, mas também em

outras áreas de grande movimento, que acabam se configurando como espaços de disputa constante entre os ambulantes.

3.2.3 Ambulantes de festejos e eventos

Este tópico aborda as trajetórias de três ambulantes que atuam predominantemente em festejos e eventos na cidade de João Pessoa e em municípios vizinhos. As entrevistas, realizadas em suas residências, revelam um grupo caracterizado pela mobilidade e pela multiplicidade de ocupações ao longo da vida laboral. Diferentemente dos trabalhadores das regiões litorânea e central, cuja rotina depende de um ponto fixo e de fluxos cotidianos, os ambulantes desta área constroem suas estratégias em torno da sazonalidade e da circulação entre diferentes espaços e públicos. Essa condição lhes impõe incertezas, mas também lhes confere relativa autonomia na organização do tempo e das atividades, configurando um modo particular de inserção na informalidade.

As narrativas analisadas indicam que o trabalho ambulante em eventos tende a coexistir com outras formas de ocupação, muitas vezes simultâneas, o que amplia a carga horária e intensifica o desgaste físico. Ainda assim, os entrevistados expressam um sentimento de pertencimento à atividade, marcado por valores como esforço, persistência e “orgulho de trabalhar”. De modo geral, as entrevistas deste tópico permitem compreender as diferentes motivações e percursos que conduzem à informalidade nesse tipo de território. Em especial, as trajetórias analisadas revelam a complexidade do trabalho informal em contextos de eventos, por, simultaneamente serem marcados por precariedade e pela possibilidade de agência, contribuindo para evidenciar como o território, a temporalidade dos eventos e as biografias individuais se entrecruzam na construção de modos diversos de ser ambulante.

3.2.3.1 “Já cheguei a ter quatro”: a sobrecarga de trabalho em busca de renda

A entrevista de Francisco evidencia a rotina exaustiva e o esforço contínuo característicos do trabalho ambulante em festejos e eventos. A narrativa ilustra as longas jornadas, a instabilidade das oportunidades e a necessidade de mobilidade constante para garantir a renda, aspectos que contrastam com as experiências de trabalhadores das regiões litorânea e central, mais ligados a pontos fixos e fluxos cotidianos de venda. A

análise revela como a dinâmica intermitente dos eventos reforça a precariedade, mas também mobiliza formas específicas de organização do tempo e do trabalho, sustentadas pela disposição para o esforço físico e pela busca por autonomia diante da ausência de estabilidade.

Francisco é um trabalhador que pode ser caracterizado como polivalente tendo em vista que atua como trabalhador noturno tanto na segurança pública quanto no comércio de rua. Mais conhecido entre os ambulantes como Chicó, tem 44 anos e atua há cerca de quatro anos em festejos e eventos na cidade de João Pessoa, além de participar de alguns festejos no interior. Paralelamente, trabalha há aproximadamente onze anos como vigilante em uma escola pública, com vínculo contratual. Desde o início da entrevista, chamou atenção a curiosidade de compreender por que apenas recentemente ele “escolheu” tornar-se ambulante, uma vez que:

Eu sou paranaense. Vim pra cá com dois anos de idade quando meu pai saiu do trabalho na usina. Minha mãe já era comerciante lá, só meu pai que não. Viemos para cá e aí abriram um comércio no Mercado Central. Dormíamos embaixo da barraca eu e minhas duas irmãs. Nascemos no comércio. Meu pai hoje é aposentado pelo Estado, minha mãe faleceu há uns dois anos. Só quem seguiu essa vida de comércio fui eu. Tem mais um irmão adotivo em São Paulo, mas não tenho muito contato. Só minhas duas irmãs que moram aqui, mas seguiram outros rumos, uma está se formando agora em Direito.

Logo no início da entrevista, surgiu o questionamento sobre por que Chicó passou 40 anos de sua vida em diferentes empregos e não no comércio de rua, apesar de ter sido criado em meio ao trabalho dos pais no comércio, situação que remete à trajetória de Socorro, filha de feirantes que só ingressou no trabalho de rua aos 37 anos, após ficar desempregada. Essa recorrência de trajetórias revela a presença de disposições às atividades do comércio de rua, constituídas a partir da experiência familiar e da socialização cotidiana no trabalho dos pais. Ainda que Chicó e Socorro não tenham ingressado imediatamente nesse tipo de atividade, o convívio prolongado com o comércio feirante contribuiu para a internalização de disposições práticas, como o domínio das dinâmicas de venda e a negociação direta com o público, por exemplo. Tais disposições, incorporadas ao longo da infância e juventude, permaneceram como um capital prático disponível, acionado em contextos de instabilidade ou ruptura no mercado formal. Dessa forma, o retorno ao comércio de rua em fases mais tardias da vida não configura uma escolha abrupta, mas a ativação de um repertório de saberes e percepções previamente

constituídos, que orienta as possibilidades de ação e torna essa inserção socialmente plausível e objetivamente viável diante das condições estruturais enfrentadas.

Ao longo de sua trajetória, Chicó exerceu diversas ocupações, como garçom, promotor de vendas e estoquista. Ele mesmo recorda que, desde a adolescência, sempre acumulou mais de um emprego para conseguir suprir suas despesas.

Já cheguei a ter quatro. Sempre trabalhei demais. Saía de um e entrava em outro. Conciliava os horários para poder receber em mais de um canto. Sempre gostei de trabalhar. O que pega é o patrão querer mandar na gente, mas aí a gente vai levando. Passei toda a vida assim, só agora depois da pandemia que criei coragem e me tornei ambulante. Na verdade, foi na época que os empregos foram ficando difíceis. Porque eu já cheguei a trabalhar como promotor de vendas em 17 lojas. Com a pandemia caiu bastante. Aí foi nessa época que um colega meu, amigo da família, perguntou se eu não queria as coisas dele emprestadas, os equipamentos né porque ele tava saindo do ramo. Eu disse: rapaz, quero sim, sendo emprestado mesmo, porque não tenho dinheiro para pagar agora. Então fui e fiz a primeira festa, fiz a segunda... Quando vi tava com o dinheiro de pagar a ele e ainda com lucro. Tomei gosto e estou como ambulante até hoje. Me faltava só coragem porque sempre tive vontade, mas ele me deu esse empurrãozinho e agora estou aqui.

Durante a entrevista, Chicó comentou que, embora sempre tenha trabalhado em contato com pessoas, sentia falta da negociação e do convívio direto com o comércio, como vivenciava na infância ao lado dos pais. Atualmente, é casado, tem duas filhas e um neto, mas mantém intenso convívio com a família de origem. Além de residirem próximos, após o falecimento da mãe ele procura estar frequentemente ao lado do pai. No decorrer da entrevista, o próprio pai participou e afirmou sentir orgulho do filho pela coragem, considerando que se trata de um trabalho pesado e nada fácil. Em seu discurso, o entrevistado reconhece essa realidade, mas também expressa orgulho pela “escolha”:

Porque o trabalho formal hoje em dia não dá pra viver, a pessoa recebe tão pouco e não dá pra se manter não. Você tem que ter dois, três... Pra gente ganhar o pão, né? Então, eu acho que o comércio ambulante para mim foi escolha porque já apareceu vários empregos, contrato pra ser promotor de vendas de novo. Mas não quero mais não. Muita gente diz que não é escolha, mas quem vive é quem tem que falar, né? A gente trabalha muito tranquilamente. Na universidade generaliza dizendo que nosso trabalho é muito precário, porque as pessoas falam que não tem mais oportunidade, mas quem vive é quem tem propriedade pra falar. O trabalho hoje em dia como ambulante é muito melhor do que outros formais que já tive. Porque o que você ganha no mês pode ganhar até num dia. Ou também pode perder. Aí já vai pra aquela questão do comércio, né? Quem tem um comércio no geral, mesmo que seja legal ou informal. Vai ter dias que vai dar e dias que não vai dar. A pessoa que vai administrar isso. E no final mais ou menos compensa.

No discurso do entrevistado emerge uma percepção comum a grande parte do grupo: a preferência pelo trabalho informal em detrimento do formal. Nesse caso, a escolha por comercializar em espaço público, sem vínculos empregatícios, garantias trabalhistas ou proteção social, aparece como alternativa. O fator decisivo é, sobretudo, a renda, já que muitos empregos formais que exigem apenas escolaridade básica (em especial no setor do comércio) oferecem, no máximo, o salário mínimo vigente e demandam dedicação exclusiva em jornadas exaustivas, sem qualquer recompensa além dessa remuneração básica, o que configura para o entrevistado uma espécie de busca por uma complementação de renda:

Quando eu trabalhava como garçom, tinha minha folga, durante a semana, assim como tenho hoje trabalhando pra mim. Mas nos finais de semana era tão puxado, que eu chegava em casa não conseguia nem dormir. Eu passava do meu horário, o dono lá do bar não precisava nem pedir porque também é questão de consciência já que tinha cliente pra atender ainda. Mas ele não me pagava um centavo a mais, mesmo ganhando mais né com o meu trabalho. Se eu tirasse mais um pouco era das gorjetas que os clientes pagavam uma vez ou outra. Mas o meu patrão só pagava o mínimo e porque é lei né?! Se fosse por ele acho que pagaria menos ainda. Hoje eu viro a noite, mas é trabalhando pra mim. Se der é meu e se não der agradeço do mesmo jeito porque no outro dia vai dar. E assim a gente vai vivendo.

Ao longo de toda a entrevista, prevaleceu em seu discurso a ideia de ter se tornado ambulante por escolha. Atualmente, embora ainda seja considerado novato no grupo, já que iniciou as atividades após a pandemia, o entrevistado já se encontra consolidado na atividade. Participa regularmente das festividades no município, possui cadastro na SEDURB-JP e também atua em festejos e eventos em cidades vizinhas, além de ser associado à AMEG-PB. Mostra-se bastante atuante nos grupos e movimentos organizados em defesa da categoria. Isso pode estar diretamente relacionado à sua rotina noturna de trabalho exercida por vários anos como vigilante, considerando que uma das especificidades do trabalho ambulante em festejos e eventos é justamente a inversão do ritmo cotidiano: trocando as noites de sono pelo exercício da atividade laboral. Quando questionado sobre sua escolaridade e sobre os motivos que o levaram a deixar os empregos anteriores, respondeu:

Rapaz, eu gostava de estudar. Toda vida trabalhei de dia e estudava de noite. Reprovei um bocado por isso. Mas sempre estudei em escola boa, quando tinha tempo de prestar atenção nas aulas me dava bem, mas chegava cansado do trabalho, era difícil. Então terminei o ensino médio nas últimas. Claro que os estudos influenciam né?! Estudando a gente aprende a se comunicar, a fazer uma conta, a se colocar diante das pessoas. Eu digo a minhas filhas direto que precisam estudar pra isso:

pra se desenrolar na vida. Mas não acho que garanta trabalho melhor não. Olhe quando eu trabalhava como formal chegava em casa cansado, no outro dia ia chorando, eu quase que pegava uma depressão acredita? Hoje eu trabalho com o que gosto, me sinto bem, estou feliz. Se eu tivesse estudado mais iria me ajudar a lidar melhor ainda com meus clientes, a lidar com o público. Mas pra sair desse meu ramo de agora, pretendo mais não.

Certamente, a escolarização viabiliza um maior acesso ao conhecimento e favorece uma administração mais organizada do trabalho, inclusive no comércio ambulante. Isso pôde ser constatado durante a observação participante: ambulantes com maior grau de escolaridade tendem a apresentar estruturas mais estáveis, tanto em termos de identidade visual quanto de rendimentos, quando comparados àqueles com menor nível de instrução escolar. No caso do entrevistado, o aspecto que se destaca ainda mais em seu discurso é a determinação em permanecer no ramo, mesmo diante da possibilidade de outras oportunidades de emprego e geração de renda.

3.2.3.2 “*Deu tão certo que fiz disso meu trabalho*”: a transição de trabalhador formal para ambulante de festejos

O caso de Josué, a seguir, remete à experiência de um trabalhador que, após atuar em empregos formais, encontrou nas vendas em eventos uma alternativa para recompor sua subsistência. Sua trajetória evidencia a transição entre diferentes formas de inserção laboral, revelando como a perda de vínculos estáveis conduz à adoção de estratégias flexíveis para lidar com a imprevisibilidade das oportunidades. A narrativa reforça o papel dos festejos como espaço de reinvenção econômica e simbólica, em que o trabalho ambulante é ressignificado como escolha possível e, por vezes, vista de forma positiva, ainda que marcada por incertezas.

Josué, 33 anos, atua como ambulante em festejos e eventos na cidade de João Pessoa há cerca de dez anos. Apesar da pouca idade, acumulou algumas experiências no mercado formal, embora de forma breve e passageira, configurando o típico trabalhador que transitou do vínculo formal para a informalidade. Natural da capital, afirma ter tido uma infância e juventude prósperas. Concluiu o ensino médio em uma escola técnica, no curso de logística, e, logo em seguida, ingressou no mercado de trabalho. No entanto, diante da instabilidade dos contratos temporários, decidiu vender bebidas em uma festa de São João, experiência que marcou sua entrada definitiva no comércio ambulante.

Minha trajetória não foi de abandono, nem de miséria extrema — tive pais presentes, estudei, tive alguma estrutura. Mas também não foi fácil. Quando entrei no mercado de trabalho, vi que ter ensino médio e boa vontade não era suficiente. As portas não se abriram como eu imaginava. E foi nesse momento que a rua apareceu como alternativa. No começo, com vergonha até — porque a gente é ensinado a achar que ambulante “é quem não deu certo”. Hoje vejo diferente. Ser ambulante não é fracasso. É luta, é inteligência prática, é sobrevivência com criatividade. Eu trabalho à noite, carrego peso, monto e desmonto barraca, enfrento sol, chuva, polícia e insegurança — mas volto pra casa sabendo que fiz meu corre, com honestidade, com dignidade.

O comércio ambulante em festejos e eventos distingue-se, de início, das atividades realizadas nas regiões litorânea e central da cidade pelo fato de ocorrer predominantemente no período noturno. Para Josué, essa característica representou uma mudança significativa em sua rotina, já que até então trabalhava em horário comercial, diferentemente de Francisco, que concilia a atividade de ambulante com a função de vigilante em uma escola, em escala 12x36. Contudo, não se trata apenas de uma “troca do dia pela noite”, com a possibilidade de descanso no contraturno. O trabalho em festejos e eventos impõe uma sobrecarga que se estende por toda a jornada diária, configurando-se como uma espécie de dupla jornada.

Além das vendas noturnas, os ambulantes precisam, durante o dia, realizar cadastros e inscrições junto aos órgãos públicos, muitas vezes enfrentando longas filas; adquirir mercadorias em feiras livres, que funcionam em horários matinais; preparar alimentos, como temperar a carne do cachorro-quente, cortar batatas em palitos ou espetar carnes para churrasco; organizar os produtos para transporte e, finalmente, montar as barracas nos locais de festa. Esse processo revela que a informalidade, embora possibilite certa autonomia, está atravessada por dinâmicas de precarização e intensificação do trabalho, em que o tempo de descanso é quase inexistente e o esforço físico se soma à instabilidade econômica e à ausência de garantias trabalhistas.

Muita gente olha pra gente e pensa que escolhemos esse caminho porque “não quisemos estudar” ou porque “é mais fácil”. Mas a verdade é que o sistema empurra muita gente pra informalidade, mesmo aqueles que estudaram, tentaram, fizeram tudo “certo”. Eu me considero um trabalhador com visão, com vontade de crescer, de melhorar, de fazer diferente. E se tivesse mais apoio — do Estado, da política, da sociedade — sei que podia ir mais longe. Não só eu, mas milhares que estão na mesma situação. Então, o que eu gostaria de deixar claro é: nós ambulantes não somos um problema urbano — somos parte da solução econômica e social dessa cidade. Só falta o mundo começar a enxergar isso também.

O processo de precarização também abrange o estigma associado ao grupo de ambulantes. A esse aspecto soma-se a intensidade do trabalho, que ultrapassa a lógica convencional ao consumir noites de sono em longas e perigosas viagens, frequentemente em condições adversas, como a exposição à chuva e a ausência de estrutura adequada. O preconceito recai, ainda, sobre o fato de muitos não disporem de recursos financeiros ou estruturais para organizar e expor seus produtos de maneira visualmente atrativa. Esse cenário se agrava com a chegada dos *trailers* que são reboques automotivos adaptados para a venda de alimentos em espaços públicos. Embora ofereçam melhores condições de trabalho e maior valorização estética, esses equipamentos são caros e inacessíveis para a maioria dos ambulantes, ainda que estejam presentes nos planos de alguns. É o caso de Josué, que, ao ser questionado se deixaria a profissão, relatou:

Sim, pretendo mudar, mas não pra voltar a ser empregado. Meu objetivo é profissionalizar o que já faço: ter um trailer fixo, com CNPJ, investir em estrutura, talvez até montar um pequeno negócio de alimentação com delivery. Quero continuar no comércio, mas em outro nível, com mais segurança e reconhecimento. Se um dia surgir uma oportunidade formal que valha a pena de verdade — com salário justo, chance de crescer e respeito — eu posso considerar. Mas voltar pra emprego mal pago, sem futuro, sem valorização? Isso não pretendo mais. Já entendi que, no meu caso, ser meu próprio patrão é o caminho mais possível e realista.

O discurso do “ser empreendedor”, presente não apenas nas falas de Josué, mas também nos relatos de outros entrevistados, revela a influência de um movimento macrossocial que ressoa mesmo entre trabalhadores que não possuem empresas formalizadas. No caso do comércio ambulante, empreender significa, muitas vezes, depender da concessão de terceiros ou da autorização do poder público para poder atuar. Para participar de um evento, por exemplo, é necessário pagar uma taxa de inscrição ao órgão fiscalizador responsável. Da mesma forma, a aquisição de um *trailer* fixo implica a obtenção de um alvará de funcionamento junto à SEDURB-JP, documento que, entretanto, não garante estabilidade, já que mudanças de gestão podem levar à sua revogação em vez de manutenção. Essa instabilidade se soma a outros infortúnios que atravessam a atividade, como ficou evidente durante a pandemia de Covid-19:

Como trabalho com eventos e festas, a pandemia simplesmente zerou tudo. Todos os eventos foram cancelados: São João, carnaval, shows, jogos... meu calendário de trabalho ficou em branco por mais de um ano. Eu que já tinha um esquema montado com carrinho, fornecedores, mercadoria, tive que parar completamente. Fiquei sem renda nenhuma por meses. Tentei vender algumas coisas pela internet, tipo bebida por entrega, mas não era a mesma coisa, o lucro era mínimo, e nem todo

mundo confiava em ambulante vendendo via WhatsApp. Teve mês que eu vendi o que tinha em casa pra pagar aluguel. Cheguei a atrasar conta de energia, pedi ajuda a familiares e amigos. Minha filha pequena tava comigo, e o desespero era não ter o que colocar no prato. Foi muito difícil manter a cabeça no lugar. Recebi o auxílio emergencial, mas era pouco e demorava a cair. E o pior: ninguém da prefeitura ou do Estado chamou os ambulantes pra saber como estávamos, nem pra dar orientação, muito menos apoio direto.

O período da pandemia de Covid-19 impactou fortemente todo o comércio ambulante; entretanto, como evidenciado nesta pesquisa, os trabalhadores vinculados a festejos e eventos foram, e continuam sendo, os mais prejudicados. Nesse período, a atuação da representação coletiva assume um papel fundamental, especialmente no âmbito assistencial, ao prestar apoio às famílias de ambulantes que enfrentam situações de vulnerabilidade, seja de ordem financeira ou de outra natureza. As festividades, principal espaço de atuação desse grupo, permaneceram suspensas por um longo período e, quando retomadas, passaram a adotar critérios mais restritivos para a participação dos ambulantes. Até o início de 2022, essa limitação esteve associada às medidas de controle do vírus.

Contudo, nos anos seguintes, consolidou-se um processo ainda mais excludente: a privatização crescente dos festejos e eventos realizados em espaços públicos, que passou a restringir ou mesmo a inviabilizar a presença de ambulantes historicamente ligados a esses territórios de trabalho. Tal dinâmica não decorre de uma ausência do Estado, mas, ao contrário, de sua atuação ativa na regulamentação, concessão e terceirização desses espaços, por meio de autorizações, contratos e parcerias que favorecem grandes empresas e agentes privados. Ao operar dessa forma, o poder público redefine o uso do espaço urbano e transforma eventos tradicionalmente marcados pela participação popular e pela inserção de trabalhadores informais em ambientes controlados, mercantilizados e seletivos.

Esse movimento, ao transferir a gestão de espaços públicos para a iniciativa privada, não apenas limita o acesso, mas também reforça a precarização estrutural do grupo, ao subordinar sua participação ao pagamento de taxas elevadas ou à seleção arbitrária de vagas. Esse processo aprofunda a exclusão de sujeitos que historicamente encontraram nesses festejos uma alternativa de renda diante das limitações impostas pelo mercado formal de trabalho, reforçando desigualdades sociais e restringindo possibilidades de reprodução econômica justamente daqueles em situação de maior vulnerabilidade. Soma-se a esse cenário o aumento do número de trabalhadores que,

diante da crise econômica, recorreram às ruas como meio de subsistência, ampliando a concorrência e acirrando a disputa pelos poucos espaços disponíveis. Assim, a experiência da pandemia, longe de ser um episódio isolado, evidencia como as dinâmicas de exclusão e vulnerabilidade se reproduzem e se intensificam no comércio ambulante, revelando os limites da informalidade diante das transformações urbanas e econômicas recentes.

A virada veio quando comecei a vender bebida em evento pra tirar uma renda extra num São João. Deu tão certo que acabei me organizando pra fazer disso meu trabalho principal. Hoje sou ambulante de evento, com carrinho próprio, e atuo por conta. A escola sempre apontava o caminho da faculdade, do emprego fixo, da carreira tradicional. E pra quem não consegue seguir esse trilho — como foi meu caso — parece que “fracassou”. Só que a realidade é bem mais complexa. Eu tentei, me esforcei, mas o mercado é fechado, e a informalidade foi o que sobrou. A minha formação escolar serviu como base pra sobreviver com mais autonomia, mas não foi suficiente pra me colocar num lugar de estabilidade ou ascensão, como muitos esperam da educação. Por isso vejo que a escola tem que dialogar mais com a realidade dos alunos — mostrar outros caminhos possíveis além do padrão faculdade-concurso-empresa.

Esse trecho refere-se ao posicionamento de muitos ambulantes quanto à relação entre escola e trabalho. Josué teve a oportunidade de estudar em uma escola técnica, concluiu o ensino médio de forma regular e conta, em seu núcleo familiar, com exemplos de valorização da escolarização: sua mãe e seus irmãos cursaram o ensino superior e hoje atuam em suas respectivas áreas. Sua trajetória, no entanto, seguiu outro rumo. Inicialmente trabalhou como supervisor de logística, mas, inspirado pelo tio materno, a quem descreve como o mais “descolado” da família, decidiu experimentar a venda de bebidas em festejos e eventos, o que acabou definindo seu caminho profissional.

Diferentemente do primeiro entrevistado, que manteve o emprego formal e passou a exercer o comércio ambulante como fonte complementar de renda desde o período pandêmico, Josué realizou uma transição definitiva, rompendo o vínculo empregatício para dedicar-se exclusivamente ao trabalho em festejos e eventos. Essa distinção pode estar relacionada às condições geracionais que lhe garantem certo suporte financeiro, aspecto evidenciado ao longo da pesquisa. Com o passar do tempo, Josué passou a reconhecer a relevância da escola em sua trajetória, sobretudo pela base formativa que proporcionou. Ainda assim, demonstra certo distanciamento em relação à instituição escolar, uma vez que não percorreu o caminho de profissionalização formal geralmente valorizado e associado à ascensão social.

3.2.3.3 “*E coloquei numa vasilhinha e saí nas ruas vendendo*”: a entrada imprevista de uma evangélica no trabalho noturno

A entrevista que compõe este item apresenta a trajetória de uma trabalhadora cuja inserção no comércio de eventos se entrelaça a experiências de fé e engajamento comunitário, conferindo ao trabalho ambulante um sentido que ultrapassa a dimensão puramente econômica. Assim como o entrevistado anterior, sua narrativa revela a informalidade como espaço de reinvenção e de construção de novas possibilidades de vida; contudo, diferencia-se por destacar motivações ligadas à solidariedade, à religiosidade e ao propósito pessoal, que se somam às estratégias de sobrevivência material. Enquanto Josué enfatiza a reorganização da vida após a perda de vínculos formais, esta trabalhadora ressignifica o labor nas ruas como missão e forma de serviço aos outros. A análise dessa entrevista permite compreender como o trabalho em eventos pode assumir significados diversos, nos quais dimensões morais, afetivas e espirituais se articulam à luta cotidiana pela subsistência. Da mesma forma explicita que a atuação móvel e intermitente junto a eventos contrasta com a relativa estabilidade dos trabalhadores da praia e do centro, revelando um tipo de inserção ainda mais vulnerável e dependente das oportunidades ocasionais. Enquanto nas regiões litorânea e central há certa previsibilidade cotidiana, no trabalho de Ana a renda é instável e subordinada ao calendário de festas, exigindo constante deslocamento e reinvenção.

Ana tem 36 anos, é pernambucana e filha de ambulante. Ela representa uma parcela significativa do grupo pertencente à religião evangélica, chegando inclusive a compartilhar seu testemunho durante o exercício do trabalho ambulante. Durante a primeira infância, viveu com os avós, já que sua mãe engravidou aos quinze anos e não foi aceita pelo pai em casa. Nesse período, sua vivência esteve ligada ao trabalho agrícola, envolvendo o plantio e o cuidado com os animais. Na adolescência, passou a morar com a mãe, momento em que iniciou a confecção de bolsas na feira de Caruaru.

Fui criada com meus avós porque minha mãe me teve muito nova. Então, na época, ela era uma pessoa incapaz de me criar. Quando eu completei 10 anos de idade, voltei a morar com minha mãe, ela já estava bem estabelecida, uma vida bem mais organizada. E sou filha de ambulante. Minha mãe era ambulante, né? Hoje não mais. Minha mãe era ambulante de Caruaru de bolsas importadas, capa de motoqueiro, bolsa de escola, essas coisas mais importadas. Ela mesmo confeccionava e vendia.

Ao ser questionada sobre sua infância:

Não tive infância de brincar, de pegar uma boneca, até porque eu nunca tive oportunidade disso. A minha boneca, eu lembro que quando eu ia pro sítio com o meu avô, eu pegava espiga de milho. Aí não tinha os cabelinhos, né? Eu fazia uma bonequinha, ficava brincando. Porque na época também meus avôs não tinham condições para me dar brinquedo, para me dar o que eu queria. Mal ouvia na televisão, na verdade. Na verdade, eu não tive infância. Eu vim ter um pouco de liberdade quando eu fui morar com minha mãe na cidade.

Em determinado momento da entrevista, questionei se Ana preferia ajudar os avós na agricultura ou a mãe na feira, vendendo bolsas. Sua resposta foi: *“como ambulante, pois na agricultura não pegava em dinheiro”*.

A dimensão monetária aparece de forma recorrente nos discursos analisados até aqui, e essa fala evidencia como a perspectiva de rendimento interfere diretamente na escolha e permanência dos entrevistados no trabalho ambulante. A partir das observações realizadas, foi possível analisar como esses trabalhadores lidam com o dinheiro em um contexto de instabilidade: há dias em que as vendas são baixas, obrigando-os a recorrer a empréstimos para suprir as necessidades imediatas; em contrapartida, existem dias em que o faturamento supera as expectativas, gerando maiores rendimentos.

Essa oscilação revela a dificuldade de administrar as finanças em um cenário de incerteza, marcado pela ausência de previsibilidade de rendimentos mensais, condição que difere substancialmente da experiência de quem possui vínculo em trabalho formal. Ainda sobre essa temática, foi questionado à entrevistada se já havia experimentado situações de desemprego:

Nessa época foi muito difícil. Porque eu trabalhava para ajudar minha mãe, sempre foi assim, né? E como ela se separou do meu pai, ela era mãe e pai dos filhos da gente, e só eu e ela trabalhava para sustentar os meus irmãos, para pagar o aluguel, era tudo eu e ela. Então como aconteceu essa demissão da gente, passamos por um processo difícil, foi algo muito difícil. Foi pouco tempo, mas foi um tempo que parecia que não tinha mais fim. Mas foi por pouco tempo, até porque assim, como a gente morava em Caruaru, o fluxo lá de emprego na nossa área era muito grande.

Ana não chegou a conhecer o pai biológico, mas considerava como figura paterna o companheiro de sua mãe, com quem constituiu nova família e teve dois filhos. Sua fala evidencia, em primeiro lugar, a questão de gênero, uma vez que não apenas sua mãe, mas também ela própria, ainda na adolescência, assumiu responsabilidades de sustento do lar e enfrentou situações de desemprego.

Outro ponto relevante refere-se às relações de trabalho vivenciadas na feira de Caruaru. Embora Ana já se reconhecesse como ambulante nesse período, sua atividade consistia em confeccionar bolsas para que outra pessoa as comercializasse. Nesse sentido, havia uma relação de demanda produtiva originada de uma espécie de empresa, ainda que em moldes informais, revelando formas híbridas de inserção no mercado de trabalho.

Quanto a escola, eu fui estudar particular quando meus pais começaram a desenvolver mais confecções. Eu estudava de manhã e de tarde trabalhava. Quando minha mãe fazia serão para terminar a mercadoria, a gente ia até meia-noite, eu e ela na máquina. Eu com 11 anos eu já costurava, em máquina industrial já que o produto era bolsa, capa de motoqueiro, bolsa de escola, bolsa de viagem, essas coisas. Eu já fazia tudo.

O destaque dessa fala não está apenas na referência ao trabalho infantil, mas também na contradição entre a necessidade de trabalhar mais (quanto maior a produção de bolsas, maior o lucro) e a possibilidade de acesso à educação. No caso da entrevistada, ainda criança, conseguiu matricular-se em uma escola particular, mas precisou complementar a renda por meio de serões ao lado da mãe para custear seus estudos.

Relações desse tipo são recorrentes, inclusive no comércio ambulante da cidade. Muitos filhos de ambulantes “ajudam” os pais nas atividades e, em contrapartida, têm acesso a escolas ou faculdades particulares. Essa espécie de troca funciona como uma compensação: ao mesmo tempo em que se economiza no pagamento de um funcionário, garante-se a continuidade dos estudos dos filhos. Assim, observa-se que, para ter acesso a direitos básicos, como a educação, por exemplo, é preciso intensificar o trabalho, revelando as contradições da luta cotidiana por condições mínimas de garantia social.

Ai com o passar do tempo eu cresci e como todo filho ganhei asa né? Fui trabalhar em outros cantos, sempre pulava de galho em galho. Passei tempo em um, tempo em outro. Lá em Caruaru não falta trabalho, só é difícil empregar dois da mesma família, pra que se acontecer alguma coisa os dois não falte de uma vez. Mas aí eu trabalhei em algumas empresas de confecção, trabalhei também como diarista um tempo. E aí apareceu uma oportunidade de vir para João Pessoa, divulgar sacolas personalizadas que a gente confeccionava. A gente fazia e tinha que divulgar em outras cidades e aí fiquei seis meses aqui. Foi então que conheci meu atual esposo, me mudei pra cá e nos casamos.

Ana relatou que deixou seu emprego em Caruaru, o qual não possuía registro formal configurando-se, portanto, como trabalho informal ainda que vinculado a uma empresa. Ao chegar em João Pessoa, permaneceu um período sem trabalhar, momento em que realizou um curso profissionalizante e abriu seu próprio salão de beleza, atuando

como cabeleireira. Permaneceu nessa atividade por cerca de cinco anos, até engravidar de sua primeira filha.

Eu tive que fechar, infelizmente. Fechei por conta da gravidez, que foi de alto risco e passei o período da minha gravidez sem fazer nada. Eu comecei a trabalhar ela tinha um ano e dois meses. Foi quando surgiu uma proposta para o meu esposo, em Recife-PE, de um trabalho. E lá eu tenho minha família, ficou mais fácil cuidar da minha filha. E tenho uma tia que trabalha com buffet. Foi nessa época que aprendi a trabalhar com buffet, foi daí que surgiu o amor pela culinária. Ela arrumou um emprego pra mim numa casa, não somente para cozinhar, mas como secretária do lar mesmo. Passei dois anos trabalhando lá, minha patroa que é uma pessoa maravilhosa. Além de aos finais de semana ajudar minha tia com os buffets para festas e eventos lá na região.

Nesse momento, suas experiências anteriores somaram-se ao aprendizado em culinária adquirido com a tia, o que possibilitou sua atuação como ambulante em festejos e eventos, comercializando bebidas e comidas. A entrevistada relatou que, após esse período, precisou retornar a João Pessoa, em razão de seu companheiro não ter se adaptado ao trabalho em Pernambuco.

Mais uma vez experimentou o desemprego, mas afirmou que, dessa vez, a situação foi mais tranquila, pois *“mesmo sendo mãe e não somente filha, tinha o companheiro apoiando e provendo a casa”*. Essa condição, entretanto, perdurou por pouco tempo, já que sua ex-patroa a convidou para trabalhar novamente em Recife-PE, ainda que apenas três vezes por semana.

Foi nesse contexto que a entrevistada compartilhou uma experiência que considera marcante em sua vida, a qual interpreta como testemunho de fé, uma vez que, desde então, atua como missionária evangélica.

Íamos eu e minha filha e ficávamos na casa dela. A gente se tornou uma família, né? E nessas idas e vindas minhas de trabalho, eu e minha filha passamos por uma tragédia muito grande. Um acidente de carro. A gente estava vindo de Recife e o carro que a gente veio bateu numa cegonha. O carro que a gente vinha deu perca total. Quando eu vou fazer pregações, eu sempre falo esse grande testemunho e livramento que Deus nos deu. Porque a mão de Deus tava ali sobre nós. Eu tive um dano muito grande. Fiquei hospitalizada, perdi a memória e com a minha filha não aconteceu nada. Passei quase um ano em recuperação, passando por psicólogos e fisioterapeutas. Minha filha tinha três aninhos e não aconteceu nada com ela, só o susto mesmo, ficou o trauma. Eu não lembro do ocorrido até hoje, mas acho até bom mesmo.

Após esse ocorrido, além dos traumas e do período necessário de recuperação, Ana deixou o trabalho para dedicar-se à religião e compartilhar seu testemunho. Relata

que permaneceu por um longo tempo em casa, até que, em determinada fase, sentiu a necessidade de retomar a atividade laboral, passando então a atuar como ambulante.

Passei um bom tempo sem trabalhar. Quer dizer, a gente nunca fica sem fazer nada né? Mas aí teve um momento muito difícil na vida da gente porque nem tudo são flores. Então me lembro que foi aí que me tornei ambulante. Eu comecei a fazer empadinhas. Empadinha doce, empadinha salgada. E coloquei numa vasilhinha e saí nas ruas vendendo. Depois coloquei marmita e saí pela região vendendo, isso faz uns cinco anos. Pra me tornar ambulante de eventos mesmo faz uns três anos que foi quando eu fui pra Festa das Neves com meu carrinho que eu já tinha comprado e trabalhava aqui na esquina. Desde então me associei a AMEG-PB e participo dos eventos na cidade. E estou aqui até hoje.

Ao final da entrevista perguntei se ela queria falar algo mais que não questionei e a mesma finalizou:

É isso, minha trajetória foi essa, né? Não tive infância. Sempre morei com meus avós. Minha mãe teve que ir embora para São Paulo, viver a vida dela. E quando ela voltou, conheceu o pai dos meus irmãos, que ele me criou, terminou de me criar, considero como pai também. Aí vivi uma vida melhor, onde eu tive mais oportunidade de conhecer coisas que eu não conhecia. Sempre fui muito independente, muito independente, sempre, desde pequena. Hoje ensino a minha filha a seguir as mesmas características minhas, ser uma mulher independente, ser uma mulher batalhadora, guerreira, sabe? Eu não quero que minha filha se torne um ambulante, mas quero que ela estude para se tornar uma doutora, uma empresária, dona do seu próprio negócio. Mas se ela se tornar ambulante? Que seja com o maior orgulho do mundo, porque do ambulante que eu tiro para botar na minha mesa, para dar o melhor aos meus filhos, para pagar um curso, para pagar as melhorias da minha filha, para que se ela for ambulante, seja um ambulante honesto, um ambulante que trabalhe igual a mãe dela. Sou uma mulher realizada. Gosto de trabalhar como ambulante na rua, gosto de trabalhar com o que eu faço, com a comida. Sou uma boa esposa, uma boa mãe, sou realizada. Muito realizada. Tanto fisicamente, tanto espiritualmente, tanto financeiramente. É isso.

Trata-se de mais um discurso que se soma aos anteriores, nos quais os entrevistados afirmam não desejar que seus filhos sigam a mesma trajetória profissional no comércio ambulante, ainda que expressem orgulho pela atividade que exercem e reconheçam nela uma escolha possível dentro de seus percursos de vida. Essa aparente contradição revela que, embora o ingresso no trabalho ambulante seja frequentemente narrado como resultado de decisão própria, associada à autonomia, à flexibilidade e à capacidade de garantir a subsistência, tal escolha não elimina a percepção das limitações estruturais que caracterizam essa forma de trabalho.

A análise das trajetórias, a partir das entrevistas em profundidade, evidencia que essa perspectiva atravessa gerações, inclusive em famílias nas quais pais e avós também atuaram como ambulantes, reforçando o reconhecimento de que se trata de uma atividade árdua, fisicamente exigente e marcada pela instabilidade. Assim, ainda que o comércio ambulante desempenhe papel central na economia local e na manutenção das famílias aqui analisadas, ele permanece associado à ausência de direitos e à insegurança cotidiana, o que sustenta o desejo de que as próximas gerações tenham acesso a formas de inserção no mundo do trabalho consideradas mais estáveis e socialmente protegidas. Ao mesmo tempo, esse discurso evidencia que o trabalho ambulante não se reduz à precariedade, mas também se constitui como espaço de afirmação identitária desse grupo social, cuja valorização simbólica convive, de maneira contraditória, com a recusa em projetá-lo como herança profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados desta pesquisa, tornou-se evidente que a análise do trabalho informal, enquanto objeto sociológico, exige uma abordagem que articule diferentes níveis de interpretação. É necessário considerar, de um lado, os aspectos macrossocietários que sustentam e reproduzem o projeto capitalista, do qual o trabalho informal é parte constitutiva, ainda que assuma formas diversas conforme a conjuntura histórica, e, de outro, as condições individuais e trajetórias específicas dos agentes que exercem esse tipo de atividade. Somente a partir dessa dupla perspectiva (estrutural e subjetiva) é possível compreender de forma mais completa a complexidade que envolve o trabalho informal e suas múltiplas expressões na sociedade contemporânea.

No caso do comércio ambulante em João Pessoa, constatou-se que, embora os trabalhadores integrem uma mesma categoria, há diferenças significativas em suas experiências e condições objetivas de trabalho. As entrevistas realizadas nas três regiões analisadas - litorânea, central e de festejos e eventos - evidenciam que o território, mais do que um simples espaço de atuação, também é um elemento estruturante das desigualdades e das estratégias de sobrevivência. Na praia, sob sol e areia, prevalecem jornadas exaustivas e sazonais; no centro, observa-se a constância de uma rotina diária que resulta em relações mais estáveis com a clientela junto da necessidade de negociação permanente com lojistas e agentes públicos; e, nos festejos e eventos, emergem trajetórias marcadas pela mobilidade e pela instabilidade extrema. Em todas essas experiências, o trabalho é experimentado de modos distintos, embora se apresente, de forma recorrente, como expressão tanto da reprodução das desigualdades sociais quanto da construção de sentidos de dignidade frente à precariedade.

Assim, a categoria território, à luz da teoria de Santos (1999), compreendida como “território usado”, mostrou-se fundamental para entender as (re)configurações territoriais presentes no campo de estudo, neste caso, a cidade de João Pessoa-PB. Parte-se da compreensão de que os ambulantes atribuem sentido ao território à medida que o ocupam e o vivenciam, transformando o espaço urbano em lugar de trabalho, sociabilidade e resistência. Por meio da materialização do espaço público, esses trabalhadores se apropriam do território e o ressignificam por meio de suas práticas cotidianas, que contribuem não apenas para a economia da cidade, mas também para a produção de experiências e relações sociais diversas, sendo estas entre os próprios ambulantes, com

os clientes, pedestres, lojistas, agentes da fiscalização e representantes da categoria, moldando de forma dinâmica e plural as interações que constituem esse espaço urbano.

Ao comparar as três regiões, observam-se distinções nítidas na forma como a atividade laboral é realizada. Na região central, o trabalho ocorre predominantemente em dias úteis e horários comerciais; na região litorânea, a movimentação se intensifica nos fins de semana, especialmente no período matutino; já entre os ambulantes que atuam em festejos e eventos, a comercialização acontece majoritariamente à noite.

Outra diferença marcante refere-se à ocupação do território e aos tipos de estrutura utilizados. No centro, predominam bancas e varais que expõem produtos como acessórios, confecções e itens importados. Na região litorânea, são mais comuns os carrinhos com churrasqueiras e caixas de isopor, voltados à venda de petiscos e bebidas, além dos ambulantes que circulam pela faixa de areia carregando os produtos junto ao corpo. Já o grupo que atua em festejos e eventos utiliza, em sua maioria, tendas ou trailers como ponto de venda. Ainda assim, há diferenciações internas dentro de cada um desses grupos, evidenciando a diversidade de estratégias e condições de trabalho que compõem o universo do comércio ambulante

No caso dos ambulantes que atuam em festejos e eventos, observou-se que, embora todos sejam trabalhadores de rua, há diferenças marcantes quanto à formalização e às condições de trabalho. Alguns são cadastrados e pagam taxas estabelecidas pela regulamentação pública; outros permanecem irregulares, apenas se instalando com seus equipamentos durante o evento. Dentro desse mesmo grupo, há ainda desigualdades na ocupação do espaço: certos trabalhadores têm acesso a áreas privilegiadas (próximas ao palco ou de maior fluxo de pessoas) enquanto outros são relegados a pontos menos vantajosos. Do mesmo modo, há quem possua carros utilitários ou caminhões próprios para transportar mercadorias, enquanto outros dependem do pagamento de frete. Alguns produzem seus próprios produtos, como os espetinhos, dispondo de freezers para estocagem, enquanto outros apenas revendem mercadorias adquiridas diretamente de distribuidoras, o que recai diretamente na obtenção do lucro final.

Entre os ambulantes da região litorânea, além dos exemplos anteriores, destaca-se a diferenciação entre o “dono do ponto” e o “ajudante”, configurando uma hierarquia interna semelhante à relação entre patrão e empregado no trabalho formal. Observa-se também que aqueles com maior capital de giro conseguem ampliar seus equipamentos, como cadeiras e guarda-sóis, por exemplo, frequentemente ultrapassando os limites definidos pelos TACs e, assim, ocupando parcelas maiores da faixa de areia.

Na região central, por sua vez, emergem não apenas disparidades econômicas semelhantes às demais áreas, mas também uma dimensão simbólica de poder vinculada à noção de pertencimento e antiguidade. Quanto mais tempo um ambulante permanece atuando na rua, mais “direito” reivindica sobre o espaço, sobre a permanência mesmo diante de apreensões e proibições, e até sobre a possibilidade de ceder pontos a familiares ou conhecidos. Embora essa lógica também se manifeste na orla e nas festividades, foi na zona central que essa hierarquia se mostrou mais evidente, possivelmente por ser o núcleo histórico de origem do comércio ambulante na cidade, onde as relações de poder e permanência se consolidaram ao longo do tempo.

Dessa forma, a pesquisa evidenciou que o comércio ambulante não constitui um grupo homogêneo, mas um espaço social heterogêneo, estruturado por desigualdades internas que refletem, em escala própria, as contradições do sistema capitalista. As distintas formas de acesso a capitais (econômicos, sociais e simbólicos) produzem hierarquias e posições diferenciais entre os próprios trabalhadores, configurando relações de força que atravessam a categoria. Mesmo partilhando condições de informalidade e vulnerabilidade, os ambulantes ocupam lugares distintos nesse espaço, definidos pelas trajetórias individuais, pelos recursos disponíveis e pelas estratégias de reprodução material e simbólica que desenvolvem. Assim, compreender o comércio ambulante a partir de Bourdieu implica reconhecer que ele se organiza como um microcosmo do espaço social mais amplo, onde se expressam as disputas, as distinções e as permanências das desigualdades estruturais.

Dito isso, é possível considerar que o espaço de trabalho do ambulante, além de configurar-se como um “território usado”, nos termos Santos (1999), constitui também um “território dissidente”, conforme proposto por Souza (2014). Essa denominação se justifica por se tratar de um espaço que contrapõe o poder estatal, sendo não apenas não regulamentado, mas frequentemente irregular à luz das normas jurídicas que regem o ordenamento urbano. Trabalhar informalmente como ambulante, especialmente nas regiões central e litorânea de João Pessoa-PB, implica atuar em permanente confronto com as regras instituídas, enfrentando proibições de ocupação e apreensões de mercadorias, além de prejuízos financeiros, físicos e mentais decorrentes dessa instabilidade. Durante a pesquisa, foram relatados episódios de ameaças, agressões físicas e perdas materiais que continuam a repercutir na vida de alguns trabalhadores, inclusive

com o uso contínuo de medicação¹⁷. Nesse contexto, tais “territórios dissidentes” tornam-se espaços de resistência e de afirmação simbólica, pois é neles que esses sujeitos constroem suas possibilidades de subsistência e reafirmam, cotidianamente, o direito de existir e trabalhar na cidade.

Um ambulante que hoje ocupa a calçada do Parque da Lagoa vendendo milho durante o dia pode, no mesmo contexto, estar à noite na orla de Tambaú exercendo a mesma atividade. Essa mobilidade espacial decorre da variação do fluxo de pedestres em determinados locais e horários, levando o trabalhador a adaptar-se continuamente às dinâmicas urbanas. Tais deslocamentos configuram mudanças na apropriação e no uso do espaço, contribuindo para a (re)configuração territorial da cidade. À luz dos escritos de Haesbaert (2004), esse fenômeno pode ser interpretado a partir do conceito de “multiterritorialidade”, uma vez que a ocupação do espaço pelos ambulantes é fluida, transitória e marcada pela sobreposição de territórios de trabalho que se reconstróem cotidianamente.

O comércio ambulante constitui uma das múltiplas expressões do trabalho informal, inserido nos moldes condicionantes da produção capitalista, ainda que à margem de sua estrutura formal. Mesmo diante da disseminação de discursos empreendedores entre os próprios trabalhadores, que frequentemente associam o trabalho por conta própria à autonomia e à liberdade, a pesquisa evidenciou as condições de precariedade que caracterizam essa atividade. Há, portanto, uma contradição evidente entre a percepção do ambulante de que seu trabalho independente é superior ao emprego formal e a realidade concreta em que ele se insere: jornadas extensas sob sol e chuva, ausência de garantias trabalhistas, risco constante de apreensão de mercadorias e falta de proteção social básica, como direito a férias, descanso, auxílio-doença e aposentadoria.

Pontos que merecem destaque e que reforçam a presença da lógica capitalista no comércio ambulante são as relações interdependentes identificadas no campo, tanto entre os próprios ambulantes quanto nas interações com lojistas e agentes do poder público. Essas relações, embora marcadas por cooperação e solidariedade em determinados

¹⁷ Durante o sorteio para o trabalho no São João do Parque da Lagoa, em 2024, um ambulante relatou um episódio ocorrido há cerca de quinze anos, ilustrando as violências que atravessam o cotidiano desses trabalhadores. Ainda adolescente, viu sua mãe, também vendedora, ser agredida por um servidor da GRD, que, ao impedi-la de vender milho, lançou sobre ela um caldeirão de água fervente. Em desespero, o jovem reagiu com um disparo fatal e acabou cumprindo seis anos de privação de liberdade. A AMEG-PB acompanhou o caso, alegando legítima defesa diante da agressão sofrida. Hoje, ele retomou a atividade como vendedor de milho, mas tanto ele quanto a mãe ainda carregam as marcas físicas e simbólicas desse episódio.

contextos, também reproduzem hierarquias internas estruturadas pela lógica de mercado que permeia esse tipo de atividade. Assim, coexistem dinâmicas de competição e apoio mútuo, nas quais os trabalhadores se articulam para enfrentar as incertezas e os impasses do trabalho nas ruas.

Essas dinâmicas de hierarquização e cooperação evidenciam, conforme Cacciamali (2001) e Telles (2010), que o “processo de informalidade” envolve verdadeiros “jogos políticos”, nos quais os ambulantes precisam mobilizar estratégias cotidianas de negociação, adaptação e resistência. Ser ambulante significa estar constantemente preparado para a modificação ou negação de sua própria atividade, em um contexto de instabilidade que depende diretamente da atuação do poder público municipal, cuja intervenção pode ocorrer tanto por meio de normas e regulamentações quanto por práticas coercitivas, como violência, apreensões ou subornos, todas com efeitos negativos sobre o exercício do comércio de rua.

A análise das trajetórias dos trabalhadores ambulantes revelou que o comércio de rua em João Pessoa expressa, de modo singular, as contradições estruturais do trabalho informal na sociedade contemporânea. As diferenças entre os grupos estudados evidenciam que a vulnerabilidade social não se distribui de forma homogênea, mas resulta de combinações específicas entre condições territoriais, capitais individuais e formas de inserção nas redes locais de trabalho. Essas configurações reforçam a importância de compreender o território como categoria analítica, pois é nele que se materializam tanto as desigualdades quanto as estratégias de resistência dos ambulantes frente à ausência de regulação estatal e de políticas públicas efetivas de proteção social.

Desse modo, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas urbanas do trabalho informal ao evidenciar que o comércio ambulante ultrapassa a noção de mera alternativa econômica, configurando-se como um campo de produção social, política e simbólica. A articulação entre as dimensões estruturais e subjetivas das trajetórias analisadas permitiu compreender que, embora a informalidade permaneça marcada pela precariedade, ela também é espaço de sociabilidade, identidade e luta por reconhecimento. Ao evidenciar essas múltiplas dimensões, esta tese reafirma a relevância do comércio ambulante como expressão das desigualdades e das resistências que compõem os territórios do trabalho informal na cidade de João Pessoa.

BIBLIOGRAFIA

AGÊNCIA BRASIL. **Pix foi o meio de pagamento mais popular no Brasil em 2023.** Publicado em 12 de março de 2024 por Daniella Almeida, repórter da Agência Brasil. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-03/pix-foi-o-meio-de-pagamento-mais-popular-do-brasil-em-2023#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20BC,de%20usu%C3%A1rios%20no%20sistema%20financeiro.>> Acesso em 12 de jul. de 2024.

ALVES, G. A “nova informalidade” do mundo do trabalho: aspectos da reforma trabalhista no Brasil. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico Com Ciência**, dossiê 203, nov./ 2018.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANGELI-SILVA, L. et al. O desafio brasileiro de enfrentar a pandemia da covid-19 em meio á crise política. In: HENRION, C. T. HENRÍQUEZ, D. I. SHOR-LANDMAN, C. (coord.) **América Latina**: sociedade, política y salud en tiempos de pandemias. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 35-50.

ARAÚJO, T. P. SOUZA, A. V. LIMA, R. A. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Revista Estudos Avançados**, vol. 11, n. 29, p. 55-77, 1997.

BARBOSA, J. L. Globalização e espaços de desigualdade. In: LIMONAD, E. HAESBAERT, R. MOREIRA, R. (org.) **Brasil, Século XXI**: por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BARBOSA, R. J. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho do período recente (2012-2019). **IPEA: nota técnica Mercado de Trabalho**, n. 67, out. 2019, p. 59-70.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, 2007a.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Efeitos do lugar. In: BOURDIEU, P. (org.) **A miséria do mundo**. 7º ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 159-166.

_____. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Revista Estudos Avançados**, vol. 27, n 79, 2013, p. 133-144.

_____. **O senso prático**. 2º ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

- _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. O campo econômico. **Revista Política e Sociedade**, nº 6, 2005, p. 15-57.
- _____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9º ed. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007b
- _____. **A Dominação Masculina**. Trad. Maria Helena Kuhner. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. SAINT-MARTIN, M. Gostos de classe e estilos de vida. Trad. Paula Montero. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, nº 5, out. 1976, p. 18-43.
- _____. CHAMBOREDON, J. PASSERON, J. **O ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002
- BOURDIEU, P WACQUANT, L. **Uma invitación a la sociologia reflexiva**. Chicago: Polity Press, 1992.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 2.041 de 27 de fevereiro de 1940**. Regula o exercício do comércio ambulante. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1940, 119º da Independência e 52º da República. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/norma/526689> > Acesso em: 21 de set. de 2020.
- BRASIL. **Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.467%2C%20DE%2013%20DE%20JULHO%20DE%202017.&text=Altera%20a%20Consolida%C3%A7%C3%A3o%20das%20Leis,%C3%A0s%20novas%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho.> Acesso em: 15 de nov. de 2022.
- BRASIL. **Lei 13.982 de 02 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L13982.htm> Acesso em: 11 de ago. de 2024.

BROWN, W. **Cidadania sacrificial**: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Trad. Juliana Bianchi Leão. Zazie edição, 2018.

CACCIAMALI, M. C. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina Contemporânea: Brasil e México. **Revista Pesquisa e Debate**, v. 12, n. 1 (19), 2001, p. 5-42.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, vol 14, 2000, p. 153-174.

CAMPELO, A. OLINTO, R. TOBLER, R. Home office no Brasil: percepção e avaliação dos trabalhadores. **Blog do IBRE**, 30 DE JAN. 2024. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/home-office-no-brasil-percepcoes-e-avaliacoes-dos-trabalhadores>> Acesso em: 15 e jul. de 2024.

CAMPOS, R. S. O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza. **Revista Latinoamericana Polis**, nº 47, 2017, p. 1-20.

CARDOSO, R. **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARDOSO, A. M. Informalidade como forma social do trabalho: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas. **Congresso da Latin American Studies Association (LASA)**, XXXII, Chicago, 2014.

CARVALHO, R. G. FARIAS, W. S. As condições diferenciadas de desenvolvimento nas mesorregiões da Paraíba. In: VÉRAS DE OLIVEIRA, R. GOMES, D. TARGINO, I. (orgs.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**: das origens às novas abordagens. João Pessoa: Editora UFPB, 2011.

CAVACANTI, C. **Viabilidade do setor informal**: a demanda de pequenos serviços no grande Recife. 2 ed. Recife: Editora Massangana, 1983.

COCKELL, F. F. PERTICARRI, D. Retratos da informalidade: a fragilidade dos sistemas de proteção social nos momentos de infortúnio. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, nº 16, vol. 3, 2018, p. 1709-1718.

DANTAS, E. W. C. A cidade e o comércio ambulante: o caso de Fortaleza em evidência. **Revista do Departamento de Geografia**, nº 11, 1997, p. 187-210.

ELIAS, N. SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

GUÉRIOS, P. R. O estudo de trajetórias de vida nas ciências sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Revista Campos**, n. 12, vol. 1, 2011, p. 9-29.

GUITARRA, P. “João Pessoa” Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilestela.uol.com.br/brasil/joao-pessoa.htm>> Acesso em: 03 de set. 2022.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

FILGUEIRAS, V. A. As promessas da Reforma Trabalhista: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: KREIN, J. D. VÉRAS DE OLIVEIRA, R. ARAÚJO, V. (org.) **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

FONTES, B. A. S. M. RIBEIRO, R. S. Organizações e disputas por territórios no comércio ambulante do metrô de Recife. **Revista INTER-LEGERE**, vol. 6, n. 36, 2023.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GENTILI, P. A. A. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

GONÇALVES, L. A. A. Entre a norma urbana e a resistência: a espacialidade do comércio ambulante de confecção no centro de Fortaleza-Ceará, **Revista GeoUECE**, número especial. P. 128-148, dez. 2014

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**, v. 11, n. 01, p. 61-89, 1973.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. RJ: Bertrand, 2004.

HAESBAERT, R. Os dilemas da globalização – fragmentação. In: HAESBAERT, R. (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. 2º ed. Niterói: Editora UFF, 2013.

HARDY, C. Histerese. In: GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu: conceitos fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HIRATA, D. RABOSSI, F. **Comércio ambulante no Rio de Janeiro: entre formalizações e a informalidade**. Estudo estratégico, Observatório SEBRAE-RJ, n. 13 dez. de 2017

IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua maio de 2022: principais resultados**. Brasil, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>> Acesso em: 03 jul. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua – Painel**. Disponível em < <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>> Acesso em 12 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Comércio ambulante como alternativa de ganhar a vida. Editoria Revista Retratos. Agência IBGE Notícias. Acesso em 15 set 2022 Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20769-comercio-ambulante-como-alternativa-de-ganhar-a-vida#:~:text=De%20acordo%20com%20a%20Pesquisa,atuavam%20nesse%20ramo%20em%202012.>>>

JOÃO PESSOA - PB. **Código de Postura**. Lei Complementar nº 7 de agosto de 1995.

JAKOBSEN, K. A. **A dimensão do trabalho informal no Brasil e na América Latina**. In: JAKOBSEN, K. MARTINS, R. DONBROWSKI, O. (org) Mapa do Trabalho Informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da cidade de São Paulo. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 14-17.

KRAYCHETE, G. **Economia dos setores populares: o trabalho para além da norma salarial**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

KREIN, J. D. VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Os impactos da Reforma nas condições de trabalho. In: KREIN, J. D. VÉRAS DE OLIVEIRA, R. ARAÚJO, V. (org.) **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

LIMA, J. C. **Trabalho, mercado e formação de classe**: estudo sobre operários fabris em Pernambuco. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996.

LIMA, J. C. OLIVEIRA, R. V. O empreendedorismo como discurso justificador do trabalho informal e precário. **Revista Contemporânea**, vol 11, n. 3, set. dez. de 2021, p. 905-932.

MAGNANI, J. G. C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, J. G. C. TORRES, L. L. (org) **Na metrópole**: textos de antropologia urbana, São Paulo: EDUSP, 1996.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. México: Era, 1990.

MARTINEZ, E. E. Crisis económica y cambios políticos y sociales em Amércia Latina. In: ÁLVAREZ, J. E. (coord.). **La crisis capitalista mundial y América Latina: lecturas de economía política**. Buenos Aires: Clacso, 2012. P. 123-142.

MARTINS, A. K. **Comércio de rua no contexto urbano da área central de João Pessoa**: ocupação, conflitos e incertezas. Monografia: UFPB -CCEN, João Pessoa, 2018.

MARTINS, D. N. **Eixos comerciais na cidade de João Pessoa – PB**: a formação de novas centralidades. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em estudos urbanos e regionais: UFRN, 2022.

MASCARO, A. L. Crise e Pandemia. São Paulo: Boitempo, 2020.

MASSEY, D. B. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MAURIZIO, R. **Transitando la crisis laboral por la pandemia**: hacia una recuperación del empleo centrada em las personas. Nota Técnica, Série Panorama Laboral em América Latina e el Caribe 2021, OIT América, abril de 2021.

MELLO, J. et. al. **História da Paraíba e sua capital**. João Pessoa: Imprell, 2010.

MENDES, L. CAVEDON, N. R. O mercado de camelôs e as contribuições ao desenvolvimento local de uma cidade. **Revista Interações**, Campo Grande, v. 15, n. 2, jul./dez. 2014, p. 341-352.

MENDES, C. C. et. al. **A Paraíba no contexto nacional, regional e interno**. 1726: texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.

MOORE, R. Capital. In: GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

MOTTA, E. Parte 1 Cotidiano e dinheiro. IN: SILVA, L. A. M. **O mundo popular: trabalho e condições de vida**. Org: Mariana Cavalcanti, Eugênia Motta, Marcella Araújo. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

NIQ Ebit. 49º Ed. Webshoppers. Março/2024. Disponível em: <<https://www.ebit.com.br/>> Acesso em 15 de jul. de 2024.

OIT. **A OIT e a economia informal**. OIT: Lisboa, 2006.

OIT. **A economia informal e o trabalho digno**: guia de recursos sobre as políticas apoiar a transição para a formalidade. OIT: Departamento de Políticas de Emprego, 2014.

OIT. **Relatório IV**: As desigualdades e o mundo do trabalho. Conferência Internacional do Trabalho: 109ª sessão, 2021. Disponível em <www.ilo.org/publns> Acesso 07 ago. 20 23.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003 (edição eletrônica). Disponível em < <https://calibre-ebook.com>> Acesso em: 01 nov. 2025.

ORTIZ, R. (org.) **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

PAMPLONA, J. B. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2013.

PARAÍBA entre os sete estados do país com maior taxa de subutilização da força de trabalho. **G1 PB**, 2023 Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/05/18/paraiba-esta-entre-os-sete-estados-do-pais-com-maior-taxa-de-subutilizacao-da-forca-de-trabalho.ghtml>> Acesso em 29 jan 2024.

PAOLI, M. C. P. M. **Desenvolvimento e marginalidade: um estudo de caso**. São Paulo: Pioneira, 1974.

PORTES, A. Globalization from below: The rise of transnational communities. **Ethnic and Racial Studies**, vol. 22, n. 2, 1997, p. 463-477.

PORTES, A. CASTELLS, M. World underneath: the origins, dynamics, and effects of the informal economy. In: PORTES, A. CASTELLS, M. BENTON, L. (Org). **The informal economy Baltimore and London**: The John Hopkins University Press, 1989. p.11-34.

PUEBLA, N. A. J. Comercio y espacio publico: una organización de ambulantes en la Alameda Central. **Revista Alteridades**, v. 17, n. 31, 2007, p. 137 -153.

PUIG, S. M. SÁEZ, M. A. Luchar contra la COVID-19: ¿Capacidad estatal, liderazgo, correlación de fuerzas o azar? In: CRUZ, D. U. (org) **Desenvolvimento e desigualdades na América Latina**: dilemas de longo curso. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

RANGEL, F. Percepções da informalidade: sobre representações e experiências. In: MARQUES, L.(org) **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

REIS, G. C. Trabalho informal e espaço público: de quem são as ruas? **Revista Laborare**. Ano V, Número 8, Jan-Jun/2022, pp. 129-163.

ROBERTI, E. Perspectivas sociológicas en el abordage de las trayectorias: un análisis sobre los usos, significados e potencialidades de una aproximación controversial. **Sociologia, Porto Alegre**, ano 19, nº 45, mai./ago. 2017, p. 300-335.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. Editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**, UFF, Programa de Pós-graduação em Geografia, Niterói, 1 (1), p. 7-13, 1999.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Trad. Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos IPPUR**, Ano XII, nº 2, ago/dez 1999, p. 15-26.

SANTOS, M. SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9º ED. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SARTI, C. A. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SERPA, A. LEITE, W. MACHADO, J. Comércio e serviços de rua como manifestações do circuito inferior da economia em dois bairros de Salvador, Bahia. **Revista Caderno de Geografia**, vol. 31, n. 64, p. 120-141, 2021

SETOR de serviços registra alta de 13,1% em julho e tem segunda maior taxa do país em 2023, revela IBGE. **Governo da Paraíba**, Notícias, 2023 Disponível em: < <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/setor-de-servicos-na-paraiba-registra-alta-de-13-1-em-julho-e-tem-segunda-maior-taxa-do-pais-em-2023-revela-ibge> > Acesso em: 29 de jan. 2024

SILVA, F. S. B. Trabalho e regresso: funcionalidade da informalidade á acumulação capitalista. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

SILVA, C. F. Viração: o comércio informal dos vendedores ambulantes. In: CABANES, R. et. al. (org.) **Saídas de emergência**: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo. Coleção Estado de Sítio Ed: Boitempo, 2011.

SILVA, L. A. M. A. Da informalidade a empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho), **Revista Caderno CRH**, Salvador, nº 37, jul./dez. 2002, p. 81-109.

SILVA, M. S. “Morre de fome ou morre de corona”: o risco dual dos trabalhadores frente a pandemia da Covid-19. **Revista Áltera**, João Pessoa, v. 2, n. 10 – Número Especial, outubro 2020, p. 98-108

SILVA, M. S. RAMIRO, P. A. Conflitos citadinos vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. **Revista Ponto e Vírgula** – PUC São Paulo, nº 27, p. 114-127.

SILVA, T. J. A. “O melhor amigo do camelô”: uma análise sobre a relação entre o comércio ambulante e a agiotagem PLURAL, **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.30.2, jul./dez., 2023, p.147-167.

SOTO, H. **El outro sendero**: la revolucion informal. 3º ed. Buenos Aires: Sudamericana, 1987.

SOUZA, J. (org.). **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: Humanitas, 2010.

SOUZA, M. L. **Do “direito á cidade” ao direito ao planeta**: territórios dissidentes pelo mundo afora e seu significado na atual conjuntura (2º parte). Passa Palavra, 31 de julho de 2014. Disponível em < <https://passapalavra.info/2014/07/98046/> > Acesso em 03 set. 2022.

TARGINO, I. CARVALHO, R. G. FARIAS, W. S. Desempenho da economia paraibana no início do século XXI. **Revista BNB Conjuntura Econômica**, Banco do Nordeste, Edição especial 15 anos, 2019, p. 307-333.

TELLES, M. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

THOMSON, P. Campo. In: GRENFELL, M. **Pierre Bourdieu**: conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2018.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. Trabalho no Nordeste em perspectiva histórica. **Revista Estudos Avançados**, vol. 30, n. 87, p. 49-73, 2016.

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO PARA OS AMBULANTES DA CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB

Olá! Você está sendo convidado(a) para participar de uma pesquisa, a nível de doutorado, intitulada " Trabalho informal e território: uma análise das (re)configurações do comércio de rua na cidade de João Pessoa – PB". Lembrando que todas as informações são sigilosas e você não será identificado(a) de acordo com a Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Sua participação é de suma importância para a construção do conhecimento científico! Agradecemos pela contribuição desde já.

* Indica uma pergunta obrigatória

Comércio ambulante na cidade de João Pessoa

Seção 1 de 2

1. Qual a sua idade? *

2. Sexo? *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Outro

3. Local que mora? (Bairro/Comunidade)

4. Naturalidade? Nasceu em que cidade/estado? *

- ☐ João Pessoa - PB
- ☐ Outro: _____

5. Estado civil?

- ☐ Casado(a)
- ☐ União Estável
- ☐ Viúvo(a)
- ☐ Solteiro (a)
- ☐ Divorciado(a)

6. Como se declara quanto a sua cor/raça? *

- ☐ Branca
- ☐ Preta
- ☐ Parda Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Prefiro não responder

7. Qual sua religião? *

- ☐ Católico praticante
- ☐ Católico não praticante
- ☐ Evangélico praticante
- ☐ Evangélico afastado/desviado
- ☐ Testemunha de Jeová
- ☐ Espírita
- ☐ Umbandista
- ☐ Sem religião
- ☐ Outra

8. Qual a sua escolaridade? *

- ☐ Não estudou
- ☐ Ensino fundamental I (até a 4º série/5º ano)
- ☐ Ensino fundamental II (até a 8º série/9º ano)
- ☐ Ensino médio/técnico
- ☐ Ensino superior
- ☐ Pós-graduação

9. Atualmente está estudando?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10. Se sim, o que estuda?

11. Você é o(a) principal provedor(a) do lar? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

12. Tem filhos ou dependentes *

- ☐ Sim
- ☐ Não

13. Se sim, quantos?

- ☐ 1
- ☐ entre 2 e 4
- ☐ 5 ou mais

14. Já trabalhou formalmente? (contrato ou carteira assinada) *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Atualmente também trabalha com carteira assinada

15. Tempo que trabalhou formalmente?

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ Entre 1 e 5 anos
- ☐ Entre 6 e 10 anos
- ☐ Acima de 10 anos

16. Atualmente contribui para a previdência social? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

17. O comércio de rua é sua única fonte de renda? *

- ☐ Sim
- ☐ Não, recebo benefício social
- ☐ Não, tenho um outro trabalho que é formal
- ☐ Não, recebo uma outra renda

18. Você trabalha quantos dias na semana como ambulante, em média? *

- ☐ Entre 1 e 3 dias
- ☐ Entre 4 a 6 dias
- ☐ Todos os dias

19. Você trabalha em média quantas horas por dia? *

- ☐ Menos que 8 horas por dia
- ☐ 8 horas por dia
- ☐ Mais que 8 horas por dia

20. Qual(is) tipo(s) de produto(s) que você trabalha? *

Seção 2 de 2

21. Seu ponto é fixo? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

22. Se sim, há quanto tempo?

- ☐ meses
- ☐ até 1 ano
- ☐ até 5 anos
- ☐ até 10 anos ou mais

23. Você trabalha para uma outra pessoa? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

24. Com quem você trabalha? *

- ☐ Trabalho sozinho(a)
- ☐ Trabalho pra alguém
- ☐ Tenho ajudante/funcionário
- ☐ Trabalho com minha família

25. Mais alguém da sua família trabalha como ambulante? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

26. Se sim, quem?

- ☐ Pai
- ☐ Mãe
- ☐ Filhos(as)
- ☐ Netos(as)
- ☐ Irmãos(ãs)
- ☐ Outros parentes, como tio(a), primo(a), etc.

27. Você prefere trabalhar na rua ou em um estabelecimento (ambiente fechado, como loja por exemplo)?

- ☐ Prefiro trabalhar na rua
- ☐ Se pudesse trabalharia em um estabelecimento

28. O local que você trabalha é um ponto bom para o movimento?

- ☐ Sim
- ☐ Não

29. Por que? (se é um ponto bom ou ruim para trabalhar?)

30. Você paga aluguel ou algum tipo de taxa para poder trabalhar? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

31. Se sim, qual o valor?

32. Quanto tempo está trabalhando como ambulante? *

- ☐ meses
- ☐ 1 a 3 anos
- ☐ 3 a 5 anos
- ☐ 5 a 10 anos
- ☐ mais de 10 anos

33. Qual a região em que trabalha? *

- ☐ Trabalho na região do centro
- ☐ Trabalho na região da praia
- ☐ Trabalho em festas e eventos
- ☐ Trabalho em mais de uma região dessas acima
- ☐ Outro:

34. É vinculado á associação ou ao sindicato dos vendedores ambulantes? *

- ☐ Não
- ☐ Sim, a AMEG
- ☐ Sim, ao SIMDIAMBULANTES
- ☐ Outro:

35. Possui cadastro na SEDURB? *

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não conhece

36. Já teve suas mercadorias apreendidas alguma vez? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

37. Já participou de algum ato/manifestação contra a retirada de ambulantes das ruas? *

- ☐ Sim
- ☐ Não

38. Você costuma organizar/escrever sobre seus gastos e rendimentos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

39. Qual sua média de remuneração/ganhos (total)? *

- ☐ menor que um salário mínimo (valor de R\$ 1320)
- ☐ um salário mínimo
- ☐ dois salários mínimos
- ☐ três salários mínimos ou mais

40. E tirando as despesas, quanto você lucra? *

41. Possui imóvel? *

☐ Sim

☐ Não

42. Possui automóvel? *

☐ Sim

☐ Não

43. Seus pais/responsáveis foram ou são ambulantes? *

☐ Sim

☐ Não

44. Se não, qual a profissão deles?

45. Qual a escolaridade dos seus pais/responsáveis? *

☐ Não estudou

☐ Ensino Fundamental I (até a 4ª série/5º ano)

☐ Ensino Fundamental II (até a 8ª série/9º ano)

☐ Ensino médio/técnico

☐ Ensino Superior

☐ Pós-graduação

46. Seus pais/responsáveis possuem algum tipo de bens? *

☐ Sim

☐ Não

47. Se pudesse mudaria seu ponto de trabalho?

☐ Sim

☐ Não

APÊNCE II – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM OS AMBULANTES DA
CIDADE DE JOÃO PESSOA – PB

ROTEIRO PARA ENTREVISTA	
BLOCO 1 - FAMÍLIA	1. Conte um pouco da sua família: de onde ela vem? Seus pais e avós paternos e maternos vêm do interior, são da capital?
	2. Como era a relação com o seu pai e a sua mãe? Quem cuidava de você?
	3. Qual a formação dos seus irmãos (ou parentes mais próximos depois dos pais)? Trabalhavam com o quê? Qual a sua relação com eles?
	4. Qual a formação escolar dos seus pais? Trabalhavam com o quê?
	5. A sua trajetória pessoal ou profissional foi parecida com a de seus pais? Por quê?
	6. Tem algum parente próximo ou distante que foi inspiração para você? Você acha que sofreu alguma influência familiar sobre seu trabalho?
BLOCO 2 – ESCOLA/ FORMAÇÃO ESCOLAR	7. Qual a sua relação com a escola? E com professores, colegas etc.? (ver se há relação refratária à escola e entender de onde isso saiu)
	8. Em algum momento de sua trajetória escolar você teve que trabalhar? Se sim, o que fazia?
	9. Como você avalia a sua infância e juventude? E sua relação com os estudos?
	10. Escola/universidade contribuíram (ou podem contribuir) para melhorar as suas condições de vida (como a conquista de um emprego)? Se sim, por quê?
	11. Qual a relação entre a sua trajetória no mundo do trabalho e a sua formação escolar, na sua opinião?
	12. Gostaria que seus filhos/filhas, se os tiver, sigam a mesma carreira que a sua? Por quê?
BLOCO 3 – TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	13. Você trabalha desde qual idade? E como iniciou?
	14. Você já experimentou o desemprego? Como foi isso?
	15. Como chegou a trabalhar como ambulante? Planejou isso? Teve alguma inspiração? Foi escolha ou necessidade?
	16. Quais benefícios você encontra ao trabalhar na rua?

	17. Quais dificuldades você encontra ao trabalhar na rua?
	18. A pandemia da Covid-19 afetou o seu trabalho? Se sim, de que forma?
	19. Quais razões o levaram a sair de seus empregos anteriores (caso tenha)? Você pretende mudar de trabalho?
	20. Se pudesse mudaria alguma coisa no seu trabalho? Se sim, o que?
	21. Gostaria de falar algo mais sobre sua trajetória de vida e do seu trabalho como ambulante?
BLOCO 4 - LAZER	22. Como você aproveita seu tempo livre?
BLOCO 5 - RELIGIÃO	23. Você tem religião? Se sim, qual? E como ela exerce influência no seu trabalho?
BLOCO 6 - POLÍTICA	24. Nos últimos anos, você considera que sua vida e a de sua família melhorou ou piorou em termos de trabalho/emprego? Explique.
	25. Qual sua visão sobre a atual conjuntura política do Brasil?

ANEXO I – DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

NOTA SOBRE REVISÃO DE TEXTO

Durante a finalização deste trabalho, a autora utilizou a ferramenta de Inteligência Artificial (IA) ChatGPT, desenvolvida pela OpenAI (2023), versão GTP 4º Plus, exclusivamente para revisão linguística e correção gramatical. Todo o conteúdo científico, metodológico e analítico é de autoria da autora, que assume total responsabilidade pela publicação, conforme os princípios do método científico.

Mylena Serafim da Silva

Mylena Serafim da Silva
Autora da pesquisa